

TRIGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES  
3 a 5 de junho de 2007  
Panamá, Panamá

OEA/Ser.P  
AG/doc.4757/07  
1 junho 2007  
Original: espanhol

RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL

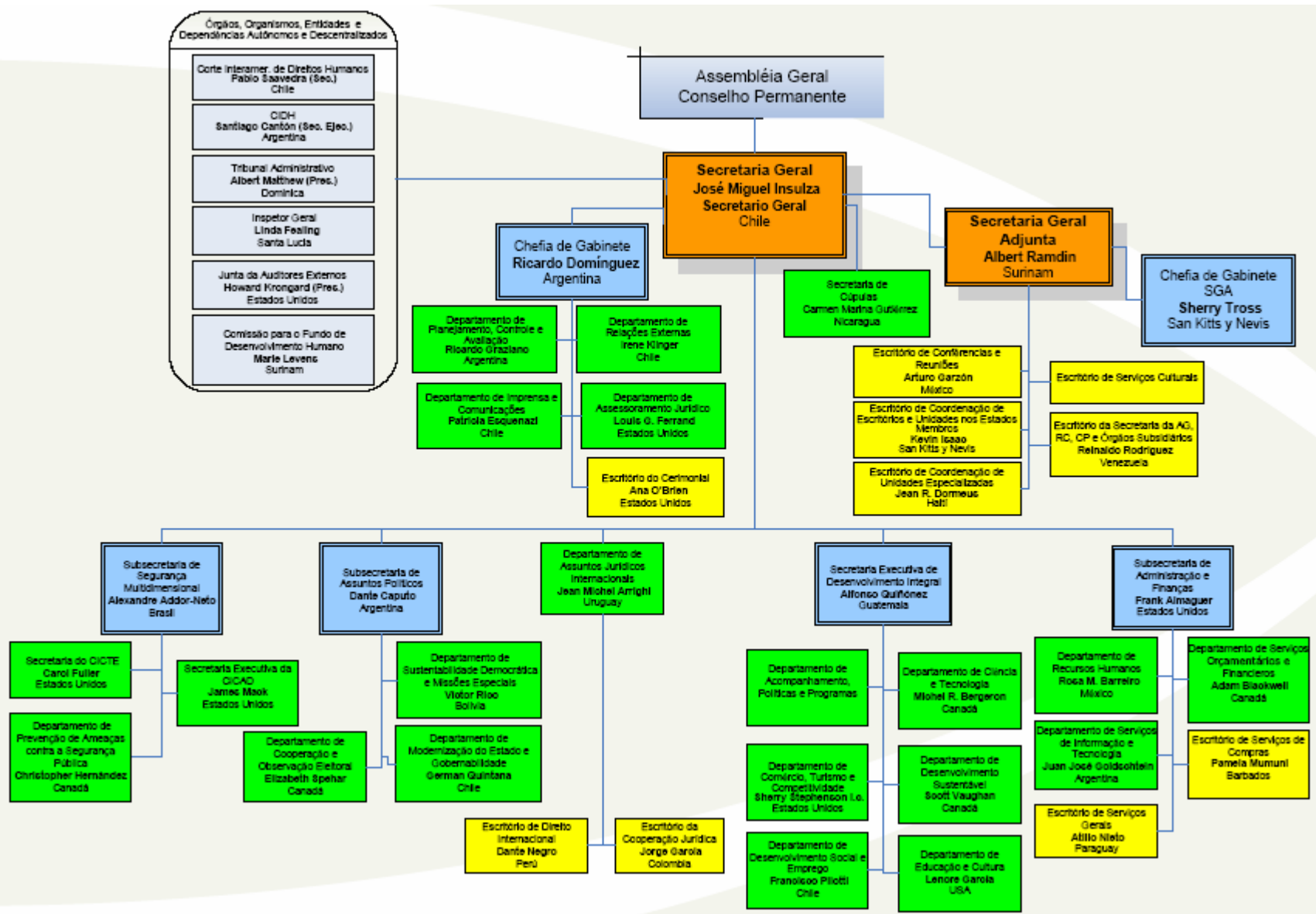
(De março a dezembro de 2006)

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>iv</b>
<b>I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS</b> .....	<b>1</b>
ASSEMBLÉIA GERAL .....	2
CONSELHO PERMANENTE .....	9
CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL .....	11
<b>II. SECRETARIA-GERAL</b> .....	<b>14</b>
ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL .....	15
Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação .....	16
Departamento de Assessoramento Jurídico .....	17
Departamento de Relações Externas .....	18
Departamento de Imprensa e Comunicações .....	19
Escritório do Cerimonial .....	21
Secretaria de Cúpulas .....	22
ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO .....	24
Escritório de Conferências e Reuniões .....	26
Escritório de Serviços Culturais .....	28
Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral .....	31
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS .....	33
Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais .....	33
Departamento para a Promoção da Governabilidade .....	35
Departamento para a Promoção da Democracia .....	37
SUBSECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL .....	40
Escritório do Secretário Executivo (OSE) .....	40
Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas .....	42
Departamento de Educação e Cultura .....	46
Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) .....	48
Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego .....	49
Departamento de Desenvolvimento Sustentável .....	51
Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade .....	55
SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL .....	58
Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) .....	58
Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) .....	61
Departamento de Segurança Pública .....	64
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS .....	68
Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros (DSPF) .....	68
Departamento de Recursos Humanos (DRH) .....	70
Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia (OSIT) .....	72
Escritório de Serviços de Compra (OSC) .....	75

Escritório de Serviços Gerais (OSG) .....	76
<b>DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS .....</b>	<b>79</b>
Escritório do Diretor do Departamento .....	79
Escritório de Direito Internacional (ODI) .....	79
Escritório de Cooperação Jurídica (OCJ) .....	81
<b>III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS .....</b>	<b>83</b>
Organização Pan-Americana da Saúde .....	85
Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente .....	88
Comissão Interamericana de Mulheres .....	91
Instituto Pan-Americano de Geografia e História .....	94
Instituto Indigenista Interamericano .....	98
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura .....	100
<b>IV. OUTROS ÓRGÃOS INTERAMERICANOS .....</b>	<b>104</b>
Comissão Jurídica Interamericana .....	105
Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	107
<b>V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS AUTÔNOMAS E DESCENTRALIZADOS .....</b>	<b>110</b>
Comissão Interamericana de Redução dos Desastres Naturais .....	111
Centro de Estudos da Justiça das Américas .....	112
Tribunal Administrativo .....	117
Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento .....	119
Junta de Auditores Externos .....	121
Junta Interamericana de Defesa .....	123
Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	127
Escritório do Inspetor-Geral .....	130
Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano .....	132
Comissão Interamericana de Telecomunicações .....	135
Comissão Interamericana de Portos .....	138
<b>VI. OBSERVADORES PERMANENTES .....</b>	<b>141</b>
<b>VII. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE .....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>150</b>
Anexo A: Conselhos, Comissões e Comitês Interamericanos .....	151
Anexo B: Conferências e Reuniões da Organização dos Estados Americanos .....	153
Anexo C: Tratados e Convenções Interamericanos .....	159
Anexo D: Recursos Humanos .....	161
Anexo E: Demonstrativo Financeiro da OEA .....	170
Anexo F: Seleção de Bolsistas .....	173
Anexo G: Contribuições dos Observadores Permanentes em 2006 .....	177
Anexo H: Orçamento-Programa: Níveis de Execução .....	181

# ORGANIGRAMA DA OEA



## INTRODUÇÃO

Cumprindo o mandato estipulado nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, presto conta das atividades da Organização e de sua situação financeira. Esta apresentação foi preparada segundo as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 331 de 1978 e refere-se ao período de 1º de março e 31 de dezembro de 2006.

### **A Situação das Américas**

Ao entregar esta conta anual posso afirmar, com grande satisfação, que hoje as Américas crescem em democracia.

Em seu mais recente relatório sobre a situação econômica regional, a CEPAL nos informa que, em 2006, o Produto Interno Bruto da América Latina e Caribe cresceu cerca de 5,3%, o que representa um aumento de 3,8% por habitante. Trata-se do quarto ano consecutivo de aumento e do terceiro acima de 4%. E embora para este ano se espere uma ligeira desaceleração, o período 2003–2007, segundo todas as previsões, concluirá com um aumento acumulado próximo a 15%.

O surgimento da China e da Índia na economia mundial, juntamente com o bom desempenho econômico dos Estados Unidos e da União Européia e a já consolidada recuperação da economia japonesa geraram uma demanda persistentemente forte de nossas matérias-primas. Esta circunstância favorável traduziu-se em 2006 em um aumento de 8,4% no volume de nossas exportações totais, ao que se deve acrescentar uma melhoria nos preços dos principais produtos de exportação, resultando um aumento superior a 7% nos termos de intercâmbio com relação ao ano anterior.

Além disso, o aumento na demanda mundial causou uma situação de liquidez mundial que tem facilitado o aumento do investimento em nossos países, nos quais se experimenta simultaneamente um significativo declínio da inflação que já diminuiu de uma média ponderada de 6,1% em 2005 para cerca de 4,8% em 2006.

Este bom rendimento econômico está começando a fazer sentir seus efeitos em uma área de permanente e especial preocupação para nossa Organização: a pobreza. De acordo com as cifras da CEPAL, baseadas em pesquisas diretas de domicílios em 18 países da América Latina mais o Haiti, em 2006 o número de pobres teria diminuído de 209 milhões para 205 milhões, o que representaria uma redução de 39,8% da população em 2005 para 38,5 em 2006. O número de indigentes, por sua vez, teria diminuído em dois milhões (de 81 milhões para 79 milhões), o que representaria uma variação de 15,4 para 14,7%. A importância dos avanços neste terreno torna-se ainda mais relevante se as cifras de 2006 forem comparadas às de 2002, ano em que o número de pobres se elevava a 221 milhões e de indigentes a 97 milhões, concluindo-se que nesse período teria sofrido uma redução de 16 milhões e de 18 milhões o número de indigentes. Por conseguinte, os últimos quatro anos têm sido também os de melhor desempenho social regional nos últimos 25 anos.

A democracia também se desenvolve e se consolida em nossa região. Ao entregar meu relatório anual o ano passado indiquei que esse desenvolvimento estava sendo posto à prova por uma

sucessão sem precedentes de processos eleitorais e que, até aquele momento, sete deles já tinham sido realizados, além de duas eleições gerais em países com sistemas parlamentares de governo. Pois bem, ao concluir o ano verificaram-se 22 processos eleitorais que significaram trinta e quatro eleições. De novembro de 2005 até o fim de 2006 houve 12 eleições presidenciais, todas na América Latina, quatro parlamentares no Canadá, Guiana, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas, bem como dois processos de referendun, uma eleição de Assembléia Constituinte e eleições municipais e regionais. Todos estes atos – inclusive aqueles com resultados muito estreitos – estiveram marcados pelo sinal de uma normalidade democrática expressa em processos pacíficos, participação maciça de eleitores e resultados aceitos por todos.

Esta situação de estabilidade política e de prática da democracia tem tido efeitos na moral de nossos cidadãos. A pesquisa regional anual **Relatório Latinobarómetro** mostra, em sua edição de 2006, que a percentagem da população da América Latina que opina que “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”, se elevou a uma média de 74% durante o ano, o que contrasta com o que ocorria cinco anos antes, em 2002, quando apenas cerca de 68% pensava dessa maneira. E contrasta muito mais vigorosamente ainda com a resposta fornecida por outra pesquisa realizada pelo **Latinobarómetro**, desta vez em 2004, segundo a qual naquele ano, em média, os latino-americanos opinavam em cerca de 55% dos casos que não lhes importaria sofrer um governo não democrático se este resolvesse os problemas econômicos de seu país.

É este estado de ânimo que começa a ficar para trás, juntamente com a imagem de instabilidade política e debilidade econômica que nos caracterizou durante décadas. Nossos povos e nossos governantes refletem-se hoje em dia em um espelho de democracia e crescimento econômico e uma nova corrente de otimismo começa a percorrer nosso Hemisfério.

## **A OEA e a democracia**

Podemos expressar com orgulho que a OEA não esteve alheia à construção desta nova situação. Pelo contrário, nossa Organização tem procurado estar atenta a toda possibilidade de surgimento de crise e disposta a acudir onde sua presença for solicitada para mediar ou facilitar soluções. Assim, em 2006 e em resposta à solicitação das autoridades nicaragüenses, enviamos uma Missão de longo prazo para acompanhar de maneira integral o desenvolvimento do processo eleitoral nesse país, colocando uma equipe política e técnica de alto nível e 185 observadores internacionais de mais de 20 Estados membros. Durante 10 meses a OEA acompanhou *in situ* os aspectos políticos, jurídicos e técnicos do processo para a eleição de autoridades regionais, legislativas e presidenciais.

Continuamos também a oferecer apoio ao Governo equatoriano para assegurar a estabilidade do sistema democrático. Participamos diretamente do acompanhamento do processo eleitoral, observando e apoiando os atores pertinentes na busca de caminhos de entendimento perante os desafios políticos e técnicos inerentes ao processo. Este apoio estendeu-se às autoridades do novo Governo eleito, inclusive antes de sua tomada de posse, por meio de missões pós-eleitorais que puseram à sua disposição o eventual apoio da Secretaria-Geral em matéria política. Atualmente continuamos atentos à evolução dos acontecimentos e disponíveis para atuar, em um contexto de cooperação e a pedido das autoridades equatorianas, em tudo o que for necessário para fortalecer as instituições e os procedimentos democráticos nesse país.

Nesse período, acompanhamos também o processo da Assembléia Constituinte da Bolívia como resultado do acordo assinado em 20 de abril de 2006 com o Ministro das Relações Exteriores desse país. Mediante esse acordo foi criada a Missão Especial de Apoio ao Processo Constituinte e de Autonomias com o objetivo de proporcionar ajuda técnica e política ao Governo. Proporcionamos igualmente ajuda em técnica legislativa e em técnicas de diálogo parlamentar e negociação para os parlamentares.

Em 2006 a Missão da OEA de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia participou de 14 desmobilizações das Autodefesas Unidas da Colômbia. Por intermédio do Fundo de Paz continuou também o trabalho de facilitação política internacional no diferendo entre Belize e Guatemala. Além disso, na Zona de Adjacência realizamos verificações e atividades de apoio a instituições dos dois países, incluindo às forças armadas.

Nesse ano continuamos também a implementação do Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático, cujo objetivo principal é gerar capacidade institucional e fortalecer estratégias locais, nacionais e sub-regionais para facilitar processos de diálogo político e estabelecer mecanismos para a gestão de conflitos nos países da sub-região.

O apoio de nossa Organização aos processos eleitorais na região foi permanente e consistente, tanto em trabalhos de assessoramento técnico como de observação direta dos processos realizados. E podemos orgulhar-nos das realizações alcançadas, não somente pelo notável número de eleições democráticas de todo tipo realizadas, todas elas, conforme assinali, desenvolvidas em um âmbito de absoluta normalidade, mas também pelo respeito que nossa Organização tem conseguido como garante e legitimador desses processos.

A Organização dos Estados Americanos acompanhou 17 dos 22 processos eleitorais levados a cabo na região, mobilizando uma numerosa equipe de observadores internacionais e especialistas no tema. Na América Central a OEA enviou Missões de Observação Eleitoral a Honduras, Nicarágua e El Salvador. Na América do Sul observou as eleições na Bolívia, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela. No Caribe foram observadas as eleições na República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Guiana. Destas, sete foram presidenciais, três parlamentares, sete legislativas e quatro municipais ou regionais. Nesse mesmo período foram observados dois referendos: um no Panamá sobre a expansão do Canal e outro na Bolívia sobre autonomias regionais e neste último país se observou, além disso, a eleição de membros da Assembléia Constituinte.

Em todos estes processos oferecemos apoio e garantias de transparência e equanimidade. Hoje não é exagerado dizer que, tanto para o cidadão comum como para o mais sofisticado analista de nossa região, a presença de uma Missão de Observação da OEA é garantia de transparência e legitimidade de um processo eleitoral.

Uma das condições essenciais para a consolidação da democracia, transparência eleitoral e, de modo geral, proteção e segurança dos cidadãos é o exercício de seu direito à identidade. Com o objetivo de promover o exercício real desse direito, a Secretaria-Geral formulou um Programa de Direito à Identidade na América Latina. Com o mesmo propósito continua apoiando o fortalecimento das capacidades institucionais dos registros civis, com avanços significativos na

digitalização do registro civil na Dominica e a assinatura de dois acordos de cooperação com Antígua e Barbuda. Além disso, foi concluído um estudo comparativo dos registros civis da região do Caribe e foram iniciados estudos com o objetivo de iniciar um projeto de modernização do registro civil no Haiti. Uma das realizações mais significativas neste plano foi a abertura de um sistema de registro civil computadorizado em São Vicente e Granadinas.

Do mesmo modo continuou a promoção do acesso à informação pública tanto na condição de instrumento-chave para a governabilidade democrática como de eficaz mecanismo de participação do cidadão. Sempre no âmbito da transparência pública, as tarefas da Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) continua a desenvolver-se muito satisfatoriamente. Na Nona Reunião Ordinária de sua Comissão de Peritos foram adotados os últimos cinco relatórios correspondentes à Primeira Rodada de Análise (Guiana, Grenada, Suriname, Brasil e Belize) e o respectivo Relatório. Além disso, na Segunda Reunião da Conferência dos Estados Partes do Mecanismo de Acompanhamento desta Convenção (Sede da OEA, 20 e 21 de novembro de 2006) acordou-se o texto do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção, que está sendo apresentado a este Trigesimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral para aprovação formal.

### **A OEA e o desenvolvimento**

O âmbito do desenvolvimento tampouco nos foi alheio e, ao longo de 2006, continuamos a formular e implementar iniciativas que contribuem para o fortalecimento institucional, construção de capacidade, estabelecimento de políticas bem-sucedidas de desenvolvimento e mobilização de recursos externos para apoiá-las. Nessas tarefas procuramos basear nossas atividades na promoção da cooperação horizontal entre os países membros, na colaboração com o setor privado e na formação de recursos humanos.

Nesse ano foram apoiados processos de integração econômica e comercial nos níveis regional, sub-regional e bilateral. Com esse objetivo continuou-se a trabalhar em cooperação com o BID, CEPAL, Banco Mundial e secretarias dos organismos regionais como CARICOM, SIECA, Comunidade Andina de Nações e Organização dos Estados do Caribe Oriental.

O Panamá, a Colômbia e o Peru concluíram recentemente a negociação de acordos comerciais com os Estados Unidos, depois de processos intensos de preparação, diálogo e consensos de país. Na Secretaria-Geral da OEA coube a mim apoiar os esforços desses países no processo de aprovação dos tratados no Congresso dos Estados Unidos. Eu me reuni em diversas oportunidades com os líderes do Congresso para indicar-lhes o quão significativos são esses acordos para os países assinantes e as conseqüências sumamente negativas – inclusive no aspecto político – da não-aprovação.

Do mesmo modo, no segundo semestre de 2006 fiz todos os esforços ao meu alcance para explicar às autoridades do governo dos Estados Unidos a importância da renovação do Andean Trade Partnership and Drug Eradication Agreement (ATPDEA), não só por seus efeitos sobre as economias dos países afetados, mas também em razão da estabilidade política e das possibilidades de sua projeção institucional para o futuro. E essa é, efetivamente, a minha mais



íntima convicção: creio no potencial que os mercados ampliados e as novas oportunidades de investimento oferecem para o crescimento de nossos países e creio também que, por essa via, nossas democracias estarão mais capacitadas para cumprir sua promessa de melhorar a vida de nossos povos.

A mensagem foi bem recebida nos Estados Unidos, como se pode verificar pela aprovação dos tratados recém-assinados. Tenho igualmente a esperança de que nossos esforços voltados para a renovação do ATPDEA para o Equador e a Bolívia também prosperem. Reitero aqui meu compromisso de continuar oferecendo todo meu apoio a esse projeto.

Em 2006, foi também prestado apoio aos Estados membros na formulação, programação e execução de projetos de cooperação horizontal na área de comércio. Sob essa modalidade foram organizados workshops e seminários com o propósito de compartilhar experiências bem-sucedidas na administração dos tratados comerciais, incluindo temas como solução de diferenças, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual.

Em 2006, o Programa de Atividades de Ação Solidária do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral incluiu 92 projetos – 52 multinacionais e 40 nacionais – que totalizaram mais de US\$ 7,5 milhões. Para o ciclo que continua estão sendo consideradas 110 propostas de projetos (49 multilaterais e 61 nacionais), apresentadas por 33 países membros, 52 das quais são totalmente novas. O montante total das solicitações desses projetos, que abordam as áreas de comércio, desenvolvimento social, educação, cultura, ciência e tecnologia, democracia, turismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, eleva-se a mais de US\$ 12 milhões.

Tem-se dispensado atenção especial ao desenvolvimento das economias pequenas e insulares, em particular atendendo a áreas em que têm vantagens comparativas que temos ajudar a revelar. Assim, por exemplo, durante o ano, o Departamento de Turismo da Secretaria-Geral manteve seu apoio ao desenvolvimento das capacidades individuais e institucionais das pequenas empresas de turismo, continuando ao mesmo tempo o desenvolvimento e aperfeiçoamento do “Manual de Planejamento para Contingências de Riscos Múltiplos”, em conjunto com a Agência de Resposta a Desastres e Emergências do Caribe, Associação de Hotéis do Caribe e Organização Caribenha de Turismo. No mesmo âmbito foram levados a cabo diversos programas de treinamento nas áreas de administração de receitas e serviços de qualidade ao cliente no Caribe para pequenas empresas de turismo; e na América Latina continuou-se a prestar assistência aos pequenos hotéis, ampliando e formalizando a Rede Latino-Americana para o desenvolvimento do setor.

A preocupação pelo caráter sustentável do desenvolvimento visado reflete-se na atividade realizada pelo Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria-Geral, cujo programa de projetos externos se eleva a aproximadamente US\$ 70 milhões de apoio total para projetos, incluindo os fundos de contrapartida, com um programa anual de projetos externos de aproximadamente US\$ 8 milhões. Entre os projetos que estão sendo abordados cumpre destacar a promoção da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos por parte dos Estados membros, principalmente em bacias que se estendem a mais de um país e a zonas costeiras. Entre eles figuram o Programa de Ação Estratégica para a Bacia Binacional do Rio Bermejo; o Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Prata; o Projeto para a Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani; Ações

Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; e a Gestão Sustentável de Terras no Ecossistema Transfronteiriço do Grande Chaco Americano.

Por intermédio do programa Energia Renovável nas Américas foi realizado um estudo sobre viabilidade bionergetica em Saem Kitts e Nevis, no qual se examina a possibilidade de transformar cana-de-açúcar e resíduos municipais em energia. Desenvolve-se também um estudo sobre fornecimento de eletricidade com energia solar para escolas rurais em El Salvador e foram estabelecidas relações com altos funcionários do setor energético do México, Guatemala e Dominica para implementar estudos de políticas sobre energia sustentável e prestação de assistência na execução de reformas de política e reformas normativas. Além disso, está em andamento um estudo de viabilidade regional sobre energia geotérmica na zona do Caribe Oriental.

O programa sobre biodiversidade desenvolvido pela Secretaria-Geral visa a aliviar a pobreza mediante um acesso maior às informações para a adoção de decisões. Dois projetos – a Rede Interamericana de Informações sobre Biodiversidade e a Rede de Áreas Protegidas do Amazonas e dos Andes – proporcionam a criação e padronização dos bancos de dados nacionais e subnacionais sobre espécies/espécimes, espécies invasoras, ecossistemas, áreas protegidas e polinizadores, promovem sua interoperabilidade e criam produtos computadorizados com valor agregado. A Rede de Áreas Protegidas do Amazonas e dos Andes criou também um sistema de informações destinado a manter um banco de dados na Internet com informações sobre a situação das áreas protegidas dos oito países que constituem a região da bacia dos Andes–Amazonas.

### **A OEA e a segurança multidimensional**

A segurança multidimensional tem-se constituído em uma área de crescente preocupação para a Secretaria-Geral. No campo do controle do abuso de drogas tem atuado por intermédio da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e de sua Secretaria Permanente. Em 2006 esta Comissão aprovou os relatórios de acompanhamento sobre as recomendações da Terceira Rodada de Avaliação do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM) e pôs em andamento a Quarta Rodada. No Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral será apresentado o Relatório “Realizações do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM): 1997-2007”, elaborado pela CICAD. Na Assembléia Geral apresenta-se todo ano um relatório relativo às atividades do MAM; o deste ano refere-se à continuidade dos esforços que a CICAD envidou durante uma década para medir os esforços dos Estados membros na luta contra o problema das drogas.

No terreno do tratamento e, em colaboração com a Universidade das Índias Ocidentais (*University of the West Indies*), foram iniciados os trabalhos de um programa de certificação em toxicomania para o Caribe de língua inglesa, que complementarará o Mestrado Internacional On-Line em Toxicomania para pessoas de língua espanhola, já em seu terceiro ciclo acadêmico. Foi também celebrado um acordo com o Conselho Nacional para o Controle de Entorpecentes (CONACE) do Chile, que permitiu avaliar os benefícios da cooperação horizontal ao compartilhar a experiência prática desta instituição.

No âmbito da redução da oferta de drogas ilícitas foram realizados 15 seminários regionais de capacitação para funcionários policiais e alfandegários e, no âmbito da fase-piloto do projeto ACCESO (*Andean Countries Cocoa Export Support Opportunity* – Oportunidade de Apoio a Exportações de Cacau em Países Andinos), financiou-se a capacitação de 55 técnicos de campo. Participou-se também de um consórcio modelo de sete instituições peruanas para a implementação de 48 escolas de campo destinadas a agricultores do Peru, experiência que será estendida em breve a outros países. Foram realizados também programas de capacitação e juízos simulados relativos ao controle da lavagem de ativos e prestou-se assistência aos Estados membros na tarefa de administrar os bens confiscados do tráfico de drogas e lavagem de bens. Cumpre destacar, finalmente, que nesse período ocorreu a formatura da primeira turma – composta por 32 alunos – do Programa de Capacitação On-Line sobre Análise da Problemática das Drogas nas Américas, dirigido a profissionais da saúde.

O Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), por sua vez, continuou avançando no desenvolvimento da cooperação entre os Estados membros em sua área específica, proporcionando capacitação e assistência técnica em seus 10 programas: Segurança Cibernética, Segurança Aeroportuária, Segurança Portuária, Segurança de Documentos e Prevenção de Fraude, Controles de Imigração e Alfândegas, Assistência Legislativa e Consultas, Financiamento do Terrorismo, Segurança em Turismo, Exercícios de Gestão de Crise e Desenvolvimento de Políticas e Coordenação Internacional. Atualmente, a Secretaria do CICTE trabalha em projetos em conjunto com mais de 20 organizações internacionais ou regionais, incluindo – entre outras – diversas entidades das Nações Unidas, a Organização Marítima Internacional, a Organização da Aviação Civil Internacional, as unidades de segurança e contraterrorismo da APEC e a Organização para a Segurança do Conselho da Europa.

Particularmente estimulante ao esforço hemisférico de combate ao terrorismo foi a atitude dos nove países do Caribe anfitriões da Copa Mundial de Críquete 2007 que para a ocasião desenvolveram um importante programa de prevenção, bem como a do Brasil, que atualmente faz o mesmo com relação aos XV Jogos Pan-Americanos dos quais será anfitrião. Com seu gesto, estes países membros de nossa Organização têm contribuído para demonstrar que este problema não é apenas responsabilidade dos governos e que é necessário incentivar e aumentar a conscientização de todos os cidadãos da região de que a segurança é uma questão que toca a todos nós e que todos devemos contribuir responsavelmente para ela.

No campo da segurança pública, está em preparação uma agenda de três anos que aborda uma série de questões que a Secretaria-Geral vem considerando há algum tempo. Assim, com relação ao tema das quadrilhas, tem-se procurado a integração com todas as organizações do Sistema Interamericano que enfrentam o problema e foram formulados nove projetos que começaram a ser implementados este ano. No âmbito das armas, explosivos e munições, a Segunda Reunião do Grupo de Peritos CIFTA-CICAD terminou de elaborar a legislação modelo sobre a marcação e busca de armas. Com relação ao este tema realizou-se em Santiago do Chile um seminário sobre a gestão de armas em custódia e processos de destruição e concretizaram-se duas iniciativas destinadas a apoiar os governos da Nicarágua e da Colômbia na destruição de armas, munições e explosivos de guerra restantes.

O Programa de Ação Integral de Remoção de Minas Antipessoal (AICMA), por sua vez, continua apoiando as atividades de remoção de minas na Colômbia, Equador, Nicarágua e Peru. Em 2006

e com o assessoramento técnico da Junta Interamericana de Defesa, apoiaram-se os esforços dos Estados membros na remoção de aproximadamente 6.500 minas antipessoal, limpando quase 400 mil metros quadrados de terreno. Igualmente e em colaboração com o Instituto Nacional Tecnológico da Nicarágua, continuou o apoio aos sobreviventes de minas nesse país. A OEA estabeleceu também um programa de assistência a vítimas na Colômbia por intermédio do Centro Integral de Reabilitação desse país. Finalmente e como parte do componente de educação preventiva para as populações afetadas por minas, o AICMA apoiou campanhas de conscientização para mais de 225.000 pessoas que vivem em áreas afetadas.

Em 24 de outubro de 2006, o Conselho Permanente de nossa Organização aprovou o Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional. Para abordar problema tão agudo a Secretaria-Geral, por intermédio do Departamento de Segurança Pública, participou ativamente de diversos seminários e workshops realizados nesse período.

### **A OEA e os direitos humanos**

O respeito aos Direitos Humanos continua sendo preocupação preferencial da nossa Organização. Em 2006 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reuniu-se em três oportunidades. Em seu 124º Período Ordinário de Sessões realizou 61 audiências relativas a casos e petições individuais, medidas cautelares e situações gerais e específicas de direitos humanos em diversos Estados e regiões. Nas audiências de caráter geral recebeu informações sobre a situação na Bolívia, Colômbia, Guatemala, Haiti, México, Peru e Venezuela, bem como sobre situações específicas nos Estados Unidos, Nicarágua e Brasil. No curso destas audiências recebeu informações relativas a grupos vulneráveis, tais como povos indígenas, mulheres, pessoas privadas da liberdade, trabalhadores migrantes e crianças e adolescentes.

Atendendo a um convite do Governo da Guatemala, a Comissão realizou seu 125º Período Ordinário de Sessões nesse país. A realização de um período de sessões fora da sede foi fundamental para que a Comissão tivesse acesso a um espaço de diálogo direto, no território de um dos países membros, com funcionários do governo e com importantes atores da sociedade. A Comissão, além disso, teve a oportunidade de realizar duas audiências sobre casos individuais e nove de caráter geral e/ou temático.

Em seu 126º Período Ordinário de Sessões, a Comissão realizou 48 audiências sobre casos e petições individuais pendentes e sobre situações gerais de direitos humanos. Além disso, aprovou reformas a seu regulamento e normas de procedimento para a designação de Relatores Especiais. Durante as audiências, foram recebidas informações gerais sobre a situação em Cuba, Chile, Haiti e Venezuela. A Comissão recebeu informações relacionadas com a Colômbia, Peru, Brasil e México, bem como sobre a situação das pessoas que vivem na fronteira entre o Equador e a Colômbia. Os temas sobre os quais a Comissão recebeu informações abrangem diferentes aspectos da situação da mulher, das pessoas privadas de liberdade e da situação dos direitos da infância.

Nesse ano comissários visitaram a Colômbia, Bolívia, Brasil, Argentina e Peru e as Relatorias temáticas continuaram realizando atividades de proteção e promoção de direitos humanos, bem como de assessoramento aos Estados membros.

Em 2006, a CIDH submeteu 14 casos contenciosos e 13 solicitações de medidas provisórias à consideração da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse período a Corte adotou decisões que continuam contribuindo para a formação e consolidação da jurisprudência interamericana nesta matéria. Entre os pontos mais destacados da doutrina jurisprudencial deste Tribunal durante o ano cumpre destacar, entre outros: direito à vida; integridade pessoal; liberdade pessoal; vida digna; garantias judiciais; proteção judicial; liberdade de pensamento e expressão; igualdade perante a lei; obrigação de reparar; dever de adotar disposições de direito interno; propriedade privada; reconhecimento da personalidade jurídica; direito da criança; direito de circulação e residência; proibição da escravidão e servidão; proteção da honra e da dignidade; detenções e desaparecimentos forçados; execuções extrajudiciais; situações e condições carcerárias; condições de detenção; direitos dos indígenas; terras ancestrais de comunidades indígenas; tortura e tratamento cruel, desumano e degradante; investigação da tortura; responsabilidade do Estado por atos de terceiros; deslocamento forçado de pessoas; condições de hospitalização; dever de investigar e punir os responsáveis; negação de justiça; acesso à informação pública; impunidade; adequação da legislação interna; leis de anistia; e direitos da mulher.

### **Administração e finanças**

Não se pode excluir desta apresentação uma consideração relativa à nossa situação administrativa e financeira. Devo começar dizendo que também neste plano progredimos significativamente e já não padecemos das sobras de anos anteriores, quando era comum a existência de um amplo hiato entre o possível e o desejável em termos orçamentários e, mais ainda, entre os compromissos assumidos e a capacidade financeira para cumpri-los.

Em 2006, a Secretaria-Geral investiu mais de 140 milhões na execução dos programas e serviços da Organização, aproximadamente 45% dos quais provieram de Fundos Específicos e Voluntários. As atividades de cooperação para o desenvolvimento absorveram cerca de 23% do orçamento consolidado do ano e aproximadamente a mesma percentagem foi investida em atividades relativas ao fortalecimento da democracia e à governabilidade; cerca de 13% adicionais financiaram programas de segurança multidimensional; aproximadamente 12% foram alocados para financiar requisitos dos Estados membros (incluindo Escritórios Nacionais e a operação do Conselho Permanente e outro órgãos políticos da Organização) e cerca de 5% foram investidos em apoio aos programas de direitos humanos.

Meu compromisso pessoal é continuar com estes esforços e procurar melhorar os trabalhos de nossa Organização. Orientado por esse propósito, apresentei a esta Assembléia Geral, por intermédio de sua Comissão Preparatória, um Projeto de Orçamento do Fundo Ordinário que inclui uma despesa total nominal de US\$ 87,5 milhões, equivalente em termos reais aos US\$ 81,5 milhões do limite estabelecido no Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. A esses US\$ 81,5 milhões foram acrescentados 3,6% nominais a fim de custear o aumento de custo de vida de 2007, mais 3,7% adicionais destinados a pagar a diferença com o aumento de custo de vida estimado para 2008 (equivalente a US\$ 3,1 milhões). Além disso, solicitei à Comissão Preparatória que recomendasse a esta Assembléia Geral a alocação de US\$ 83,3

milhões a título de cotas e de US\$ 4,2 milhões a título de outras receitas para o financiamento desse orçamento.

O ajuste no componente de cotas com relação ao orçamento de 2006, do qual consta esta proposta, significará a aplicação, por uma única vez, de um reajuste de 7,4% destinado a custear os aumentos de custo de vida de 2007 e 2008.

A fim de regularizar a manutenção em termos reais tanto das despesas como das receitas da Organização com base no equilíbrio alcançado no orçamento que apresentei, solicitei também à Comissão Preparatória que propusesse a esta Assembléia a adoção, a partir de 2009, do mecanismo semi-automático de reajuste de cotas de acordo com os índices de inflação.

Este procedimento de manutenção do valor real do orçamento atende a uma necessidade que afeta atualmente todos os organismos multilaterais e com relação à qual a maioria deles está reagindo de maneira semelhante. Assim, por exemplo, a Organização das Nações Unidas reajusta seu orçamento na metade de seu ciclo orçamentário para levar em conta fatores tais como o efeito da inflação, as flutuações no valor das taxas de câmbio e reajustes nos custos de pessoal resultantes da implementação das recomendações da Comissão de Administração Pública Internacional.

Coincide com esta apreciação o parecer da Junta de Auditores Externos de nossa Organização, a qual, em seu Relatório sobre o resultado da Auditoria de Contas e sobre os Demonstrativos Financeiros apresentados ao Conselho Permanente na primeira semana de maio de 2007, além de emitir um parecer sem objeções e apresentar uma avaliação muito positiva sobre a situação financeira da Organização, recomendou dispensar “pronta e considerada atenção” a esta proposta, solicitando a esta Assembléia que estabeleça o processo automático solicitado.

Ao terminar esta apresentação desejo agradecer os senhores delegados no Conselho Permanente pela constante preocupação e contribuição para o bom andamento político e administrativo de nossa Organização. Quero também agradecer todo o pessoal da Secretaria-Geral por sua colaboração abnegada e leal. Ao entregar este relatório das atividades realizadas em 2006 desejo, além disso, expressar minha esperança de que em 2007 alcancemos os avanços políticos necessários para consolidar o momento de crescimento em democracia que vive nossa região, bem como fortalecer o bom andamento administrativo de uma Organização que deve ser modelo da eficiência, transparência e boa governabilidade que procura promover nas Américas.

**I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS**

## ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral, o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos, é constituída pelas delegações de todos os Estados membros, que têm direito a se fazer representar e a emitir seu voto. A definição dos mecanismos, políticas, ações e mandatos da Organização tem sua origem na Assembléia General. Suas atribuições acham-se dispostas no Capítulo IX da Carta, que, em seu artigo 57, dispõe que a Assembléia se reunirá anualmente na época que determine o Regulamento e na sede escolhida conforme o princípio de rodízio. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados membros, o Conselho Permanente poderá convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral. Todos os Estados membros têm direito a se fazer representar e a emitir seu voto.

### **Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral**

O Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões foi realizado de 4 a 6 de junho de 2006 em São Domingos, República Dominicana. A Assembléia aprovou seis declarações e 101 resoluções. Os resultados da Assembléia Geral foram publicados nas Atas e Documentos (OEA/Ser.P.XXXVI-O.2), que se divide em dois volumes: o Volume I, de que constam os textos certificados das declarações e resoluções aprovadas, e o Volume II, que contém as atas textuais das sessões plenárias, as atas resumidas da Comissão Geral e outros documentos correspondentes a esse período de sessões.

### **Declarações**

Em seu Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, a Assembléia Geral aprovou as seguintes declarações:

- *AG/DEC. 46 (XXXVI-O/06), Declaração de São Domingos: Governabilidade e Desenvolvimento na Sociedade do Conhecimento:* Assinala a importância do papel desempenhado pelas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como ferramenta transversal para alcançar o desenvolvimento equitativo e sustentável e o fortalecimento da governabilidade e a proteção e promoção dos direitos humanos. Expressa também a necessidade de trabalhar intensamente para que todas as pessoas nas Américas, em particular aquelas em situação de vulnerabilidade ou com necessidades especiais, sejam partícipes dos benefícios gerados pela Sociedade do Conhecimento.

Além disso, os Estados membros se comprometem, em conformidade com o espírito da Carta Democrática Interamericana, a garantir o direito de todas as pessoas a gozar da liberdade de expressão, incluindo o acesso sem censura a debate político e ao livre intercâmbio de idéias, por todos os meios de comunicação de massa, incluindo a Internet.

- *AG/DEC. 47 (XXXVI-O/06), Felicitações ao povo peruano pelo processo eleitoral:* Faz um reconhecimento ao trabalho da Missão de Observação Eleitoral da OEA e felicita o



povo peruano pelo processo eleitoral realizado respeitando a vontade popular, a Constituição e a lei.

- **AG/DEC. 48 (XXXVI-O/06), *Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas***: Expressa satisfação pela reafirmação da vontade do Governo argentino de continuar explorando todas as vias possíveis para a solução pacífica da controvérsia e por sua atitude construtiva em favor dos habitantes das Ilhas. Reafirma, também, a necessidade de que se iniciem, o quanto antes, negociações sobre a disputa de soberania com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para a controvérsia. Em consequência, decide continuar examinando o tema nos sucessivos períodos de sessões da Assembléia Geral.
- **AG/DEC. 49 (XXXVI-O/06), *Declaração sobre o Centenário da Comissão Jurídica Interamericana (CJI)***: Declara o ano 2006 como comemorativo do Centenário da Comissão Jurídica Interamericana e convida a Comissão Jurídica Interamericana a que, no âmbito do Conselho Permanente da Organização, apresente seus pontos de vista sobre os princípios gerais de direito que constituem a base jurídica do Sistema Interamericano.
- **AG/DEC. 50 (XXXVI-O/06), *Declaração da Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência (2006-16)***: Expressa sua preocupação pela persistência das condições de desvantagem, desigualdade e discriminação nas quais se encontra a maioria das pessoas com deficiência. Afirma também a necessidade de adotar medidas e estratégias hemisféricas e/ou regionais urgentes que promovam o reconhecimento e o exercício de todos os direitos humanos, inclusive os civis e políticos, econômicos, sociais e culturais, bem como as liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.
- **AG/DEC. 51 (XXXVI-O/06), *Declaração sobre o Haiti***: Faz um apelo à comunidade internacional, em particular às Nações Unidas, aos Estados membros da OEA e aos parceiros internacionais do Haiti, a que expressem sua solidariedade trabalhando em colaboração com o novo governo em apoio a seus esforços para alcançar o desenvolvimento integral do Haiti e para atender às necessidades de reconstrução imediata e de mais longo prazo do país. Reafirma, também, o empenho continuado da OEA e dos parceiros internacionais do Haiti para fortalecer o Estado de Direito, o respeito aos direitos humanos, a estabilidade política, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento social e econômico no Haiti.

## **Resoluções**

A Assembléia Geral, em seu Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, acordou importantes decisões relacionadas com temas tais como democracia, direitos humanos, desenvolvimento jurídico, desenvolvimento social, segurança hemisférica, terrorismo, corrupção, sociedade civil, remoção de minas antipessoal, desastres naturais, comércio, turismo, bolsas de estudo, mulher, infância e indígenas. A Assembléia também aprovou resoluções atinentes a temas de que se encarregam os órgãos, organismos e entidades da Organização, bem como resoluções sobre temas de administração da Secretaria-Geral.

As resoluções aprovadas foram as seguintes:

AG/RES. 2158 (XXXVI-O/06)	Sede e data do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
AG/RES. 2159 (XXXVI-O/06)	Modificações ao Estatuto e ao Regulamento da Comissão Interamericana de Telecomunicações
AG/RES. 2160 (XXXVI-O/06)	Fortalecimento das atividades da Comissão Interamericana de Telecomunicações para promover o desenvolvimento das telecomunicações na região
AG/RES. 2161 (XXXVI-O/06)	Fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres
AG/RES. 2162 (XXXVI-O/06)	Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará
AG/RES. 2163 (XXXVI-O/06)	Homenagem ao Excelentíssimo Senhor Alberto Lleras Camargo, no centenário de seu nascimento
AG/RES. 2164 (XXXVI-O/06)	Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas
AG/RES. 2165 (XXXVI-O/06)	Coordenação do voluntariado no Hemisfério para a resposta aos desastres naturais e a luta contra a fome e a pobreza – Iniciativa Capacetes Brancos
AG/RES. 2166 (XXXVI-O/06)	Apresentação pública dos candidatos e candidatas para constituir a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos
AG/RES. 2167 (XXXVI-O/06)	Estabelecimento da Comissão prevista na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
AG/RES. 2168 (XXXVI-O/06)	Luta contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância e consideração do projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância
AG/RES. 2169 (XXXVI-O/06)	Comemoração do centenário do nascimento do ex-Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Galo Plaza Lasso
AG/RES. 2170 (XXXVI-O/06)	Apoio ao trabalho do Comitê Interamericano contra o Terrorismo
AG/RES. 2171 (XXXVI-O/06)	Seguimento e implementação dos mandatos da Declaração de Mar del Plata e do Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas
AG/RES. 2172 (XXXVI-O/06)	Aumento e fortalecimento da participação da sociedade civil nas atividades da Organização dos Estados Americanos e no processo de Cúpulas das Américas
AG/RES. 2173 (XXXVI-O/06)	A Declaração de Recife
AG/RES. 2174 (XXXVI-O/06)	Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional
AG/RES. 2175 (XXXVI-O/06)	Direito à verdade
AG/RES. 2176 (XXXVI-O/06)	Promoção do Tribunal Penal Internacional

AG/RES. 2177 (XXXVI-O/06)	Defensores de direitos humanos: apoio às tarefas realizadas pelas pessoas, grupos e organizações da sociedade civil para a promoção e proteção dos direitos humanos nas Américas
AG/RES. 2178 (XXXVI-O/06)	Normas para a elaboração dos relatórios periódicos previstos no Protocolo de San Salvador
AG/RES. 2179 (XXXVI-O/06)	Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos, e Outros Materiais Correlatos
AG/RES. 2180 (XXXVI-O/06)	As Américas como zona livre de minas antipessoal
AG/RES. 2181 (XXXVI-O/06)	Apoio à ação contra as minas antipessoal no Equador e no Peru
AG/RES. 2182 (XXXVI-O/06)	Aprovação do Estatuto Emendado da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais
AG/RES. 2183 (XXXVI-O/06)	Aprovação do Estatuto Emendado do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência
AG/RES. 2184 (XXXVI-O/06)	Redução de desastres naturais, gestão de riscos e assistência em situações de desastre natural e de outro tipo
AG/RES. 2185 (XXXVI-O/06)	Seguimento da Conferência Especial sobre Segurança
AG/RES. 2186 (XXXVI-O/06)	Apoio interamericano ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares
AG/RES. 2187 (XXXVI-O/06)	Preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares do Caribe
AG/RES. 2188 (XXXVI-O/06)	Limitação de gastos militares e a promoção de maior transparência na aquisição de armamentos nas Américas
AG/RES. 2189 (XXXVI-O/06)	Luta contra a criminalidade organizada transnacional no Hemisfério
AG/RES. 2190 (XXXVI-O/06)	Apoio e seguimento do processo de Cúpulas das Américas
AG/RES. 2191 (XXXVI-O/06)	Nomeação de mulheres para cargos executivos de nível superior na Organização dos Estados Americanos
AG/RES. 2192 (XXXVI-O/06)	Promoção dos direitos humanos da mulher e da equidade e igualdade de gênero
AG/RES. 2193 (XXXVI-O/06)	Criação do Fundo para a Infância e Adolescência das Américas
AG/RES. 2194 (XXXVI-O/06)	Promoção da responsabilidade social das empresas no Hemisfério
AG/RES. 2195 (XXXVI-O/06)	Fortalecimento dos partidos e de outras organizações políticas para a governabilidade democrática
AG/RES. 2196 (XXXVI-O/06)	Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a Secretaria do Sistema das Nações Unidas, a Secretaria-Geral do Sistema de Integração Centro-Americana, a Secretaria-Geral da Comunidade do Caribe e a Secretaria da Associação dos Estados do Caribe
AG/RES. 2197 (XXXVI-O/06)	Observações e recomendações sobre os relatórios anuais dos órgãos, organismos e entidades da Organização dos Estados Americanos

AG/RES. 2198 (XXXVI-O/06)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual 2005 da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
AG/RES. 2199 (XXXVI-O/06)	Modificações ao Regulamento Modelo da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas sobre Delitos de Lavagem de Ativos Relacionados com o Tráfico Ilícito de Drogas e Outros Delitos Conexos
AG/RES. 2200 (XXXVI-O/06)	Mecanismo de Avaliação Multilateral da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
AG/RES. 2201 (XXXVI-O/06)	Plano Estratégico de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento Integral 2006-09
AG/RES. 2202 (XXXVI-O/06)	Reuniões da Organização dos Estados Americanos – Critérios de Financiamento e Diretrizes Orçamentárias
AG/RES. 2203 (XXXVI-O/06)	Reiteração e renovação de compromissos e mandatos no âmbito da cooperação interamericana para o desenvolvimento integral
AG/RES. 2204 (XXXVI-O/06)	Erradicação do analfabetismo e luta contra as doenças que afetam o desenvolvimento integral
AG/RES. 2205 (XXXVI-O/06)	Relatório da Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho
AG/RES. 2206 (XXXVI-O/06)	Relatório da Quarta Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI
AG/RES. 2207 (XXXVI-O/06)	Relatório da Quarta Reunião da Comissão Interamericana de Portos
AG/RES. 2208 (XXXVI-O/06)	Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura no Âmbito do CIDI
AG/RES. 2209 (XXXVI-O/06)	Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social no Âmbito do CIDI
AG/RES. 2210 (XXXVI-O/06)	Relatório de atividades da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social
AG/RES. 2211 (XXXVI-O/06)	Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável no Âmbito do CIDI
AG/RES. 2212 (XXXVI-O/06)	Promoção do desenvolvimento do turismo
AG/RES. 2213 (XXXVI-O/06)	Modificação do Estatuto do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e do Estatuto da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento
AG/RES. 2214 (XXXVI-O/06)	Continuação da participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua
AG/RES. 2215 (XXXVI-O/06)	Fortalecimento da democracia e do desenvolvimento socioeconômico no Haiti
AG/RES. 2216 (XXXVI-O/06)	Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas: Fortalecimento das atividades do Centro de Estudos de Justiça das Américas

AG/RES. 2217 (XXXVI-O/06)	Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado
AG/RES. 2218 (XXXVI-O/06)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Jurídica Interamericana
AG/RES. 2219 (XXXVI-O/06)	Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e do Seu Programa de Cooperação
AG/RES. 2220 (XXXVI-O/06)	Fortalecimento dos sistemas de direitos humanos em seguimento dos mandatos derivados das Cúpulas das Américas
AG/RES. 2221 (XXXVI-O/06)	Fortalecimento dos sistemas nacionais de direitos humanos dos Estados membros e apoio ao trabalho dos Defensores do Povo, Defensores dos Habitantes, Procuradores ou Comissários de Direitos Humanos (OMBUDSMEN)
AG/RES. 2222 (XXXVI-O/06)	Cooperação entre os Estados membros na luta contra a corrupção e a impunidade
AG/RES. 2223 (XXXVI-O/06)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos
AG/RES. 2224 (XXXVI-O/06)	Os direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias
AG/RES. 2225 (XXXVI-O/06)	Cooperação entre os Estados membros da Organização dos Estados Americanos para assegurar a proteção dos direitos humanos e lutar contra a impunidade
AG/RES. 2226 (XXXVI-O/06)	Promoção e respeito do Direito Internacional Humanitário
AG/RES. 2227 (XXXVI-O/06)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos
AG/RES. 2228 (XXXVI-O/06)	Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA)
AG/RES. 2229 (XXXVI-O/06)	Deslocados internos
AG/RES. 2230 (XXXVI-O/06)	Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência (2006-16)
AG/RES. 2231 (XXXVI-O/06)	As pessoas desaparecidas e a assistência a seus familiares
AG/RES. 2232 (XXXVI-O/06)	Proteção de solicitantes de refúgio, refugiados e repatriados nas Américas
AG/RES. 2233 (XXXVI-O/06)	Estudo sobre os direitos e o atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão
AG/RES. 2234 (XXXVI-O/06)	Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas
AG/RES. 2235 (XXXVI-O/06)	Sede e data do Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
AG/RES. 2236 (XXXVI-O/06)	Sede e data do Trigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
AG/RES. 2237 (XXXVI-O/06)	Direito à liberdade de pensamento e expressão e a importância dos meios de comunicação
AG/RES. 2238 (XXXVI-O/06)	A proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no combate ao terrorismo

AG/RES. 2239 (XXXVI-O/06)	Liberdade de comércio e investimento no Hemisfério
AG/RES. 2240 (XXXVI-O/06)	Combate à exploração sexual comercial, contrabando e tráfico de crianças e adolescentes no Hemisfério
AG/RES. 2241 (XXXVI-O/06)	Carta Social das Américas: Renovação do Compromisso Hemisférico do Combate à Pobreza Extrema na Região
AG/RES. 2242 (XXXVI-O/06)	Gripe aviária: cooperação interamericana para enfrentar uma ameaça mundial
AG/RES. 2243 (XXXVI-O/06)	Apoio à implementação da Declaração de São Domingos
AG/RES. 2244 (XXXVI-O/06)	Promoção da participação do setor privado nas atividades da Organização dos Estados Americanos
AG/RES. 2245 (XXXVI-O/06)	Consolidação do regime estabelecido no Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco)
AG/RES. 2246 (XXXVI-O/06)	Cooperação em alguns temas de segurança no Hemisfério
AG/RES. 2247 (XXXVI-O/06)	Promoção da cooperação hemisférica para o tratamento das quadrilhas relacionadas com atividades criminosas
AG/RES. 2248 (XXXVI-O/06)	Populações migrantes e fluxos migrantes nas Américas
AG/RES. 2249 (XXXVI-O/06)	A extradição e a denegação de refúgio aos terroristas: mecanismos de cooperação na luta contra o terrorismo
AG/RES. 2250 (XXXVI-O/06)	Obrigação dos Estados membros de respeitar as normas e os princípios do Direito Internacional contidos na Carta da Organização dos Estados Americanos para preservar e fortalecer a paz continental
AG/RES. 2251 (XXXVI-O/06)	Promoção da cooperação regional para a aplicação da Carta Democrática Interamericana por ocasião de seu quinto aniversário
AG/RES. 2252 (XXXVI-O/06)	Acesso à informação pública: Fortalecimento da democracia
AG/RES. 2253 (XXXVI-O/06)	Apoio à utilização de fontes de energia novas e renováveis
AG/RES. 2254 (XXXVI-O/06)	Modernização e uso das tecnologias eleitorais no Hemisfério
AG/RES. 2255 (XXXVI-O/06)	Uso das tecnologias da informação nas compras governamentais para promover a transparência e a participação da micro, pequena e média empresa e outras organizações produtivas
AG/RES. 2256 (XXXVI-O/06)	Esforços hemisférios para combater o tráfico de pessoas: Conclusões e Recomendações da Primeira Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas
AG/RES. 2257 (XXXVI-O/06)	Orçamento-programa da Organização para 2007; cotas e contribuições para o FEMCIDI para 2007
AG/RES. 2258 (XXXVI-O/06)	Voto de agradecimento ao povo e ao Governo da República Dominicana

## **CONSELHO PERMANENTE**

O Conselho Permanente, um dos órgãos mediante os quais a Organização realiza seus fins (artigo 53 da Carta), depende diretamente da Assembléia Geral. É constituído por um representante de cada Estado membro, nomeado especialmente pelo respectivo governo, com categoria de embaixador, cujas funções e atribuições são definidas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento de qualquer assunto de que o encarregue a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como Órgão de Consulta, de acordo com o disposto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Zela pelas relações de amizade entre os Estados membros e os ajuda a solucionar pacificamente suas controvérsias. Atua também como Comissão Preparatória da Assembléia Geral, a menos que a Assembléia decida o contrário.

### **Presidências e Vice-Presidências**

A Presidência é exercida, sucessivamente, pelos representantes, na ordem alfabética dos nomes em espanhol de seus respectivos países, e a Vice-Presidência em forma idêntica, seguindo a ordem alfabética inversa. Os mandatos são exercidos por um período de três meses e começam automaticamente no primeiro mês de cada trimestre.

No período a que se refere este relatório, o Conselho Permanente foi presidido pelos seguintes Embaixadores:

- Julho-setembro de 2006, Presidente: Henry Illes, Representante Permanente do Suriname. Vice-Presidente: Embaixador Ellsworth I.A. John, Representante Permanente de São Vicente e Granadinas.
- Outubro-dezembro de 2006, Presidente: Embaixadora Marina Annette Valére, Representante Permanente de Trinidad e Tobago. Vice-Presidente: Embaixadora Sonia Johnny, Representante Permanente de Santa Lúcia.
- Janeiro-março de 2007, Presidente: Embaixadora María del Luján Flores, Representante Permanente do Uruguai. Vice-Presidente: Embaixador Izben C. Williams, Representante Permanente de Saint Kitts e Nevis.
- Abril-junho de 2007, Presidente: Embaixador Jorge Valero Briceño, Representante Permanente da Venezuela. Vice-Presidente: Embaixador Roberto Álvarez Gil, Representante Permanente da República Dominicana.

### **Exposições**

No período abrangido por este relatório, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto dirigiram-se em diversas ocasiões ao Conselho Permanente para informar acerca das gestões de facilitação levadas a cabo nos países da região. Informaram, também, sobre as missões de observação eleitoral realizadas pela Secretaria-Geral nos Estados membros da OEA.

## **Visitas ao Conselho Permanente**

O Conselho recebeu as seguintes personalidades: Excelentíssima Senhora Michelle Bachelet Jeria, Presidenta da República do Chile; Excelentíssimo Senhor Gonzalo Gutiérrez Reinol, Vice-Ministro e Secretário-Geral das Relações Exteriores do Peru; Excelentíssimo Senhor Álvaro García Linera, Vice-Presidente da República da Bolívia; Excelentíssimo Senhor Patrick Manning, Primeiro-Ministro da República de Trinidad e Tobago; Excelentíssimo Doutor Denzil L. Douglas, Primeiro-Ministro de Saint Kitts e Nevis; Excelentíssimo Senhor Enrique Bolaños Geyer, Presidente da República da Nicarágua; e Excelentíssimo Doutor Oscar Arias Sánchez, Presidente da Costa Rica, entre outros.

## **Resoluções e Declarações**

O Conselho Permanente, até a data deste relatório, aprovou as seguintes declarações e resoluções, cujos textos completos podem ser consultados na página do Conselho na Internet:

### Declarações

CP/DEC. 31 (1567/06)	Declaração sobre o referendo no Panamá
CP/DEC. 32 (1568/06)	Felicitações ao Brasil por seu processo eleitoral
CP/DEC. 33 (1571/06)	Felicitações à Nicarágua por seu processo eleitoral
CP/DEC. 34 (1573/06)	Felicitações ao Equador por seu processo eleitoral
CP/DEC. 35 (1573/06)	Felicitações à Venezuela por seu processo eleitoral realizado em 3 de dezembro de 2006.

### Resoluções

CP/RES. 908 (1567/06)	Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional
CP/RES. 909 (1567/06)	A promoção da agricultura e do desenvolvimento rural no Hemisfério
CP/RES. 910 (1568/06)	Modificação do artigo 23 das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral
CP/RES. 911 (1573/06)	Ajustamento ao orçamento-programa de 2007
CP/RES. 912 (1574/06)	Suspensão temporária na pausa na concessão de novas bolsas de estudo
CP/RES. 913 (1577/07)	Comissão para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência
CP/RES. 914 (1577/07)	Sede e data da Reunião Extraordinária do Grupo de Trabalho sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação da OEA/REMJA



## **CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL**

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), órgão da Organização que depende diretamente da Assembléia Geral, com capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, foi criado com a entrada em vigor do Protocolo de Manágua, em 29 de janeiro de 1996 (Capítulo XIII). É constituído pelos seguintes órgãos: Comissão Executiva Permanente (CEPCIDI), Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) e comissões interamericanas.

### **O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral**

A Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) foi realizada na sede da OEA, em 22 de maio de 2006. O Representante Permanente da Jamaica, Embaixador Gordon V. Shirley, e a Senhora Margarita Riva-Goeghegan, Representante Alternada dos Estados Unidos, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. As Delegações da Argentina, Canadá, Brasil e Estados Unidos foram eleitas para integrar a Comissão de Estilo da reunião.

Em conformidade com o artigo 117 da Carta da Organização, o CIDI aprovou por unanimidade a nomeação feita pelo Secretário-Geral para o cargo de Secretário Executivo de Desenvolvimento Integral. O Embaixador Alfonso Quiñónez foi designado Secretário Executivo da SEDI e, com a recomendação positiva da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), Diretor-Geral desse órgão.

Além disso, o CIDI considerou e aprovou o Plano Estratégico de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento Integral 2006-09 [CIDI/RES. 178 (XI-O/06)], que orienta as atividades de cooperação no âmbito da OEA. Este Plano Estratégico visa a fortalecer a capacidade institucional e humana dos Estados e apoiar seus esforços para responder aos desafios que representam a pobreza, a desigualdade e a exclusão social. Cabe destacar que, na concertação deste importante documento, o CIDI ressaltou o trabalho realizado pelo Senhor Mario Aguzzi, Representante Alternado da Venezuela e Presidente do Grupo de Trabalho sobre Políticas de Cooperação Solidária da CEPCIDI.

Com base na candidatura apresentada para a eleição de cinco novos membros da Junta Diretora da AICD, o CIDI elegeu El Salvador como um desses membros e encarregou a CEPCIDI da eleição das quatro vagas restantes. Além disso, como as delegações estavam em processo de consultas, encarregou-se a própria CEPCIDI de realizar as eleições de seu Presidente e Vice-Presidente.

O CIDI recebeu os oferecimentos de contribuições voluntárias ao FEMCIDI de vários Estados membros e decidiu prorrogar o prazo para a formulação de oferecimentos até 30 de junho de 2006.

A Décima Primeira Reunião Ordinária do CIDI considerou e aprovou resoluções no âmbito do Conselho e submeteu outras à consideração da Assembléia Geral, em seu Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões. Estas últimas foram consideradas e aprovadas pela Assembléia Geral em junho de 2006. Entre os temas dessas resoluções, encontram-se os seguintes: Plano Estratégico de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento Integral 2006-09; a reiteração e renovação de compromissos e mandatos no âmbito da cooperação interamericana para o desenvolvimento integral; a erradicação do analfabetismo e luta contra as doenças que afetam o desenvolvimento integral; o relatório da Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho; o relatório da Quarta Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI; o relatório da Quarta Reunião da Comissão Interamericana de Portos; a Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura no âmbito do CIDI; a Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social; o relatório de atividades da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social; o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável; o andamento da preparação do projeto de Programa Interamericano para o Desenvolvimento Sustentável 2006-09; a modificação do Estatuto do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e do Estatuto da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, as Comissões Especializadas Não-Permanentes e a continuação da participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua.

### **Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES)**

As Comissões Especializadas Não-Permanentes são órgãos de natureza técnica de apoio ao CIDI no tratamento de assuntos de caráter especializado ou no desenvolvimento de determinados aspectos da cooperação interamericana nas áreas prioritárias do Plano Estratégico. As oito comissões, uma por área prioritária do Plano Estratégico, são as seguintes: Educação; Diversificação Econômica; Abertura Comercial e Acesso a Mercados; Desenvolvimento Social e Geração de Emprego Produtivo; Desenvolvimento Científico e Intercâmbio e Transferência de Tecnologia; Fortalecimento das Instituições Democráticas; Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; e Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Em 2006, não se realizou a reunião das CENPES devido à decisão da CEPCIDI de suspender, a título excepcional, o ciclo de programação FEMCIDI 2005. A decisão da CEPCIDI resultou em parte do fato de que o calendário de execução dos projetos financiados com recursos do FEMCIDI 2004 havia sofrido um grande atraso.

Para o ciclo de programação FEMCIDI 2006, contudo, a CEPCIDI convocou a reunião anual das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES), correspondente ao exercício de programação FEMCIDI 2006, de 7 a 9 de fevereiro de 2007. Os membros das oito Comissões realizaram a avaliação dos projetos e apresentaram à Junta Diretora da AICD suas recomendações sobre os projetos que deviam ser financiados e o nível de financiamento de cada projeto.

No quadro seguinte figura o número de projetos recomendados pelas CENPES distribuídos por conta setorial:

<b>Conta</b>	<b>Número de Projetos Recomendados</b>	<b>Montantes Recomendados (US\$)</b>
Educação	25	2.238.403
Desenvolvimento Social	15	942.469
Desenvolvimento Sustentável	13	743.250
Ciência e Tecnologia	13	1.237.370
Comércio	10	1.042.758
Cultura	2	33.319
Democracia	6	351.602
Turismo	9	992.406
Desenvolvimento	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>US\$7.581.577</b>

Em 2 de março de 2007, a Junta Diretora da AICD realizou sua Vigésima Reunião e aprovou os 93 projetos recomendados pelas CENPES, mediante o documento AICD/JD/doc.104/07 rev. 1, “Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2006”. O montante total aprovado para execução foi de US\$7.581.577.

## **II. SECRETARIA-GERAL**

## **SECRETARIA-GERAL**

O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua remuneração. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral, cujas funções exerce durante sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que for por ele incumbido.

### **ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL**

O Escritório do Secretário-Geral, de acordo com o artigo 111 da Carta da OEA e com as ações e políticas adotadas pela Assembléia Geral e resoluções respectivas dos Conselhos, exerce as funções de alta direção, vinculadas com a promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais nos Estados membros da Organização.

#### **Escritório do Secretário-Geral**

No período abrangido por este relatório o Escritório do Secretário-Geral, no âmbito de suas atribuições, apoiou e complementou as atividades realizadas pelos diversos órgãos, subsecretarias, departamentos e unidades da Organização. Seus esforços concentraram-se em três grandes áreas. No plano externo procurou apoiar as atividades da Organização tendentes a consolidar a natureza da OEA como principal órgão político multilateral interamericano, bem como conseguir sua projeção ao âmbito global. No âmbito das atividades substantivas da Organização, concentrou-se na ampliação e fortalecimento da democracia e da governabilidade; ampliação e aprofundamento das atividades de defesa dos direitos humanos; promoção do desenvolvimento zelando pela inclusão e equidade; e desenvolvimento de uma política de segurança multidimensional destinada a atender de forma eficaz aos problemas que afetam a população das Américas. No âmbito interno da Organização, as atividades do Gabinete do Secretário-Geral procuraram consolidar e reforçar os mecanismos de administração e comunicação da Secretaria-Geral, a fim de cumprir suas responsabilidades com maior eficiência, transparência e prestação de contas.

O Escritório também realizou pesquisas, preparou minutas para os discursos do Secretário-Geral e serviu de ligação com as Missões Permanentes, órgãos públicos e a sociedade civil. Organizou também a assistência do Secretário-Geral às transmissões do mandato presidencial no Peru, Colômbia, México e Nicarágua; sua participação na XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de

Estado e na Cúpula Sul-Americana de Nações; suas visitas oficiais a Chefes dos Estados membros e sua participação em conferências ministeriais e outras conferências internacionais e eventos, incluindo reuniões na sede das Nações Unidas em Nova York.

No aspecto administrativo, o Gabinete do Secretário-Geral estruturou as mudanças consignadas na Ordem Executiva Nº 05-13 Rev. 3, entre as quais se destacam a incorporação do Embaixador Alexandre Addor Neto como Subsecretário de Segurança Multidimensional, a criação do Departamento de Modernização do Estado na Subsecretaria de Assuntos Políticos e o Programa de Universalização da Identidade Civil nas Américas na Secretária Executiva de Desenvolvimento Integral.

Finalmente, o Gabinete do Secretário-Geral, juntamente com a Subsecretaria de Administração e Finanças, elaborou o projeto de orçamento para 2008 que o Secretário-Geral apresentou à Comissão Preparatória desta Assembléia Geral.

### **Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação**

O Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação (DPCE) foi criado para coordenar os processos de planejamento, controle e avaliação da Secretaria-Geral, incluindo as subsecretarias, departamentos e escritórios que dela dependam. Suas funções específicas são: a) desenvolver e administrar os instrumentos que permitam uma gestão articulada desses processos e a gestão de projetos; e b) desenvolver as estatísticas institucionais necessárias para a tomada de decisões estratégicas. O Departamento atua também como Secretaria Técnica da Comissão de Avaliação de Projetos.

O DPCE iniciou suas operações em janeiro 2006 com uma equipe inicial composta de um Diretor e cinco profissionais. A eles foram acrescentados posteriormente outros três profissionais e uma profissional contratada pelo Governo da Espanha para a administração do Fundo OEA-Espanha.

De março a dezembro de 2006, o DPCE desenvolveu e implementou o procedimento de planejamento operacional anual, concluindo o protótipo para a administração desse processo. Esse protótipo foi inicialmente utilizado para a formulação do plano operacional 2007, que incluiu a identificação de 964 metas operacionais, seus respectivos custos e a atribuição às unidades organizacionais responsáveis. Igualmente, durante o ano, foi concluído o desenvolvimento do protótipo para a administração do processo de controle operacional trimestral, o qual inclui o relatório sobre o grau de cumprimento das metas operacionais e a estimativa de probabilidade de cumprimento pleno das mesmas no curso do exercício orçamentário, bem como o desenho conceitual, a análise funcional e o teste funcional da primeira versão do suporte informático para a administração do planejamento operacional, desenvolvida pelo Escritório de Serviços Tecnológicos.

Foram organizados e realizados cinco *workshops* de capacitação em matéria de instrumentos de formulação de projetos, bem como foram desenvolvidos e validados perante a Comissão de Avaliação de Projetos os instrumentos técnicos (variáveis, escalas de qualificação e ponderadores) para a avaliação da pertinência de programas e projetos. Sobre esta última base realizou-se a avaliação técnica preliminar de 119 perfis de novos projetos, bem como de 91

projetos FEMCIDI em execução em 2005 e de 51 projetos da Subsecretaria de Segurança Multidimensional em execução no mesmo período.

Além disso, nesse período, foram prestados serviços de secretaria técnica para a implementação e administração do Fundo OEA-Espanha, incluindo a assistência técnica aos funcionários da Organização para a formulação de perfis de projetos, a coordenação de atividades preparatórias entre a Secretaria-Geral, a Missão da Espanha junto à OEA e os organismos oficiais espanhóis e a coordenação dos processos de formulação, avaliação e seleção dos perfis de projetos.

### **Departamento de Assessoramento Jurídico**

O Departamento de Assessoramento Jurídico (DAL) é subordinado ao Escritório do Secretário-Geral. Seu mandato é estabelecido no Anexo A da Ordem Executiva 05-13 Rev. 2.

Nesse período o DAL atendeu por escrito a 1.030 consultas provenientes das dependências da SG/OEA, dos órgãos políticos e das delegações dos Estados membros. Dessas consultas, 457 foram pareceres jurídicos e 220, revisões de acordos.

O Departamento também colaborou na redação de instrumentos normativos e na revisão de memorandos administrativos. Participou das reuniões realizadas pelo Secretário-Geral Adjunto relativas à preparação da Assembléia Geral na República Dominicana e revisou o respectivo acordo. Prestou assistência à SEDI na preparação e negociação de acordos para a execução de projetos e representou suas dependências perante o Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos.

Assessorou, no âmbito da Secretaria-Geral, o Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, o Departamento de Desenvolvimento Sustentável, a Secretaria Executiva da CIDH, a Subsecretaria de Administração e Finanças, o Departamento de Recursos Humanos, a Subsecretaria de Assuntos Políticos, o Escritório de Serviços de Compra, o Escritório de Serviços Gerais, a Secretaria Executiva da CICAD, o Departamento de Prevenção de Ameaças contra a Segurança Pública, o *Trust for the Americas* e o *Young Americas Business Trust*.

Cooperou com o Departamento de Desenvolvimento Humano na redação de um novo manual de bolsas de estudo e prestou assessoramento nas reuniões da Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento, da CEPCIDI, relativas a esse manual. Também colaborou na revisão de acordos para a execução de projetos e sobre observação eleitoral e assessorou a MAPP/OEA na Colômbia em assuntos contratuais e trabalhistas, bem como quanto a privilégios e imunidades. Colaborou com a Missão Especial da OEA no Haiti e com o Escritório do Inspetor-Geral em auditorias e investigações realizadas na sede e nos Escritórios da SG/OEA nos Estados membros.

Assessorou a Assembléia Geral, o Conselho Permanente e a CAAP em assuntos administrativos, orçamentários, trabalhistas e processuais. Preparou projetos de resolução, apresentou pareceres escritos sobre assuntos normativos e processuais e prestou assessoramento às reuniões do CIDI, da CEPCIDI e da Junta Diretora da AICD.

Acompanhou e promoveu, na qualidade de observador e assessor, as negociações para a concessão de contratos de serviços de telecomunicação celular móvel por um prazo de quinze anos, a pedido do Governo equatoriano e da COM/CITEL. Também assessorou a Direção-Geral do IICA em assuntos institucionais, administrativos e trabalhistas e a Comissão de Aposentadoria e Pensões.

Representou o Secretário-Geral perante o Tribunal Administrativo e colaborou com os funcionários encarregados de audiência e a Comissão de Reconsideração.

### **Departamento de Relações Externas**

O Departamento de Relações Externas tem por função assessorar as diversas repartições da Secretaria-Geral e os órgãos da OEA em todas as atividades vinculadas com as relações externas, promovendo e mantendo contato com os Observadores Permanentes, organismos não-governamentais, instituições acadêmicas, país sede da Organização, setor privado e entidades sem fins lucrativos, entre outros. Está estruturado em duas seções: Relações Institucionais e Relações Públicas.

- Relações públicas

Por intermédio de sua seção de Relações Públicas o Departamento promoveu a participação e colaboração dos países observadores mediante a mobilização de recursos, intercâmbio de documentos e informações, reuniões informativas, visitas de autoridades governamentais de alto nível e eventos especiais. Ao mesmo tempo atuou como Secretaria Técnica da Comissão de Mobilização de Recursos.

Em 2006, a Cátedra das Américas, coordenada pelo Departamento, contou com uma série de oradores de destaque entre os quais figuram o Professor Jeffrey Sachs; o ex-Presidente do Brasil, Fernando Enrique Cardoso; o Juiz espanhol Baltasar Garzón; o Senhor Nicholas Negroponte, fundador do Laboratório de Multimedia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e Diretor da iniciativa “Um computador por Criança”; o Senhor Jeffrey Puryear, Vice-Presidente de Políticas Sociais no Diálogo Interamericano; o Senhor George Soros, Presidente *do Open Society Institute* e a Senhora Huguette Labelle, Presidente de Transparência Internacional. Essas cátedras foram transmitidas por EDUSAT, Venevisión, Voz da América e HITN, entre outras. Em 2006, a Cátedra continuou contando com o apoio da Universidade de San Martín de Porres e dos Governos de Catar e da República Helênica. Além disso, neste período, foi publicado um livro sobre a Cátedra das Américas juntamente com a Universidade de San Martín de Porres.

Em março de 2006, o Departamento realizou a Vigésima Terceira Assembléia Geral Modelo da OEA (MOEA) para estudantes universitários em São Domingos, República Dominicana, com o apoio do Presidente Leonel Fernández e da Secretaria de Estado de Educação Superior, Ciência e Tecnologia, da *Fundación Global Democracia y Desarrollo* (FUNGLODE) e da Associação das Nações Unidas da República Dominicana (ANU-RD). Além disso, em abril de 2006 copatrocinou com o *Inter-American Institute of Diplomacy* o Modelo de Washington (WMOAS) para universidades e em outubro de 2006 foi realizada a Vigésima Quarta Assembléia Geral Modelo da OEA para estudantes universitários na Universidade do Norte (UNINORTE) de



Barranquilla, Colômbia. Finalmente, em novembro, foi realizada em Washington D.C. a Vigésima Quinta Assembléia Geral Modelo da OEA para colégios universitários. Em cada um destes modelos participaram de 350 a 500 estudantes de diversos colégios universitários e universidades hemisféricas e contou-se com ampla cobertura nos meios de comunicação local.

Em maio de 2006, juntamente com o Instituto Baker de Rice, University of Houston, Texas, realizou-se o Sétimo Colóquio do Projeto Américas que, naquela oportunidade, versou sobre a situação da liberdade de expressão nas Américas. Também nesse ano, o Departamento apoiou a Seção de Quadrilhas do Departamento de Segurança Multidimensional e publicou o relatório sobre o “Encontro de Porta-Vozes de Governo dos Estados membros da OEA”, realizado em 2005, em Santiago, Chile.

- Relações institucionais

No período, foram criados novos canais de comunicação com os membros do Congresso dos Estados Unidos, o que deu lugar a reuniões do Secretário-Geral com 31 representantes do Congresso desse país em 2006. No mesmo plano, o Departamento colaborou com outras repartições da Organização e com os Estados envolvidos, no esforço por conseguir a prorrogação das preferências tarifárias para os países andinos. No mesmo âmbito, prestou-se apoio às áreas da Organização em seus esforços para manter contatos substantivos com o Congresso do país sede.

O Departamento implementou o programa de sessões informativas especializadas da OEA oferecidas a 5.124 pessoas em 2006, incluindo diplomatas, autoridades públicas, militares, estudantes, analistas políticos e público geral. Essas sessões informativas ressaltam o trabalho da Organização, incluem visitas ao edifício histórico e constituem um excelente instrumento de divulgação.

Em outro plano, o pessoal do Departamento manteve relações estreitas com instituições acadêmicas, grupos de acadêmicos (*think tanks*) e líderes de opinião na área de Washington para promover as atividades da OEA. Para esse efeito organizou eventos e participou de fóruns e reuniões bilaterais. Na mesma linha de trabalho, realizou apresentações a grupos locais e nacionais de grande influência, figurando entre eles os seguintes: *American University*, *Women’s Foreign Policy Group*, *Women’s Bar Association* e *Heritage Foundation*.

## **Departamento de Imprensa e Comunicações**

O Departamento de Imprensa e Comunicações tem como objetivo principal divulgar os conteúdos do discurso político da Secretaria-Geral da OEA. Sem desviar-se de seu propósito há dois anos, o Departamento dedica-se a firmar a imagem de uma organização que adquire cada vez mais presença continental e cuja opinião é ouvida e respeitada no cenário internacional. A distribuição dos comunicados oficiais que informam sobre as atividades da Secretaria-Geral e da Secretaria-Geral Adjunta e sobre as sessões do Conselho Permanente constitui o eixo em torno do qual se desenvolve o trabalho de divulgação de informações.

As metas estratégicas da Organização que falam de democracia, desenvolvimento, direitos humanos, processos eleitorais legítimos e governos bons e transparentes foram sendo configuradas nos conteúdos informativos, a ponto de, em muitos países, a OEA ser aplaudida ou criticada por ser associada à defesa desses princípios. A participação da OEA nos processos eleitorais realizados no período a que nos referimos, por outro lado, já se inscreve na memória de analistas e cidadãos e se vincula de maneira direta às Missões de Observação Eleitoral da OEA com a legitimidade desses processos. Também se vincula à OEA com a defesa dos direitos humanos e a solução das crises políticas, tudo isso, em boa medida, em virtude de uma adequada recepção pela opinião pública da mensagem emitida pela Organização.

Como avaliar o produto final da tarefa de divulgar? Quantificando a presença da informação gerada pela assessoria de imprensa da OEA nos meios de comunicação social. Não há como dissimular os resultados: a notícia aparece ou não aparece na imprensa que se examina diariamente. A conclusão é que a informação reproduzida pelos meios é quantitativa e qualitativamente superior à de anos anteriores. A síntese informativa diária (*newsclips*) elaborada pela equipe de jornalistas, com base nas principais notícias dos jornais mais importantes dos 34 países membros, reflete a quantidade e a qualidade da informação proveniente do Departamento de Imprensa e Comunicações.

Cumpram-se salientar a qualidade adquirida gradativamente pela produção da informação. Conceituam-se, descrevem-se e trabalham-se os temas com mais domínio e talento. O discurso da Secretaria-Geral sobre a sustentabilidade democrática, contra o narcotráfico ou a favor dos direitos humanos repete-se nos comunicados de maneira coerente e persistente até que se instale no imaginário social.

Quanto ao esquema de funcionamento, foi-se aperfeiçoando até encontrar uma maneira de funcionar no cotidiano (inclusive os fins de semana), com a rotina de um meio de comunicação tradicional. A produção jornalística, que inclui a elaboração da notícia e a tomada de fotos, constituiu a base do trabalho de imprensa que diariamente se oferece a um número cada vez maior de meios do continente que exigem informação oportuna e de qualidade.

Nesse tipo de interação com os meios de comunicação, a lista de destinatários utilizada pelo Departamento de Imprensa e Comunicações cresceu aproximadamente 200% de maio de 2006 a maio de 2007, somente no que se refere a meios escritos. Esse fenômeno não somente tem a ver com a qualidade da informação que se divulga, mas também com a fixação da imagem da Organização. Jornais e agências noticiosas do Hemisfério exigem cada vez mais comunicados e informação, o que leva a uma revisão permanente das listas de meios e dos dados de conexão, a fim de se conseguir uma distribuição ampla que atenda aos usuários.

Do mesmo modo e em consequência da informação gerada pelos atores políticos da OEA, o número de comunicados aumentou significativamente. Produziu-se um círculo virtuoso: quanto mais a informação aparece nos meios, maior interesse há em gerar notícia; e quanto mais notícia se gera, maior presença se percebe nos meios. No entanto, o mercado é seletivo e, lamentavelmente, a informação que “vende” é a mais polêmica. Envidaram-se grandes esforços por abrir espaço a todos os grandes projetos desenvolvidos pelas subsecretarias da Secretaria-Geral, embora os resultados ainda não sejam satisfatórios. Da mesma maneira, todas as atividades

da OEA são focalizadas equilibradamente pelo Departamento de Imprensa e todas se transformam num comunicado que é distribuído aos mesmos destinatários. Nem todas, no entanto, são reproduzidas pelos meios de comunicação. “*Good news no news*” continua a ser a máxima que impera nesse setor.

O trabalho de fotografia, executado por dois profissionais, ampliou-se aproximadamente 300%. A imagem com uma explicação, fórmula que se utiliza desde 2005 para tornar atraentes os temas a que mais resistem os meios, continua a ter grande receptividade. As galerias fotográficas exibidas diariamente na página da OEA na *Web* após cada atividade oficial são fonte crescente de abastecimento de jornais do norte, centro e sul do continente.

A revista *Américas*, por sua vez, abriu paulatinamente espaço para os temas políticos. A opinião de Primeiros-Ministros e Presidentes cobre as páginas de uma publicação que desperta o carinho da comunidade OEA e, agora, o interesse de um maior número de assinantes. Assim como importantes jornais reproduzem a informação política de nossa Organização, reproduzem também os interessantes artigos que aparecem na *Américas*.

### **Escritório do Cerimonial**

O Escritório do Cerimonial planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos Departamentos da Secretaria-Geral. Serve de ligação entre as Missões Permanentes e o Departamento de Estado em assuntos que dizem respeito ao registro, visto do pessoal das Missões e privilégios e imunidades do pessoal diplomático das Missões. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal para funções de caráter protocolar ou sociocultural e imprime e mantém em dia o Guia das Missões na Intranet da Organização.

No período que abrange este relatório, foram organizadas sessões solenes para as visitas dos Presidentes da Jamaica, Haiti, (Presidente Eleito) Trinidad e Tobago, Saint Kitts e Nevis, Nicarágua e Costa Rica. Foram organizadas cerimônias e sessões protocolares para o Dia das Américas, para o Natalício do Libertador Simón Bolívar e para comemorar o Descobrimento da América-Encontro de Dois Mundos. O Escritório coordenou a apresentação de credenciais dos Representantes Permanentes da Colômbia, Chile, Canadá, México, Uruguai e Honduras, bem como as visitas de cortesia de diversos Observadores Permanentes. Foram organizadas recepções para despedida dos Embaixadores do Peru, Honduras, Chile, Bahamas, Nicarágua, Bolívia, Canadá, Estados Unidos e Uruguai e foram preparadas e enviadas cartas de felicitação por seu dia pátrio a Representantes e Observadores Permanentes.

Neste ano, o Escritório do Cerimonial reviu e processou cerca de 4.000 solicitações feitas pelas Missões Permanentes e seu pessoal, incluindo creditações; concessões, mudanças e renovações de visto e prorrogação de estadas; autorizações e renovação de trabalho; importação e aquisição de artigos livres de impostos; obtenção e renovação de cartões de exoneração de imposto e cartas de motorista.

## Secretaria de Cúpulas

A Secretaria de Cúpulas das Américas presta apoio técnico e logístico ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC); negocia a Rede de Informações da Cúpula das Américas; mantém a memória institucional do Processo de Cúpulas; realiza as atividades de acompanhamento dos mandatos acordados pelos Chefes de Estado e de Governo; preside o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas e coordena a participação da sociedade civil e povos indígenas na OEA e no Processo de Cúpulas.

A Secretaria apoiou as reuniões do GRIC no acompanhamento às decisões tomadas na Quarta Cúpula das Américas. Especificamente, apresentou aos Estados membros o formato de implementação dos mandatos da Quarta Cúpula, coordenou a participação dos atores sociais no Processo de Cúpulas e facilitou a transferência da Presidência do GRIC ao Governo da República de Trinidad e Tobago, anfitrião da Quinta Cúpula das Américas. Igualmente prestou os serviços de secretaria ao Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas, constituído por 12 organismos do Sistema Interamericano e das Nações Unidas, que se reuniu em quatro oportunidades em 2006.

A Secretaria apoiou também a vinculação das reuniões ministeriais e outras reuniões setoriais ao Processo de Cúpulas. Além disso, coordenou a participação da sociedade civil nos seguintes eventos: Sexta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-VI); Sexta Conferência de Ministros da Defesa; Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura; Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades sobre Desenvolvimento Sustentável; e Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), entre outros.

No período abrangido por este relatório, ofereceu apoio técnico às sessões da Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA, do Conselho Permanente, mediante a preparação de relatórios, projetos do plano de trabalho e análise de solicitações de registro de organizações não-governamentais nas atividades da OEA (atualmente 206 organizações da sociedade civil estão registradas na OEA).

No âmbito do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, a Secretaria organizou o diálogo entre representantes de 220 organizações não-governamentais, Secretário-Geral e Ministros das Relações Exteriores sobre os diversos temas da agenda interamericana e apoiou a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões ministeriais e conferências especializadas realizadas no âmbito do Conselho Permanente. A este respeito, a Secretaria do Processo de Cúpulas publicou e distribuiu aos Estados membros e às organizações da sociedade civil registradas junto à OEA, bem como a agências governamentais que implementam políticas nacionais de desenvolvimento, o documento “**Recomendações da Sociedade Civil 2002-2006**”. Essa publicação contém as opiniões da sociedade civil referentes aos desafios regionais e as sugestões que suas organizações apresentaram ao longo destes últimos quatro anos. No mesmo plano, e com o apoio do *Open Society Institute*, a Secretaria de Cúpulas implementa desde 2004 o Programa “Iniciativa Interamericana de Cooperação com a Sociedade Civil 2006-07”. Mediante esta Iniciativa foram realizados nove projetos no montante de US\$100.000,00 na região e facilitou-se a participação da sociedade civil no Processo de Cúpulas das Américas.

Em um esforço no sentido de divulgar informações sobre a implementação dos mandatos das Cúpulas, divulgar os mandatos da Quarta Cúpula das Américas e promover sua implementação, a Secretaria publicou o Quarto Volume da série “**Documentos Oficiais do Processo de Cúpulas das Américas**”, os **Boletins Informativos das Cúpulas** e atualizou a página na Internet [www.cupuladelasamericas.org](http://www.cupuladelasamericas.org) (em inglês [www.summitoftheamericas.org](http://www.summitoftheamericas.org)) sobre os mandatos em cada um dos temas da agenda interamericana.

No nível das informações, a Secretaria de Cúpulas conta com um banco de dados de cerca de 4.600 organizações da sociedade civil, 700 organizações indígenas e cerca de 1.000 agremiações do setor privado, aos quais envia periodicamente informações sobre as atividades da Organização e as relacionadas com o Processo de Cúpulas das Américas. Esse banco de dados tem permitido divulgar informações às organizações mencionadas de maneira que se gere uma dinâmica de *feedback* entre a Secretaria-Geral, os Estados membros e as organizações sociais na implementação dos mandatos das Cúpulas.

A Secretaria apoiou também, técnica e logisticamente, o Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, do Conselho Permanente da Organização.

Finalmente, e no intuito de apoiar as tarefas de implementação e acompanhamento dos mandatos das Cúpulas, a Secretaria mobilizou recursos financeiros externos dos Estados membros (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Estados Unidos, México, Trinidad e Tobago, Nicarágua e Guiana), de membros do GTC (BID e CAF), bem como de órgãos governamentais e do *Open Society Institute* (OSI).

## **ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO**

No âmbito do artigo 115 da Carta da OEA e de acordo com a ação e a política decidida pela Assembléia Geral e com as respectivas resoluções dos Conselhos, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, oferece serviços consultivos ao Secretário-Geral e responde pelas atividades de que este o encarrega.

### **Escritório do Secretário-Geral Adjunto**

O Escritório do Secretário-Geral Adjunto prestou serviços de assessoramento ao Secretário-Geral, apoiou as atividades de diversas dependências da Secretaria-Geral e realizou esforços para apoiar os Estados membros na busca de soluções de temas de importância crítica para eles.

Na sua condição de Secretário da Assembléia Geral, o Secretário-Geral Adjunto coordenou os serviços técnicos e operacionais para a realização do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em junho de 2006, em Santo Domingo, República Dominicana. Também supervisionou os serviços técnicos preparatórios do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a realizar-se na Cidade do Panamá, Panamá, em junho de 2007.

O Escritório da Secretaria da Assembléia Geral, da Reunião de Consulta, do Conselho Permanente e de Órgãos Subsidiários assistiu os Representantes Permanentes dos Estados membros e Observadores Permanentes na preparação e realização das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho, bem como nas sessões solenes em que se receberam Chefes de Estado e de Governo. Também prestou apoio às reuniões conjuntas do Conselho com a Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) e às reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI sobre o Projeto de Carta Social das Américas.

No período abrangido por este relatório, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto coordenou uma série de reuniões especiais e privadas do Conselho Permanente, reuniões conjuntas do Conselho Permanente e da CEPCIDI para tratar do tema de bolsas de estudo, bem como reuniões periódicas de coordenação entre os Presidentes do Conselho e os coordenadores regionais.

Este apoio e coordenação foram prestados igualmente a outras instâncias, como ao Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), à Reunião dos Estados Partes da Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA), e às reuniões da Comissão Consultiva da CIFTA, à Comissão Especial contra a Criminalidade Organizada Transnacional, ao Grupo Especial de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar um Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância e ao Órgão de Consulta Conjunto da Comissão de Segurança Hemisférica e da CEPCIDI sobre Desastres Naturais e Gestão de Riscos.

Com a entrada em vigor da Ordem Executiva N° 05-13 Rev. 1, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto passou a ter sob sua responsabilidade – além de desempenhar as funções estatutárias de Secretaria da Assembléia Geral, das Reuniões de Consulta, do Conselho Permanente e de Órgãos Subsidiários – o Escritório de Conferências e Reuniões; o Escritório de Serviços Culturais, que inclui a Biblioteca Colombo e o Museu de Arte das Américas; o Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros; e o Escritório de Coordenação de Unidades Especializadas, entre as quais se encontram a Secretaria Permanente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Direção-Geral do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), a Secretaria da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e a Secretaria da Comissão Interamericana de Portos (CIP).

Como não têm sido atribuídos recursos do orçamento operacional ao Escritório de Coordenação de Unidades Especializadas e ao Escritório de Serviços Culturais, estas áreas carecem de um coordenador específico. Apesar de seus recursos humanos limitados, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto tem mantido um sistema de comunicação e consulta com as entidades especializadas, o qual inclui reuniões periódicas entre o Secretário-Geral Adjunto e os diretores das unidades e o estabelecimento de ligações ou pontos focais para cada unidade dentro do Escritório do Secretário-Geral Adjunto. Além disso, o Escritório teve êxito em reativar o Grupo de Amigos do Museu de Arte das Américas e, com o apoio dos Estados membros, criou um grupo de apoio semelhante para a Biblioteca Colombo. Esses grupos, compostos pelos Representantes Permanentes dos Estados membros e representantes do setor privado, empreenderam uma iniciativa conjunta que tem o objetivo de melhorar o funcionamento dessas entidades, aprimorar a integração de programas e projetos no novo plano estratégico da Organização e aumentar a consciência pública acerca do patrimônio dos países e povos das Américas.

A Comissão de Mobilização de Recursos Externos, presidida pelo Secretário-Geral Adjunto e apoiada pelo Departamento de Relações Exteriores, trabalhou em estreita coordenação com o Escritório do Secretário-Geral e as Subsecretarias de Administração e Finanças, de Assuntos Políticos, de Segurança Multidimensional e de Desenvolvimento Sustentável. A Comissão de Mobilização de Recursos Externos formulou uma política de recuperação de custos indiretos e concentrou-se na melhoria das relações com os doadores existentes, inclusive os Observadores Permanentes, e no estabelecimento de novas relações com doadores potenciais, como fundações, entidades privadas e órgãos intergovernamentais. A Comissão de Mobilização de Recursos Externos também criou uma estrutura para apoiar o trabalho da Comissão de Avaliação de Projetos e simplificar os processos de aprovação de projetos e de arrecadação de fundos.

Além dos temas tratados por essas áreas, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto, por encargo do Secretário-Geral, vem coordenando as atividades de Secretaria relacionadas com os desastres naturais. Nesse sentido, trabalhou em estreita colaboração com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e os órgãos, organismos e entidades pertinentes do Sistema Interamericano. Prestou-se especial atenção aos casos particulares de desastres em países, tendo sido convocadas reuniões do Comitê Executivo da Comissão Interamericana para a Redução de Desastres Naturais. Também foram negociadas contribuições do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência para países afetados por desastres naturais.

A Secretaria-Geral Adjunta presta apoio ao Secretário-Geral nos assuntos políticos dos Estados membros da OEA e o representa em reuniões e foros. Em 2006, o Secretário-Geral Adjunto atuou como Presidente do Grupo de Trabalho sobre o Haiti, representando o Secretário-Geral em reuniões internacionais em que o tema foi abordado, reconstituiu o Grupo de Amigos do Haiti em Washington, D.C. e viajou ao país em diversas ocasiões para reunir-se com autoridades governamentais e partes interessadas. Em 2006, o Secretário-Geral Adjunto atuou, além disso, como Chefe de Missão da OEA no processo eleitoral da Guiana e no referendo nacional do Panamá.

### **Escritório de Conferências e Reuniões**

A missão do Escritório de Conferências e Reuniões (OCR) é identificar, modernizar, integrar e administrar os recursos alocados aos serviços de conferências que a Secretaria-Geral oferece aos órgãos políticos da Organização. O OCR é constituído pelo Escritório do Diretor e três seções encarregadas da coordenação dos serviços de conferências, idiomas oficiais e reprodução e distribuição de documentos e informações para os debates do foro político.

- Serviços de planejamento, gerência e direção

O OCR continuou desenvolvendo e integrando sua infra-estrutura de suporte e serviços às reuniões dos órgãos políticos e apoiou o planejamento, a organização e estrutura logística e de serviços para a realização de 670 reuniões da OEA, que implicaram a preparação e negociação de acordos e a mobilização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos da sede da OEA para os países anfitriões das reuniões da ordem de US\$927.944. Atualizou-se o sistema de calendário semestral e anual de reuniões e racionalizou-se o uso dos recursos para os serviços de conferências. Em apoio à CAAP, o OCR executou com êxito o controle e a gerência do Subprograma 21-C do Fundo Ordinário para o financiamento das reuniões não programadas da OEA, inclusive a realização do Trigésimo Primeiro Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral em janeiro de 2006.

Com o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), o Escritório substituiu e modernizou a planta de equipamentos e diversas instalações dos serviços de conferências. As instalações da Secretaria-Geral para reuniões possuem equipamentos do mais alto nível tecnológico. A sala de conferências Libertador Simón Bolívar, completamente reformada e em funcionamento, possui equipamentos de primeira linha com capacidade para os mais sofisticados serviços multimídia de áudio e vídeo, integrados e compatíveis com serviços de videoconferência em tempo real em quatro idiomas.

O OCR renovou a totalidade de seus equipamentos de reprodução de documentos com máquinas digitais rápidas. Renovou o sistema de arquivos e de recuperação de documentos no Centro de Documentação que presta serviços ao Conselho Permanente na Sala de Conferências Libertador Simón Bolívar.

O OCR e o Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros concluíram a implementação da reforma dos procedimentos administrativos no Sistema OASES para as reuniões da Organização. Com o DTI a OCR manteve funcional a plataforma computadorizada de serviços



de conferências e o acesso via Internet a estes serviços. Todos os usuários podem verificar de maneira remota o calendário de reuniões, obter documentos oficiais e ter acesso ao banco de dados de referências.

- Serviços de Conferências

Em matéria de conferências, o OCR coordenou na Sede 670 reuniões dos órgãos políticos e técnicos, do Conselho Permanente e seus órgãos subsidiários, do CIDI e seus órgãos subsidiários e dos demais órgãos e organismos especializados, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e Instituto Interamericano da Criança (IIN). Nos Estados membros, foram realizadas 60 reuniões de alto nível, como o Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, o Trigésimo Sétimo e o Trigésimo Oitavo Períodos Ordinários de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), reuniões técnicas da CIDH, CITEL, CICAD, Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) e outras reuniões. Neste período, o OCR atualizou um calendário semestral das reuniões da Organização, como instrumento para a racionalização do uso dos recursos necessários para os serviços de conferências.

- Serviços de Idiomas

O OCR proporcionou serviços de tradução e interpretação simultânea nos quatro idiomas oficiais a todas as reuniões de órgãos, organismos e entidades da Organização, na sede e nos Estados membros, cujo número chegou a 670 eventos. Foram traduzidas mais de 44.000 páginas para os quatro idiomas oficiais. Deu-se continuidade à política de renovação de equipamentos e programas para os serviços de idiomas (Trados) e o glossário quadrilíngüe denominado MultiTerm. A Seção continuou ampliando seu registro de tradutores e intérpretes independentes com profissionais dos Estados membros, e um intérprete administrador foi incorporado ao quadro de pessoal do OCR. Deu-se continuidade aos contatos interinstitucionais para o intercâmbio de glossários e terminologia com outros órgãos internacionais e se ampliou a biblioteca eletrônica de documentos da OEA na Internet. Realizou-se um esforço adicional para enriquecer o número de tradutores e intérpretes residentes em todos os Estados membros, o que implica poupanças potenciais aos países anfitriões das reuniões fora da sede.

- Serviços de Documentos e Informação

O OCR reproduziu e distribuiu documentos oficiais da Organização, inclusive a impressão dos documentos mestres, a multiplicação de suas cópias, a distribuição e o armazenamento. O OCR ofereceu apoio às Missões Permanentes dos Estados membros e aos Observadores Permanentes no processo de busca de informações. Segue o resumo das principais linhas das atividades em que a Seção participou do período:

- Impressão e distribuição de 5.345 documentos individuais, que representam em seu conjunto uma tiragem total de 4.476.932 de páginas.

- Impressão e distribuição de 9.325 convites para as áreas do Museu de Arte das Américas e o Escritório de Protocolo.
- Armazenamento de informações e gestão de documentos por meio do sistema IDMS
- Fortalecimento, juntamente com o DPC, da possibilidade de oferecer acesso a um grupo mais numeroso de pessoas nos Estados membros às sessões dos Corpos Políticos e outros eventos de grande relevo, utilizando a metodologia de transmissão via Internet conhecida como Webcast.

### **Escritório de Serviços Culturais**

O Escritório de Serviços Culturais foi estabelecido pela Ordem Executiva N° 05-13 Rev. 1. Coordena as atividades da Biblioteca Colombo e do Museu de Arte das Américas.

- **Biblioteca Colombo**

A Biblioteca Colombo foi criada pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. Funciona como um centro de informações e documentação, que oferece informações essenciais à Secretaria-Geral da OEA, às Missões Permanentes, à comunidade diplomática e aos usuários externos interessados no trabalho da Organização e do Sistema Interamericano. É depositária, além disso, da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, da União Pan-Americana e do Sistema Interamericano.

No período informado, a Biblioteca continuou seu Projeto de Preservação e Digitalização, que proporcionará imagens digitais para um grupo seletivo de resoluções e declarações do Conselho Permanente e de atas e documentos da Assembléia Geral, a que se poderá ter acesso on-line pela Internet.

Recentemente, a Biblioteca Colombo adquiriu o programa *Library.Solution* para facilitar a criação de um sistema integrado de biblioteca automatizada. Esse sistema automatizará todas as funções da biblioteca, inclusive as aquisições, as séries, a circulação, os documentos da OEA e a catalogação. A *The Library Corporation* forneceu, além disso, códigos de barra para 54.098 materiais no banco de dados do Catálogo de Acesso Público On-Line da Biblioteca (OPAC). Esses códigos de barra identificam cada artigo individual e serão usadas para associar materiais, usuários e expedientes administrativos. Quatro mil desses códigos de barra foram já colocados nos livros.

O acervo da Biblioteca continua aumentando, fundamentalmente com base em doações que permitem suplementar seu limitado orçamento. A Unidade de Aquisições recebeu e processou 1.960 novos livros e publicações periódicas e preparou 35 ordens de compra de requisições recebidas de outros departamentos da OEA para a compra de livros e outros materiais. Também foram agregados à coleção 5.243 documentos das Nações Unidas.

A Unidade de Referência respondeu pela circulação de 13.142 livros e de 1.121 publicações periódicas e atendeu a 6.001 solicitações de informações. A Unidade de Controle de Documentos também teve um aumento em seu volume de trabalho, atendendo a 1.585 solicitações. A Unidade de Administração de Arquivos respondeu a 290 solicitações.

A capacidade do serviço de referência aumentou com o uso de diversos bancos de dados. A Biblioteca é assinante de *First Search* e tem acesso às informações de 70 bancos de dados que abrangem uma ampla gama de temas em milhares de bibliotecas no mundo. Tem, também, acesso a 5,9 milhões de artigos em texto eletrônico de 9.000 publicações periódicas, incluindo 3.500 revistas eletrônicas. A versão de busca na rede do *Hispanic American Periodicals Index* (HAPI) proporciona informações mundiais sobre a América Central, a América do Sul, o México, o Caribe, a região de fronteira entre Estados Unidos e México e sobre a população hispânica nos Estados Unidos. A Biblioteca continua tendo acesso ao *WorldCat*, que é o Banco de Dados da Série de Tratados das Nações Unidas, e ao *Lexis-Nexis*. Também mantém a assinatura da *The Economic Intelligence Unit – Selected Country Profiles and the Official Document System of the United Nations OnLine*.

No período, foram recebidos 21.600 documentos, que foram processados e distribuídos. Foi preciso preparar ajudas de busca para a recuperação destes documentos. O Acervo de Documentos compreende 320.370 arquivos históricos em formato papel dos anos 1960-2006. A Série de Arquivos Oficiais da OEA também foi processada, micro-filmada e distribuída a bibliotecas universitárias e especializadas. Sua venda contribuiu para que a Biblioteca cumprisse o mandato de buscar fontes externas de financiamento, tendo sido depositados US\$23.689 na Conta Hipólito Unanue. Finalmente, foram compilados, publicados e distribuídos os índices analíticos correspondentes às sínteses das decisões tomadas nas sessões e aos textos das resoluções e declarações aprovados nos anos 2002, 2003 e 2004.

Nesse período, a Biblioteca Colombo montou seis exposições: *O Salão Simón Bolívar, Alberto Lleras Camargo, Selos e Medalhas; Livros Raros – Espanha* (por ocasião da visita da *Agrupación Hidalga* da Espanha); *Museu de Arte das Américas* e *Jóias da Coleção de Livros Raros da Biblioteca Colombo*.

Em 1994, foi criado o Grupo de Amigos da Biblioteca Colombo, integrado principalmente pelos Embaixadores das Missões Permanentes e das Missões de Observadores Permanentes. A função do Grupo é prestar assistência à Biblioteca Colombo em algumas de suas atividades e divulgá-las. O Grupo reuniu-se freqüentemente em 2006, e diversos países fizeram doações por intermédio de seus Embaixadores/Representantes.

- Museu de Arte das Américas

O Museu de Arte das Américas foi criado em 1976 por resolução do Conselho Permanente a fim de promover a produção artística, o entendimento e a cooperação cultural no Hemisfério. O museu coleciona e conserva obras de mérito artístico e histórico no acervo permanente e materiais de documentação nos arquivos de arte, organiza exposições em sua sede e fora dela, fornece serviços de referência e realiza atividades educacionais e culturais. Sua audiência principal é o público em geral e os estudantes, pesquisadores e colecionadores com interesse especial pela arte dos países membros.

Em 2006, o Museu apresentou sete exposições de arte: *Geometria e Gesto* no acervo permanente (março-julho, 62 obras); *Fotografia Contemporânea* no acervo permanente (maio-junho, 52 obras); *New Possessions, Jamaican Artists in the United States* (agosto-outubro, 44 obras);

*Rompendo Fronteiras, fotografia e arte digital da comunidade salvadorenha* (novembro-janeiro, 54 obras); *Documented: the Community Blackboard*, instalação interativa sobre o tema de imigração conceitualizada por Muriel Hasbum de El Salvador (novembro-janeiro); *Seleções do Acervo: Artistas da América Central* (novembro-janeiro, 28 obras) e *Novas Aquisições 2006* (dezembro-fevereiro, 10 obras). Também se organizou a exposição itinerante *Arte da Gravação*, uma seleção de arte gráfica do acervo permanente que viajou em fevereiro de 2007 para o *Latin Cultural Center*, em Dallas, Texas. Algumas dessas exposições foram resenhadas em artigos no *The Washington Post* (10 de junho, 13 de agosto 13 e 15 de dezembro de 2006), no *The Washington Times* (17 de setembro de 2006), no *The Washington Post Express* (3 de agosto de 2006), no *The Washington Examiner* (2 de dezembro de 2006), no *The Jamaica Gleaner* (15 de outubro 15 de 2006), no *Caribbean Net News* (7 de agosto de 2006) e no *The Miami Herald* (2 de julho de 2006).

Fontes externas contribuíram para o financiamento parcial de algumas das exposições. *New Possessions* foi apoiada pelo *Jamaica National Group of Companies*, *Grace Financial Services, Limited National Investment Bank of Jamaica*, *Western Union*, *Air Jamaica*, *Grace Foods International*, *Inter-American Culture & Development Foundation (ICDF)*, *Inter-American Development Bank Cultural Center*, *Jamaica Tourist Board*, *Mayberry Investments*, *Red Stripe*, *Victoria Mutual Building Society* e *The Friends of the Art Museum of the Americas*; *Rompendo Fronteiras* recebeu apoio da *DC Commission on the Arts and the Humanities*, *Bancomercio*, *Enterprise Database Corporation*, *HI Construction Company*, *Latin Travel Express*, *Mango y Mar*, *Martinez and Associates LLC - Remax*, *Restaurante El Tamarindo* e *Vilchez and Associates Real Estate*.

O Museu, além disso, emprestou 10 gravações do acervo permanente de Carlos Mérida ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para a exibição *Guatemala: Passado e Futuro* e uma pintura de Humberto Calzada ao *Lowe Art Museum* em Miami, Flórida, para a exposição *Humberto Calzada: In Dreams Awake*. Obras do acervo permanente foram reproduzidas em diversas publicações acadêmicas, incluindo *Art History* de Marilyn Stokstad (Prentice Hall); *The Language of Objets in the Art of the Américas*, de Edward J. Sullivan (Yale University Press), *Latin America: A Concise Interpretive History*, de Burns-Charlip (Prentice Hall); *Mexico and Modern Printmaking: A Revolution in the Graphic Arts 1920-1950* (Philadelphia Museum of Art) e *World Masterpieces* (Penguin Literature). No âmbito da atividade de “arte-no-escritório”, 214 obras do acervo estão cedidas em empréstimo a escritórios e áreas públicas dos edifícios da sede.

Em 2006, o Museu incorporou 16 doações ao acervo permanente. A colecionadora Lucille Espinosa doou duas pinturas de Roberto Matta do Chile e uma pintura de Enrique Grau da Colômbia e a colecionadora Bernice Weinstein doou três obras de Marcelo Bonevardi da Argentina, uma pintura de Rogelio Polesello da Argentina e duas obras de Pedro Friedeberg do México.

No período, o Museu programou diversas atividades educacionais ao público em geral. Ofereceram-se visitas guiadas e sessões informativas a 1.233 pessoas provenientes de universidades, liceus, colégios e outras associações educativas ou culturais. Além disso, 310 pessoas assistiram a conferências, mesas-redondas e *workshops* de arte organizados pelo Museu.

Informações didáticas sobre as exposições e sobre o acervo com catálogos, brochuras, vídeos e por intermédio da página do Museu na Internet continuaram a ser fornecidas. Em 2006, a exposição da Jamaica teve um catálogo em cor de 44 páginas e um vídeo de entrevistas com os artistas participantes; a exposição de El Salvador foi ilustrada com um catálogo em preto-e-branco de 45 páginas. Além disso, em 2006 o Museu editou 10 vídeos documentando exposições e *workshops* (três para a página do Museu) e um CD comemorativo por ocasião do 30º aniversário de sua criação.

A demanda de serviços de referência continua crescendo, e o Museu respondeu a solicitações de informações de estudantes, pesquisadores de arte e público em geral, bem como de departamentos da Secretaria-Geral e das Missões. O Museu também distribuiu 3.000 imagens digitais relacionadas com exposições e coleções para atender a solicitações de diversas fontes. Por outro lado, em 2006 o Museu participou pela primeira vez com um quiosque na *Fiesta DC Latino Festival* e continuou colaborando com o consórcio local de museus *Neighbors to the President*, que em 2006 editou um *walking tour script* acerca da arquitetura histórica de cada museu.

O Museu forneceu apoio técnico, no âmbito das exposições “semanas de arte”, à Missão do Canadá para sua exposição de artesanato *All About Alberta* (44 obras) e à Missão do Panamá. Também prestou apoio técnico ao Departamento de Desenvolvimento Sustentável na realização do concurso de desenho do logotipo para a Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável, à Comissão Interamericana de Mulheres para a realização e instalação de um mural móvel criado por meninas sobre o tema “Mulher e Paz”, à Associação de Funcionários na realização da “VIII Exposição Anual de Arte” e a AROAS para um concurso de fotografia.

Em 2006, os visitantes do Museu e os participantes de seus programas em outros locais foram de aproximadamente 12.000 pessoas. A receita proveniente das vendas de vídeos, diapositivos, catálogos, direitos de reprodução e do aluguel do edifício do museu neste período foi de US\$10.539.

No período, o Museu continuou beneficiando-se do apoio do Grupo dos Embaixadores Amigos do Museu, cujo Presidente fez uma apresentação ao Conselho Permanente no contexto do 30º aniversário do Museu, em dezembro de 2006.

### **Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral**

Em 2006, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto, por intermédio do Escritório de Coordenação, realizou visitas às instalações dos Escritórios da OEA nos Estados membros e manteve consultas com estes. Essa atividade permitiu um melhor conhecimento da realidade desses Escritórios, promoveu a confiança e estabeleceu relações de trabalho mais estreitas entre eles e a sede. O Escritório de Coordenação também realizou esforços para melhorar os custos e o funcionamento adequado dos Escritórios, bem como para avaliar como estão sendo implementadas as novas estratégias e diretrizes de gestão para melhorar sua eficiência e produtividade.

Com a finalidade de otimizar a representação no campo, em consulta com o Departamento de Recursos Humanos, as funções e responsabilidades dos representantes da OEA nos países foram atualizadas para refletir uma equipe mais proativa e que responda melhor às prioridades e mandatos da OEA. O Escritório de Coordenação e o Departamento de Recursos Humanos estão preparando um manual sobre protocolo, responsabilidades e direitos para assistir aos representantes da OEA no desempenho e cumprimento de suas tarefas no campo.

O Escritório de Coordenação estabeleceu uma página na Internet específica para os Escritórios da OEA nos países, que conterá um banco de dados para os relatórios anuais de cada país correspondentes a 2005-06. Este site dará acesso a todos os regulamentos e memorandos administrativos e financeiros. Ele também incluirá informações sobre as atividades dos Escritórios, as estratégias de gestão do Escritório de Coordenação e outras informações relacionadas.

No período, os Escritórios tiveram seus veículos obsoletos substituídos e foram equipados com 21 computadores e 17 scanners novos. Esse equipamento e a instalação de um sistema de telefonia por Internet (VoIP) aumentaram significativamente a capacidade de comunicação e a eficiência operacional dos Escritórios.

## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

A Subsecretaria de Assuntos Políticos foi estabelecida mediante a Ordem Executiva 05-13, Rev. 1 e é constituída pelo Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais, pelo Departamento para a Promoção da Governabilidade e pelo Departamento para a Promoção da Democracia.

### **Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais**

O Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais (DPCME) tem como função principal apoiar o Secretário-Geral na prevenção e atenção a crises político-institucionais que ocorram ou possam ocorrer na região. O Departamento visa a integrar a capacidade institucional de análise política e de prevenção, gestão e resolução de crises e conflitos. Como parte desse esforço está desenvolvendo uma metodologia de análise de múltiplos cenários que lhe permita fazer a análise política de diversas situações com base em indicadores qualitativos e quantitativos, com o objetivo final de recomendar cursos de ação ao Secretário-Geral.

Na área de fortalecimento da capacidade institucional, o DPCME organizou dois seminários, o primeiro na República Dominicana e o segundo em Santiago do Chile. Os objetivos destes eventos foram apresentar e analisar as lições aprendidas das experiências da OEA e de seus Estados membros para preservar e fortalecer as instituições democráticas, bem como promover o diálogo sobre oportunidades, desafios e perspectivas futuras para a Organização na prevenção, gestão e solução de crises.

Em 2006 o Secretário-Geral da OEA, em resposta à solicitação das autoridades nicaragüenses e em conformidade com as disposições da Carta Democrática Interamericana e da Carta da OEA, enviou uma Missão de longo prazo para acompanhar de maneira integral o desenvolvimento do processo eleitoral nesse país. O Senhor Gustavo Fernández, Representante Especial do Secretário-Geral e Chefe de Missão, dirigiu a Missão constituída por uma equipe política e técnica de alto nível, bem como por 85 observadores internacionais de mais de 20 Estados membros. Cumpre mencionar que este acompanhamento integral foi realizado um ano depois de superada a crise político-institucional que afetou o país. Durante 10 meses, a OEA acompanhou *in situ* os aspectos políticos, jurídicos e técnicos do processo para a eleição de autoridades regionais, legislativas e presidenciais. Além disso, facilitou a interlocução de um amplo espectro de atores, por meio de seu acompanhamento às autoridades nacionais e ao povo nicaragüense, na busca de caminhos de entendimento dos desafios políticos e técnicos inerentes ao processo.

Além disso, o Secretário-Geral da OEA continuou a oferecer seu apoio aos esforços do Governo equatoriano para assegurar a estabilidade do sistema democrático e o desenvolvimento do processo eleitoral. O Secretário-Geral atendeu ao convite das autoridades da Corte Suprema de Justiça para comemorar um ano de seu funcionamento desde seu restabelecimento em 2005, depois da crise político-institucional que afetou o país. A Senhora Sonia Picado, Representante Especial do Secretário-Geral da OEA, participou das atividades nas quais foram analisados os avanços e os desafios para o fortalecimento da função judicial como um dos pilares do sistema democrático. Além disso, a OEA intensificou o acompanhamento ao processo eleitoral com a designação do Senhor José Antonio Viera-Gallo como Convidado Especial do Secretário-Geral

da OEA para ajudar nos esforços de observação eleitoral, bem como para apoiar os atores pertinentes na busca de caminhos de entendimento dos desafios políticos e técnicos inerentes ao processo. O acompanhamento da OEA estendeu-se às autoridades do novo Governo eleito, inclusive antes de sua tomada de posse, por meio de missões pós-eleitorais (ou exploratórias) que puseram à sua disposição o eventual apoio da Secretaria-Geral da OEA em matéria política.

Neste período, o Departamento acompanhou o processo da Assembléia Constituinte da Bolívia como resultado do acordo assinado em 20 de abril de 2006 pelo Secretário-Geral da OEA e pelo Ministro das Relações Exteriores da Bolívia. Mediante este acordo foi criada a Missão Especial de Apoio ao Processo Constituinte e de Autonomias com o objetivo de proporcionar ajuda técnica e política ao Governo desse país. A OEA proporcionou ajuda em técnicas legislativas e em técnicas de diálogo parlamentar e negociação para os legisladores.

Em 2006, a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), da OEA, participou de 14 desmobilizações das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Neste período, a MAPP/OEA: i. verificou o desmonte real da estrutura militar das AUC; ii. acompanhou a situação de ordem pública em diversas regiões do país em que estavam presentes as AUC antes de sua desmobilização; e iii. verificou o processo de reinserção de mais de 30.000 ex-combatentes das AUC. Na mesma ordem, a Missão iniciou o acompanhamento da implementação da Lei 975 (Lei de Justiça e Paz), âmbito legal aplicável aos desmobilizados das AUC no Processo de Paz que lidera o Governo colombiano com este grupo armado irregular. Finalmente, em 2006 a MAPP/OEA concluiu a implementação de seu projeto piloto no município de Terralta, Córdoba, com a capacitação de mais de 50 líderes comunitários como “conciliadores em equidade”, com o objetivo de contribuir para a solução pacífica de controvérsias nas respectivas comunidades.

Além disso, o Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais continuou seu trabalho de facilitação política internacional por intermédio do Fundo da Paz, especialmente no tocante à diferença entre Belize e a Guatemala. Neste sentido, a SG/OEA, por intermédio do Representante Especial do Secretário-Geral para Belize e a Guatemala, tem facilitado as negociações que se desenvolvem no âmbito do “Acordo sobre o Contexto de Negociação e Medidas de Fortalecimento da Confiança” entre os governos de Belize e da Guatemala assinado em 7 de setembro de 2005.

Por outro lado, o Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Zona de Adjacência vem realizando uma série de verificações e atividades de apoio a diversas instituições de Belize e Guatemala, incluindo as forças armadas. Além disso, estão sendo realizados projetos que incentivam a integração das comunidades na Zona de Adjacência e projetos de reassentamento de comunidades.

No período abrangido por este relatório, o Departamento continuou a implementar o Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático (PCA), cujo objetivo principal é gerar capacidade institucional e fortalecer estratégias locais, nacionais e sub-regionais para facilitar processos de diálogo político e estabelecer mecanismos para a gestão de conflitos nos países da América Central. O PCA dedicou-se principalmente a promover o desenvolvimento de espaços institucionais para o tratamento de ameaças à governabilidade oriundas do campo da



segurança, proporcionando espaços nacionais e regionais de cooperação entre as autoridades e a cidadania organizada. Neste contexto foi realizado o fórum “Governabilidade Democrática, Segurança Cidadã e Colaboração Estado-Sociedade Civil” entre 19 e 21 de abril de 2006 no Panamá. Este fórum reuniu Ministros da Segurança Pública, legisladores da região encarregados do tema de segurança, o PARLACEM e a comissão consultiva do SICA, bem como peritos de destaque de organizações civis de prestígio.

Está atualmente em processo de ampliação para outros países da América Central o programa de Facilitadores Judiciais Rurais na Nicarágua, cuja etapa inicial concluiu em 2006. O objetivo do programa foi conseguir reforçar o acesso à justiça para o cidadão que habita nas áreas rurais mais isoladas da Nicarágua. O programa abrangeu 68 municípios nas regiões Central e Atlântica da Nicarágua onde vivem mais de 345 mil pessoas. O programa de Facilitadores Judiciais Rurais, em coordenação com o Supremo Tribunal de Justiça, conseguiu estabelecer uma estrutura de cerca de 50 facilitadores judiciais devidamente capacitados.

### **Departamento para a Promoção da Governabilidade**

O Departamento para a Promoção da Governabilidade foi criado pelo Secretário-Geral em 2006 com a missão de fortalecer a governabilidade por meio da construção de uma cidadania democrática. Com base nesta visão foram aprovados um plano de trabalho e uma série de produtos a serem implementados no contexto de quatro projetos gerais. Figura, a seguir, um resumo dos avanços destes projetos em 2006, bem como de outras atividades realizadas pelo Departamento.

- Direito à identidade e construção da cidadania

Uma das metas estabelecidas pelo Departamento foi “iniciar a discussão hemisférica entre peritos e responsáveis pela tomada de decisões de política para promover o direito à identidade como fundamento para o exercício de outros direitos e inserir o tema na agenda política dos países membros.” Neste âmbito, foi formulado um programa de direito à identidade na América Latina; teve início uma relação de trabalho com o Conselho Latino-Americano de Registros Cíveis e Estatísticas Vitais (CLARCIEV); foram realizadas missões de trabalho à Bolívia, Colômbia, Brasil e Peru; realizaram-se reuniões com Representantes Permanentes de 13 Estados membros e teve início a preparação de projetos e atividades sobre identidade e participação do cidadão.

A realização mais importante com relação a este tema em 2006 foi a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) sobre registro cidadão universal entre a OEA, o BID e o UNICEF, instrumento esse que estabelece as bases para a cooperação entre as três entidades e para a realização de atividades conjuntas.

No Caribe de língua inglesa, o Departamento continuou o fortalecimento das capacidades institucionais dos registros cíveis, incluindo a abertura de um sistema de registro civil computadorizado em São Vicente e Granadinas em março. Além disso, progrediu-se significativamente na digitalização do registro civil na Dominica e foram assinados dois acordos de cooperação com Antígua e Barbuda. Além disso, foi concluído um estudo comparativo dos registros cíveis da região. Em junho, o pessoal do Departamento viajou ao Haiti para conhecer

diretamente a situação do registro civil nesse país, com o objetivo de iniciar um projeto de modernização do mesmo.

- Participação do cidadão e transparência: Acesso à informação pública

O Departamento promoveu a análise do acesso à informação pública como uma chave para a governabilidade democrática, bem como um mecanismo de participação do cidadão. Ao longo do ano realizaram-se reuniões com peritos e organizações que trabalham no tema e participou-se da sessão especial do Conselho Permanente sobre acesso à informação pública, na qual se fez uma apresentação sobre a importância do acesso à informação pública para a governabilidade democrática. Finalmente, em novembro, o Departamento teve a oportunidade de co-patrocinar e fazer apresentações sobre seu trabalho em dois eventos relacionados com o tema no Chile e na Dominica.

- Os desafios à governabilidade democrática nos processos de descentralização: Saldo e perspectivas

Este programa funciona como secretaria técnica da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD), estabelecida para contribuir para o cumprimento de compromissos assumidos nas Cúpulas. Nessa condição tem colaborado com a presidência da Rede exercida pelo Brasil e com as vice-presidências exercidas pelo Chile, Costa Rica, Jamaica e México. Tem-se dado ênfase ao intercâmbio de informações e à coordenação com outras dependências da Secretaria-Geral que implementam programas de governo local, tais como a Secretária Executiva de Desenvolvimento Integral, e continua a coordenação interna para a integração deste tema com outros temas do Departamento.

O programa de descentralização, além disso, dedica-se a analisar a relação entre descentralização e governabilidade e tem dado ênfase especial ao fortalecimento de relações com os atores da descentralização, participando de eventos-chave sobre o tema e divulgando informações sobre o papel da OEA no mesmo. Prestou-se também apoio para a assinatura, em junho de 2006, de um acordo-quadro de cooperação entre a Secretaria-Geral e a Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA).

- Acesso à justiça e Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas

Nesse período, o Departamento realizou atividades preparatórias para a elaboração de um documento sobre a situação do acesso à justiça nos países da região e, juntamente com o Departamento de Educação e Cultura, apoiou a execução do Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas. Igualmente formou um grupo de coordenação de representantes ministeriais; realizou de 17 a 19 de abril de 2006 em Bogotá a primeira reunião do Grupo Assessor do Programa Interamericano; criou um site para o Programa que teve início em junho de 2006; organizou um Seminário Internacional sobre Boas Práticas em Educação para a Cidadania, realizado em julho de 2006 na Cidade do México; e publicou duas edições do boletim eletrônico do Programa.

## **Departamento para a Promoção da Democracia**

As atividades que desenvolve o Departamento para a Promoção da Democracia (DPD) em matéria eleitoral respondem à integração de diversos mandatos em um esforço no sentido de contribuir para a realização de eleições mais transparentes, eficazes e eficientes em todo o Hemisfério, que garantam o respeito aos direitos políticos de todos os cidadãos. Com este objetivo, o Departamento se tem especializado na promoção e apoio ao fortalecimento dos sistemas e instituições eleitorais e contribui para a realização de eleições transparentes e confiáveis por intermédio de suas Missões de Observação Eleitoral (MOE) nos países membros da Organização.

O ano de 2006 foi um período excepcional no Hemisfério pela quantidade de processos eleitorais realizados. Em um bom número deles a OEA atuou na qualidade de observador e/ou como fornecedor de assessoramento e assistência técnica. Neste sentido, enviou 13 Missões de Observação Eleitoral a 11 de seus Estados membros, contando com a participação de uma numerosa equipe de observadores internacionais e especialistas no tema. As MOEs realizadas de março a dezembro de 2006 foram as seguintes:

- Bolívia: Eleições Assembléia Constituinte (2 de julho de 2006)
- Nicarágua: Eleições Regionais da Costa Atlântica Norte e Sul (5 de março de 2006)
- Colômbia: Eleições Legislativas (12 de março de 2006) e Eleições Presidenciais (28 de maio de 2006)
- El Salvador: Eleições Municipais e de Congresso (12 de março de 2006)
- Peru: Eleições Presidenciais e Legislativas (9 de abril e 4 de junho de 2006)
- República Dominicana: Eleições Legislativas e Municipais (16 de maio de 2006)
- Guiana: Eleições Presidenciais e Legislativas (28 de agosto de 2006)
- Equador: Eleições Presidenciais e Legislativas (15 de outubro e 26 de novembro de 2006)
- Panamá: Referendum relacionado com a expansão do Canal do Panamá (22 de outubro de 2006)
- Peru: Eleições Regionais e Municipais (19 de novembro de 2006)
- Venezuela: Eleições Presidenciais (3 de dezembro de 2006)
- Santa Lúcia: Eleições Gerais (11 de dezembro de 2006)

Em matéria de Assistência Técnica, o DPD continuou a desenvolver e apoiar iniciativas destinadas a aumentar a transparência, eficiência e credibilidade dos processos eleitorais. Para conseguir esse objetivo, a área eleitoral prestou assistência nos seguintes temas às autoridades eleitorais de diversos países membros:

- Fortalecimento Institucional
- Modernização de sistemas eleitorais
- Automação de processos eleitorais
- Modernização dos registros civis
- Educação cívica e promoção da participação do cidadão
- Análise e Investigação

- Promoção da cooperação horizontal

- Colômbia

Em 2006 o programa de Assistência Técnica ao Registro Nacional do Estado Civil da Colômbia, em cooperação com a Gerência de Informática, realizou um trabalho de acompanhamento e controle que permitiu a essa entidade dispor de uma ferramenta de avaliação permanente dos procedimentos, infra-estrutura instalada e demais processos integrais realizados durante os simulações e processos eleitorais de 2006.

- Equador

O apoio ao Tribunal Supremo Eleitoral do Equador (TSE), que teve início em 2006 e continua em 2007, inclui produtos e serviços destinados a otimizar os processos internos do TSE, bem como a aumentar a efetividade e eficiência dos procedimentos eleitorais. Entre eles figuram o desenvolvimento de software para a padronização da plataforma informática, apoio à implementação do programa de voto no exterior, aplicação de programas que agilizem a transmissão de resultados e capacitação de pessoal de informática do TSE.

- Guatemala

A OEA e o IIDH/CAPEL vêm colaborando com o TSE da Guatemala, desde 2005, nas áreas de implementação das reformas eleitorais aprovadas, fortalecimento institucional do TSE e coordenação com a cooperação internacional. As atividades desenvolvidas em 2006 focaram o fortalecimento do TSE em matéria de sistemas informáticos de recenseamento e depuração do padrão eleitoral, campanhas de informação, atualização da cartografia eleitoral, plano de contato e conscientização a respeito das reformas eleitorais “de segunda geração”, plano de divulgação do processo eleitoral de 2007, plano de conformação e capacitação dos membros das mesas eleitorais, apoio ao planejamento e logística eleitorais, assessoramento no sistema de contagem de votos, transmissão de resultados e apoio nas atividades pós-eleitorais.

- Haiti

Em 2006, o Programa de Apoio Eleitoral da OEA no Haiti (ETAPH) continuou sua assistência às autoridades eleitorais e à realização das eleições presidenciais, legislativas, municipais e locais realizadas em diversas épocas do ano, principalmente com o apoio ao trabalho de informatização do Conselho Eleitoral Provisional (CEP) e na contagem, transmissão e divulgação de resultados.

- Honduras

Em 2006, o Programa de Apoio ao Regime Eleitoral da República de Honduras realizou, entre outras atividades, workshops de estudo, revisão e análise da Lei Eleitoral e das organizações políticas, no âmbito das eleições primárias e presidenciais de 2005. Contribuiu também para a reestruturação administrativa do TSE, que resultou na criação de uma nova estrutura organizacional, reclassificação e realocação do pessoal em novos cargos e listagem das necessidades de capacitação.

- Paraguai

Por meio do programa de Modernização do Registro do Estado Civil (MORECIV), a OEA presta assistência ao Ministério da Justiça e Trabalho do Paraguai na padronização da gestão de registro civil, mediante a aplicação de um avançado software de gestão dos registros.

- Outras atividades regionais

Como parte do trabalho que realiza o DPD com as autoridades eleitorais do Hemisfério, em 12 e 13 de setembro de 2006 foi levada a cabo a IV Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais na cidade de San Salvador, El Salvador. Os temas dessa reunião foram: “Os desafios à iniciativas de observação eleitoral” e “A velocidade, qualidade e confiabilidade nos sistemas de transmissão de resultados”. No âmbito dessa reunião foi apresentado site reativado da Rede Interamericana de Processos Eleitorais (RIPE), administrada pela OEA, a qual inclui informações pertinentes sobre os processos e órgãos eleitorais na região.

No âmbito do processo destinado a consolidar a teoria, a metodologia e a prática em matéria de observação eleitoral, em 2006 progrediu-se de forma significativa em uma iniciativa de “Sistematização e padronização de uma metodologia de observação eleitoral para a OEA.” Mediante este esforço visa-se a gerar um âmbito metodológico rigoroso e objetivo para a observação eleitoral, que permita à Organização aperfeiçoar e profissionalizar seus procedimentos e práticas da observação de processos eleitorais no Hemisfério, bem como sistematizar o acompanhamento das recomendações que a OEA faz em cada Missão de Observação Eleitoral.

No âmbito de seu esforço por consolidar e melhorar a prática da observação eleitoral, em 2006 o DPD também colaborou e interagiu com organismos contrapartes da ONU, com a União Européia e com o *Carter Center*, participando de eventos como a reunião sobre Princípios da Observação Eleitoral Internacional, patrocinada pelo *Commonwealth Secretariat* em maio e em um workshop de trabalho organizado pelo *Carter Center* em novembro sobre a observação de processos eleitorais e tecnologia eleitoral.

## **SUBSECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL**

A Secretária Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) é constituída pelo Escritório do Secretário Executivo e pelos Departamentos de “Acompanhamento, Políticas e Programas”; “Educação e Cultura”; “Desenvolvimento Social e Emprego”; “Ciência e Tecnologia”; “Comércio, Turismo e Competitividade” e “Desenvolvimento Sustentável”. Sua missão é apoiar os Estados membros em seus esforços para reduzir a pobreza e conseguir maior desenvolvimento econômico e social, apoiando o diálogo, no mais alto nível, dirigido a definir políticas e fixar prioridades nas áreas de desenvolvimento social, emprego, educação, cultura, ciência e tecnologia, comércio, turismo, competitividade e desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Além disso, promove, coordena e facilita a execução de programas, projetos e atividades nestas áreas, voltados especialmente ao fortalecimento institucional, construção de capacidades e implementação de políticas públicas eficazes.

### **Escritório do Secretário Executivo (OSE)**

Em 2006 a SEDI, por intermédio do Escritório do Secretário Executivo, apoiou os órgãos políticos no âmbito do CIDI, coordenando suas ações com os diferentes escritórios da Secretaria, vários dos quais organizaram reuniões ministeriais durante o ano. Continuou também a formular e implementar iniciativas de desenvolvimento que contribuem para o fortalecimento institucional, desenvolvimento de capacidade, estabelecimento de políticas bem-sucedidas de desenvolvimento e mobilização de recursos externos para apoiar esta causa. Nessas tarefas visa a basear suas atividades na promoção da cooperação horizontal entre os países membros, na colaboração com o setor privado e na formação de recursos humanos.

Em 2006 consolidou-se a relação de cooperação com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI) – a qual, mediante o programa *New Programming Approaches* (NPA), está apoiando quatro iniciativas implementadas pelo OSE – e deu-se um grande impulso à relação com o Instituto para a Conectividade das Américas (ICA), com o qual foi assinado um novo projeto de cooperação que garante um plano de trabalho de dois anos para a Rede de Líderes de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe (RED GEALC). Além disso, incorporou-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento ao grupo de entidades promotoras da RED GEALC, por intermédio da iniciativa Bens Públicos Regionais.

Na área de governo eletrônico, no âmbito da RED GEALC realizaram-se três workshops hemisféricos: Canadá (março), República Dominicana (agosto) e Colômbia (outubro), os quais reuniram os responsáveis pelo governo eletrônico dos países membros da RED GEALC e se dedicaram respectivamente à “experiência canadense em *e-government* (governo eletrônico)”, “modernização da gestão aduaneira por meio das tecnologias da informação e comunicação”, bem como “a interoperabilidade e a intranet governamentais”. Igualmente e mediante a iniciativa Fundo de Cooperação Horizontal (FOCOH) da mesma RED GEALC, em 2006 foram mobilizados 10 peritos da América Latina e do Caribe em *e-government* para compartilhar experiências. Ainda no mesmo ano a SEDI assumiu a liderança do *eGe* (*e-Government Effectiveness Task Force* – Força-Tarefa sobre Eficácia do governo eletrônico), um mecanismo

de coordenação e colaboração entre instituições constituído pelo Banco Mundial, BID, OEA, UNDESA, CEPAL, ICA e *Foundation Development Gateway*.

Nesse ano o OSE organizou em Kingston (Jamaica) um workshop sobre modernização de alfândegas mediante tecnologias da informação e a comunicação (TICs), que possibilitou a elaboração de dois projetos de transferência da solução alfandegária jamaicana, CASE, para Grenada e Antígua e Barbuda. A SEDI já conseguiu financiamento parcial para ambos os projetos e está em andamento a formalização de ambos para iniciar sua implementação. Ainda na área de governo eletrônico, o OSE completou em 2006 o número 17 de seu curso on-line de governo eletrônico e formou até esta data cerca de 2.000 funcionários provenientes dos 32 países da América Latina e do Caribe. O curso foi ministrado em espanhol, inglês e português e seus graduados são incorporados a um mecanismo virtual de colaboração e intercâmbio denominado “Foro e-Governo Eletrônico da OEA”.

Em 2006 o programa Municípios Eficientes e Transparentes (MuNet) atingiu a fase mais intensa de sua implementação. Na área de governo eletrônico foram capacitaram 186 funcionários públicos, foram apresentadas 21 estratégias de governo eletrônico aos 21 municípios participantes de 11 países da América Latina e teve início a implementação das ferramentas tecnológicas de apoio: MuniPortal, MuniCompra e MuniServi. Na área de cadastramento formalizou-se a relação de cooperação com os quatro municípios participantes, procedeu-se ao treinamento de recursos humanos nesses municípios e fizeram-se os desembolsos financeiros iniciais de apoio às iniciativas de cadastramento dos mesmos.

No tocante à cooperação com o setor privado, o OSE continuou a implementação do acordo com *Stewart Title International* após a conclusão do projeto de cadastramento e registro da propriedade realizado em Antígua e Barbuda. No último trimestre de 2006 o OSE realizou uma missão em conjunto com essa empresa a St. Kitts e Nevis com a finalidade de avaliar a possibilidade de replicar a bem-sucedida experiência de Antígua e Barbuda nesse país. Do mesmo modo, no âmbito do acordo com a Microsoft, procedeu-se à doação de um portal municipal de governo eletrônico ao Município de La Paz (Bolívia). Esta iniciativa está em fase de formalização. Por outro lado, o OSE assinou um acordo de cooperação com a empresa **ESRI** na área de sistemas de informações geográficas (SIG) em montante superior a US\$ 1 milhão.

O programa *Computers for Communities*, implementado com o apoio da ACDI, ICA e *Industry Canada*, realizou um concurso de projetos durante o ano, selecionando seis países (El Salvador, Guatemala, Guiana, Jamaica, Paraguai e Venezuela) para apoiar com capital semente que contribua para o estabelecimento de um programa de reciclagem de computadores nos países beneficiados.

No âmbito da Responsabilidade Social Corporativa, o OSE, com o apoio da ACDI e do Fumin-BID, continuou a apoiar as atividades de capacitação e conscientização que a FORO EMPRESA leva a cabo na região. Além disso, foi formulado e implementado um programa para promover a responsabilidade social corporativa nas pequenas e médias empresas no Caribe.

No período abrangido por este relatório, o “Fórum de Melhores Práticas das Américas” focou a importância das TICs para a gestão de processos eleitorais. Este fórum on-line, realizado em

colaboração com a Subsecretaria de Assuntos Políticos e Democráticos da OEA, permitiu a distribuição em toda a região de 300 exemplares da publicação bilíngüe inglês-espanhol *Introducción de las nuevas tecnologías en los procesos electorales*, na qual se analisam as experiências do Paraguai, do Panamá e da Colômbia. Além disso, acordou-se com a ACIDI a realização, em 2007, de um fórum sobre “Mitigação de desastres naturais mediante o uso das TICs”, em colaboração com o Escritório de Desenvolvimento Sustentável da SEDI.

Na primeira metade de 2006, o OSE atuou como entidade de apoio técnico e assessoramento ao Grupo de Trabalho responsável pela negociação e redação da “Declaração de São Domingos” e da resolução de apoio para a implementação da mesma [AG/RES. 2243 (XXXVI-O/06), aprovadas no Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. A Declaração e a resolução contêm uma série de mandatos que estão sendo implementados pelo Escritório Executivo de SEDI.

### **Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas**

Este Departamento é responsável pela coordenação e facilitação do apoio ao processo de definição e implementação, conforme o caso, das decisões no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI). As principais atividades do Departamento destinam-se a facilitar a tomada de decisão, por parte dos órgãos políticos, de realizar o acompanhamento dos mandatos desses órgãos. Além disso, o Departamento é responsável pela promoção, apoio, coordenação e facilitação da formulação e implementação de programas, projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento, especialmente por intermédio da administração do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI). Para cumprir estas funções agrupou suas atividades em duas seções: a) Acompanhamento de Reuniões Ministeriais, que atua como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI); e b) Avaliação de Programas e Projetos, responsável pela administração e avaliação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) e de outros projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento.

A seção de Acompanhamento de Reuniões Ministeriais presta apoio técnico, substantivo e logístico, coordenando a preparação, desenvolvimento e acompanhamento das reuniões no âmbito do CIDI nos níveis tanto ministerial como técnico, bem como da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI), seus órgãos subsidiários e da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD). Além disso, apóia o Secretário Executivo/Diretor da Agência em suas relações com as Missões Permanentes, organismos internacionais e escritórios da Secretaria-Geral. É também responsável pela preparação (ou, conforme o caso, coordenação da preparação) dos projetos de resolução, declarações, estatutos, regulamentos e relatórios apresentados aos órgãos políticos competentes, bem como do assessoramento às autoridades desses órgãos e aos representantes dos Estados membros em geral.

No âmbito das atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento que administra a Seção de Avaliação de Programas e Projetos, há fundos de cooperação criados com contribuições de países para implementar projetos específicos, mas a maior atividade concentra-se na administração do FEMCIDI. Este Fundo tem em execução anualmente cerca de 100 projetos em todos os Estados membros nas áreas de educação, ciência e tecnologia, cultura, desenvolvimento



social, democracia, turismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e comércio. Esses projetos, apresentados pelos próprios países, podem ter caráter nacional ou multinacional (regional ou hemisférico) e uma duração não superior a quatro anos. O Fundo vive das contribuições voluntárias dos Estados membros, que costumam destinar cerca de US\$ 8 milhões por ano. Para que um país se possa beneficiar da cooperação por intermédio deste Fundo é necessário que tenha contribuído para ele.

- Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e seus Órgãos Subsidiários

No período que abrange este relatório, esta Secretaria coordenou o desenvolvimento das atividades em acompanhamento aos mandatos emanados da Assembléia Geral, da Décima Primeira Reunião Ordinária do CIDI e daqueles adotados nas diversas reuniões setoriais nos níveis tanto ministerial como de comissões interamericanas.

Em colaboração com outras dependências da Secretaria-Geral planejou, coordenou e apoiou os trabalhos preparatórios e a realização das seguintes reuniões setoriais: Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Educação; Terceira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura; Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia e Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável. Uma relação mais detalhada dos acordos adotados pelos Estados membros em cada uma das reuniões mencionadas consta das páginas respectivas às atividades de cada área setorial da SEDI.

Como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), planejou e coordenou a Décima Primeira Reunião Ordinária do CIDI. Em preparação para esta reunião foram organizadas as reuniões dos diversos órgãos e elaborados relatórios e documentos técnicos sobre os temas de sua competência. Contribuiu também para o intercâmbio de informações especializadas vinculadas com políticas de cooperação nas áreas prioritárias do Plano Estratégico constantes da agenda do CIDI.

Cumpra também mencionar que a Assembléia Geral, mediante sua resolução AG/RES. 2257 (XXXVI-O/06), resolveu estabelecer uma suspensão imediata e temporária na concessão de novas bolsas de estudo em 2006 para estudos de pós-graduação (PRA) e graduação (SPECAP) e que esta suspensão temporal permaneceria vigente até o CIDI e o Conselho Permanente aprovarem em reunião conjunta o novo mecanismo de concessão de bolsas de estudo. A Secretaria-Geral foi igualmente encarregada de, por meio da Secretaria da Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano, apresentar à consideração da CEPCIDI uma proposta para que a administração do programa de bolsas de estudo se realize dentro da mais estrita observância das normas de competência, transparência e ética e recomendou à CEPCIDI que considere e aprove as modificações necessárias ao Manual de Procedimentos para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, inclusive o estabelecimento de um teto máximo dos montantes anuais das bolsas de estudo individuais. O Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas tem oferecido apoio à Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento nos trabalhos de negociação desse novo Manual.

Finalmente, o Departamento teve a seu cargo o apoio ao trabalho da Junta Diretora da AICD mediante o processamento de consultas eletrônicas e a organização de reuniões relativas à gestão dos projetos de cooperação técnica financiados com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI).

- Avaliação de programas e projetos
  - Programação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) 2006

Baseando-se nos resultados e nas recomendações dos três primeiros ciclos de avaliação dos projetos financiados com recursos do FEMCIDI, a SEDI estruturou, a título de experiência-piloto, novos formatos de apresentação de propostas de projetos novos e de Plano de Trabalho para os projetos em andamento. No final do ciclo da programação FEMCIDI 2006, a Secretaria realizará uma análise do êxito obtido e/ou das deficiências observadas e fará os ajustes necessários.

A SEDI preparou o documento “Proposta Preliminar de Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2006”, que incluiu 110 propostas de projetos apresentadas por 33 países membros. Dos 110 projetos, 58 eram de andamento e 52 novos; 49 deles, por sua vez, eram multilaterais e 61 nacionais. O montante das solicitações desses projetos eleva-se a US\$12.205.172. O total dos fundos disponíveis para a programação FEMCIDI 2006 foi de US\$8.195.402,43 (este montante inclui as contribuições líquidas ao FEMCIDI 2005 e ao FEMCIDI 2006, bem como juros acumulados, fundos não-programados, não-executados e fundos devolvidos.).

O documento de Proposta de Programação, juntamente com a documentação pertinente aos projetos incluídos (proposta completa, relatórios de progresso, planos de trabalho, etc.), foi enviado aos membros das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES). A reunião das CENPES correspondente ao ciclo de programação FEMCIDI 2006 foi realizada de 7 a 9 de fevereiro de 2007. Os membros das oito Comissões fizeram a avaliação dos projetos e apresentaram à Junta Diretora da AICD suas recomendações sobre os projetos que deverão ser financiados e o nível de financiamento de cada projeto.

Apresenta-se, a seguir, o número de projetos incluídos na Proposta de Programação por conta e a distribuição dos recursos solicitados:

Comércio:	10 projetos por US\$1.187.206
Desenvolvimento Social:	17 projetos por US\$1.475.104
Educação:	26 projetos por US\$ 3.142.064
Cultura:	4 projetos por US\$353.319
Ciência e Tecnologia:	15 projetos por US\$1.522.374
Democracia:	7 projetos por US\$667.046
Turismo:	10 projetos por US\$1.333.359
Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente:	21 projetos por US\$2.524.700

O processo de Programação FEMCIDI 2006 implicou a realização, por parte da SEDI, de uma análise detalhada dos perfis de projetos apresentados pelos Estados membros. A SEDI escolheu um número determinado de perfis que atenderam aos critérios de seleção vigentes e que, além disso, refletiam um adequado equilíbrio temático e regional.

Em uma segunda fase, a SEDI prestou apoio técnico e administrativo devido às instituições dos perfis selecionados, a fim de garantir o desenvolvimento adequado e oportuno das propostas finais dos projetos. As propostas finais incompletas ou insatisfatórias foram retiradas da Proposta Preliminar de Programação.

- Execução FEMCIDI 2004

Em 2006 a SEDI, com a colaboração dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros, monitorou a execução e fez análise dos relatórios de progresso dos projetos, prestando apoio às instituições executoras quando surgiram dificuldades para a coordenação de ações, especialmente no tocante a projetos multinacionais.

A Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2004 incluiu 92 projetos – 52 multinacionais e 40 nacionais – que totalizaram o montante de US\$7.598.967,52. Cumpre destacar também que, por decisão da Junta Diretora, o período de execução dos projetos financiados com recursos do FEMCIDI 2004 foi mais longo do que o habitual de 12 meses (17 meses).

- Avaliação de projetos financiados pelo FEMCIDI

O terceiro ciclo de avaliações de projetos financiados com recursos do FEMCIDI concluiu em outubro de 2006. A mostra selecionada para este terceiro ciclo abrangeu 27 projetos financiados com recursos FEMCIDI 2001, 2002 e 2003. Na mostra de projetos selecionados estavam incluídos alguns de um ano de duração e outros de caráter multianual. Dos 27 projetos selecionados para avaliação por parte dos consultores independentes, 18 eram multinacionais e nove nacionais. Vinte e quatro deles receberam financiamento de US\$100.000 ou mais.

As avaliações indicam que em 96% dos projetos analisados mantiveram um elevado grau de coerência com as políticas e prioridades dos governos, bem como com as prioridades estabelecidas pelos Estados membros no âmbito da OEA. Uma proporção significativa dos projetos (74%) alcançou os resultados previstos, embora haja entre eles diferenças de grau; cerca de 26% produziram os resultados previstos, porém de maneira mais limitada. Além disso, pode-se afirmar que em boa parte (74%) estes projetos utilizaram adequadamente os recursos proporcionados e que a relação entre seus custos e resultados foi razoável. No tocante à sustentabilidade, esta categoria continua sendo a mais débil de todas as avaliadas e não registrou melhoria com relação à avaliação realizada durante o segundo ciclo: (somente em 63% dos casos se indicou que o fluxo de benefícios e impactos prosseguiria depois de concluído o projeto).

Como resultado acumulativo do primeiro, segundo e terceiro ciclo de avaliação, a SEDI identificou e agrupou as conclusões em três categorias de fatores: 1) fatores que contribuem para o êxito dos projetos; 2) fatores que dificultam o ótimo desenvolvimento dos projetos; e 3) lições

aprendidas (elementos a serem levados em conta para melhorar o processo de planejamento e execução de projetos). A finalidade destes fatores é facilitar o uso das conclusões tanto por parte das instituições coordenadoras e executoras como daquelas que apresentarem novas propostas de projetos e da Secretaria, de forma tal que se possa melhorar a formulação e implementação dos projetos e suas perspectivas futuras de sustentabilidade. Por esse motivo dividiu-se cada uma das três categorias em subcategorias, levando em consideração a formulação, administração, execução e sustentabilidade dos projetos. As informações foram transmitidas no início de 2007 à Junta Diretora da AICD, bem como aos Organismos Nacionais de Ligação (ONEs), os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros e as instituições coordenadoras participantes em projetos.

## **Departamento de Educação e Cultura**

A missão do Departamento de Educação e Cultura (DEC) é apoiar os Estados membros em seus esforços para garantir uma educação de qualidade para todos e proteger e utilizar seu rico patrimônio cultural como fator imprescindível para conseguir seu desenvolvimento econômico, social e humano. O Departamento realiza esta missão fomentando o diálogo político, o intercâmbio de conhecimento e a cooperação técnica. Em 2006 apoiou o diálogo político por intermédio da organização da Terceira Reunião de Ministros e Máximas Autoridades em Cultura e da Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Educação. Contribuiu também para a promoção da cooperação técnica para o intercâmbio de conhecimentos e estabelecimento de novas redes para formuladores de política, pesquisadores e especialistas em educação e cultura. Por intermédio de suas parcerias com os Estados membros e outros organismos, o DEC mobilizou US\$ 737.400 em 2006 e está em vias de mobilizar em 2007 cerca de US\$1,3 milhão proveniente de fontes externas para apoiar as iniciativas OEA nos campos de educação e cultura.

- Educação

Uma das funções mais importantes do Departamento é atuar como Secretaria Técnica das Reuniões de Ministros e das Comissões Interamericanas de Educação (CIE). As Comissões Interamericanas, constituídas por um representante de cada Estado membro, têm a incumbência de transformar os compromissos das reuniões ministeriais em ações concretas. O DEC apoiou a Terceira Reunião da CIE (outubro 2006) na avaliação do progresso de programas e projetos do Plano de Trabalho 2005-2007 aprovado pelos Ministros da Educação. Apoiou igualmente a realização das duas Reuniões de Autoridades da CIE e de sua Comissão Executiva (novembro de 2005, abril de 2006) para considerar o progresso de iniciativas existentes e avaliar 12 propostas de projetos, das quais foram aprovadas três para serem financiados parcialmente com fundos aprovados pela CP/RES. 831 (1842/02).

Em 2005, os Ministros da Educação recomendaram a execução do Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas. Como Secretaria Técnica o DEC convocou o Grupo Assessor (Bogotá, 19 a 21 de abril) para analisar o plano de trabalho do programa; iniciou uma pesquisa sobre as políticas e programas dos Estados membros nesse campo; ajudou a organizar o seminário “Boas práticas sobre educação cidadã” (Cidade do México, 6 a 8 de julho); e lançou um boletim on-line e o portal web ([www.educadem.oas.org](http://www.educadem.oas.org)).

O DEC e o Ministério de Educação de Trinidad e Tobago lançaram a Rede Interamericana de Formadores de Professores em um seminário sobre políticas e práticas realizado de 26 a 29 de setembro. Com delegados, entre os quais havia diretores universitários, formadores de professores, formuladores de política, pesquisadores e funcionários de organismos internacionais do Hemisfério, analisaram desafios comuns e meios para enfrentá-los.

Em 2006, o DEC e peritos dos Estados membros elaboraram o projeto hemisférico “Políticas e estratégias para a transição bem-sucedida de crianças para a socialização e a escola”, que visa a complementar os esforços dos Estados membros na formulação, aperfeiçoamento e avaliação de políticas tendentes a melhorar a cobertura, qualidade e equidade no Desenvolvimento Infantil Precoce (DIT), das crianças de zero a oito anos de idade.

O DEC continuou a fazer parte do grupo assessor do Projeto Regional de Indicadores Educacionais (PRIE), cujo objetivo é consolidar a capacidade técnica dos escritórios de estatística dos Ministérios de Educação; promover maior uso de dados na formulação de políticas; e recolher e publicar dados sobre o progresso dos 34 países membros para alcançar as metas educacionais das Cúpulas das Américas. Além disso, desenhou o site [www.prie.oas.org](http://www.prie.oas.org) para divulgar os resultados do projeto.

- Cultura

Na qualidade de Secretaria Técnica da CIC, o DEC apoiou a realização da Reunião Extraordinária da CIC (Washington, 27 e 28 de março), a Reunião Preparatória para a Terceira Ministerial (Washington, 17 e 18 de agosto) e a Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura (Montreal, Québec). O objetivo da reunião de março foi a definição do formato da Reunião Ministerial e a aprovação do Plano de Trabalho da CIC 2006-2007, formulado pelas Autoridades da CIC e do DEC. No intuito de apoiar os Estados na definição e avaliação das atividades e melhorar sua qualidade, teve início o uso de um formulário desenhado pelo DEC para a apresentação de projetos.

Com relação à Terceira Ministerial de Cultura, a Reunião Extraordinária da CIC decidiu que o tema do diálogo ministerial se basearia nos princípios da Declaração de Mar del Plata, orientados para o intercâmbio de experiências entre os países. Os quatro temas ministeriais foram liderados pelos Estados Unidos, Brasil, Jamaica e Guatemala e contaram com apresentações de outros Estados membros, bem como de organizações da sociedade civil. Ao término da reunião, os Ministros aprovaram o Comunicado Final e uma Lista de Atividades Prioritárias.

Entre as atividades de cooperação horizontal constantes do Plano de Trabalho e destinadas ao intercâmbio de experiências e fortalecimento institucional destacam-se três workshops sub-regionais realizados em 2006 (Caribe – Trinidad e Tobago, março; América Central – México, julho; e América do Sul – Chile, setembro). Estes tiveram por objetivo comunicar o progresso e os desafios que enfrentam os Estados membros no desenvolvimento e na implementação de seus sistemas de informação cultural; divulgar as experiências do Canadá, México e Chile; e dar a conhecer o trabalho de organismos sub-regionais e internacionais na matéria. Em abril de 2007 será realizada na Colômbia uma reunião de síntese, concertação e planejamento com a participação de peritos internacionais, Estados membros de cada sub-região e organismos

internacionais e sub-regionais para formular uma proposta de linhas de ação e atividades específicas a serem apresentadas à Terceira Reunião da CIC prevista para o segundo semestre de 2007.

Por motivo da Terceira Ministerial foi atualizada a Carteira Permanente de Programas Promissores em Cultura, do qual constam os programas que os ministérios e autoridades de cultura querem compartilhar com seus pares. Em dezembro realizou-se em Honduras um workshop para compartilhar a experiência do Programa de resgate e promoção da produção artesanal, indígena e tradicional (PROPAITH), que contou com a participação de 10 Estados membros e um número igual de representantes nacionais. O DEC visa a melhorar os mecanismos utilizados para compartilhar estas experiências e fortalecer o acompanhamento posterior para avaliar o impacto destas atividades.

### **Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)**

A fim de levar adiante ações específicas de forma mais eficaz, de acordo com os mandatos da OEA, o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) foi reorganizado no segundo semestre de 2006.

Neste contexto reconheceu-se a prioridade da iniciativa Engenharia para as Américas (IpA). Os decanos das faculdades de engenharia, altos funcionários dos governos e representantes da indústria formularam em 2006, em conjunto com o DCT, um plano de ação para definir os objetivos e os meios para conseguir garantias de qualidade na carreira de engenharia. Foi apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento, um projeto piloto com a participação de quatro países: República Dominicana, Jamaica, Panamá e Trinidad e Tobago.

- Metrologia

Mediante o programa de metrologia, o DCT apóia aos Institutos Nacionais de Metrologia (NMIs) nos 34 Estados membros da OEA e preparou um plano de expansão para o ano 2007.

- Energia

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável e o de Ciência e Tecnologia trabalham em conjunto para implementar fontes alternativas de energia renovável. No Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a realizar-se no Panamá, serão propostas ações específicas para a promoção de políticas em matéria de energia, melhorias do meio ambiente e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

- Temas de gênero

O Departamento de Ciência e Tecnologia continua a promover, no âmbito internacional, a perspectiva de igualdade e equidade de gênero na criação do conhecimento. O objetivo é aumentar a capacidade nacional de conhecimentos científicos na região, o qual também foi reconhecido como prioridade na Primeira Reunião Hemisférica de Ministros e Altas Autoridades

de Ciência e Tecnologia. Levando isso em consideração e em coordenação com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o *Gender Advisory Board* da UNCST e a Cátedra Regional UNESCO: Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina, o DCT preparou uma proposta de programa para doadores que apoiem a implementação desta iniciativa hemisférica neste tema.

- Popularização da ciência

O DCT preparou em 2006 um documento preliminar que reconhece o jornalismo científico como componente essencial da capacidade nacional em ciência, tecnologia e inovação na promoção do desenvolvimento social e econômico.

- Promoção da participação da sociedade civil

O DCT preparou e organizou o foro virtual “Governabilidade e Desenvolvimento na Sociedade do Conhecimento” como parte do trabalho da OEA de promover e facilitar o diálogo e a contribuição da sociedade civil na Assembléia Geral. As recomendações deste foro foram apresentadas aos Ministros das Relações Exteriores, aos Chefes de Delegação dos Estados membros e ao Secretário-Geral durante o diálogo com a sociedade civil por ocasião do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral realizado em São Domingos, República Dominicana.

### **Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego**

A tarefa principal do Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE) é oferecer apoio aos esforços dos Estados membros para avançar no desenvolvimento com equidade por meio da promoção de políticas e programas de redução da pobreza, bem como incentivo ao trabalho decente e geração de emprego. Cumpre estes objetivos mediante atividades integradas nas seguintes áreas: i. promoção do diálogo interamericano em matéria de desenvolvimento social, trabalho e emprego; ii. incentivo à cooperação solidária para o desenvolvimento; e iii. coordenação de ações com outros organismos internacionais, acadêmicos, do setor privado e da sociedade civil.

- Desenvolvimento Social

Em acompanhamento aos trabalhos relacionados com a negociação da Carta Social das Américas e seu Plano de Ação, o DDSE prestou serviços de secretaria técnica ao Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPACIDI encarregado desta tarefa. Igualmente, na qualidade de secretaria técnica da Rede Social para a América Latina e o Caribe, o DDSE apoiou a coordenação de sua XIII Conferência Anual, realizada em agosto em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, e continuou a administrar o fundo voluntário da Rede. Em acompanhamento aos acordos alcançados, colaborou estreitamente com a presidência da Rede Social, atualmente exercida pelo FOSIS, do Chile, para a programação das atividades de cooperação que serão implementadas em 2007.

Por iniciativa do Banco Mundial, o DDSE, juntamente com o BID e a CEPAL, iniciou os trabalhos para a redação de um documento interagencial sobre o impacto da aplicação do enfoque

de direito no desenho e implementação das políticas sociais. Foram escolhidos como estudos de casos quatro países da região: Chile, Guatemala, Peru e Uruguai.

- Emprego

Foi concluído o projeto “O desenvolvimento das micro e pequenas empresas como uma estratégia para gerar emprego e combater a pobreza nas Américas”, o qual contou com o patrocínio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. O projeto focou a análise e a identificação de estratégias de desenvolvimento social e geração de emprego baseadas na promoção das micro e pequenas empresas. Nesse âmbito e para analisar as implicações dos mandatos específicos sobre esta matéria emanados da Quarta Cúpula das Américas, realizou-se uma reunião de trabalho com a Comissão Diretora do Congresso de PMEs das Américas. Foi também elaborado o documento “Microempresas, pobreza e emprego na América Latina e no Caribe. Uma proposta de trabalho”, apresentado em uma reunião técnica que reuniu Ministérios do Trabalho, da Economia e membros da Rede Social. Neste mesmo campo, durante o ano foram incorporados ao DDSE dois programas de alto impacto para a geração de emprego: Programa de Compras Governamentais e Programa para o Desenvolvimento da E-MIPYME.

Com o apoio da Missão dos Estados Unidos junto à OEA e da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, o Programa de Compras Governamentais coordenou a realização de cinco Seminários-Workshop e uma Conferência Interamericana da qual participaram Altos Executivos a cargo de Escritórios Nacionais de Compras Governamentais dos Estados membros da OEA: 1) “Participação Competitiva da MIPYME em Compras Governamentais”, México, maio de 2006, 34 participantes de 14 países; 2) “Harmonização de Práticas em Compras Governamentais”, Costa Rica, julho de 2006, 15 participantes de 11 países; 3) “Desenvolvimento Profissional e Capacitação em Compras Governamentais”, Equador, setembro de 2006, 11 participantes de seis países; 4) “Estratégias para o Desenvolvimento de E-Compras Governamentais”, Brasil, setembro de 2006, 15 participantes de 12 países; e 5) “Vinculação de Compras Governamentais com Sistemas Financeiros”, Paraguai, 23 participantes de 14 países. A III Conferência das Américas em Compras Governamentais realizou-se no Peru, em novembro de 2006 com 35 participantes de 18 países.

O Programa contribuiu também para informar sobre avanços na modernização de compras governamentais no Hemisfério por intermédio do site da Rede e para o desenvolvimento de iniciativas para a institucionalização da cooperação técnica em compras governamentais.

No período abrangido por este relatório concluiu-se também a Segunda Fase do Projeto E-MIPYME da América Central e Panamá, realizado com o apoio do FEMCIDI e CIDA. Realizaram-se ações piloto de aprendizado na ação com 120 empresas da América Central e Panamá e seis reuniões nacionais para divulgar os resultados destas ações piloto, as quais contaram com a participação de cerca de 600 representantes de MIPYME, associações de empresas, organismos de apoio técnico e entidades responsáveis pela promoção da MIPYME na região. Como encerramento desta etapa realizou-se uma Reunião de Intercâmbio de Resultados na Costa Rica, em novembro de 2006.



No âmbito do mesmo projeto e com o apoio da Missão Permanente dos Estados Unidos junto à OEA realizaram-se também as seguintes atividades: 1) Participação dos Diretores Nacionais responsáveis pela promoção da MIPYME na América Central e Panamá no Congresso das PMEs das Américas, México, em maio 2006; 2) Seminário Interamericano sobre Participação Competitiva da MIPYME em Compras Governamentais, realizado também no México em maio; 3) Seminário Interamericano sobre Estratégias para o Desenvolvimento da E-MIPYME, Panamá, outubro de 2006. Nesta última oportunidade foi constituída a Rede Interamericana para o Desenvolvimento da E-MIPYME.

- Trabalho

Como Secretaria Técnica da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), o DDSE colaborou com as autoridades da Conferência na implementação do Plano de Ação aprovado pela Décima Quarta CIMT. Neste sentido, o DDSE coordenou uma reunião dos Grupos de Trabalho da Conferência em abril de 2006 na Cidade do México, o que permitiu avançar na consideração dos temas prioritários da CIMT e nos preparativos para a Décima Quinta CIMT a realizar-se em 2007 em Trinidad e Tobago. No âmbito do compromisso renovado de colaboração entre a OEA e a OIT para fortalecer a CIMT, acordado no memorando assinado pelas autoridades superiores de ambos os organismos em agosto de 2005, o DDSE participou da XVI Reunião Regional Americana da OIT, realizada em maio em Brasília e do Fórum Tripartido sobre Emprego no Caribe, patrocinado pela OIT e realizado em outubro de 2006 em Barbados.

Em 2006, com o apoio financeiro do Governo do Canadá, o DDSE implementou a Rede Interamericana de Administração Trabalhista (RIAL), um mecanismo de cooperação e intercâmbio de conhecimentos e experiências relevantes para fortalecer as capacidades humanas e institucionais dos Ministérios do Trabalho do Hemisfério. No âmbito desta iniciativa foram realizados três workshops hemisféricos sobre temas identificados como prioritários pela CIMT: 1) Workshop sobre Saúde e Segurança Ocupacional, realizado em San Salvador, El Salvador, em 16 e 17 de maio. Este workshop, aberto pelo Presidente Elías Antonio Saca, contou com a representação de Ministérios do Trabalho de 23 Estados membros e foi organizado pela DDSE em parceria com a OIT, OPAS e Fundacersto; 2) Workshop sobre intermediação trabalhista e observatórios do mercado de trabalho, realizado em Cocoyoc, México, em 7 de novembro, que reuniu especialistas da CIMT e representantes de COSATE e CEATAL; 3) Workshop sobre direitos trabalhistas dos trabalhadores migrantes, realizado em Ottawa, Canadá, em 28 e 29 de novembro, do qual participaram representantes de 28 Estados membros, membros de COSATE e CEATAL e representantes da OIT, CIDH, OECS, entre outros.

### **Departamento de Desenvolvimento Sustentável**

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável é o Departamento da SEDI responsável pela promoção do desenvolvimento sustentável e de uma administração ambiental racional.

Em 2006 participou dos preparativos da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável, organizando workshops de preparação técnica. Juntamente com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Departamento realizou um workshop sobre agricultura, florestas e

turismo sustentável na Costa Rica, imediatamente antes da realização conjunta de um Fórum Mundial de Comércio com a OCDE sobre comércio e desenvolvimento sustentável. Na Jamaica, o Departamento organizou um workshop técnico sobre a redução do risco de desastres naturais e no Equador alguns peritos do Hemisfério se reuniram para promover a gestão integrada dos recursos hídricos. O Departamento promoveu também a participação pública antes da reunião, mediante a realização de consultas com a sociedade civil no Panamá, Argentina, Bolívia, Trinidad e Tobago e Estados Unidos por intermédio de um “fórum virtual” operado em colaboração com a fundação *Development Gateway*. Ainda em preparação para a reunião, o Departamento, juntamente com o Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade e de acordo com mandatos constantes da resolução da Assembléia Geral da OEA AG/RES. 2244 (XXXVI-O/06), realizou consultas com o setor privado o qual contribuiu com informações valiosas sobre os temas do programa ministerial. Na reunião ministerial de Santa Cruz, Bolívia, realizada em 4 e 5 de dezembro, foi acordada uma declaração ministerial sobre desenvolvimento sustentável (“Declaração de Santa Cruz +10”), bem como o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS).

Em 2006 redesenhou-se o site do Departamento e continuou a série sobre políticas e outras formas de comunicação.

No total, o programa de projetos externos do Departamento eleva-se a aproximadamente US\$ 70 milhões de apoio total a projetos, inclusive os fundos de contrapartida, com um programa anual de projetos externos de aproximadamente US\$ 8 milhões. As principais atividades do programa são as seguintes:

- Gestão de Recursos Hídricos

O Departamento continuou apoiando o trabalho de promoção da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos por parte dos Estados membros, concentrando-se principalmente em bacias que se estendem a mais de um país e a zonas costeiras. Os principais projetos são: o Programa de Ação Estratégico para a Bacia Binacional do Rio Bermejo; o Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Prata; o Projeto para a Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani; Ações Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e a Gestão Sustentável de Terras no Ecossistema Transfronteiriço do Grande Chaco Americano.

O Departamento participou ativamente dos preparativos e da realização do Quarto Fórum Mundial da Água, realizado na Cidade do México em março de 2006. No período antes da reunião exerceu a presidência da Comissão das Américas, durante dois mandatos, apoiando o diálogo entre diferentes organismos que respaldam a gestão sustentável dos recursos hídricos. Contribuiu também para a avaliação regional de recursos hídricos do Hemisfério, patrocinou diversas sessões que se realizaram durante o próprio Fórum e participou das mesmas.

No período abrangido por este relatório continuou a colaboração com UNESCO-IHP na preparação do primeiro tomo de UNESCO/OEA ISARM, série das Américas “Aquíferos Transfronteiriços das Américas – Avaliação preliminar”. O livro é a primeira tentativa de síntese dos conhecimentos atuais sobre os aquíferos transfronteiriços das Américas. Destina-se

principalmente aos responsáveis pela tomada de decisões e aos organismos regionais e internacionais que participam do desenvolvimento sustentável da região.

- Energia renovável

Um dos objetivos do Departamento é promover a maior utilização de energia renovável e de tecnologias e sistemas que conduzam à eficiência energética. Por intermédio de seu programa Energia Renovável nas Américas (EREA) presta assistência aos Estados membros na formulação de políticas e de reformas normativas, criação de capacidade humana e institucional, assistência técnica e avaliação de recursos, administração de conhecimentos e apoio financeiro. O programa funciona mediante associações mundiais e regionais e atua como secretaria técnica para América Latina e o Caribe da Parceria para a Energia Renovável e a Eficiência Energética (REEEP) e para a associação *Global Village Energy Partnership* (GVEP).

O programa EREA implementou um estudo sobre viabilidade bioenergética em St. Kitts e Nevis (*Bio-energy feasibility study in Saint Kitts e Nevis – Estudo sobre a Viabilidade Bioenergética em Saint Kitts e Nevis*), no qual se examina a possibilidade de transformar a cana de açúcar e dejetos municipais em energia (eletricidade e/ou etanol). Está também preparando um estudo sobre fornecimento de eletricidade com energia solar para escolas rurais em El Salvador e tem mantido relacionamento com altos funcionários do setor energético do México, Guatemala e Dominica para implementar estudos de políticas sobre energia sustentável e para prestar assistência na implementação de reformas de políticas e reformas normativas. Além disso, está em andamento um estudo de viabilidade regional sobre energia geotérmica na zona do Caribe oriental. O Departamento tem trabalhado com Dominica, Santa Lúcia e St. Kitts e Nevis, com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility*), tentando promover o desenvolvimento comercial deste recurso.

- Gestão de Risco de Desastres Naturais

Neste campo o Departamento tem por missão elaborar projetos destinados a contribuir para a redução da vulnerabilidade aos desastres naturais. Na primeira metade de 2006 prestou apoio técnico ao Órgão Consultivo Conjunto (OC) da Comissão de Segurança Hemisférica e à Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral sobre Redução de Desastres Naturais e Gestão de Riscos. O Órgão Consultivo Conjunto foi criado para trabalhar na implementação das recomendações da Assembléia Geral da OEA sobre desastres naturais e para propor emendas aos estatutos da Convenção Interamericana para Facilitar a Assistência em Casos de Desastre (FONDEM) e da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN).

De igual modo e com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), o Departamento implementou a Rede Interamericana de Mitigação de Desastres e realizou a primeira reunião de pontos focais nacionais em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 3 de dezembro, por ocasião da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável.

- Legislação ambiental, políticas e aspectos econômicos

No campo da legislação ambiental, políticas ambientais e economia, o Departamento tem trabalhado nos níveis tanto regional como hemisférico a fim de fortalecer as políticas econômicas, sociais e ambientais, com o objetivo de garantir que as mesmas se reforcem mutuamente e contribuam para o desenvolvimento sustentável. Tem também dispensado atenção à criação de capacidade com relação à gestão ambiental no âmbito da integração econômica e a liberalização do comércio na região.

Em 2006 manteve dois bancos de dados sobre a legislação ambiental da região e publicou os resultados de uma análise sobre as discrepâncias nas prioridades institucionais no setor comercial e ambiental para El Salvador, Honduras e Nicarágua. Está prevista a elaboração de um programa de cooperação que se concentre principalmente nos novos desafios que enfrenta a região como consequência das novas reformas econômicas e comerciais. Além disso, concluiu seu trabalho na região andina, prestando apoio a Colômbia, Equador e Peru para a elaboração de avaliações ambientais nacionais do livre comércio; foram realizadas avaliações semelhantes para a República Dominicana, Trinidad e Tobago e o Panamá. Em associação com participantes de três países do MERCOSUL, o Departamento trabalhou também no estudo das repercussões da produção de soja na sustentabilidade dessa região.

- Gestão da biodiversidade

O programa sobre biodiversidade procura aliviar a pobreza mediante um acesso maior às informações para a adoção de decisões. Dois projetos, a Rede Interamericana de Informações sobre Biodiversidade (IABIN) e a Rede de Áreas Protegidas do Amazonas e dos Andes (AAPAD) propiciam a criação e padronização dos bancos de dados nacionais e subnacionais sobre espécies/espécimes, espécies invasoras, ecossistemas, áreas protegidas e polinizadores, promovem sua interoperabilidade e criam produtos computadorizados com valor agregado. A IABIN concedeu 10 doações para a criação de conteúdo de dados (*Data Content Creation*) destinadas a realizar sessões de capacitação multilíngüe sobre o uso de ferramentas para a criação de dados, a fim de melhorar a capacidade dos países na produção de dados aos quais se possa ter acesso dentro da IABIN. A Rede de Áreas Protegidas do Amazonas e dos Andes criou um sistema de informações destinado a manter um banco de dados na Internet, com informações sobre a situação das áreas protegidas dos oito países que constituem a região da bacia dos Andes – Amazonas.

- Gestão racional dos produtos químicos e outras iniciativas

Em meados de 2006 o Departamento criou duas áreas novas de trabalho. A primeira inclui iniciativas no âmbito do país e no nível regional para fortalecer a gestão racional dos produtos químicos. Este trabalho inclui a melhoria, por nossa parte, do conhecimento dos principais produtos químicos dentro dos países, a fim de identificar os níveis de existências de produtos químicos tóxicos que representam sérios perigos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a criação de oportunidades para fortalecer a cooperação no nível sub-regional neste campo. A segunda área diz respeito à busca de formas inovadoras de financiamento para o desenvolvimento sustentável, a fim de apoiar atividades dos Estados membros. O trabalho nesta matéria começou

no final de 2006 com a coleta de dados e estudos de casos que contaram com regimes de financiamento inovadores, especialmente mediante o pagamento de serviços ecológicos.

### **Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade**

O Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade (DTTC) é constituído pelas seções de Comércio, Competitividade, Turismo e o Sistema de Informações sobre Comércio Exterior (SICE).

- **Comércio**

Esta área apoia os Estados membros, especialmente as economias menores, no fortalecimento das capacidades de seus recursos humanos e institucionais para participar da implementação e administração de acordos comerciais tanto bilaterais como sub-regionais, bem como para aproveitar os benefícios de mercados ampliados e aumentos nos fluxos de investimento.

Com esse objetivo, em 2006 apoiou o fortalecimento das capacidades institucionais dos Estados membros mediante uma série de seminários, workshops e cursos dirigidos a funcionários governamentais e representantes do setor privado sobre os principais temas da agenda comercial, inclusive os aspectos vinculados com o aproveitamento dos benefícios que possam decorrer do comércio e da integração em áreas tais como serviços e investimento.

Apoiou igualmente os processos de integração econômica e comercial nos níveis regional, sub-regional e bilateral. Com esse objetivo continuou a trabalhar em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Banco Mundial e secretarias de organismos regionais, tais como a CARICOM, SIECA, Comunidade Andina das Nações e a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Apoiou também os Estados membros na formulação, programação e execução de projetos de cooperação horizontal na área de comércio. Sob esta modalidade organizou workshops e seminários com o propósito de compartilhar experiências bem-sucedidas na administração dos tratados comerciais, incluindo temas como solução de diferenças, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual.

Além disso, realizou trabalhos analíticos e estudos de política sobre comércio e outros assuntos relacionados com acordos de comércio e integração no Hemisfério, com o propósito de contribuir para uma melhor compreensão destes temas e formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento. Prestou também apoio aos esforços dos Estados membros no sentido de aumentar a transparência e promover uma maior participação de setores da sociedade civil no diálogo sobre comércio e integração econômica.

No tema de competitividade deram-se os primeiros passos para promover o diálogo e a cooperação no nível hemisférico no desenvolvimento e implementação das políticas e programas relacionados com este tema. Um dos objetivos fundamentais é promover o intercâmbio de melhores práticas, experiências e enfoques inovadores, bem como assistir aos Estados membros na análise e adaptação de tais práticas às necessidades nacionais específicas de desenvolvimento (dispensando atenção especial às micro, pequenas e médias empresas).

O DCTC promove os vínculos com o setor privado proporcionando apoio ao Fórum do Setor Privado das Américas, que se reúne antes das Assembléias Gerais da OEA e das Cúpulas das Américas. Em 2006 apoiou ativamente a realização do Terceiro Fórum do Setor Privado realizado em São Domingos, República Dominicana, por ocasião do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA e da Conferência sobre “Agenda de Competitividade para as Américas: Contribuições do Setor Privado ao Desenvolvimento Hemisférico”, realizado em Miami, Flórida, em 4 de dezembro de 2006).

- Turismo

Em 2006 a seção de Turismo continuou apoiando o desenvolvimento das capacidades individuais e institucionais das pequenas empresas de turismo, em conformidade com os mandatos do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Integral (2006-2009). Outra missão fundamental da seção de Turismo é facilitar a realização do Congresso Interamericano de Turismo. Com esse objetivo foram realizados intercâmbios e consultas com os Estados membros, especialmente com o Peru, para determinar as datas e os temas do próximo Congresso.

Ao mesmo tempo continuou o desenvolvimento e aperfeiçoamento do “Manual de Planejamento para Contingências de Riscos Múltiplos”, juntamente com a Agência de Resposta a Desastres e Emergências do Caribe (CDERA), a Associação de Hotéis do Caribe (CHA) e a Organização Caribenha de Turismo (CTO).

No período foram também realizados diversos programas de treinamento nas áreas de administração de rendas e serviços de qualidade ao cliente no Caribe para pequenas empresas de turismo. Na América Latina, também, se continuou dando assistência aos pequenos hotéis e se expandiu e formalizou a Rede Latino-Americana para o desenvolvimento deste setor entre os Estados membros. Além disso, a expansão e atualização do centro virtual de recursos para pequenas empresas turísticas constituiu um componente importante do trabalho da seção em 2006.

Tendo em vista ampliar as parcerias entre o setor público e privado, foram assinados acordos entre a Organização Caribenha de Turismo e a Associação de Hotéis do Caribe para continuar o desenvolvimento das pequenas empresas de turismo, bem como as atividades de capacitação, treinamento e harmonização dos padrões operacionais para a Indústria Turística do Caribe nas áreas de saúde e qualidade do meio ambiente e de serviços.

Como parte dos esforços para assegurar que os Estados membros aproveitem os avanços e benefícios que oferecem as novas tecnologias, foram feitas pesquisas sobre o uso e aplicação de tecnologia no turismo. Os resultados dos trabalhos de pesquisa foram apresentados e discutidos no Simpósio sobre Tecnologias no Turismo, “Levando os destinos turísticos ao futuro,” realizado em Miami, Flórida.

Além disso, em 2006 realizou-se uma missão ao Haiti para obter informações e analisar as necessidades do setor turístico e seu potencial como ferramenta para o desenvolvimento econômico. Em acompanhamento da missão foram elaboradas propostas de projetos para obter

fundos e implementar programas de desenvolvimento das capacidades no Haiti na área de turismo.

- Sistema de Informações sobre Comércio Exterior (SICE)

O Sistema de Informações sobre Comércio Exterior (SICE) tem como objetivo coletar e divulgar informações sobre comércio e integração econômica mediante seu site na Internet ([www.sice.oas.org](http://www.sice.oas.org)). O SICE proporciona informações atualizadas e completas sobre comércio no Hemisfério nos quatro idiomas oficiais da OEA.

O SICE conta com documentos relativos aos seguintes temas: acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; processo da ALCA; arbitragem comercial; comércio eletrônico; política de concorrência; propriedade intelectual; obstáculos técnicos ao comércio; serviços; instituições relacionadas com o comércio; informação geral sobre os países; empresas e câmaras de comércio; e dados quantitativos, incluindo fluxos de comércio, tarifas e preços.

No período 2006-2007 o SICE desenvolveu uma seção sobre novidades em matéria de política comercial, a qual inclui anúncios de novidades na área de política comercial nas Américas. Esta seção contém informações relacionadas com as negociações em andamento e com acordos de que participam os países do Hemisfério. O SICE também continuou atualizando as informações do projeto de Centros de Referência Comercial do Caribe para todo a CARICOM, desenvolvido para facilitar o acesso à informação nos temas tratados nas negociações comerciais para aumentar o conhecimento público dos países do Caribe em temas comerciais.

## **SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL**

A Subsecretaria de Segurança Multidimensional foi criada pela Ordem Executiva 05-13, Rev. 1, e é constituída pela Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), pela Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e pelo Departamento de Segurança Pública.

### **Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)**

A CICAD comemorou seu vigésimo aniversário de criação numa reunião em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em novembro de 2006. Em 1986, a Assembléia Geral da OEA criou a CICAD no âmbito do Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Dez anos depois, em dezembro de 1996, a Assembléia Geral aprovou a Estratégia Antidrogas no Hemisfério e formalizou o conceito de responsabilidade comum como eixo da política de combate às drogas na região.

Na reunião de Santa Cruz, os delegados confirmaram esses dois textos como o marco de referência da política hemisférica. Os princípios desses documentos possibilitaram que a CICAD se transformasse no instrumento político de um consenso amplo e duradouro para controlar a produção, o tráfico e o uso das drogas ilícitas na região. Os delegados decidiram não considerar mudanças nos textos até que se conclua uma avaliação da situação mundial em 2008, com o patrocínio das Nações Unidas.

A CICAD mantém alianças de colaboração com organizações tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (ONODC), a Organização Pan-Americana da Saúde e o Observatório Europeu das Drogas e da Toxicod dependência (OEDT), bem como com o Plano Nacional sobre Drogas, da Espanha. Os programas de ação da CICAD são divididos nas seguintes seções: Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM); Redução da Demanda; Redução da Oferta e Desenvolvimento Alternativo; Controle de Lavagem de Ativos; Fortalecimento Institucional; Desenvolvimento Educacional e Pesquisa; e Observatório Interamericano de Drogas.

- **Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)**

O MAM é o instrumento de avaliação das atividades de combate às drogas desenvolvidas pelos 34 Estados membros da OEA, por meio da elaboração de relatórios nacionais e hemisféricos de medição do progresso do controle nessa área. Em 2006 a Comissão aprovou os relatórios de acompanhamento das recomendações da Terceira Rodada de Avaliação (2003-2004).

Antes do início de cada rodada de avaliação o Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTI), constituído por um representante de cada Estado membro, faz uma análise completa do Mecanismo, com o objetivo de melhorar e fortalecer o processo do MAM, seus instrumentos e seu ciclo de avaliação. Após discutir as experiências das três rodadas de avaliação, o GTI



reduziu os indicadores de 86 para 51, num esforço por simplificar e ajustar o processo. A Comissão aprovou as diretrizes, procedimentos e indicadores atualizados do MAM para a Quarta Rodada de Avaliação (2005-2006), desse modo consolidando o compromisso político dos Estados membros com a missão e as metas da CICAD.

A Quarta Rodada foi iniciada em julho com três *workshops* regionais de capacitação destinados a mostrar às entidades nacionais de coordenação como concluir o questionário de indicadores *on-line* e prestar-lhes informações sobre sua função no processo e ciclo do MAM. Os *workshops*, de que participaram 33 Estados membros, foram realizados na Jamaica, El Salvador e Colômbia e também prestaram informações gerais sobre os indicadores e o funcionamento do processo do MAM.

- Redução da Demanda

A seção continuou a se empenhar em suas duas linhas de ação: prevenção e tratamento. Para sustentar a efetividade dos programas de prevenção, o Grupo de Peritos considerou os instrumentos de avaliação existentes e elaborou um conjunto de critérios que poderiam ser utilizados nos programas dos Estados membros. Na área de tratamento, ofereceu-se um *workshop* com a presença de especialistas centro-americanos e da República Dominicana, bem como de peritos internacionais, com a finalidade de avaliar as funções de aconselhamento e tratamento relacionados com o consumo de drogas nos centros penitenciários.

A CICAD e a Universidade das Índias Ocidentais (*University of the West Indies*) começaram a desenvolver um programa de certificação em dependência de drogas para o Caribe de língua inglesa, que complementarará o Mestrado Internacional *On-line* em Dependência de Drogas para participantes de língua espanhola, já em seu terceiro ciclo acadêmico.

A implementação de um acordo entre a CICAD e o Conselho Nacional para o Controle de Entorpecentes (CONACE) do Chile possibilitou que se materializassem os benefícios da cooperação horizontal ao dividir a experiência prática do CONACE na prevenção do consumo de drogas, no tratamento e na reabilitação. Promoveram-se dois estágios de capacitação, três visitas *in situ* (Uruguai, Colômbia e Costa Rica) e a participação dos especialistas do CONACE em seminários internacionais.

- Redução da Oferta

O Programa de Redução e Controle da Oferta promoveu 15 seminários regionais de capacitação para funcionários policiais e aduaneiros sobre temas tais como o controle de substâncias químicas, segurança dos funcionários, cooperação marítima, perfis de contêineres e passageiros suspeitos, segurança portuária, inspeção de embarcações e participação do setor privado na segurança de portos e aeroportos. Os seminários foram realizados na Argentina, Ilhas Virgens Britânicas, Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Peru, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

- Desenvolvimento Alternativo

Na fase piloto do projeto ACCESO (*Andean Countries Cocoa Export Support Opportunity*/Oportunidade de Apoio a Exportações de Cacau nos Países Andinos), a CICAD financiou em 2006 a capacitação de 55 técnicos de campo e participou de um consórcio modelo de sete instituições peruanas para a implementação de 48 escolas de campo destinadas a agricultores do Peru, com o que se conseguiu uma cobertura de 2.412 hectares. Os beneficiários foram 1.229 agricultores pertencentes a 145 comunidades. A experiência será estendida de imediato aos demais países participantes: Bolívia, Equador e Colômbia.

Como resultado das recomendações do estudo dos efeitos da aspersão aérea com o herbicida glifosato para a erradicação da coca na Colômbia, foi selecionada uma equipe de peritos científicos e pessoal de campo e de laboratório com o objetivo de definir os componentes e o protocolo científico para uma segunda fase do estudo. Prevê-se que essa segunda fase, iniciada em novembro de 2006, tenha uma duração de dois anos.

- Controle da Lavagem de Ativos

Os programas de capacitação em controle de lavagem de ativos foram destinados a juizes, promotores, agentes de polícia e alfândega e especialistas em informática das unidades de inteligência financeira (UIF), bem como a funcionários de superintendências financeiras da República Dominicana, Honduras, Panamá, Guatemala e Nicarágua. Foram realizados julgamentos simulados na área de lavagem de ativos na República Dominicana, El Salvador, Costa Rica e Chile. Também se ministrou capacitação a funcionários responsáveis pela aplicação da lei (agentes de polícia e de alfândega, promotores) de Honduras, El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, Panamá, República Dominicana e Brasil, no âmbito do programa de “capacitação de capacitadores”.

A CICAD decidiu prestar assistência aos Estados membros na tarefa de administrar os bens confiscados em consequência do tráfico de drogas e lavagem de bens. O Grupo de Peritos vem examinando essa questão, a fim de preparar um manual de melhores práticas para o estabelecimento de sistemas ou programas nacionais para administrar os ativos apreendidos (inclusive componentes de confisco, apreensão e administração). Também propôs realizar vários programas piloto para obter experiência prática sobre a implementação desse tipo de programa.

- Fortalecimento Institucional

A CICAD reconhece que sua efetividade reside nas Comissões Nacionais Antidrogas dos Estados membros. Dada a importância dessas instituições, a CICAD ministra um programa de capacitação e desenvolvimento de habilidades destinado ao pessoal das referidas Comissões.

- Desenvolvimento Educacional e Pesquisa

Graduou-se a primeira turma, constituída por 32 alunos, do programa de capacitação *on-line* em pesquisa de problemas relacionados com drogas nas Américas, destinado a profissionais da saúde. A CICAD ampliou sua associação com as universidades a fim de incluir as escolas de

saúde pública, educação e medicina, motivo por que foram constituídas várias redes de centros acadêmicos com a finalidade de promover maior conscientização sobre o problema das drogas.

- Observatório Interamericano de Drogas

Juntamente com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), o Observatório Interamericano de Drogas (OID) publicou uma análise comparativa do consumo de drogas pelos estudantes de nível médio em nove países sul-americanos. Na Nicarágua, El Salvador e Guatemala será realizado um estudo comparativo similar sobre o consumo domiciliar de drogas. No Caribe já vem sendo tentada a realização de um estudo comparativo do consumo de drogas entre os estudantes de nível médio.

O projeto de descentralização das políticas de combate às drogas nos países andinos, que recebe assistência técnica e financeira da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e da Delegação do Governo para o Plano Nacional sobre Drogas, Ministério da Saúde e Consumo da Espanha, continua a colaborar com as Comissões Nacionais Antidrogas dos países participantes para fortalecer o processo de descentralização das políticas nacionais de combate às drogas.

### **Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)**

A Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) foi criada pela Ordem Executiva 05-13, Rev. 1. Tem a responsabilidade de apoiar os Estados membros do CICTE em suas reuniões ordinárias e preparatórias, oferecer assistência técnica e programas de capacitação e promover a coordenação e cooperação entre os Estados membros, bem como com organizações multilaterais e internacionais, para prevenir, combater e eliminar o terrorismo. O programa da Secretaria é dividido nas seguintes áreas: controles fronteiriços, controles financeiros, proteção da infra-estrutura crítica, exercícios de política de combate ao terrorismo e associações com outras organizações multilaterais e internacionais. A Secretaria foi chefiada por Steven Monblatt de 2002 a setembro de 2006. Atualmente ocupa a chefia a Doutora Carol Fuller.

- Controles fronteiriços

Como parte do Programa de Segurança Portuária, foram avaliadas a vulnerabilidade das instalações e a capacidade dos funcionários de segurança portuária em Belize, Antígua e Barbuda e Saint Kitts e Nevis. Com base na avaliação ministrou-se capacitação a 98 funcionários de Belize, com a finalidade de contribuir para a maior segurança das instalações portuárias, em cumprimento às normas internacionais dispostas no Código Internacional para a Proteção de Barcos e Instalações Portuárias (ISPS) aprovado pela Organização Marítima Internacional (OMI). No decorrer do treinamento em Belize, as autoridades encontraram drogas no porão dianteiro de um dos barcos; três membros da tripulação foram presos e condenados à prisão. Foi escolhida a empresa encarregada da realização de uma avaliação e posterior treinamento de segurança portuária em cinco grandes portos da República Dominicana em 2007. A Secretaria também participou de um seminário organizado pelo Governo da Espanha sobre Gestão e Segurança de Portos em Cartagena das Índias, Colômbia.

O Programa de Segurança Aeroportuária experimentou um crescimento considerável durante o ano, capacitando mais de 500 funcionários de 19 países em 30 cursos sobre aspectos essenciais

das normas de segurança da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). Também se implementou plenamente o acordo de 2005 com a Agência de Segurança dos Transportes, dos Estados Unidos (TSA) e financiou-se a participação de funcionários em diversos cursos de capacitação da OACI e dois *workshops* de capacitação sobre segurança aeroportuária ministrados pela OACI na Jamaica e na Nicarágua. Ademais, a Secretaria apresentou seu programa de segurança aeroportuária num seminário regional de aviação realizado no centro de formação do Governo da Espanha em Santa Cruz, Bolívia.

Na esfera do Programa de Documentos Fraudulentos, a Secretaria organizou em julho de 2006, em Miami, um Seminário Regional sobre Passaportes e Documentos de Viagem Internacionais e Sistemas de Emissão, em colaboração com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), para 24 participantes de países de língua inglesa da OEA. O seminário teve por objetivo aumentar a capacidade de detectar documentos de viagem fraudulentos e, por conseguinte, melhorar a segurança das fronteiras e os vínculos institucionais entre essa segurança e os organismos alfandegários, a fim de promover a cooperação no controle e combate de fraudes. Por falta de financiamento em 2006 não foram realizados cursos de capacitação no Programa de Segurança de Alfândega e Migrações. Em novembro, no entanto, deu-se início a um novo projeto de cooperação com o Escritório de Alfândega e Proteção de Fronteiras (BCBP), do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos. Em dezembro de 2006 foram concluídas três avaliações das instalações alfandegárias e de migrações da Jamaica, Santa Lúcia e Grenada, onde serão ministrados quatro cursos de capacitação no início de 2007.

- Controles financeiros

No âmbito do Programa de Financiamento do Terrorismo, a Secretaria produziu em CD-ROM um manual em espanhol sobre financiamento do terrorismo e o distribuiu às Unidades de Inteligência Financeira e a outras organizações multilaterais e internacionais. Trata-se de um esforço pioneiro que reúne legislação, análise de diferentes métodos de financiamento, indicadores de alerta preventivo, estudos depurados de casos e melhores práticas. Esse manual foi usado em cursos de capacitação organizados pela CICAD sobre lavagem de dinheiro. As Secretarias do CICTE e da CICAD estabeleceram parceria para oferecer um curso em 2007 sobre a área específica de financiamento do terrorismo. Foi contratada a tradução do CD para o inglês, com o objetivo de oferecer cursos em países de língua inglesa.

A Secretaria participou como conferencista do seminário sobre financiamento do terrorismo realizado pelo Banco Central da República da Argentina.

- Legislação e assistência jurídica

O serviço de assistência e consulta legislativa, administrado juntamente com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) continuou a prestar assessoramento aos Estados membros que vêm revendo sua legislação de combate ao terrorismo, a fim de ajustá-la às obrigações impostas pelos instrumentos internacionais e aos requisitos dispostos nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em fins de 2006, 22 Estados membros haviam ratificado a Convenção Interamericana e 85 haviam ratificado as 13 convenções internacionais contra o terrorismo.

O CICTE e o UNODC organizaram em conjunto uma Conferência Ministerial em abril na Cidade do Panamá e um *workshop* na República Dominicana em julho. Costa Rica, México e Uruguai também receberam assistência técnica. Foi realizado, em coordenação com o Governo da Espanha e o UNODC, um seminário destinado à capacitação de juízes e promotores em instrumentos e métodos legais usados no julgamento de casos de terrorismo. Essa foi também a primeira vez que um evento do CICTE foi realizado no centro de formação da Espanha em Cartagena das Índias, Colômbia.

- Proteção da infra-estrutura crítica

A Secretaria organizou, no âmbito do programa de segurança cibernética, em cooperação com o Serviço Secreto dos Estados Unidos, um seminário em Miami, em abril, sobre delito cibernético e terrorismo para 32 funcionários dos setores de inteligência, policial e militar de 14 países da OEA. Esse treinamento complementa os esforços conjuntos do CICTE e da REMJA para implementar a estratégia interamericana de segurança cibernética. Todos os Estados membros receberam um DVD sobre o treinamento em inglês e espanhol. A Secretaria vem tentando firmar uma parceria com a Equipe de Resposta a Incidentes em Computadores da Ásia-Pacífico (APCERT) e participou como conferencista de um fórum regional em março. A Secretaria também participou como conferencista de dois eventos internacionais sobre infra-estrutura crítica: a Terceira Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos (III ICCyber) e a Conferência de Segurança para Governo (SecGov 2006), ambas realizadas no Brasil em novembro. Em fins do ano aprovou-se um novo programa de capacitação do CICTE para colaborar com os Estados membros na criação de uma Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (CSIRT) e na capacitação dos funcionários designados oficialmente pelos governos. Até esta data há somente oito CSIRT oficiais no Hemisfério.

O Programa Interamericano de Segurança das Instalações Turísticas e Recreativas (ITRS) foi aprovado no Sexto Período Ordinário de Sessões do CICTE em março de 2006 e implementado como projeto piloto em agosto. O programa é único em seu campo, preenchendo uma grande lacuna no Hemisfério e exercendo impacto positivo nos preparativos de segurança dos países sede da Copa do Mundo de Críquete em 2007. Foram capacitados 167 funcionários da primeira linha de segurança, gerentes e supervisores de 10 países de língua inglesa do Caribe em quatro cursos. Como parte do treinamento, os participantes aprenderam a avaliar as vulnerabilidades do setor turístico (hotéis, transporte, navios de cruzeiro e campos e locais de recreação).

- Outras iniciativas

A ajuda aos Estados membros da região do Caribe na preparação da Copa do Mundo de Críquete de 2007 continuou a ser um dos objetivos altamente prioritários da Secretaria. A Secretaria também continuou a desempenhar um papel efetivo nos esforços internacionais de combate ao terrorismo no contexto das Nações Unidas e de outros órgãos. Participou de um exercício de política sobre um cenário de bioterrorismo organizado pela INTERPOL em Santiago, Chile, em julho de 2006. Foi estabelecida nova parceria com o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe (UN-LiREC) para apoiar os esforços dos Estados membros no cumprimento das obrigações dispostas na resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (sobre armas de destruição em massa).

Estabeleceu-se também uma aliança com o Instituto Inter-Regional das Nações Unidas para Pesquisas sobre Delinqüência e Justiça (UNICRI) para promover assistência técnica aos países em eventos de massa. A Secretaria participou de uma conferência do UNICRI em dezembro na sede das Nações Unidas para expor os programas de capacitação do CICTE destinados a fortalecer a segurança dos países sede da Copa do Mundo de Críquete.

A Secretaria prestou assistência a 28 participantes de 13 países no curso de capacitação sobre “Indicadores Preventivos de Atividade Terrorista”, realizado em Buenos Aires em abril.

## **Departamento de Segurança Pública**

- Políticas de segurança pública

O Departamento de Segurança Pública conduziu uma pesquisa preliminar com o objetivo de conhecer a dimensão dos problemas de segurança das Américas e detectar campos de intervenção e parceiros potenciais nessa tarefa. Com base na pesquisa constatou-se a falta de informação de base oportuna e veraz e a ausência de estatísticas consolidadas, o que torna difícil uma análise comparativa entre países e possibilita somente observações parciais das tendências gerais de segurança. Por outro lado, verifica-se na região uma crescente participação de empresas de segurança privada e uma inadequada capacidade de gestão e controle por parte de muitos Estados membros. Os responsáveis pela segurança pública se vêem diante de novos e mais complexos desafios determinados pela qualidade e quantidade dos delitos que se cometem.

Observou-se também a falta de espaço político regional para analisar e debater esses temas, bem como a inexistência de mecanismos de cooperação horizontal. O Departamento de Segurança Pública vem tentando desenvolver uma agenda para três anos que aborde uma série de temas que a Secretaria-Geral vem deparando há algum tempo. Seu objetivo é oferecer resposta a compromissos assumidos e uma abordagem desses compromissos de uma ótica integral.

- Quadrilhas

Decidiu-se por uma abordagem diferente desse tema em virtude da dimensão por ele assumida, do seu impacto e da ameaça que representa para a estabilidade e segurança dos países. É por esse motivo que o Departamento de Segurança o focalizou de uma perspectiva integral, coordenando-se com as organizações do Sistema Interamericano que enfrentam o problema de diferentes perspectivas. A seção pertinente elaborou nove projetos que começarão a ser executados em 2007 e que abrangem temas como a definição e classificação conceitual das quadrilhas, estratégias de prevenção, políticas públicas, adequação das normas jurídicas, sistemas de informação e estratégias de comunicação. Diferentes áreas da Organização participarão da elaboração desses projetos. Pela primeira vez esse tema se concentra em uma área da Secretaria-Geral, o que possibilitará, sem dúvida, melhorar a capacidade de resposta e sua unicidade conceitual.

- Armas, explosivos e munições

Entre 11 e 12 de outubro de 2006 foi realizada, na sede da OEA, a Segunda Reunião do Grupo de Peritos CIFTA-CICAD. O encontro serviu para concluir a Legislação Modelo sobre Marcação e Rastreamento de Armas, bem como para iniciar o diálogo sobre o fortalecimento dos controles nos pontos de exportação. Em 9 e 10 de novembro, o Departamento de Segurança Pública organizou em Santiago, Chile, o “Seminário sobre o Manejo de Armas em Custódia e Destruição de Arsenais”. O evento, organizado em colaboração com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), o UN-LiREC e a Direção Geral de Mobilização Nacional, do Chile, contou com a participação de mais de 40 representantes do governo e organismos não-governamentais, que trocaram idéias e experiências sobre a gestão de armas em custódia, respectivos níveis de segurança e sua posterior destruição. Espera-se replicar a iniciativa em outras regiões do Hemisfério em 2007.

Duas iniciativas foram implementadas para apoiar os governos da Nicarágua e Colômbia na destruição de armas, munições e remanescentes explosivos de guerra. Na Nicarágua espera-se destruir entre 900 e 1.000 toneladas de munições e na Colômbia prevê-se a destruição de 18.000 armas de fogo e 2,7 milhões de rodadas de munição confiscadas como resultado do processo de desmobilização dos paramilitares nesse país. Os processos de destruição em cada país serão iniciados no começo de 2007.

- Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal (AICMA)

Como parte do mandato de apoiar os Estados membros da OEA na reconciliação nacional, no fortalecimento da paz e no cumprimento dos compromissos como Estados Partes na Convenção de Ottawa, o Programa continua a colaborar com as atividades de ação contra minas na Colômbia, Equador, Nicarágua e Peru. Os objetivos continuam a ser a arrecadação de fundos provenientes da comunidade internacional, a administração e gestão de recursos e a coordenação do programa do ponto de vista diplomático e político. Também se divulgou o portfólio de projetos, que inclui os perfis dos programas nacionais de ação contra minas e as necessidades financeiras para sua implementação em 2007. A liderança da OEA, em apoio à Convenção de Ottawa, refletiu-se em sua participação ativa na Sétima Reunião dos Estados Partes na Convenção, em setembro de 2006, bem como na exposição das realizações do Programa à comunidade doadora neste e em outros foros internacionais.

Em 2006, com a assessoria técnica da Junta Interamericana de Defesa, prestou-se apoio aos esforços dos Estados membros por remover aproximadamente 6.500 minas antipessoal em quase 400 mil metros quadrados de terreno nos países afetados. Dentre essas realizações, destaca-se o empenho da Nicarágua, que planeja concluir seu Plano Nacional de Remoção de Minas em fins de 2007. Com a conclusão das operações na Nicarágua, a América Central será a primeira região do mundo livre do impacto de minas antipessoal. Cumpre também salientar as atividades na Colômbia, onde se conseguiu a conclusão da remoção humanitária em dois outros campos minados, além dos originais 34 sob a jurisdição do Estado colombiano. As Forças Armadas Colombianas foram preparadas para responder a emergências humanitárias provocadas por minas, etapa que deverá entrar em funcionamento em 2007.

No que se refere ao atendimento de sobreviventes de acidentes de minas e artefatos não detonados, o AICMA apoiou, até fins de 2006, a reabilitação física e psicológica de aproximadamente mil vítimas. Na Nicarágua, no mesmo ano, prosseguiu o apoio aos sobreviventes de minas por meio de um programa de treinamento em atividades de pós-reabilitação, em colaboração com o Instituto Nacional Tecnológico da Nicarágua, que conseguiu capacitar mais de 219 pessoas. Em fins de 2006 e a partir de 2007, o programa integral de assistência a vítimas será estendido no âmbito regional à América Central, com o apoio de várias organizações nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, a OEA criou um programa de assistência a vítimas na Colômbia por intermédio do Centro Integral de Reabilitação da Colômbia, para apoiar a reabilitação física e psicológica de alguns dos 3.000 ou mais sobreviventes de minas no país. Como parte do componente de educação preventiva para as populações afetadas por minas, o AICMA apoiou campanhas de sensibilização, que divulgaram informações sobre o risco das minas a mais de 225.000 pessoas que vivem em áreas afetadas.

As contribuições financeiras recebidas pelo AICMA em 2006 somaram aproximadamente 6,7 milhões de dólares. Prevê-se que as necessidades orçamentárias atinjam em 2007 aproximadamente seis milhões de dólares para assegurar a continuação dos programas de ação contra minas no Equador, Peru e Colômbia, a conclusão das atividades na Nicarágua, a ampliação do programa de assistência a vítimas e os esforços de destruição de munições e armas.

- Tráfico de pessoas

Em março de 2006, realizou-se na Isla Margarita, República Bolivariana da Venezuela, a Primeira Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas. Em fins do mesmo mês, o Departamento de Segurança Pública apresentou ao governo eleito e à sociedade civil, em La Paz, Bolívia os resultados, recomendações e ações futuras para combater o tráfico de pessoas, com a colaboração e co-patrocinio dos Estados membros, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e da *Save the Children*-Suécia, entre outras. Do mesmo modo, em junho de 2006, promoveu-se em Port-au-Prince, Haiti, um seminário-*workshop*, destinado a agentes de segurança, sobre a catástrofe que representa o tráfico de pessoas e o modo por que viola os direitos humanos, bem como sobre as melhores práticas e estruturas jurídicas para combatê-lo. Na Cidade de Belize, no mês de agosto, teve lugar o seminário para capacitadores, destinado a combater esse tráfico por meio do uso de portais eletrônicos de pessoas desaparecidas, em que foram capacitados mais de 140 agentes de segurança. Em novembro, o Departamento de Segurança Pública promoveu o seminário de capacitação e a troca de informações entre as forças de segurança localizadas ao longo da Zona de Adjacência entre Belize e a Guatemala, em que aproximadamente 85 participantes definiram mecanismos de cooperação para combater o tráfico de pessoas em ambos os países.

O Departamento de Segurança Pública participou e encarregou-se da exposição de temas relacionados com o combate ao tráfico de pessoas nas Américas, suas realizações e desafios em diversos eventos. Dentre eles, cumpre salientar o encontro internacional realizado em Cascais, Portugal, em maio de 2006; o de Madrid, em maio de 2006; o de Saint Martin, em junho de 2006; o de Estocolmo, em junho de 2006; o de Porto Rico, em agosto de 2006; o de Buenos Aires, em novembro de 2006; e o de Bilbao, Espanha, em dezembro de 2006.



- Criminalidade organizada transnacional

De abril a dezembro de 2006, o Departamento de Segurança Pública apoiou a Comissão Especial contra a Criminalidade Organizada Transnacional (CEDOT) do Conselho Permanente nas sessões em que foram discutidos o conteúdo e a redação do Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional, que culminou com a aprovação do referido Plano pelo Conselho Permanente da Organização em 24 de outubro de 2006. Também participou de vários seminários, *workshops* e reuniões, tais como o seminário de peritos sobre “O Crime Organizado e seus Impactos nas Sociedades Democráticas”, realizado em San José, Costa Rica, em 15 e 16 de maio de 2006; a “Reunião de Peritos para Elaborar a Primeira Lei Modelo para a América Latina sobre Proteção de Testemunhas”, organizada pelo Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), em Santiago, Chile, de 22 a 25 de julho de 2006, e a “Primeira Reunião Regional da Associação Mundial de Promotores (IAP) para a América Latina”, também em Santiago, de 25 a 27 de julho de 2006, com o objetivo de considerar, de uma perspectiva comparada, a questão da proteção de vítimas e testemunhas.

O Departamento também participou e se encarregou de diferentes aspectos da preparação do “Primeiro Encontro Ibero-Americano de Ministérios Públicos e Polícias”, em Santiago, Chile, de 7 a 9 de novembro de 2006, sobre o tema “Uma Aliança a Serviço da Justiça: desafios comuns”. Apoiou ainda o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) na organização do *workshop* sub-regional sobre “Uso de operações encobertas e vigilância eletrônica na luta contra o crime organizado e a corrupção”, realizado em Tegucigalpa, Honduras, de 16 a 17 de novembro de 2006. O evento foi apresentado como um esforço de colaboração entre as Nações Unidas e a OEA.

## **SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

A Subsecretaria de Administração e Finanças foi criada pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituída pelo Escritório do Subsecretário, pelos Departamentos de Recursos Humanos e Serviços Orçamentários e Financeiros e por três escritórios: Serviços de Informação e Tecnologia, Serviços de Compras e Serviços Gerais.

### **Escritório do Subsecretário**

No período a que se refere este relatório, o Escritório do Subsecretário continuou a apoiar os órgãos políticos da Organização, principalmente a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), atuando como vínculo principal entre ela e a Secretaria-Geral. O Escritório do Subsecretário também estabeleceu coordenação com as diferentes áreas da Secretaria-Geral, com a finalidade de apoiar seus programas do ponto de vista financeiro e administrativo. Finalmente, conduziu uma série de reformas destinadas a modernizar e a tornar mais transparente a Secretaria-Geral.

### **Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros (DSPF)**

- Aspectos orçamentários

Fatos significativos ocorreram em 2006 no campo orçamentário. No início do ano, o DSPF, juntamente com as demais dependências da Subsecretaria de Administração e Finanças, deu início a ações para compatibilizar a estrutura de contas, demonstrativos e relatórios financeiros, registros de pessoal e outros, a fim de assegurar que toda a informação se apresentasse conforme a Ordem Executiva 05-13 emitida em dezembro de 2005. Essa ação possibilitaria o cumprimento da determinação de apresentação de relatórios periódicos sobre o estágio de execução do orçamento 2006 do Fundo Ordinário e dos fundos específicos.

O Trigésimo Primeiro Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral Extraordinária aprovou, em janeiro, a nova escala de cotas de transição, válida para 2007 e 2008, o que não ocorria há muitos anos. Também encarregou o Conselho Permanente de formular recomendações com vistas à adoção de uma nova metodologia de cálculo da escala de cotas aplicável a 2009 e anos posteriores, que deverá ser apresentada no Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões. Instruiu, ademais, o Secretário-Geral a que submetesse à Comissão Preparatória a proposta orçamentária do Fundo Ordinário para 2007 com um teto fixo de US\$81.5 milhões.

Em 12 de abril de 2006 foi apresentado o projeto de orçamento-programa 2007 com um teto de US\$81,5 milhões, que não contemplava ajustes legais de salários ou aumentos por perda de poder aquisitivo nos gastos operacionais da Secretaria-Geral. Tão logo a Secretaria-Geral observou que o orçamento aprovado para 2006 não destinava recursos adicionais para gastos extraordinários não previstos (como manutenção de edifícios, melhoramento do sistema OASES, conversão de CPR na área da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e regularização de cargos subestimados), aprovou-se em abril, mediante a CP/RES. 903 (1542/06), um ajuste de US\$5.2

milhões no orçamento-programa aprovado para 2006. De acordo com o artigo 72 das Normas Gerais, esse ajuste adicional seria financiado pelo Subfundo de Reserva.

Finalmente, por meio da resolução CP/RES. 911 (1573/06), foi aprovada, em dezembro, uma revisão do orçamento-programa de 2007, num total de US\$2.9 milhões, para financiar o custo de salários, em cumprimento ao artigo 40 das Normas Gerais e à resolução AG/RES. 1319 (XXV-O/95). Essa revisão possibilitará o pagamento dos ajustes por motivo de inflação e perda de poder aquisitivo das despesas não referentes a pessoal em 2007.

- Aspectos financeiros

No que diz respeito à situação financeira da OEA, figuram no Anexo E, no final deste relatório, os demonstrativos financeiros consolidados, dos quais constam:

- a. o Subfundo de Operações e o Subfundo de Reserva do Fundo Ordinário, cujos orçamentos são aprovados pela Assembléia Geral;
- b. os fundos específicos e o Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) financiados por contribuições unilaterais ou multinacionais para o custeio de atividades aprovadas pelos órgãos dirigentes; e
- c. os fundos de serviços que possibilitam a gestão das atividades internas administrativas necessárias para o funcionamento adequado da Organização. Esses fundos foram separados nos demonstrativos financeiros a fim de refletir seu impacto. Os fundos de serviços incluem, entre outros, o Fundo de Reembolso de Impostos, o Fundo de Estacionamento e o Fundo de Conferências Externas.

Em 2006 a arrecadação total de cotas do Fundo Ordinário, inclusive cotas atrasadas de anos anteriores, chegou a US\$79.9 milhões, o que representou um aumento de US\$3.6 milhões ou 4,7% em relação à arrecadação de 2005 (US\$76.3 milhões). A situação financeira do Fundo Ordinário melhorou com respeito a 2005, em grande medida em virtude do aperfeiçoamento da arrecadação de cotas do ano em curso (US\$65.6 milhões) bem como de cotas de anos anteriores (US\$14.3 milhões).

O saldo do Fundo Ordinário em 31 de dezembro de 2006 chegou a US\$13.8<sup>1/</sup> milhões, superando em US\$3.7 milhões o saldo do ano anterior de US\$10.1<sup>2/</sup> milhões. No entanto, excluindo-se os fundos reservados para a execução dos programas de bolsas de estudo e os fundos suplementares destinados ao Fundo de Capital para Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento, a atividade líquida nas operações do Fundo Ordinário foi de US\$2.2 milhões. Esse resultado aumentou o saldo do Subfundo de Reserva para US\$10.8 milhões, em comparação com US\$8.6 em 2005.

---

1 Inclui US\$3 milhões em fundos reservados à execução de programas de bolsas de estudo de 2007.

2 Inclui US\$1.5 milhão em fundos suplementares destinados aos programas de bolsas de estudo e treinamento da OEA do Fundo de Capital, em conformidade com a resolução CP/RES. 894 (1516/05).

## **Departamento de Recursos Humanos (DRH)**

Houve mudanças significativas em 2006, no âmbito estrutural e de procedimentos, no Departamento de Recursos Humanos. Essas mudanças concentraram-se em três grandes vertentes: eficiência, processamento de trâmites e promoção e desenvolvimento.

- **Eficiência**

Uma das mudanças mais importantes na estrutura interna do Departamento foi a transição de um sistema de técnicos especializados para um processo voltado para o serviço, por intermédio de “executivos de conta” que, de forma genérica, possam atender como consultores técnicos, de maneira personalizada e eficiente, em todos os aspectos dos recursos humanos, aos funcionários das áreas que constituem seus “portfólios”.

Com o objetivo de padronizar e tornar mais compreensível a estrutura normativa vigente e dar transparência aos processos de pagamento de benefícios aos funcionários, foram elaborados manuais de procedimentos para: 1) viagens ao país de origem; 2) reembolso de despesas de educação; 3) licença-maternidade; 4) subsídio de educação; 5) vistos G-5 para empregados domésticos; 6) separação de funcionários; e 7) procedimentos para a Comissão Disciplinar. No mesmo campo, iniciou-se a atualização do Regulamento do Pessoal a fim de criar um documento que esteja de acordo com as necessidades específicas da Organização e com as novas tendências em matéria de política e administração de pessoal.

Com o objetivo de automatizar todos os processos do Departamento, colaborou-se com o Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia na limpeza e atualização do banco de dados para o desenvolvimento do novo modelo de administração de recursos humanos que se deseja implementar no sistema OASES, o que propiciará um sistema de relatórios que facilitará a administração de pessoal e a tomada de decisões estratégicas na Secretaria-Geral.

Colaborou-se de maneira contínua e conjunta com diferentes áreas da Organização na reengenharia interna dessas áreas, com o objetivo de dispor de estruturas mais eficientes de trabalho.

- **Processamento de trâmites**

Promoveu-se em 2006 a automatização dos processos de contratos por tarefa (CPR) e notificações de ação de pessoal (PAR), realizando-se mais de 1.400 ações do pessoal, bem como 800 contratos por tarefa.

Houve concurso para 48 vagas internas que, por diversas razões, não eram preenchidas há três anos. Do mesmo modo, a fim de tornar mais transparente o processo de classificação de cargos, foi constituída uma comissão com vários profissionais do Departamento de Recursos Humanos, especialistas em classificação das Nações Unidas, que revisam contínua e oportunamente cada uma das solicitações e as encaminham para decisão. Em 2006 foram classificados 53 cargos.

Deu-se início ao processo de automatização de vistos e certificações de emprego, mediante ação conjunta com o Departamento de Estado dos Estados Unidos. Nesse período de transição, em 2006, a simplificação e automatização do processo possibilitaram a tramitação de 1.250 vistos. No mesmo sentido, foram concedidos – pela primeira vez – vistos G4 a estagiários, com a finalidade de tornar mais ágeis e expeditas as solicitações dessas pessoas ante os consulados de seus respectivos países.

O Programa de Estágios foi reformulado e automatizado, a fim de oferecer um programa competitivo no âmbito das demais organizações internacionais. No mesmo plano estabeleceram-se acordos com a Universidade George Washington para alojar os estagiários da Organização nas instalações da Universidade durante sua permanência na cidade de Washington e com a Organização Universitária Interamericana, que divulgará e promoverá o Programa de Estágios da OEA entre mais de quatro milhões de estudantes do Hemisfério. O objetivo desses procedimentos é recrutar e dar oportunidade a jovens talentos de todos os países membros. Em 2006 a OEA recebeu 205 estagiários.

Foi iniciada uma análise comparativa da administração de benefícios vigentes entre as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.

- Promoção e desenvolvimento

A Seção de Desenvolvimento Organizacional foi criada com a intenção de mudar a cultura e aperfeiçoar o desempenho organizacional por meio de uma série de programas destinados a incentivar e promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários, mediante a identificação dos executivos de alto potencial.

Com esse objetivo conduziu-se um processo de detecção de necessidades de capacitação em todas as áreas da Organização para a criação e oferta de programas de treinamento de alta qualidade. Concluiu-se em 2006 o planejamento de um programa de 11 cursos de treinamento, que teve início no mesmo período e que será implementado nos primeiros seis meses de 2007. Os cursos inicialmente ministrados foram “Comunicação efetiva e negociação” e “*Coaching* executivo”, com a participação de 30 funcionários dos quais sete foram certificados como instrutores internos.

Revisou-se e atualizou-se o processo de concorrência para contratos contínuos, que tem por objetivo dar estabilidade e permanência aos funcionários da Organização. Participam desse processo 109 funcionários.

Foi elaborado um plano para empregados não profissionais, que tenta facilitar a obtenção do grau universitário para os funcionários que, por diversas razões, não puderam concluir seus estudos.

Com o desejo de estabelecer um meio de comunicação constante e efetivo entre a Organização e os funcionários, foi criado, juntamente com o OSIT, o portal da Intranet “*OAS Connect*” como uma primeira ferramenta do Plano de Comunicação Interna. Nesse portal foi atualizada toda a informação do DRH e dos principais processos de gestão administrativa para facilitar as transações com esse Departamento.

A fim de se dispor de uma ferramenta prática que promova a qualidade em todos os sentidos e incentive o trabalho efetivo e eficiente dos funcionários da Organização, foi reformulado o Programa de Avaliação de Desempenho, que será colocado em prática nos primeiros meses de 2007.

Na área da saúde foram realizadas várias campanhas de vacinação, uma campanha de prevenção e detecção da AIDS e uma feira de saúde.

As metas do Departamento de Recursos Humanos em 2007 são especificadas abaixo.

1. Prosseguir e aperfeiçoar a automatização e sistematização de processos, pagamentos de benefícios e salários.
2. Implementar e dar continuidade ao Sistema de Avaliação de Desempenho.
3. Automatizar o processo de incentivo a funcionários.
4. Publicar e implementar os manuais de procedimentos.
5. Implementar o processo de concorrência para contratos contínuos.
6. Elaborar um programa *on-line* de capacitação para os Escritórios nos Estados membros.
7. Melhorar o processo de recrutamento, seleção e promoção do pessoal.
8. Editar mensalmente um boletim eletrônico interno, que constitua mais uma ferramenta de comunicação e promoção das atividades e realizações da Organização na área de recursos humanos.
9. Atrair os jovens mais talentosos do continente para participar do programa de estágios.
10. Vincular a Organização aos planos estratégicos da Secretaria-Geral.

### **Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia (OSIT)**

Vinte e sete Escritórios da OEA nos Estados membros foram integrados num sistema seguro de comunicações com a sede por intermédio de uma rede privada virtual – VPN –, a fim de estabelecer conexão direta com todos os serviços de TI oferecidos (OASES, correio eletrônico, “OAS *Connect*”, entre outros).

Implementou-se com êxito o sistema de comunicações telefônicas por meio de “*IP Telephony*” – “VoIP” (*Voice over Internet Protocol*) para todos os Escritórios nos Estados membros. Configuraram-se na sede 65 ramais telefônicos para o uso desse sistema.

Os aumentos registrados no uso de equipamentos de comunicação móvel, de 375% e de 700% no uso de PDA (assistente digital pessoal), decorreram não somente da disponibilidade de novas tecnologias, mas também da necessidade de se dispor de uma força de trabalho em comunicação permanente. O OSIT reorganizou a administração e controle desses equipamentos e, juntamente com o Departamento de Assessoramento Jurídico, expediu o Memorando Administrativo nº 115 com as políticas e procedimentos que regem a aquisição e transferência de telefones celulares e PDA e a seleção dos serviços e seu uso de acordo com as normas da Secretaria-Geral. O OSIT também realizou um estudo de comercialização desses serviços para selecionar os provedores que melhor possam atender às necessidades da Secretaria-Geral.

Procedeu-se ao exame e posterior compra dos equipamentos necessários para a implementação do NAC (*Network Admission Control*), o sistema de controle para conexão à rede de equipamentos portáteis.

Com o objetivo de oferecer um enfoque mais dedicado aos serviços da Secretaria-Geral, uma conexão segura e um uso mais fácil por parte de todos os usuários, desenvolveu-se e implementou-se uma nova versão da *intranet* “OAS Connect”. Essa *intranet* abrange toda a informação relacionada com os Escritórios da OEA nos Estados membros.

Para reforçar a segurança da rede da Secretaria-Geral, foram instaladas diversas ferramentas com o objetivo de detectar tentativas de violação ao sistema de segurança e detecção de intrusos (NIDS). A permanente atualização e instalação de programas antivírus e anti-espionagem fortalecem as defesas de nossas redes de dados contra os ataques de vírus e outras ameaças à segurança da informação.

Foram instaladas novas ferramentas de monitoramento da rede – “Winventory”, “Cacto” –, criaram-se *scripts* de segurança para servidores e o “Active Directory”.

O “HelpDesk” recebeu um total de 16.200 solicitações das quais 10.500 se referiram ao OASES e 5.700 a equipamentos, programas, instalações e apoio em geral aos usuários.

Ante a proliferação de servidores experimentados pela Organização, foi formulada e implementada uma estratégia de consolidação que incluiu o estudo, análise e avaliação de toda a infra-estrutura da rede, para determinar e maximizar o uso desses servidores e seus recursos com a conseqüente liberação de parte deles para serem utilizados no Plano de Continuidade e Recuperação ante Emergências/Catástrofes (BCP). Essa estratégia de consolidação foi complementada com a aquisição de um sistema de armazenamento em massa de dados tipo SAN (*Storage Area Network*) que concentrará a totalidade dos bancos de dados corporativos de produção da Organização. A instalação e configuração serão realizadas em 2007. A estratégia é complementada com a implementação de servidores virtuais mediante a utilização de tecnologia de *software* de última geração.

Como Etapa I do Plano de Continuidade e Recuperação ante Emergências/Catástrofes (BCP) foi transferido para o Edifício Administrativo o equipamento necessário para implementar uma página de recuperação dos sistemas críticos existentes na Organização. Esse sistema estará em funcionamento em janeiro de 2007. Foi realizada a licitação para o recabeamento completo do Edifício Principal, com vistas à homogeneização do tipo de tecnologia existente na Organização. A obra será levada a efeito em 2007. Anteriormente a esse trabalho, concluiu-se a instalação da infra-estrutura necessária para dotar de conectividade sem fio tanto o Edifício Principal como o GSB.

Novas aplicações foram desenvolvidas para ajudar várias áreas a alcançar suas metas e facilitar a simplificação dos processos.

- Para o Departamento de Recursos Humanos desenvolveram-se os sistemas de processo eletrônico de notificações de ação de pessoal (PAR) e processo simplificado dos contratos por

tarefa (CPR). Ambos os sistemas permitem a verificação e validação de informações e a obtenção das respectivas aprovações e minimizam o tráfego de comunicações eletrônicas. Os novos sistemas retêm a informação e permitem a produção de relatórios e estatísticas várias. Também se desenvolveu para essa área um sistema de banco de dados de solicitações de estágios e seleção, com a finalidade de reduzir o custo e o tempo de processamento das solicitações.

- No mês de dezembro, antes da data fixada, foi concluída a Etapa I do sistema de administração de bolsas de estudo (FMS) para o Departamento de Desenvolvimento Humano. O FMS possibilita o acompanhamento e administração dos custos dos bolsistas ativos tanto individualmente como por programa e a verificação e o controle da informação entre a OEA e as prestadoras dos diferentes serviços. Esse sistema gera relatórios e estatísticas, dispõe de um módulo de segurança e logo disporá de uma interface que permitirá que seja conectado por meio do “*OAS Connect*”. A Etapa II, que também já foi iniciada, possibilitará a administração de novas bolsas e incluirá o processo de solicitação e seleção.
- Para o Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação (DPCE), foi desenvolvido um sistema de automatização do processo de planejamento operacional de projetos com base na estrutura utilizada pelo referido Departamento. O sistema automatiza o fluxo desde a apresentação do planejamento operacional do projeto pela área até a aprovação ou recusa pelo DPCE. O sistema gera relatórios baseados nas necessidades do DPCE.

Com respeito ao sistema administrativo de missão crítica da Organização – OASES –, os papéis e perfis dos diferentes usuários que o acessam foram reavaliados e elaborou-se um plano de separação de funções que se encontra em processo de implementação. Em colaboração com pessoal técnico da *Oracle Corporation*, redefiniu-se a qualidade e o tipo de serviço que a Secretaria recebe com a finalidade de otimizar o ROI do contrato entre as partes. Foram tomadas medidas técnicas e administrativas drásticas para melhorar o funcionamento do OASES, o que deu origem a um serviço sem interrupções no encerramento dos livros de 2006. Foi também implementado um sistema automático que facilita o controle de mudanças no OASES. Vem-se colaborando na extensão do uso desse sistema a todos os sistemas sob a administração do OSIT.

Como parte da colaboração do OSIT com o Departamento de Recursos Humanos concluiu-se a remodelação da sala de treinamento, dotando-a de equipamentos de computação de última geração.

Continuou-se a prestar assistência técnica a aplicações como controle de documentos, calendário de eventos e catálogo telefônico, desenvolvidos para a CIDH, Conferências e Reuniões, Biblioteca Colón e outras. Também prosseguiu o apoio à extensão do Sistema de Correio Eletrônico Seguro do Grupo de Trabalho de Assistência Jurídica Mútua. Essa tecnologia facilita a comunicação rápida, confidencial e segura das autoridades nos Estados membros com relação a extradição e matéria penal.

Concluída a modernização dos sistemas de apoio às reuniões dos diferentes órgãos políticos da Organização na recém reformada sala de conferências Libertador Simón Bolívar, continua-se a prestar apoio e orientação aos Escritórios de Conferências e Reuniões, de Serviços Gerais e do



Secretário-Geral Adjunto, bem como ao Departamento de Imprensa e Comunicações, a fim de promover o uso ótimo das tecnologias instaladas.

### **Escritório de Serviços de Compra (OSC)**

- Atividades relacionadas com a área de ativos fixos

A área de ativos fixos executou as tarefas de recebimento e entrega a usuários de produtos enviados à Organização por centenas de fornecedores. No período de que se trata foram entregues a esses usuários 580 novos bens com valor individual superior a US\$500 e custo total superior a US\$1.7 milhão, registrando-se mais de 14 mil campos de controle no banco de dados de inventários. Também foram inventariados fisicamente mais de cinco mil bens e atualizados mais de 35.000 campos no banco de dados de inventários.

No período a que se refere este relatório foram eliminados por obsolescência ou dano 511 bens do registro de inventários e efetuadas mais de 1.300 entregas aos diversos usuários em todos os edifícios da sede, num total de mais de 3.000 caixas ou envelopes. Foram distribuídas cerca de 2.000 novas etiquetas de códigos de barra a Missões Especiais, cujos inventários começaram a ser atualizados no início de 2007, e atualizaram-se as informações de mais de 2.000 bens dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

- Atividades relacionadas com a área de compras

#### *Sistema Gerencial Oracle (OASES)*

Em 2006 a carga de trabalho e o processamento de ações de compra aumentaram em aproximadamente 30% com relação a 2005. Foram atendidas mais de 1.600 solicitações do sistema de atendimento ao cliente. Também prosseguiu a revisão periódica de transações de compra e foram efetuadas mais de 14.000 transações entre requisições e ordens de compra.

Foram ministradas mais de 15 sessões regulares e especiais de treinamento com vistas à preparação, revisão, recebimento e aprovação de ações de compra. Foram administrados cursos especiais para o processamento de transações relacionadas com a contratação de consultores (CPR) e cursos avançados em temas especiais relacionados com o sistema de compras. Também prosseguiu o acompanhamento do processo de certificação dos Escritórios nos Estados membros. Mediante o Sistema Gerencial *Oracle* despacharam-se 39.463 listas de ordens de compra. Prestou-se apoio técnico por telefone e pessoalmente a usuários do sistema eletrônico de compra de material de escritório e autorizaram-se mais de 700 pedidos anteriormente ao exame dos saldos de suas ordens de compra.

- Contratos, seguros, licitações

O OSC encarrega-se da coordenação e elaboração de licitações, seleção de fornecedores e execução de contratos de compras, para o que efetuou 22 licitações. Também realizou duas licitações relacionadas com serviços de viagem.

Além da contínua administração das apólices de seguros comerciais da SG/OEA, tanto na sede como nos Escritórios da OEA nos Estados membros, investigou-se a possibilidade e o custo de procurar uma cobertura de seguro contra seqüestro e resgate para os membros de missões especiais tais como as missões da OEA no Haiti e na Colômbia.

- Atividades relacionadas com a área de viagens

A área de viagens efetuou reservas e emissão de mais de 2.000 bilhetes eletrônicos e/ou físicos para as viagens realizadas por funcionários da Organização ou em representação da Organização. Também obteve mais de 500 vistos junto aos consulados de mais de 20 países.

Em outubro de 2006, o OSC publicou uma convocação de apresentação de ofertas por parte de agências de viagem especializadas na prestação de serviços de viagem *ex situ* e, após uma ampla avaliação das quatro propostas recebidas, encaminhou suas recomendações à Comissão de Adjudicação de Contratos (CAC). Em dezembro o Secretário-Geral aprovou a recomendação da CAC de adjudicar o contrato de prestação de serviços de viagem à *Omega World Travel* (doravante denominada *Omega*) e assinou o respectivo contrato em janeiro de 2007. Dentre os benefícios que a *Omega* oferece à OEA destacam-se os seguintes: preços e tarifas com empresas aéreas negociados pela *Omega*; disponibilidade ininterrupta para emergências; serviços ininterruptos VIP e linhas telefônicas dedicadas; acesso disponível a mudança de classe sem custo algum para os viajantes que para isso reúnam as condições necessárias; apresentação de estatísticas de viagens melhores e mais precisas para fins de apresentação de relatórios; sistema de reservas *on-line* especialmente personalizado para a OEA. A implementação do novo serviço de viagens *ex situ* foi totalmente concluído em fevereiro de 2007.

O OCS propõe-se em 2007, nessa área, a centralizar o faturamento como parte do programa de administração de custos; consolidar e controlar todas as compras decorrentes de viagens da OEA e apresentar relatórios confiáveis que ajudem a identificar e medir adequadamente todas as despesas de viagem, bem como a cumprir as políticas de viagem; e alcançar a meta da SG/OED de melhores práticas e maior transparência nas transações comerciais.

- Outras atividades

O OCS atendeu novamente às exigências do Conselho Permanente quanto ao relatório semestral de contratos por tarefa (CPR). Esse relatório requer atenção constante e continua a mudar de acordo com as necessidades do Conselho Permanente.

### **Escritório de Serviços Gerais (OSG)**

O Escritório de Serviços Gerais concentrou seus esforços na continuação de projetos de investimento de capital e na reforma e manutenção dos edifícios da Secretaria-Geral, bem como em outros projetos relacionados com o aluguel de escritórios, a segurança física, a duplicação de documentos, a frota de veículos e os estacionamentos.

Foram implementados a manutenção e os investimentos de capital dos edifícios da Secretaria-Geral por um valor aproximado de US\$7,2 milhões, que incluem o pagamento da hipoteca do

Edifício da Rua F (US\$2.028.299) e o pagamento do seguro de edifícios (US\$171.194). Os custos de manutenção cobrem principalmente os serviços básicos, contratos de manutenção, reparos e compra de material. Cumpre salientar que o aumento do custo dos serviços básicos,<sup>3/</sup> bem como o aumento do custo dos contratos de manutenção<sup>4/</sup> e da contratação dos serviços de segurança e limpeza tornaram necessária uma dotação orçamentária adicional de US\$634.800 (CP/CAAP/SA.538/06).

Os investimentos de capital concluídos totalizam US\$841.151. No Edifício Principal foram realizados reparos no teto, nas escadas exteriores do Salão das Américas, reparos e pintura nos tetos e paredes interiores, bem como a substituição do elevador e de duas peças importantes do condicionador de ar (*chillers*). No edifício da Rua F foi colocado filme protetor em todas as janelas e substituída a torre de esfriamento. Também foi substituído o compressor do Museu. Esses investimentos de capital foram especialmente autorizados pela Comissão de Assuntos Orçamentários e Financeiros CP/CAAP/SA.538/06 e CP/CAAP/SA.525/05. A primeira autorização prevê recursos para a elaboração de um relatório sobre as atuais condições dos Edifícios Principal, Administrativo, Museu e Casita. Esse relatório proporcionará à Secretaria-Geral um plano mestre de reformas.

As fortes chuvas do mês de junho, que inundaram a área metropolitana de Washington, também afetaram os Edifícios Principal e Administrativo da Organização. Foi inutilizada a sala de máquinas do Edifício Principal, onde se encontram os equipamentos eletromecânicos que fornecem eletricidade, ar condicionado e calefação, o que provocou o fechamento do referido edifício por uma semana para a substituição dos painéis elétricos, sistemas de controle energéticos, bombas de água, secadores pneumáticos e outros equipamentos. O total dos danos alcançou a soma de US\$179.401, dos quais a companhia de seguros cobriu US\$169.582.

Foram alugados 49.475 pés quadrados – 1.254 pés quadrados mais que o ano anterior – de escritórios e depósitos no Edifício da Rua F, obtendo-se US\$1.697.756 a título de aluguel. Os inquilinos atuais são: no terceiro andar, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); no segundo andar, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD), o Instituto Albert Sabin e a Fundação Gateway para o Desenvolvimento; e no *lobby* a Cooperativa de Crédito dos Funcionários da OEA e a loja de café Juan Valdez.

Proseguiu a modernização dos equipamentos de segurança para o melhoramento dos controles de acesso e vigilância. A Secretaria-Geral adquiriu um sistema de comunicação de segurança para conectar em rede o Edifício Principal e o da Rua F. Também se adquiriu um vídeo gravador (DVR) para o Edifício Principal e uma câmara a cores com controle remoto para a vigilância do Pátio Asteca, situado atrás do Edifício Principal. Na sala de conferências Libertador Simón Bolívar foram instalados controles de acesso e alarmes nas janelas de vidro. No Edifício da Rua F instalaram-se controles de acesso na seção de correios e no laboratório de computadores e na residência, uma câmara e interfone. O total desses investimentos alcançou US\$34.775.

---

3. Água, eletricidade, vapor, gás e esgoto.

4. Equipamentos eletromecânicos, elevadores, equipamentos de segurança, sistemas de prevenção de incêndios, fumigação, coleta de lixo e gasolina.

Foram adquiridas sete máquinas fotocopadoras novas por US\$67.000 e contratados serviços de manutenção, inclusive reparos, papel e material, para o conjunto de fotocopadoras da Secretaria-Geral (44 fotocopadoras) por um total aproximado de US\$103.000.

Para a manutenção de uma frota de veículos efetiva e eficiente, a Secretaria-Geral alugou (*leased*) quatro novos veículos pelo valor de US\$1.161 mensais. Os veículos substituídos estavam em uso há mais de onze anos e requeriam manutenção constante e dispendiosa. Também foram renovados os veículos destinados ao Secretário-Geral e ao Secretário-Geral Adjunto pelo total de US\$745 mensais.

Considerando que todos os funcionários da Secretaria-Geral têm direito a estacionamento e que os espaços disponíveis não são suficientes, é necessário alugar vagas adicionais em estacionamentos privados. A administração dos estacionamentos – que não tem custo administrativo direto para a Secretaria-Geral e é financiada pelos usuários – também subsidia a compra de passes do sistema de transporte público (*metrochecks*) para os funcionários que não fazem uso do estacionamento. O custo operacional dos estacionamentos, inclusive diversos melhoramentos, foi de aproximadamente US\$693.000. As receitas superaram US\$612.000 e o Fundo de Estacionamento dispunha de um saldo de US\$366.000 em 31 de dezembro de 2006.

## **DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS**

O Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais apóia os órgãos da OEA na elaboração e desenvolvimento do Direito Internacional Público e Privado, nos mecanismos de acompanhamento do cumprimento de diversas convenções interamericanas, em atividades de cooperação jurídica e judicial e no tocante à formação, informações e divulgação em direito interamericano. Colabora com os Estados membros na preparação de tratados, declarações e outros instrumentos internacionais mediante a preparação de estudos, pareceres jurídicos e documentos e tem a seu cargo os procedimentos de ratificação e depósito. Presta serviços técnicos e de Secretaria à Comissão Jurídica Interamericana.

### **Escritório do Diretor do Departamento**

O Escritório do Diretor exerceu a direção e planejamento dos programas, atividades e ações da área, bem como a coordenação com as outras dependências da Secretaria-Geral. Em particular, em suas funções de apoio às instâncias encarregadas do desenvolvimento do direito interamericano, participou do assessoramento à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente, bem como dos períodos de sessões da Comissão Jurídica Interamericana, da Reunião de Ministros da Justiça das Américas e da Conferência dos Estados Partes da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em 2006 o Diretor do Departamento representou o Secretário-Geral na Reunião Ibero-Americana de Ministros da Justiça (Las Palmas, setembro) e participou dos atos do Centenário da Comissão Jurídica Interamericana (Rio de Janeiro, agosto). Além disso participou do Workshop sobre Anticorrupção (Manágua, junho) e da Reunião de Peritos sobre a próxima Conferência Especializada de Direito Internacional Privado sobre o tema de proteção ao consumidor (Porto Alegre, dezembro).

Em matéria de divulgação do Sistema Interamericano, o Diretor do Departamento proferiu conferências na Universidade de Sherbrooke (Canadá, abril), no Curso de Direito Internacional (Rio de Janeiro, agosto) e nas Jornadas de Direito Internacional (Buenos Aires, novembro). Foi também expositor convidado do Congresso Internacional do Direito Internacional dos Direitos Humanos, organizado pela UNAM (México, maio). Foi autor do prólogo ao livro de Maurício Alice: *El sistema jurídico interamericano* (Buenos Aires, 2006) e de artigos sobre direito interamericano em livros e revistas especializadas.

### **Escritório de Direito Internacional (ODI)**

Em 2006 o ODI prestou serviços jurídicos no campo do Direito Internacional à Assembléia Geral e à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e seus grupos de trabalho, elaborando projetos de resolução, organizando sessões especiais e reuniões de peritos em temas como Tribunal Penal Internacional, migrantes, pessoas com deficiência, povos indígenas, direito internacional humanitário e os princípios constantes da Carta da OEA. Elaborou também relatórios finais, além de assessorar as delegações. Coordenou o fórum virtual mediante o qual se têm recebido contribuições para os instrumentos que eventualmente serão adotados durante a Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-

VII) em matéria de registros eletrônicos e proteção ao consumidor. Além disso, o ODI foi designada Secretaria Técnica da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência e, nessa qualidade, apoiou a elaboração dos instrumentos que ajudam o funcionamento dessa Comissão.

Na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), o ODI ofereceu apoio técnico e administrativo em seus dois períodos ordinários de sessões. Preparou agendas anotadas, apoiou a redação de projetos de resolução, editou os relatórios apresentados pelos membros da CJI, elaborou atas resumidas e se encarregou da preparação de seu Relatório Anual; além disso, durante seu período de recesso apoiou o trabalho de seus relatores e deu cumprimento aos mandatos constantes de suas resoluções.

Em cumprimento do Programa Interamericano de Desenvolvimento do Direito Internacional, AG/RES. 1471 (XXVII-O/97), o ODI organizou o XXXIII Curso de Direito Internacional, de 31 de julho a 25 de agosto de 2006, com a participação de 26 professores de diversos países da América e Europa, 30 bolsistas da OEA eleitos entre mais de 100 candidatos e 11 alunos que custearam a própria participação. O tema central foi “O Direito Internacional nas Américas: 100 anos da Comissão Jurídica Interamericana”. De 14 a 17 de novembro de 2006, o ODI organizou as Jornadas de Direito Internacional em Buenos Aires, Argentina, juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade Austral e o Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina, com a presença de 32 professores de Direito Internacional. Também publicou o XXXII Curso de Direito Internacional, cujo tema foi “A contribuição das organizações internacionais ao Direito Internacional atual”; as Jornadas de Direito Internacional realizadas em Ottawa em 2005; e reeditou a versão de bolso da Carta da OEA.

O ODI vem preparando o I Curso sobre Direito Internacional Humanitário dirigido às Missões Permanentes e ao pessoal da Secretaria-Geral. Desde 1994 mantém e atualiza uma livraria virtual que conta com um catálogo de 21 publicações. O ODI também atualizou o conteúdo, desenho, administração e controle de seu site, bem como a da Comissão Jurídica Interamericana e criou um banco de dados sobre as academias diplomáticas no Hemisfério. Além disso, apoiou os trabalhos de três Assembléias Gerais Modelo da OEA. Seus advogados participaram de diferentes fóruns com o objetivo de informar sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da OEA e os temas mais importantes da agenda jurídica da Organização.

Em 2006 o ODI participou de três processos de assinatura, 16 processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão e quatro processos de designação de autoridade central. Além disso, recebeu a retirada de reservas do Peru ao Pacto de Bogotá e o reconhecimento de competência da CIDH por parte da Nicarágua. Além disso, preparou certificações e ofereceu informações atualizadas e completas sobre esses tratados. Com relação a acordos bilaterais, registraram-se 76 acordos de cooperação em diversas áreas e foram publicados on-line os textos completos em formato PDF. Podem-se consultar, no site do ODI, informações atualizadas em matéria de tratados interamericanos e de acordos bilaterais de cooperação.

## **Escritório de Cooperação Jurídica (OCJ)**

- Reuniões de Ministros da Justiça das Américas

Foram prestados serviços de assessoramento e secretaria técnica às seguintes reuniões:

- Quarta Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético, realizada em 27 e 28 de fevereiro de 2006, na sede da OEA (Ver [www.oas.org/juridico/spanish/cybGE\\_IVreun\\_sp.htm](http://www.oas.org/juridico/spanish/cybGE_IVreun_sp.htm))
  - Reunião realizada em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação, em 5 e 6 de abril de 2006 (Ver seção privada: [www.oas.org/juridico/MLA/sp/indeix.html](http://www.oas.org/juridico/MLA/sp/indeix.html))
  - Sexta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-VI), de 24 a 26 de abril de 2006, em São Domingos, República Dominicana. (Ver relatório final: [www.oas.org/juridico/spanish/moj\\_vi\\_report\\_sp.pdf](http://www.oas.org/juridico/spanish/moj_vi_report_sp.pdf))
- Luta contra a corrupção

Continuaram as tarefas de Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC). A Comissão de Peritos, criada como um dos órgãos deste Mecanismo, realizou com êxito sua Nona Reunião Ordinária na sede da OEA, de 27 de março a 1º de abril de 2006. Nessa oportunidade foram aprovados os últimos cinco relatórios correspondentes à Primeira Rodada de Análise (Guiana, Grenada, Suriname, Brasil e Belize) e o respectivo Relatório Hemisférico. Além disso, a Comissão acordou a metodologia, questionário, estrutura dos relatórios, calendário, seqüência para a análise e integração dos subgrupos de análise para a Segunda Rodada.

Em conformidade com o disposto na disposição 5 do Documento de Buenos Aires e no Regulamento, foi realizada a Segunda Reunião da Conferência dos Estados Partes do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) que teve lugar na sede da OEA, em Washington D.C., Estados Unidos da América, em 20 e 21 de novembro de 2006.

Na Reunião se acordou o texto do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção (MESICIC/CEP-II/doc.5/06 rev. 2) e, em conformidade com o disposto no parágrafo dispositivo 8 da resolução AG/RES. 2219 (XXXVI-O/06), a Presidência da Conferência foi encarregada de, por meio do Conselho Permanente, apresentá-lo à Assembléia Geral da OEA para sua aprovação formal em seu Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões.

As recomendações formuladas na Segunda Reunião da Conferência dos Estados Partes do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) estão publicadas no seguinte site:

[http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic\\_conf\\_est\\_parte\\_II\\_ata\\_sp.pdf](http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic_conf_est_parte_II_ata_sp.pdf).

Cumprir também que de 11 a 16 de dezembro de 2006 a Comissão de Peritos realizou sua Décima Reunião Ordinária na sede da OEA, dando assim início à Segunda Rodada de Análise.

Nessa reunião foram aprovados os relatórios dos primeiros seis Estados analisados (Argentina, Paraguai, Nicarágua, Honduras, Uruguai e Equador).

Como resultado de seus esforços para captar fundos externos para o financiamento de suas atividades, o OCJ finalizou o projeto piloto financiado pela Agência de Cooperação do Governo do Canadá, destinado a apoiar implementação das recomendações da Comissão do MESICIC na Argentina, Paraguai, Nicarágua e Colômbia.

O OCJ continua desempenhando seus trabalhos em estreita cooperação com outras instituições internacionais como: Nações Unidas, BID, Conselho da Europa e OCDE, bem como com instâncias sub-regionais.



### **III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS**

## **ORGANISMOS ESPECIALIZADOS**

O Capítulo XVIII da Carta define os organismos especializados como organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, com determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum dos Estados americanos. Gozam de ampla autonomia técnica, no âmbito das recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos.

- a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);
- o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN);
- a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);
- o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH);
- o Instituto Indigenista Interamericano (III); e
- o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

## **Organização Pan-Americana da Saúde**

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), criada em 1902 pela Segunda Conferência Internacional dos Estados Americanos, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano, bem como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (AMRO/OMS). A missão da OPAS é “orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados membros e outros parceiros, no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas”.

### **Redução das desigualdades na saúde**

A busca da igualdade na saúde é um dos principais objetivos que orientam as ações da OPAS. Para a consecução desse propósito, executaram-se as iniciativas abaixo descritas.

A Comissão do Caribe de Saúde e Desenvolvimento apresentou um relatório sobre a situação da saúde no Caribe e as soluções passíveis de implementação.

Realizou-se na Argentina, em 2005, a Pesquisa de Fatores de Risco de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, que procurou analisar as desigualdades por grupos populacionais. Seus resultados permitirão quantificar as diferenças de saúde entre grupos vulneráveis e focalizar ações diretas do setor pertinente.

Quanto à vigilância epidemiológica, a OPAS continua a monitorar semanalmente o progresso dos países da região na erradicação da poliomielite e na eliminação do sarampo e da rubéola.

No Chile, a coordenação entre a OPAS, o governo e a sociedade civil possibilitou que a agenda social focalizasse os fatores determinantes da saúde. Prosseguiram, ademais, os esforços por colocar a saúde pública em lugar proeminente na agenda política regional, prestando apoio às reuniões sub-regionais dos ministérios da saúde.

A aprovação do Regulamento Sanitário Internacional, em 2005, constituiu um feito marcante que suscitará desafios e oferecerá oportunidades para a OPAS e seus Estados membros. A situação de alerta com respeito à gripe aviária e à pandemia de gripe continua a ser abordada. Simultaneamente, as redes de laboratórios, a vigilância epidemiológica e a resposta aos surtos foram incorporadas ao trabalho relativo ao Regulamento

A campanha de saúde pública para prevenir a obesidade na região – “*A comer sano y a moverse América*” – foi apresentada juntamente com a UNIVISION, como parte da Estratégia Mundial sobre Regime Alimentar, Atividade Física e Saúde.

A Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), adotada por todos os países membros da OPAS, possibilitou que a informação gerada nos países sobre temas de saúde esteja disponível para todos os interessados.

## **Alcançar os grupos em desvantagem**

A OPAS tem sido sumamente atuante em áreas como a extensão da proteção social à população materno-neonatal; o fortalecimento do atendimento primário e a ampliação do acesso à saúde; a saúde da criança e do adolescente; a prevenção da violência juvenil; o fortalecimento da igualdade de gênero; a saúde dos idosos e a proteção das pessoas com deficiências.

A fim de contribuir para o combate ao HIV/AIDS, a OPAS colocou em prática diferentes iniciativas. A meta de “3x5” para as Américas, de 600.000 pessoas em tratamento até fins de 2005, foi amplamente alcançada e atualmente 680.000 pessoas vêm recebendo o tratamento antirretroviral. Também foram apresentadas propostas a doadores com o objetivo de conseguir financiamento adicional, em especial para o Fundo Global de Luta contra a AIDS, Tuberculose e Malária, e lançou-se o Plano Estratégico Regional para HIV/AIDS e DST da OPAS para o Setor da Saúde 2006–2015.

No decorrer da Segunda Reunião Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNGASS), em 2006, os Estados membros aprovaram uma nova declaração política sobre o HIV. Na ocasião a OPAS declarou que os esforços por combater a epidemia e os compromissos assumidos nessa área devem centrar-se na equidade, no gênero e no enfoque de igualdade como maneira de reduzir o estigma e a discriminação existentes.

Com respeito ao atendimento de saúde dos povos indígenas, foi realizado o Primeiro Fórum Nacional de Saúde para Povos Indígenas, na Costa Rica, com 250 delegados das comunidades indígenas de vários países da região.

Dentre as atividades desenvolvidas pela OPAS em comunidades em áreas de alto risco, destacam-se as dos governos do Equador e Colômbia, que se comprometeram a estruturar um Plano Binacional de Desenvolvimento da Zona de Integração Fronteiriça, que inclui projetos sobre vigilância e prevenção de eventos de interesse em saúde pública e o fortalecimento da vigilância da qualidade da água em sistemas do cordão fronteiriço. Na fronteira entre o México e os Estados Unidos prossegue o programa “Fronteira Saudável 2010”, que procura melhorar a cobertura da vacinação das crianças menores de quatro anos.

Com relação a comunidades com alto índice de doenças infecciosas, destacam-se o Programa Regional de Malária, que suscitou um plano estratégico de controle da doença para 2006–2010, e o Plano Estratégico Regional de Controle da Tuberculose 2006–2015, que tem por objetivo “uma região sem tuberculose”.

## **Desenvolvimento institucional**

Houve progresso no que refere aos diferentes objetivos do Plano Estratégico 2003–2007. Para isso contribuíram várias equipes, que analisaram a Organização de diferentes perspectivas.

O Grupo de Trabalho sobre a OPAS no Século XXI analisou o papel da Organização a fim de posicioná-la frente aos desafios estratégicos de saúde pública nas Américas; a Unidade de Inspeção Conjunta das Nações Unidas examinou, por sua vez, a aplicação da gestão de

resultados. O objetivo comum foi fortalecer o trabalho da Organização como instrumento para o desenvolvimento nacional da saúde, melhorando o apoio aos países. O Comitê Executivo constituiu o Grupo de Trabalho sobre a Racionalização dos Mecanismos de Governança, que contribuiu para o melhoramento do processo de escolha do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana e dos procedimentos internos dos órgãos diretivos.

## **Associações**

Múltiplas ações foram executadas para intensificar a coordenação das atividades da OPAS com outros organismos do Sistema das Nações Unidas e do Sistema Interamericano. Dentre essas atividades destacam-se o estabelecimento de uma aliança estratégica entre saúde, educação, trabalho e meio ambiente, em que se inter-relacionam: a) a proteção social e os ambientes saudáveis; b) os mandatos da Cúpula das Américas e as Metas de Desenvolvimento do Milênio; e c) o conjunto de atividades de coordenação relacionadas com a pandemia de gripe e a gripe aviária.

A OPAS colabora estreitamente com a OEA, com a finalidade de vincular as prioridades de saúde à agenda política do continente. Participa como membro do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas e do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC). Também participou de reuniões interamericanas de ministros de diferentes setores, tais como a Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, no México, e a Reunião Interamericana de Ministros da Educação, em Trinidad e Tobago.

Outros esforços conjuntos compreendem trabalhos com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) na promoção e proteção do direito de alcançar os níveis mais altos de saúde física e mental; com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM); com a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD); com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em atividades de prevenção da gripe aviária; com a Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência (IACPV); e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na elaboração de relatórios sobre os preparativos dos países para a gripe aviária e sua repercussão possível na saúde e na economia regional.

Na Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais, a OPAS apoiou o Conselho Permanente da OEA e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral na elaboração de agendas, partilhando as perspectivas regionais sobre preparação e resposta em casos de desastre e distribuindo materiais técnicos essenciais.

Os países das Américas vêm construindo a Agenda de Saúde das Américas. Esse grupo de trabalho é constituído por Antígua e Barbuda, Argentina, Canadá, Cuba, Chile, Estados Unidos e Panamá e presidido por este último. Foram definidas as seguintes oito áreas de ação: fortalecimento da autoridade sanitária nacional; abordagem dos determinantes da saúde; aproveitamento dos conhecimentos, da ciência e da tecnologia; fortalecimento da solidariedade e da segurança sanitária; diminuição das desigualdades em saúde no interior dos países e entre países; redução dos riscos e do nível das doenças; aumento da proteção social e do acesso a serviços de saúde de qualidade; e aperfeiçoamento da gestão e das pessoas que trabalham pela saúde. A Agenda de Saúde será lançada em meados de 2007 numa reunião continental.

## **Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente**

O Instituto é um organismo especializado que contribui para a articulação das políticas públicas para a infância nas Américas, a promoção da relação do Estado com a sociedade civil e o desenvolvimento de uma consciência crítica frente aos problemas que afetam a infância e a adolescência na região.

A Direção-Geral do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), organismo especializado da OEA, esteve a cargo do Doutor Piero Solari Zerpa, cujas funções cessaram em fins do mês de agosto de 2006. O Diretor do Escritório da Secretaria-Geral no Uruguai, Embaixador John Biehl del Río, foi designado Diretor-Geral Interino do IIN pelo Secretário-Geral da OEA.

As atividades principais do IIN no período a que se refere este relatório tiveram como eixo central a promoção da governabilidade e da democracia no âmbito do Plano Estratégico 2005-2008. Nesse contexto fortaleceram-se o relacionamento e o trabalho conjunto, tanto no âmbito interno da OEA quanto fora dela, especialmente no campo da articulação de esforços em favor da infância com organizações da sociedade civil e os governos dos Estados membros, bem como com diversas entidades de caráter regional e internacional.

A política de relacionamento institucional e de trabalho conjunto gerou as alianças e ações concretas abaixo descritas.

- Acordo Geral de Cooperação entre a Conferência de Haia de Direito Internacional Privado (HCCH) e o IIN, em que se estabelecem ações específicas para a colocação em prática do Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar Casos de Subtração Internacional de Menores por Parte de Um de Seus Progenitores [AG/RES. 2028 (XXXIV-O/04)]. Esse Acordo possibilitou a realização da Reunião de Peritos em Subtração Internacional de Menores, realizada em Haia, em 10 de novembro. Dentre os resultados da Reunião destacam-se a formulação de uma lei modelo e de uma proposta de soluções amigáveis em disputas, a criação de uma rede de informação e capacitação nessa área e a geração de mecanismos de coordenação entre autoridades centrais e juizes dos países da região em questões de subtração internacional de crianças e adolescentes.
- Convênio com a *Save The Children*/Suécia, com vistas à execução dos projetos "Estudo Integral de Legislação e Políticas Públicas contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes nas Américas" e "Plano Estratégico Comunicacional". Em dezembro de 2006 foram expostos na Sexta Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL e Estados Associados - Grupo de Trabalho Niñ@sur – os resultados do Estudo Integral.
- Convênio com o Conselho Nacional de Atenção e Proteção Integral à Infância e à Adolescência (CONAPINA), da Nicarágua. O Instituto, graças a uma doação do Governo da Coreia, distribuiu computadores, inclusive o *kit* pedagógico desenvolvido pelo IIN para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

- Convênios de Cooperação com o Centro Interamericano de Combate ao Desaparecimento, Exploração e Tráfico (CIDETT) e com a DNI Internacional - Defesa Internacional de Crianças, para ações conjuntas na promoção e defesa dos direitos da infância.

No decorrer da Octogésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Diretor, realizada em 7 e 8 de novembro, em Montevidéu, foi eleita por aclamação Presidenta do Conselho Diretor para o período 2006-2008 a socióloga Sara Oviedo, do Equador. No mesmo ato elegeu-se Kirsys Fernández de Valenzuela, da República Dominicana, Vice-Presidenta. Também foi aprovada por aclamação e encaminhada ao Secretário-Geral da OEA a lista tríplice de candidatos à Direção-Geral do IIN, constituída pela Doutora Sonia Eljach Polo (Colômbia), pelo Doutor Justo Vinicio Solórzano León (Guatemala) e pela Doutora María de los Dolores Aguilar Marmolejo (México).

No decorrer dessa reunião o Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias, mostrou especial interesse em canalizar por intermédio do IIN as ações institucionais da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) em favor da infância, desse modo evitando a duplicação de esforços e dando cumprimento efetivo à necessária coordenação entre organismos internacionais para a consecução das Metas de Desenvolvimento do Milênio. O Conselho Diretor do IIN aprovou, por conseguinte, uma resolução solicitando ao Secretário-Geral da OEA que negocie com a SEGIB as bases de uma aliança interinstitucional que possibilite que os projetos sobre infância e adolescência da SEGIB sejam executados por intermédio do IIN.

Na mesma reunião o Governo da República Dominicana informou sobre sua disposição de estabelecer em São Domingos uma sede sub-regional do IIN para a área da América Central e Caribe, o que motivou a resolução CD/RES. 12 (81-R/06), em que se solicita a intervenção do Secretário-Geral da OEA para analisar a proposta e determinar sua viabilidade.

Dando cumprimento aos mandatos recebidos o IIN continuou a oferecer aos Estados membros serviços e produtos nas áreas de assistência técnica, capacitação, pesquisa, organização de reuniões, divulgação de informações, formulação de projetos, elaboração de relatórios e outros, entre os quais os abaixo mencionados.

- Elaboração dos seguintes documentos: a) *“Sétimo relatório ao Secretário-Geral da OEA sobre exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas Américas”*; b) *“Migração: infância e direitos”*, apresentado na Terceira Conferência da Rede Latino-Americana e do Caribe da *Childwatch International*; c) *“Promoção e fortalecimento da família como eixo de desenvolvimento integral: planos, programas e políticas”* e *“Projeto Interamericano de Fortalecimento da Família”*, apresentados na Sexta Reunião de Primeiras-Damas da América Central, Belize, Panamá e República Dominicana; d) *“Migrações, da solidariedade à insensibilidade: um debate adiado mas latente”*, apresentado na Oitava Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministras e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência, e *“A migração e seus efeitos sobre os direitos das crianças e adolescentes”*; e e) *“Gasto público na infância”*, divulgado na Octogésima Primeira Reunião Ordinária.
- Elaboração de dois novos vídeos de promoção dos direitos das crianças e adolescentes referentes ao cuidado com o meio ambiente – *“Queremos água”* – e ao trabalho infantil – *“Perto/longe”*.

- Criação de dois novos Centros de Informação da Rede Interamericana de Informação sobre Infância e Família (RIIN) no México.
- Assistência técnica ao Sistema Nacional para o Desenvolvimento Integral da Família (DIF) do México na instalação do Sistema Nacional de Acompanhamento e Vigilância da Convenção sobre os Direitos da Criança.
- Apresentação do projeto “Fortalecendo a Governabilidade no Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes” à Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI) e negociação do referido projeto com essa Agência. Na negociação chegou-se ao acordo de reformulação do projeto num montante de US\$1.500.000 para execução em três anos em quatro países da região.
- Conclusão da primeira fase do desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento do IIN, ferramenta essencial para a otimização de recursos e implementação do Plano Estratégico 2005-2008.
- Reunião interinstitucional com a *Save the Children*/Suécia e com a *End Child Prostitution, Pornography and Trafficking of Children with Sexual Purpose* (ECPAT), com vistas ao estabelecimento das bases e início dos estudos de viabilidade da criação de um Observatório sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCNA).
- Participação como órgão assessor do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) e do Comitê Nacional para a Erradicação da Exploração Sexual Comercial e Não Comercial da Infância e Adolescência, que vêm elaborando os respectivos planos nacionais do Uruguai.



## **Comissão Interamericana de Mulheres**

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA e o principal foro gerador de políticas hemisféricas para a promoção dos direitos da mulher e da igualdade e equidade de gênero. Seu objetivo é promover a incorporação da perspectiva de gênero aos projetos, programas e políticas da Organização e incentivar os governos a desenvolverem políticas públicas e programas com perspectiva de gênero, a fim de que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades em todos os âmbitos da sociedade.

No período a que se refere este relatório as atividades da CIM estiveram voltadas para o cumprimento dos mandatos da Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas, em especial o Programa Bienal de Trabalho 2004-2006, do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA e das Cúpulas das Américas. Por ser o organismo especializado da mulher na área de direitos humanos, suas atividades, programas e orientações são especificamente destinados a promover a igualdade e a equidade de gênero e o respeito irrestrito dos direitos humanos da mulher.

### **Direitos humanos da mulher – Eliminação da violência contra a mulher**

- Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI).

Na qualidade de Secretaria do MESECVI, a Secretaria Permanente da CIM continuou a apoiar a implementação do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI). No período de que se trata foram recebidas as respostas dos países ao questionário de avaliação da implementação da Convenção, enviados às peritas para que elaborassem seus relatórios preliminares. Em 24 e 25 de julho de 2006 foi realizada na sede da CIM a reunião da Comissão de Peritas (CEVI), no decorrer da qual se decidiu solicitar informações adicionais aos países.

- Os aspectos de gênero do HIV/AIDS

O Comitê Diretor 2004-06 incluiu esse tema entre as prioridades para o biênio 2006-2008. Anteriormente ao início da consideração do tema foram realizados dois trabalhos de pesquisa sobre a situação da mulher frente ao HIV/AIDS na região e duas reuniões com a Organização Pan-Americana da Saúde a fim de analisar ações conjuntas. No Diálogo de Chefas de Delegação da Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas da CIM, essas pesquisas serviram de base para a discussão que teve como tema único a prevalência do HIV entre as mulheres, vinculada à violência de gênero e a aspectos de segurança multidimensional. Esse fato possibilitou o intercâmbio de informações entre as delegadas, a intensificação do debate do tema e a compilação das melhores práticas apresentadas pelos países, publicadas na página da CIM na *Web*.

- Combate ao delito do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, adolescentes e crianças

A OEA realizou, em março de 2006, na Isla Margarita, República Bolivariana da Venezuela, a Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas. O objetivo da Reunião foi iniciar o processo de elaboração de um plano hemisférico para fazer frente a esse flagelo. A CIM prestou apoio técnico a essa reunião. Por decisão da Secretaria-Geral, o tema será coordenado no contexto de segurança hemisférica por intermédio dos Ministros da Justiça (REMJA). A CIM assumiu o compromisso de continuar a colaborar com a Unidade de Combate ao Tráfico de Pessoas, a fim de manter uma perspectiva de gênero nas ações nessa área.

### **Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA)**

- Curso de Treinamento em Gênero, Conflito e Construção da Paz

Dando continuidade ao projeto de capacitação iniciado em 2005 na Região Andina, a CIM, juntamente com o Departamento de Prevenção de Crises e Missões Especiais e a Iniciativa pela Segurança Inclusiva, do *Hunt Alternatives Fund*, realizou o “Segundo Curso de Treinamento em Gênero, Conflito e Construção da Paz: Região da América Central”, em Antigua, Guatemala. Nesse curso foram capacitados 30 mulheres e homens representantes de governos, da sociedade civil e do setor acadêmico, bem como membros da justiça e das forças de segurança da Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua, com vistas à incorporação da perspectiva de gênero ao trabalho de prevenção e solução de conflitos e construção da paz. Como resultado do projeto, os participantes de ambas as regiões estabeleceram uma rede virtual para o intercâmbio de informações e melhores práticas sobre o tema. O projeto foi financiado pelo *Hunt Alternatives Fund* e pelo Governo da República Popular da China.

- Projeto de Incorporação da Perspectiva de Gênero às atividades da OEA

O Governo do Canadá ofereceu apoio financeiro à CIM para o prosseguimento do Projeto de Integração da Perspectiva de Gênero às atividades da OEA. Realizou-se no decorrer do ano a segunda fase, iniciada em março com uma sessão informativa especial para os diretores e chefes de unidades. Nos meses subseqüentes efetuaram-se quatro sessões de treinamento em análise de gênero, cada uma delas adequada especificamente às necessidades dos diferentes setores. O trabalho incluiu, ademais, a elaboração de um manual de incorporação de gênero para o pessoal. Os *workshops* por área foram: “Incorporação do gênero à gestão de resultados”, “Compilação de dados com enfoque de gênero”, “Incorporação do gênero à prevenção de conflitos”, “Incorporação do gênero ao manejo de riscos na gestão de desastres”, “Incorporação do gênero ao desenvolvimento de recursos humanos”, “Incorporação do gênero à reforma eleitoral” e “Governabilidade e desenvolvimento democrático”. Foram capacitados 125 funcionários.

## **Assembléia de Delegadas**

A Trigesima Terceira Assembléia de Delegadas da CIM foi realizada em San Salvador, El Salvador, de 13 a 15 de novembro de 2006, com a participação de delegadas de 31 Estados membros, de organismos e entidades do Sistema Interamericano e do Sistema das Nações Unidas e de organizações não-governamentais. A Assembléia elegeu o Comitê Diretor para o período 2006-2008 e aprovou resoluções sobre prevenção e erradicação da violência contra a mulher; sobre a colocação em prática do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará; sobre estratégias de acompanhamento da Quarta Cúpula das Américas; sobre a paridade e a participação das mulheres na tomada de decisões; e sobre a implementação do Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero. Também foi aprovado o Programa Bienal de Trabalho da CIM para o período 2006-2008. Conforme se salientou acima, o Diálogo de Chefas de Delegação debateu a prevalência do HIV entre as mulheres, vinculada à violência de gênero e a aspectos de segurança multidimensional.

## **Outras atividades**

A CIM e o Departamento de Informação Pública da OEA produziram um vídeo de 30 minutos “*Mujeres y Liderazgo Político. Un Siglo de la Lucha*”, em espanhol e inglês, que será distribuído em toda a região.

## **Instituto Pan-Americano de Geografia e História**

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, capacitação em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos de cartografia, geografia, história e geofísica.

Cumprida a primeira fase da reengenharia implementada no IPGH (2004-2005), em 2006 a prioridade institucional se concentrou na execução de ações destinadas a consolidar o Instituto como a entidade do Sistema Interamericano que apóia os Estados membros na tarefa de interpretação do território com base na análise geográfica e histórica e numa visão autenticamente continental.

Interpretar a realidade continental da perspectiva conjunta da história e da geografia, apoiar os Estados membros e suas instituições nos processos de mudança, responder à crescente demanda da comunidade científica internacional e desenvolver mecanismos de comunicação efetivos e oportunos entre os especialistas são os elementos que determinam a agenda atual do IPGH.

Nesse campo, os maiores esforços de 2006 concentraram-se na modernização e na busca de uma relevância maior das seções nacionais do Instituto. Esse empenho foi acompanhado pelo melhoramento da qualidade das atividades científicas, projetos e publicações a cargo da entidade.

Para essa finalidade, introduziram-se princípios fundamentais de necessária inovação e pertinência técnica e científica, como requer a própria necessidade de contribuir para o maior conhecimento e desenvolvimento dos povos da América, dentre os quais se destacam os que se seguem.

- Aumentar a participação regional de uma perspectiva multidisciplinar.
- Apoiar as atividades de renovação das organizações responsáveis pela produção da informação geográfica fundamental nos Estados membros.
- Consolidar a descentralização como modelo operacional e funcional do IPGH.
- Conciliar e harmonizar de maneira mais efetiva o Instituto com as organizações internacionais afins.
- Consolidar a Rede Profissional Pan-Americana (RPP), com vistas à integração eficaz da comunidade profissional correlata, em especial as novas gerações de cientistas dos Estados membros.

### **Programa de Assistência e Cooperação Técnica 2006**

Como parte do orçamento do Fundo Ordinário em 2006, foi aprovado na Décima Oitava Assembléia Geral do IPGH um Programa de Assistência Técnica constituído por 27 projetos, no valor de US\$163.580, equivalentes a cerca de 30% do mencionado Fundo. O programa foi desenvolvido com êxito e seu nível de execução chegou a 98%.

Na Comissão de Cartografia destaca-se o progresso alcançado nos projetos “Mapa Global das Américas”, “Apoio ao desenvolvimento da rede geodésica do Haiti”, “Cartografia tátil, com especial atenção às pessoas cegas e surdas na América Latina” e “Extensão da rede geodésica SIRGAS à América Central”.

No caso da Comissão de Geografia salientam-se os desdobramentos em matéria de ordenamento territorial, com base no estudo das tendências atuais da geografia, a determinação de diretrizes sobre gestão ambiental e tecnológica do território e os estudos relativos ao conhecimento dos corredores biológicos na América Latina, inclusive recomendações de política para determinar alternativas de proteção e uso do território respectivo. Também continuou a apoiar o trabalho do Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Zona de Adjacência entre Belize e a Guatemala.

No que diz respeito às atividades da Comissão de Geofísica e em especial ao tema desastres naturais, são notórios os resultados na área de sismologia e vulcanologia, por meio dos projetos relacionados com a modelação física e a simulação de processos eruptivos com base no vulcão Lascar (Chile). Também as implicações para a geodinâmica externa e a redução de riscos sísmicos com base em estudos de dinâmica e deformação de falhas ativas. Nesse campo também são importantes os estudos comparativos de eventos eruptivos recentes para o desenvolvimento de maior compreensão e monitoramento dos processos dinâmicos com base nos vulcões Popocatepetl (México) e Lascar (Chile), bem como a elaboração da cartografia de riscos e cenários vulcânicos do vulcão San Salvador. No campo da geofísica ambiental destaca-se a contribuição a trabalhos geofísicos e arqueológicos, tais como os realizados nos conjuntos habitacionais pré-hispânicos localizados em Cotzumalguapa (Guatemala).

A Comissão de História, por sua vez, colaborou no desenvolvimento de novas considerações para o estudo da história antiga americana e nos trabalhos no campo histórico da cultura indígena andina. Destacam-se também as atividades em historiografia concentrados na construção de perspectivas de tempo e espaço continental e os estudos de história econômica e social, concentrados em aspectos e tendências atuais da migração latino-americana e sua projeção no século XXI.

A atividade acadêmica e de formação de recursos em 2006 apresentou um considerável crescimento, que se reflete na realização de múltiplas atividades internacionais de cooperação e capacitação técnica, de que participaram mais de 207 delegados provenientes dos diferentes Estados membros. Entre essas atividades destacam-se as que se seguem.

- Quinto Curso Internacional sobre Tratamento Digital de Imagens de Satélite com Aplicações Cartográficas AECI-IPGH (Bolívia)
- Décimo Oitavo Curso sobre Nomes Geográficos (Chile)
- Terceiro Curso de Infra-Estruturas de Dados Espaciais IGAC-IPGH (Colômbia)
- *Workshop* Internacional SIRGAS WG 1 (Brasil)
- Trigésimo Quarto Curso Internacional de Geografia Aplicada “Globalização e Impacto Local”, CEPEIGE-OEA-IPGH (Equador)

Apesar de as limitações financeiras do IPGH serem determinantes do programa de assistência técnica, com os recursos disponíveis pode-se obter, em cada convocatória anual, uma efetividade

maior. Assim, por exemplo, o tema “desastres naturais”, no âmbito das atividades multidisciplinares, pode ser apresentado de maneira diferente ou a iniciativa do projeto de história América “*Contato e Independência*” pode melhor integrar e harmonizar os esforços dos especialistas da região, num mesmo ano e com uma produção que coincida com a comemoração, em 2008, dos 80 anos do IPGH e dos 60 da OEA.

Também foi expedida a Convocatória 2007 mediante a qual se aprovou assistência para um total de 31 projetos apresentados por nove seções nacionais que beneficiam a maioria dos Estados membros do IPGH, com uma destinação orçamentária de US\$180.760, que tem por finalidade apoiar iniciativas pan-americanas nos seguintes temas: 1) infra-estruturas de dados espaciais; 2) ordenamento territorial; 3) nova história global aplicada à América; e 4) resposta a situações de emergência ocasionadas por desastres naturais.

### **Programa de publicações eventuais e periódicas 2006**

O trabalho de divulgação constitui uma das finalidades principais do IPGH. Nesse contexto, a Secretaria-Geral conduziu, com resultados positivos, em 2006, a produção de suas publicações e reduziu o atraso acumulado em anos anteriores mediante o uso de novas ferramentas tecnológicas incorporadas ao processo. Foram impressas 12 publicações periódicas, tais como as revistas institucionais *Cartográfica*, *Geofísica*, *Antropologia e Arqueologia Americana*, *História e Geografia*. Com o trabalho de permuta efetuado por intermédio da Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH), do México, aumentou-se o acervo que compõe o Fundo Bibliográfico “José Toribio Medina”, do IPGH, administrado pela ENAH. Desse modo, foram incorporados novos títulos especializados correspondentes a publicações periódicas e eventuais provenientes de diferentes partes do mundo, que aumentam a dimensão do Fundo, hoje constituído por mais de 226.289 títulos.

Por ocasião da Trigésima Nona Reunião do Conselho Diretor foram publicadas as obras vencedoras dos prêmios “Ricardo Caillet Bois”, versão 2001-2005, e Pensamento da América “Leopoldo Zea”, versão 2003-2004, intituladas respectivamente “*De colonial a nacional: la carrera eclesiástica del clero secular chileno 1650-1810*”, de autoria de Lucrecia Raquel Enríquez Agrazar (Chile), e “*Las nuevas referencias del pensamiento crítico en América Latina. Ética y ampliación de la sociedad civil*”, de autoria de Yamandú Acosta (Uruguai).

### **Reuniões e assuntos estatutários**

Foram realizadas em 2006 as reuniões estatutárias abaixo enumeradas.

- Sexagésima Quinta Reunião de Autoridades (México, 29 e 30 de junho).
- Sexagésima Sexta Reunião de Autoridades (Viña del Mar, Chile, 12 de novembro).
- Trigésima Nona Reunião do Conselho Diretor (Viña del Mar, Chile, 13 a 16 de novembro).

Previamente a essas reuniões e segundo o caso, a Secretaria-Geral deu estrito cumprimento ao disposto nas 43 resoluções aprovadas na Décima Oitava Assembléia Geral do IPGH (Venezuela, 2005).

Também por decisão unânime do júri concedeu-se o Prêmio de História Colonial “Silvio Zavala”, edição 2004-2005, à obra “*Historia Naval del Reino de Chile 1520-1826*”, de Isidoro Vázquez de Acuña (Chile).

Prosegue em 2007 o cumprimento das disposições da Trigesima Nona Reunião do Conselho Diretor (Chile, 2006), que salientam: i. a descentralização como forma operacional para o cumprimento da missão pan-americana a cargo do IPGH, mediante a modernização das seções nacionais; e ii. o melhoramento da qualidade e da efetividade dos projetos, atividades de capacitação e publicações que aumentem a visibilidade do IPGH.

## Instituto Indigenista Interamericano

O Instituto Indigenista Interamericano foi criado em 1940 pela Convenção Internacional de Pátzcuaro e tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover atividades de pesquisa e capacitação de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas.

### **Ações realizadas**

Biblioteca - Foram catalogadas 51.469 publicações periódicas, 51.538 artigos de revistas do acervo, 6.510 artigos de livros e 8.261 livros.

Arquivo Histórico - Foi concluído o ordenamento físico dos documentos do arquivo até 1980.

Pesquisas – Concluída a pesquisa “*Cantos del Pueblo Wixárika en su Peregrinación a Wirikuta*”, financiada com a doação de Elizabeth Córdova MacArthur, recebida em dezembro de 2004. Concluída a pesquisa “*Historia del proceso de reforma constitucional mexicana de 1992 en materia indígena. Testimonio de uno de los negociadores*”, realizada com a colaboração do Instituto de História da Universidade de Michoacán, México. Prossegue a colaboração com a Doutora Laura Giraudo, do Centro de Estudos Políticos e Constitucionais, Ministério da Presidência, Espanha, sobre a história do III.

Página na Internet – Comprou-se espaço num servidor independente e manteve-se a tendência de crescimento do número de visitas dos anos anteriores.

Serviço social - Para a realização do trabalho da Biblioteca e do Arquivo Histórico, no período a que se refere este relatório, contou-se com o apoio de um estudante da Escola de História da Universidade Metropolitana do México.

Comparecimento a eventos – Com o apoio financeiro de particulares, em novembro, o Diretor do III participou do *workshop* de capacitação para organizadores, ministrado em Chicago, Illinois, pela *Industrial Areas Foundation*.

Publicações - Até 31 de dezembro de 2006 foram publicados dois números da revista *América Indígena* de 2005 e um de 2006.

Também foram publicadas em CD as obras abaixo enumeradas.

**América Indígena Vol. XXXII** nº 1, 2, 3 e 4 (1972), Oscar Juárez Arellano; México, 2006.

**América Indígena Vol. XXXVIII** nº 1, 2, 3 e 4 (1978), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.

**América Indígena Vol. XXXIX** nº 1, 2, 3 e 4 (1979), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.

**América Indígena Vol. XL** nº 1, 2, 3 e 4 (1980), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.

**América Indígena Vol. XLII** nº 1, 2, 3 e 4 (1982), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.

**América Indígena Vol. XLIII** nº 1, 2, 3 e 4 (1983), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.

**América Indígena Vol. XLIV** nº 1, 2, 3 e 4 (1984), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.

**América Indígena Vol. XLV** nº 1, 2, 3 e 4 (1985), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.



**América Indígena Vol. XLVI** nº 1, 2, 3 e 4 (1986), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. XLVII** nº 1, 2, 3 e 4 (1987), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. XLVIII** nº 1, 2, 3 e 4 (1988), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. XLIX** nº 1, 2, 3 e 4 (1989), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. L** nº 1, 2, 3 e 4 (1990), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. LI** nº 1, 2, 3 e 4 (1991), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. LII** nº 1, 2, 3 e 4 (1992), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. LIII** nº 1, 2, 3 e 4 (1993), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. LIV** nº 1, 2, 3 e 4 (1994), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. LV** nº 1, 2, 3 e 4 (1995), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. LVI** nº 1, 2, 3 e 4 (1996), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. LVII** nº 1, 2, 3 e 4 (1997), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**América Indígena Vol. LVIII** nº 1, 2, 3 e 4 (1998), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
***Bilingüismo Nacional en el Paraguay.*** **Joan Rubin**, Oscar Juárez Arellano; México, 2006.  
***El Uso de la Chicha y la Sociedad Kuna.*** **Arnulfo Prestan Simon**, Oscar Juárez Arellano; México 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 3** nº 1, 2, 3 e 4 (1943), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 4** nº 1, 2, 3 e 4 (1944), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 5** nº 1, 2, 3 e 4 (1945), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 6** nº 1, 2, 3 e 4 (1946), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 7** nº 1, 2, 3 e 4 (1947), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 8** nº 1, 2, 3 e 4 (1948), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 9** nº 1, 2, 3 e 4 (1949), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 10** nº 1, 2, 3 e 4 (1950), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 11** nº 1, 2, 3 e 4 (1951), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 12** nº 1, 2, 3 e 4 (1952), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 13** nº 1, 2, 3 e 4 (1953), Sergio Orrala Barajas; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 14** nº 1, 2, 3 e 4 (1954), Guillermo Espinosa Velasco; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 15** nº 1, 2, 3 e 4 (1955), Guillermo Espinosa Velasco; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 16** nº 1, 2, 3 e 4 (1956), Guillermo Espinosa Velasco; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 17** nº 1, 2, 3 e 4 (1957), Guillermo Espinosa Velasco; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 18** nº 1, 2, 3 e 4 (1958), Guillermo Espinosa Velasco; México, 2006.  
**Boletín Indigenista Vol. 19** nº 1, 2, 3 e 4 (1959), Guillermo Espinosa Velasco; México, 2006.  
**Commentaria I.** **Juan De Matienzo**, Guillermo Espinosa Velasco; México 2006.  
**Commentaria II.** **Juan De Matienzo**, Guillermo Espinosa Velasco; México 2006.  
**Commentaria III.** **Juan De Matienzo**, Guillermo Espinosa Velasco; México 2006.  
**Commentaria IV.** **Juan De Matienzo**, Guillermo Espinosa Velasco; México 2006.  
***Cantos del Pueblo Wixárika en su Peregrinación a Wirikuta,*** Eusebio López Carrillo; com a colaboração de Ari Rajsbaum Gorodezky e Julio Ramírez De la Cruz; e a edição de Lilia Cruz González e Guillermo Espinosa Velasco; México 2006.

## **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**

Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário e os territórios rurais. Incentiva, promove e apóia os esforços dos Estados membros por alcançar o desenvolvimento sustentável da agricultura e a prosperidade das comunidades rurais.

O IICA aprovou em 2006 um novo plano de médio prazo para o período 2006-2010, adequou sua programação anual e seus orçamentos e atualizou as agendas nacionais e regionais de cooperação, ajustando-as a sua missão de prestar cooperação técnica inovadora aos Estados membros, com vistas à promoção de um desenvolvimento sustentável em benefício dos povos das Américas.

O IICA continuou a incentivar o Plano AGRO 2003-2015 como acordo hemisférico sobre os objetivos e ações estratégicas da agricultura e da vida rural das Américas para esse período. Também focalizou suas atividades nas três áreas de trabalho definidas na Reunião Ministerial de Guayaquil (2005): a promoção de uma política de Estado para a agricultura e a vida rural, o desenvolvimento de um sistema de informação para o acompanhamento e avaliação do Plano AGRO no período 2003-2007 e o ajuste das estratégias regionais para sua implementação. O Instituto, como Secretaria do processo ministerial e da Reunião Ministerial, salientou a promoção da continuação do processo ministerial, a integração regional no âmbito do processo ministerial hemisférico e a articulação desse processo com o das Cúpulas das Américas.

Quanto à cooperação técnica hemisférica, o IICA concentrou-se em 2006 em seis prioridades estratégicas: i. reposicionamento da agricultura e da vida rural; ii. promoção do comércio e da competitividade do agronegócio; iii. fortalecimento dos sistemas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos; iv. promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente; v. fortalecimento das comunidades rurais mediante a aplicação de um enfoque territorial; e vi. promoção da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e da vida rural.

No âmbito dessas prioridades destaca-se o esforço institucional por reposicionar a agricultura por meio dos estudos de sua contribuição real para a economia e a realização de fóruns técnicos e encontros internacionais, entre eles o “Dia do IICA na OEA”.

Ressalte-se o fortalecimento da capacidade empresarial e da competitividade dos pequenos e médios produtores do Equador, México, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Haiti, Guatemala, Panamá e Barbados, graças à realização de seminários, *workshops* e estudos, à aplicação da metodologia de plataformas de exportação e à publicação de documentos técnicos destinados aos exportadores atuais e potenciais, entre outras ações.

Com apoio do IICA, os Estados membros conseguiram melhor defender seus interesses no Comitê de MSF da OMC, ao mesmo tempo incorporando o tema como prioridade em suas agendas. Nesse sentido, o Instituto contribuiu para a modernização dos serviços sanitários mediante a aplicação do instrumento “Desempenho, Visão e Estratégia (DVE)”. Além de

aumentar a capacidade dos países no que se refere a MSF, o IICA implementou uma resposta coordenada para a gestão de situações de emergência ante a ameaça de doenças transfronteiriças como a gripe aviária.

O trabalho em territórios rurais das Américas focalizou processos de fortalecimento institucional, de capacitação técnica e de formulação de políticas para o desenvolvimento rural com enfoque territorial, principalmente no México, Brasil e Colômbia. Na Costa Rica, Honduras, Guatemala e Chile foram selecionados territórios para a aplicação desse enfoque e no Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai realizaram-se estudos de caracterização da agricultura familiar.

A relevância do tema tecnologia e inovação levou o IICA a contribuir para a implementação do projeto mundial “Avaliação Internacional do Papel da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento”. O Instituto incentivou, por meio da Secretaria Técnica de FORAGRO, o diálogo hemisférico para a formulação de políticas tecnológicas. Também apoiou a consolidação do FONTAGRO como mecanismo para o financiamento da pesquisa regional e, mediante os programas cooperativos para a inovação tecnológica (PROCI), continuou a fortalecer a cooperação recíproca entre países das cinco regiões.

O Instituto abrigou duas novas iniciativas hemisféricas. Uma delas se relaciona com a agroenergia e os biocombustíveis e a outra consiste no Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança. Com referência à primeira, o Comitê Executivo do IICA aprovou a “Estratégia para a construção de uma plataforma de cooperação horizontal sobre agroenergia e biocombustíveis”. A segunda apresentou progresso significativo na definição de necessidades em biotecnologia, na formulação de iniciativas regionais, na coordenação de redes e no estabelecimento de linhas de trabalho com organismos especializados.

Em matéria de informação, hoje os países dispõem de maior acesso a fontes relevantes e atualizadas e partilham suas experiências por meio do sistema de informação INFOAGRO ([www.infoagro.net](http://www.infoagro.net)), constituído por diversos módulos (comércio, agronegócios, tecnologia, biotecnologia, sanidade, desenvolvimento rural e agroindústria), e do Sistema de Informação e Documentação Agropecuário das Américas – SIDALC – ([www.sidalc.net](http://www.sidalc.net)), de que participam 21 países e 141 instituições.

No âmbito da cooperação técnica regional, na Região Andina definiu-se como prioridade o fortalecimento dos sistemas e instituições de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos (SAIA) e de biotecnologia, o que levou o IICA a destacar em sua agenda a capacitação humana e institucional para fortalecer os sistemas nacionais de SAIA e colocar em funcionamento uma rede virtual de traçabilidade nessa região. Também foram desenvolvidas iniciativas para a implementação de medidas de prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas de importância econômica e social e executadas ações regionais para fazer frente à ameaça de doenças e pragas transfronteiriças, tais como a gripe aviária, a febre aftosa e a mosca-das-frutas.

Na região do Caribe, o Instituto continuou a desempenhar um papel de liderança nas ações da Secretaria da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural (Aliança), da Associação do Agronegócio do Caribe (CABA) e de outras organizações. Ao mesmo tempo prestou apoio à Iniciativa Jagdeo, destinada a incentivar ações para superar as

limitações que enfrentam o desenvolvimento e a diversificação agrícola no Caribe. Também como preparação para o possível surgimento da gripe aviária, o Instituto realizou exercícios de simulação na República Dominicana e Jamaica, com apoio da FAO e do USDA/APHIS, e desempenhou função importante na implantação da estratégia de combate de espécies invasoras.

Na região central, no âmbito do Plano de Ação para o Desenvolvimento Agropecuário e Rural assinado pelos presidentes da América Central e México, e graças ao esforço coletivo público-privado e de organizações regionais e internacionais, foi realizado o Terceiro Fórum Internacional do Agronegócio de Frutas Tropicais. Quanto à SAIA, avaliou-se o grau de preparação dos países centro-americanos ante o eventual surgimento da gripe aviária, juntamente com o Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária (OIRSA) e a Federação de Avicultores da América Central (FEDAVICAC). Com essas organizações regionais também se apoiou a elaboração do Plano de Inocuidade no Setor Avícola Centro-Americano. Quanto ao desenvolvimento tecnológico agropecuário, por intermédio do funcionamento do Sistema de Integração Centro-Americano de Tecnologia Agrícola (SICTA), apoiou-se o fortalecimento e a articulação dos institutos nacionais de pesquisa agropecuária e os sistemas de pesquisa e transferência de tecnologia agropecuária.

Na região norte, o IICA dedicou-se ao intercâmbio com países da América Central, Caribe e outras regiões da experiência acumulada pelo México em matéria de negociações e administração do componente agrícola dos tratados comerciais. Tal como em outras regiões, o Instituto desempenhou papel fundamental nos esforços cooperativos para enfrentar a ameaça que representa o possível surgimento da gripe aviária. Continuou-se, ademais, a prestar apoio constante aos países para reduzir ou eliminar o risco da mosca-das-frutas, da febre aftosa e da encefalopatia espongiiforme bovina. Por outro lado, a assinatura de um memorando de entendimento com a Organização da Indústria Biotecnológica (BIO) abriu um importante espaço para o diálogo e a cooperação num tema da maior relevância mundial.

Na região sul, o IICA continuou a apoiar o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), por meio da Secretaria Técnica e mediante ações de cooperação com os órgãos assessores do CAS, como a REDPA, o GINA-Sul, o PROCISUR e as secretarias do Comitê Veterinário Permanente e do Conselho de Sanidade Vegetal. Por outro lado, incentivou a concretização de uma estratégia regional de preparação ante a ameaça da gripe aviária e, juntamente com o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, prestou colaboração na definição das necessidades de capacitação para diagnosticar a doença na região. O Instituto também apoiou o Foro Regional de Faculdades de Agronomia do MERCOSUL Ampliado. Além disso, continuou a prestar assistência na adaptação dos programas de estudo da educação superior às necessidades do setor produtivo agrícola e nos processos de auto-avaliação das carreiras de agronomia e de medicina veterinária, planejamento estratégico e projetos curriculares em vários países da região. Finalmente, o IICA colaborou na formulação de projetos de apoio ao CAS e promoveu sua apresentação a organizações financeiras internacionais.

Por outro lado, mediante a implementação das agendas nacionais de cooperação o Instituto colaborou de maneira significativa com os países nas áreas de intervenção já citadas, com destaque para a capacitação, a formulação de projetos, a modernização institucional e o fortalecimento do diálogo e da integração regional e hemisférica.

Reconhecendo a importância do trabalho coordenado com outras organizações, o IICA intensificou a estratégia de trabalho, entre outras, com a FAO, OEA, BID, OPAS, CEPAL, COSUDE, OIE, *Biotechnology Industry Organization*, Associação Pública de Direitos de Propriedade Intelectual, *US Grain Council*, Universidade Internacional da Flórida, Instituto de Pesquisas em Políticas Rurais (RUPRI), *American Agri Women* e AIBDA.

#### **IV. OUTROS ÓRGÃOS INTERAMERICANOS**

## **Comissão Jurídica Interamericana**

A Comissão Jurídica Interamericana é um dos órgãos por meio dos quais a OEA realiza os seus fins (artigo 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções da seguinte maneira: serve de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e analisa os problemas jurídicos referentes à integração dos países, com vistas ao desenvolvimento do Hemisfério.

A Comissão Jurídica Interamericana realizou em 2006 dois períodos ordinários de sessões, o primeiro em Washington, D.C., sede da OEA, de 20 a 31 de março, e o segundo em sua sede, no Rio de Janeiro, de 7 a 25 de agosto. Em ambas as sessões constaram da agenda da Comissão Jurídica os seguintes temas: Tribunal Penal Internacional; aspectos jurídicos da interdependência da democracia e do desenvolvimento econômico e social; preparação da comemoração do Centenário da Comissão Jurídica Interamericana; Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII); considerações sobre a tarefa de codificar e uniformizar o Direito Internacional nas Américas; direito da informação: acesso à informação e dados pessoais e sua proteção; princípios de ética judicial; aspectos jurídicos da segurança interamericana; o esforço conjunto das Américas no combate à corrupção e à impunidade; acompanhamento da aplicação da Carta Democrática Interamericana; elaboração de um Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância; e reflexões sobre os desafios da Comissão Jurídica Interamericana. Sobre todos esses temas aprovou relatórios e resoluções.

A Comissão foi constituída em 2006 pelos seguintes membros: Jaime Aparicio (Bolívia), José Manuel Delgado (Venezuela), Alonso Gómez-Robledo (México), Mauricio Herdocia (Nicarágua), Jean-Paul Hubert (Canadá), Galo Leoro (Equador), Luis Marchand (Peru), Antonio Pérez (Estados Unidos), João Grandino Rodas (Brasil), Ana Elizabeth Villalta (El Salvador) e Eduardo Vío (Chile). Em virtude da renúncia do Doutor José Manuel Delgado, em 12 de outubro de 2006, o Conselho Permanente da OEA elegeu o Doutor Freddy Castillo Castellanos (Venezuela) para concluir o período que deixou inconcluso após sua renúncia. Também no decorrer do Trigesimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA (São Domingos, junho de 2006) foram eleitos membros da Comissão Jurídica os Doutores Hyacinth Evadne Lindsay (Jamaica), Jorge Palacios Treviño (México) e Ricardo Seitenfus (Brasil). O mandato desses três membros iniciou-se em 1º de janeiro de 2007 e se estenderá por quatro anos. Os membros que deixaram a Comissão Jurídica Interamericana em 31 de dezembro de 2006 foram os Doutores Alonso Gómez-Robledo, Luis Marchand e João Grandino Rodas.

O Doutor Mauricio Herdocia, na qualidade de Presidente da Comissão Jurídica Interamericana, apresentou à Assembléia Geral o Relatório Anual das atividades desenvolvidas por esse órgão em 2005. Em representação da Secretaria-Geral prestaram apoio técnico e administrativo à Comissão Jurídica Interamericana os Doutores Jean-Michel Arrighi, Diretor do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais, Dante M. Negro, Diretor do Escritório de Direito Internacional, e Manoel Tolomei Moletta, Oficial Jurídico Principal da Comissão Jurídica Interamericana.

Em 2006 a Comissão Jurídica Interamericana comemorou cem anos de existência, o que motivou a realização de diversas festividades, dentre as quais cumpre salientar a sessão solene do Conselho Permanente, em março de 2006, com a presença dos membros da Comissão Jurídica, e os atos comemorativos realizados no mês de agosto em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro.

Finalmente, a Comissão Jurídica Interamericana, com a coordenação do Escritório de Direito Internacional do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais, organizou o Trigésimo Terceiro Curso de Direito Internacional, de 31 de julho a 25 de agosto de 2006, com a participação de 26 professores de diferentes países da América e Europa, 30 bolsistas da OEA escolhidos entre mais de 100 candidatos e 11 alunos que financiaram os custos de sua participação. O tema central do curso foi “O Direito Internacional nas Américas: Centenário da Comissão Jurídica Interamericana”.



## **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi criada por resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Santiago, Chile, em 1959. Foi formalmente instalada em 1960, quando o Conselho da Organização aprovou seu Estatuto. Seu Regulamento, aprovado em 1980, foi modificado em várias ocasiões, a última delas em 2000.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um dos órgãos do Sistema Interamericano responsáveis pela promoção e proteção dos direitos humanos. Seus sete membros, eleitos pela Assembléia Geral, exercem suas funções em caráter individual, por um período de quatro anos, e podem ser reeleitos uma só vez.

### **Períodos de sessões**

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos se reuniu em três ocasiões em 2006: no Centésimo Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões, de 27 de fevereiro a 17 de março de 2006; no Centésimo Vigésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões, na Guatemala, de 17 a 21 de julho de 2006; e no Centésimo Vigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, de 16 a 27 de outubro de 2006.

- Centésimo Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões

No Centésimo Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões a Comissão constituiu sua mesa diretora da seguinte maneira: Evelio Fernández Arévalos, Presidente; Paulo Sérgio Pinheiro, Primeiro Vice-Presidente; e Florentin Meléndez, Segundo Vice-Presidente. Também constituem a CIDH os comissários Clare K. Roberts, Freddy Gutiérrez Trejo, Víctor Abramovich e Paolo Carozza. A CIDH também designou o Doutor Ignacio Álvarez, de nacionalidade venezuelana, Relator Especial para a Liberdade de Expressão.

Com relação ao sistema de casos individuais, os relatórios aprovados incluem 27 de admissibilidade, três de inadmissibilidade, 15 de mérito, oito de solução amistosa e 16 de arquivamento. A Comissão Interamericana discutiu e aprovou o “Relatório sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas”. Também realizou 61 audiências relativas a casos e petições individuais, medidas cautelares e situações gerais e específicas de direitos humanos em diferentes Estados e regiões. Com relação às audiências de caráter geral, recebeu-se informação sobre a situação na Bolívia, Colômbia, Guatemala, Haiti, México, Peru e Venezuela, bem como sobre situações específicas nos Estados Unidos, Nicarágua e Brasil.

Foram realizadas mais de 40 reuniões de trabalho relativas a diversos países. As reuniões abordaram vários casos e petições, principalmente em fase de solução amistosa ou de acompanhamento, bem como medidas cautelares. As questões abordadas nesse âmbito referiram-se à Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela.

Os aspectos temáticos sobre os quais a Comissão recebeu informação no decorrer desse período de sessões disseram respeito a grupos vulneráveis, tais como os povos indígenas, as mulheres, as pessoas privadas de liberdade, os trabalhadores migrantes e as crianças e adolescentes.

- 125º período extraordinário de sessões

Atendendo a convite do Governo da Guatemala, a Comissão Interamericana realizou nesse país seu Centésimo Vigésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões, de 17 a 21 de julho de 2006. Na ocasião, a CIDH conduziu reuniões protocolares com altas autoridades do Estado, presidiu dez audiências sobre temas e situações importantes na agenda de direitos humanos da América Central e manteve dois dias de sessões internas. Paralelamente, os membros da Comissão participaram de uma série de atividades de promoção do sistema interamericano de direitos humanos.

A realização de um período de sessões fora da sede foi fundamental para que a Comissão tivesse acesso a um espaço de diálogo direto no território de um dos países membros, com funcionários do governo e importantes atores da sociedade civil, bem como para que se fortalecesse seu papel de promoção e capacitação em direitos humanos. A Comissão também teve a oportunidade de realizar duas audiências sobre casos individuais e nove de caráter geral ou temático.

No decorrer das sessões internas, realizadas em Antígua, a Comissão aprovou um total de 18 projetos de relatório sobre casos individuais: um sobre publicação, três em cumprimento ao artigo 50, sete de admissibilidade e sete de decisões de arquivamento.

- 126º período ordinário de sessões

O Centésimo Vigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões teve a duração de duas semanas, no decorrer das quais foi cumprido um programa de trabalho dedicado principalmente ao estudo e revisão de petições e casos referentes a diferentes Estados do Hemisfério. Dos relatórios aprovados constam 17 de mérito, 23 de admissibilidade, 11 de inadmissibilidade, dois de solução amistosa e quatro de arquivamento. A Comissão realizou 48 audiências sobre casos e petições individuais pendentes e sobre situações gerais de direitos humanos em vários Estados do Hemisfério. Também aprovou emendas ao seu Regulamento e normas de procedimento para a designação de relatores especiais.

No decorrer das audiências, receberam-se informações genéricas sobre a situação em Cuba, Chile, Haiti e Venezuela. Realizaram-se ao mesmo tempo audiências sobre temas ou situações específicas relativas a Estados membros da Organização. A Comissão recebeu informações relacionadas com a Colômbia, Peru, Brasil e México, bem como sobre a situação das pessoas que residem na fronteira entre Equador e Colômbia. Os assuntos de caráter temático sobre os quais a Comissão recebeu informação nesse período de sessões compreendem diferentes aspectos da situação das mulheres, das pessoas privadas de liberdade e dos direitos da infância.

Na semana de audiências foram realizadas 23 reuniões de trabalho referentes a diversos países. As questões então abordadas referiram-se à Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Paraguai e Peru.

Finalmente, no referido período de sessões, o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, apresentou o “Relatório sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas”.

## **Visitas**

No primeiro semestre de 2006 foram efetuadas quatro visitas à Colômbia para acompanhamento do processo de desmobilização desse país, conforme o mandato disposto na resolução CP/RES. 859 (1397/04) do Conselho Permanente da OEA, em que se insta a CIDH a que preste serviços de assessoramento à MAPP/OEA. Também no âmbito desse assessoramento, funcionários da Secretaria Executiva visitaram o país em duas oportunidades.

A convite do Governo da Bolívia a Comissão visitou esse país de 12 a 17 de novembro, a fim de observar a situação geral dos direitos humanos. Durante a visita a Comissão se reuniu com altas autoridades do Estado e com numerosas organizações da sociedade civil. Também visitou os centros penitenciários de *Chonchocorro*, *San Pedro* e *Orientación Femenina Obrajes*.

De 7 a 13 de agosto a Comissão esteve na República Dominicana, em visita presidida pelo Comissário Florentín Meléndez na qualidade de Relator Especial sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade. Posteriormente, de 20 a 22 de setembro, o Relator Meléndez visitou São Paulo, Brasil, para verificar a situação de pessoas privadas de liberdade que são beneficiárias de medidas provisórias ordenadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. De 1º a 9 de dezembro realizou uma visita de trabalho à Argentina, na qual foram mantidas reuniões com altas autoridades e membros de organizações da sociedade civil.

Finalmente, o Comissário Paolo Carozza, Relator para o Peru, visitou Lima a trabalho, de 11 a 14 de dezembro de 2006, ocasião em que manteve entrevistas com altos funcionários do Estado peruano, bem como com um amplo número de organizações da sociedade civil e de afro-descendentes e de organizações e comunidades indígenas. Manteve entrevistas também com acadêmicos e ex-integrantes da Comissão da Verdade e Reconciliação.

## **Outras atividades**

As relatorias temáticas da CIDH continuaram em 2006 a desenvolver atividades de proteção e promoção de direitos humanos, bem como de assessoramento aos Estados membros nessa área. Em especial, a CIDH continuou a assessorar tanto o Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas quanto o Grupo de Trabalho sobre o Projeto de Convenção Americana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância, por meio de suas relatorias especializadas nesses temas. A CIDH aprovou dois relatórios preparados pela Relatoria sobre os Direitos da Mulher, relativos ao acesso efetivo da mulher à justiça, em especial quando tenha sofrido atos de violência e discriminação: “*Acesso à justiça: a situação da mulher vítima de violência*” e “*A mulher frente à violência e à discriminação decorrentes do conflito armado na Colômbia*”.

**V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS**

## **Comissão Interamericana de Redução dos Desastres Naturais**

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi criada pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99) para enfrentar os problemas relacionados com os desastres naturais e para servir de foro principal à Organização dos Estados Americanos (OEA) na análise deste tema em coordenação com as organizações nacionais competentes.

A resolução AG/RES. 2114 (XXXV-O/05) “Redução de desastres naturais e gestão de riscos” decidiu a criação de um órgão consultivo conjunto (OC) da Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) e da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) com as seguintes funções principais:

- a. Trabalhar na implementação imediata das recomendações do Conselho Permanente estabelecidas nas “Recomendações da Comissão de Segurança Hemisférica sobre Redução de Desastres Naturais e Gestão de Riscos” (CP/CSH-718/05);
- b. Examinar os Estatutos do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM) e do CIRDN e propor as modificações necessárias para criar uma única comissão interamericana permanente destinada a abordar os desastres naturais e outros desastres.
- c. Convocar uma reunião de organismos de preparação para casos de desastre com a participação de peritos governamentais, instituições sub-regionais do setor e peritos internacionais para intercambiar experiências e métodos de análise da vulnerabilidade e risco e do custo e benefício de investir na redução dos desastres naturais; e
- d. Desenvolver uma metodologia de financiamento orientada especificamente à prevenção de desastres naturais e à reconstrução e recuperação caso ocorram.

### **Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência**

O Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM) foi criado pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1327 (XXV-O/95) para prestar auxílio disponível de natureza social, humanitária, material, técnica e financeira a qualquer Estado membro da Organização que esteja ameaçado ou tenha sofrido uma situação de emergência ocasionada por desastres naturais ou esteja passando pela mesma.

No período abrangido por este relatório e em resposta a diversos desastres naturais na região, a Secretaria-Geral da OEA realizou as seguintes contribuições em dólares dos Estados Unidos, provenientes deste Fundo:

#### **2006**

Bolívia	US\$30.000
Suriname	US\$10.000
Equador	US\$10.000
	<b>US\$50.000</b>

## **Centro de Estudos da Justiça das Américas**

O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi criado pela Assembléia Geral como entidade intergovernamental com autonomia técnica e operacional. Tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informações e outras formas de cooperação técnica, bem como o apoio aos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça na região.

### **Reforma da justiça nas Américas**

- Promoção de reformas judiciais na região

Seminário Interamericano sobre Governo Judicial. Teve por objetivo iniciar uma discussão no âmbito regional sobre os aspectos compreendidos no governo e na direção das instituições judiciais, bem como sobre as alternativas institucionais mais adequadas para assumir essas atividades, analisando, para essa finalidade, as experiências existentes globais e regionais.

Quarto Seminário Interamericano sobre Gestão Judicial. Teve por objetivo analisar os avanços teóricos e as experiências inovadoras dos países da região relacionados com a formulação dos pressupostos judiciais como instrumentos estratégicos de gestão, o manejo dos recursos humanos e a geração e uso de informações para apoiar a tomada de decisões nos sistemas judiciais.

- Estudos

Relatório sobre o cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas. Teve por objetivo analisar os mandatos constantes das diversas Cúpulas das Américas relacionados com reformas legislativas para o desenvolvimento e modernização do setor da justiça e seu grau de cumprimento pelos países da região.

Estudo Comparativo das Reformas Judiciais na América Latina. Teve por objetivo conhecer os resultados dos esforços envidados em países representativos da região para reformar os sistemas judiciais, com a finalidade de tirar lições úteis para apoiar o processo político após as reformas e as ações das entidades de cooperação internacional.

- Outras atividades

Assistência técnica ao sistema judicial do Haiti. Teve por objetivo prestar assistência técnica ao Governo do Haiti no melhoramento de seu sistema legal ou judicial. Nesse campo e com base nas observações da visita realizada por um representante do CEJA ao Haiti, em dezembro de 2006, serão fixadas em 2007 as principais diretrizes a serem seguidas na prestação do mencionado apoio técnico.

Assessoramento à Comissão de Estado de Justiça da República do Panamá. Teve por objetivo formular recomendações para a aplicação das 27 propostas constantes do relatório “Pacto de Estado pela Justiça” que a Comissão elaborou em 2005.

## **Apoio específico à reforma da justiça criminal**

- Projetos piloto para o melhoramento da implementação das reformas processuais penais

Têm por objetivo fortalecer o sistema acusatório por meio da introdução da oralidade nas etapas preparatórias. Foram executados em Mar del Plata, Buenos Aires e Córdoba.

- Estudos empíricos da reforma processual penal

Atualização do Projeto de Acompanhamento: estudo, publicação e divulgação. Teve por objetivo avaliar os processos de implementação da reforma processual penal nos países não compreendidos nos estudos similares anteriormente realizados (Argentina, Bolívia, Nicarágua, Colômbia, Costa Rica, Equador, República Dominicana e Guatemala), bem como as inovações posteriores em alguns em que de fato foram abordados, mas em que houve mudanças relevantes.

Relatório sobre a Implementação do Sistema Acusatório do Estado de Nuevo León. Teve por objetivo identificar as virtudes e as deficiências da mudança de modelo processual em Nuevo León e documentá-la para divulgação em todo o México.

Estudo “Modelos de Gestão no Ministério Público para as primeiras coordenações com as polícias no âmbito da reforma processual penal. Estudo de quatro experiências em Santiago, Chile”. Teve por objetivo analisar os modelos de gestão das promotorias regionais centro, norte, sul, leste e oeste da Região Metropolitana de Santiago, Chile, implementados para as primeiras instruções dos promotores aos policiais, em virtude da vigência do novo Código Processual Penal.

A Violência de Gênero e a Reforma Processual Penal em Córdoba, Argentina. Estudo empírico que permitirá diagnosticar o progresso já alcançado na consideração de delitos, com especial atenção ao tema gênero e aos desafios que persistem nessa área.

Reforma Processual Penal e Povos Indígenas. Teve por objetivo definir em que medida a reforma processual penal foi “sensível” aos problemas apresentados pela diversidade cultural em matéria de justiça penal.

Mesa-redonda “Segurança do cidadão e reforma processual penal”. Permitiu que fossem analisados e debatidos os aspectos mais importantes da relação da reforma processual penal com a instauração da segurança do cidadão e a redução do fenômeno delituoso e a contribuição da referida reforma para essas questões, bem como encaminhar propostas de focalização e desenvolvimento do tema no Chile e outros países da região, levando em conta algumas experiências globais positivas.

- Capacitação

Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal (terceira versão). Teve por objetivo melhorar os resultados dos processos de reforma da justiça

penal na região mediante a capacitação de um grupo relevante de líderes e a realização de atividades que reproduzam essa capacitação em seus respectivos países.

A gestão do novo sistema de justiça criminal chileno. Análise e observação prática. Teve por objetivo possibilitar que as delegações estrangeiras visitantes experimentassem o desenvolvimento da reforma processual penal chilena e entendessem sua lógica e dinâmica, tanto judicial quanto administrativa, de implementação e gestão.

Curso “A gestão do novo sistema de justiça criminal chileno. Análise e observação prática”. Visita de delegação de Durango, México. Teve por objetivo transmitir conhecimentos e habilidades indispensáveis às pessoas que desempenham ou têm o potencial para desempenhar papéis de destaque na implementação de processos de reforma da justiça criminal na América Latina.

Curso “A situação da justiça nas Américas: desafios e oportunidades de acesso para as maiorias”. Teve por objetivo apresentar uma visão da situação da justiça na região e relacioná-la com a perspectiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento e sua experiência prática no que se refere à formulação, administração e execução de programas de justiça.

### **Apoio específico à reforma da justiça civil**

- Estudos

Têm por objetivo definir metodologias e instrumentos para avaliar a situação dos países em que tenham sido envidados esforços legislativos relevantes em matéria de identificação e pensões alimentícias, mas cujos resultados sejam pobres em virtude de problemas de funcionamento operacional dos sistemas de justiça.

- Atividades de capacitação

Seminário sobre Oralidade e Justiça Civil. Tem por objetivo transferir conhecimentos teóricos e práticos sobre um sistema de litígio arbitral na área civil.

Intercâmbio de Experiências com o EUROsocial. Tem por objetivo conhecer as experiências de reformas da justiça civil na Espanha, França e Inglaterra.

Seminário “Experiências Internacionais em Reforma da Justiça Civil”. Tem por objetivo apresentar, analisar e debater os aspectos mais relevantes da contribuição da experiência espanhola, francesa e inglesa no contexto da discussão da reforma da justiça civil no Chile.

### **Fortalecimento dos sistemas de informação e gestão na administração de justiça**

O CEJA continuou a executar ações destinadas a melhorar a qualidade dos sistemas judiciais e a incentivar o uso da informação na tomada de decisões no setor. Prova das realizações que se vêm consolidando é a adaptação, pela Corte Suprema da Costa Rica, dos parâmetros estatísticos fixados pelo CEJA em seus manuais “Cifrar e Decifrar”. A Corte Suprema da Costa Rica



publicou uma primeira versão completa de seus indicadores judiciais com essa metodologia, com informações até o ano de 2005.

- Desenvolvimento de sistemas de informação judicial

Índice de Acessibilidade à Informação Judicial Via Internet. Segunda versão. Teve por objetivo avaliar a qualidade e o volume de informação que o Poder Judiciário e o Ministério Público dos 34 países membros da OEA publicam em suas páginas na *Web*, a fim de classificá-los de acordo com esse critério.

Estatísticas judiciais em matéria penal para a Guatemala, primeira parte. Teve por objetivo estabelecer uma linha de base para medir o impacto que o programa de melhoramento de administração da justiça penal da USAID terá na Guatemala, tomando como base o ano de 2004.

- Desenvolvimento de sistemas de gestão

O “Estudo comparado sobre gestão orçamentária e gestão administrativa de cortes e tribunais e o tratamento estatístico da informação sobre o funcionamento do sistema judicial” foi elaborado pela Secretaria de Reforma do Poder Judiciário do Brasil. Seu objetivo foi apoiar o Conselho Nacional de Justiça do Brasil (CNJ) em sua consolidação institucional e na definição de sua agenda de trabalho, mediante uma análise global das conseqüências que as diferentes decisões que a ele competem possam ter no desempenho dos tribunais e mediante uma descrição de como decisões dessa natureza são tomadas na Espanha, Portugal, México, Argentina, Colômbia e Chile.

Ação de intercâmbio “Metodologias e ferramentas para o aperfeiçoamento dos processos de registro, compilação, processamento, análise e divulgação de informação estatística”. Seu objetivo foi conhecer e adaptar metodologias e ferramentas para aperfeiçoar o ciclo de produção e utilização de informação estatística judicial, tomando como referência as experiências da Espanha e Inglaterra.

Assessoramento na formulação de um modelo integrado de justiça penal na cidade de Cuenca, Equador. Teve por objetivo formular um modelo integral de justiça penal que reúna os diferentes projetos executados até a data.

### **Outras atividades**

- Resumo de outros cursos e *workshops* ministrados pelo CEJA

O CEJA organizou um grande número de cursos ou *workshops* a pedido de diversas instituições do setor de justiça da região. Também foi muito intensa sua presença em seminários ou congressos, organizados pelo CEJA ou em que peritos do Centro tenham participado como expositores. Somados cursos e seminários, pode-se concluir que o CEJA tomou parte em mais de 1,4 eventos por semana nos primeiros 11 meses do ano.

- Participação em conferências, seminários e outros eventos similares

Além disso, profissionais do CEJA fizeram exposições em diversos outros eventos de caráter local ou regional que, privilegiando o formato de fórum virtual, significaram uma oportunidade para a divulgação das atividades institucionais, o debate das idéias geradas no Centro e o fortalecimento das redes de contato.

- Centro de Informação Virtual e Biblioteca Virtual do CEJA

Centro de Informação Virtual do CEJA (CIV). O CIV é a plataforma virtual mediante a qual o CEJA põe à disposição da comunidade regional toda a informação que gera ou coleta, relativa aos sistemas judiciais.

Biblioteca Virtual do CEJA. Presta informações sobre os processos de reforma e modernização da justiça, no âmbito global e regional, à comunidade interessada das Américas, bem como oferece espaços para sua divulgação e intercâmbio.

- Publicações periódicas e especiais

Boletim Nexos. Oferece um resumo atualizado dos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça dos países da América; informa sobre os eventos nessa área e proporciona dados de serviço às pessoas e instituições envolvidas com esse tema ou nele interessadas.

Revista *Sistemas Judiciais*. Tem por objetivo promover a discussão e o intercâmbio de informações e experiências sobre o funcionamento da justiça nos países das Américas. É também um canal de divulgação dos produtos e atividades do CEJA e das redes com as quais colabora.

- Publicações do CEJA

Procuram causar impacto em públicos que às vezes não dispõem de um sistema de Internet eficiente para transferência dos estudos que se encontram disponíveis eletronicamente. No caso de alguns estudos, o CEJA dispõe de edições impressas limitadas, que também são distribuídas na região gratuitamente, mediante pagamento dos custos de remessa. Foram editadas em 2006 as publicações abaixo enumeradas.

*“Manual de Defensoría Penal Pública para América Latina y el Caribe”*

*“Arbitraje y Mediación en las Américas”*

*“Desafíos del Ministerio Público Fiscal en América Latina”*

*“Seguridad Ciudadana Y Reforma Procesal Penal”*

*“Ceja en un Vistazo”*

*“Índice de Accesibilidad a Información Judicial en Internet”*

## **Tribunal Administrativo**

O Tribunal Administrativo (TRIBAD) foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem por função solucionar as controvérsias que possam surgir entre os membros do pessoal em virtude de decisões administrativas, inclusive as relativas ao Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral.

No Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, o Tribunal Administrativo foi representado por seu Secretário, Reinaldo Rodríguez Gallad. Nessa ocasião, o Doutor Héctor Enrique Arce Zaconeta foi eleito por aclamação juiz desse órgão até 2012.

Em março de 2006 o Presidente do Tribunal manteve uma série de reuniões com representantes da Associação do Pessoal e do Departamento de Assessoramento Jurídico da OEA sobre o projeto de emendas ao Estatuto e ao Regulamento do Tribunal. Vinculado a esse projeto, a Secretaria elaborou um novo documento com as possíveis emendas ao Estatuto e ao Regulamento, que circulou entre os membros do Tribunal para análise, juntamente com uma série de relatórios complementares.

Em junho, o juiz Andre Surena presidiu as audiências de testemunhas do recurso 284 “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA”, transmitindo posteriormente cópia das transcrições das audiências aos membros do Tribunal.

Em agosto, o Tribunal realizou seu Quinquagésimo Quarto Período Ordinário de Sessões. Tendo convocado a totalidade de seus membros, o Tribunal contou com a presença dos juízes Agustín Gordillo (Presidente), Albert Matthew (Vice-Presidente), Alma Montenegro de Fletcher e Andre Surena. Iniciado o período de sessões, os juízes Albert Matthew e Andre Surena tomaram posse em seus cargos. Na mesma oportunidade teve lugar o debate oral do recurso 284 com a presença dos juízes assistentes, de pessoal da Secretaria do Tribunal, da recorrente e dos representantes legais das partes interessadas.

Também foram considerados na referida sessão os seguintes temas: decisões aprovadas pela AG/OEA em seu Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões; o recurso 284, “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA”; recurso 285, “Jorge Zambrana *versus* Secretário-Geral da OEA”; comparecimento de todos os membros do Tribunal às sessões; comemoração do trigésimo quinto aniversário do Tribunal; e emendas ao Estatuto e ao Regulamento do Tribunal. O Secretário informou sobre os resultados quantificáveis do orçamento do Tribunal em 2006 e tomou-se nota do orçamento de 2007, disposto na resolução AG/RES. 2157 (XXXV-O/05).

Os juízes também discutiram o recurso 286, “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA”, relativo à solicitação de correção de erro material na sentença que encerrara o recurso 284, “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA” e decidiram sobre o assunto.

Foram aprovadas em 2006 as resoluções abaixo.

- Sentença 152, aprovada no recurso 284, “Consuelo Fleming *versus* Secretário-Geral da OEA” (OEA/Ser.R, TRIBAD/SEN.152).
- Resolução 355 (LIV-O/06). Comparecimento dos seis juízes às sessões do Tribunal Administrativo.
- Resolução 356 (OAS/Ser.R, TRIBAD/RES.356). Solicitação de correção de erro material na sentença 152.

Por motivo do trigésimo quinto aniversário do Tribunal, foi realizado o seminário “*Current Issues in the Law and Practice of Internacional Administrative Tribunals*”. Esse evento contou com a presença de representantes dos tribunais administrativos da Organização Internacional do Trabalho, Conselho Europeu, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Também foram convidados os representantes da Associação do Pessoal e do Departamento de Assessoramento Jurídico da SG/OEA. Na oportunidade foi apresentado o tomo I do livro *Current Issues in the Law and Practice of Internacional Administrative Tribunals*, de que constam contribuições de vários dos presentes ao seminário.

A Secretaria colaborou com o OSIT/OEA no projeto de reestruturação e atualização da página eletrônica do Tribunal, a fim de oferecer um sistema de busca de documentos mais eficiente e efetivo que o atual.

A Secretaria, a pedido de seus membros, elaborou os relatórios abaixo mencionados.

- Mecanismo de esgotamento dos recursos internos na SG/OEA.
- Jurisprudência de tribunais administrativos internacionais sobre solicitação de correção de erros materiais.
- Situação atual do Tribunal na SG/OEA após a OE 05-13 Rev. 2.

O Secretário, além de desempenhar as funções que a ele competem, conforme o Estatuto e o Regulamento do Tribunal, atuou como Secretário Principal de Comissão no Escritório do Secretário-Geral Adjunto.

## Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento

A Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD), criada em 1962, é uma entidade privada, não-governamental e sem fins lucrativos, que atua, mediante um Acordo de Cooperação com a OEA, no apoio a programas de desenvolvimento e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. O Secretário-Geral é o Presidente da Junta Diretora constituída por 25 líderes do setor privado provenientes de todo o Hemisfério. O Presidente da Fundação é o Embaixador Alexander F. Watson e o Diretor Executivo, John Sanbrailo. Todos os membros da Junta trabalham voluntariamente, servem de grupo de apoio à OEA e contribuem em dinheiro e em bens para os programas da Fundação.

A FUPAD tem por missão promover o desenvolvimento integral entre os mais necessitados da América Latina e do Caribe para “criar um Hemisfério de oportunidades para todos”. Essa tarefa se realiza por meio de alianças inovadoras com organizações privadas, públicas e sem fins lucrativos, em apoio às prioridades da OEA. Um dos objetivos mais importantes da Fundação é fortalecer a sociedade civil da região e mobilizar doações de empresas, pessoas solidárias, grupos cívicos, agências e organismos internacionais, tais como a USAID, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros. Também administra contribuições de entidades governamentais da região.

O período de março de 2005 a fevereiro de 2006 destacou-se pelas numerosas atividades desenvolvidas sob a direção do Secretário-Geral, José Miguel Insulza, e do Secretário-Geral Adjunto, Albert Ramdin. A fim de responder à maior crise humanitária do Hemisfério, a FUPAD continuou a proporcionar emprego, capacitação técnica e outros serviços a milhares de deslocados pela violência na Colômbia e a cultivadores de coca que decidiram abandonar o cultivo ilícito no país. Nos últimos cinco anos, os programas da FUPAD beneficiaram mais de 500.000 colombianos, especialmente a população afro-colombiana e as mulheres e crianças deslocadas. Nesse ano a FUPAD ampliou seu programa de ajuda aos deslocados na Colômbia, bem como seu programa de desenvolvimento alternativo em zonas cocaleiras do país, em apoio às políticas do Governo colombiano e da OEA, desse modo consolidando a democracia por meio do processo de paz. Com esses propósitos abriu nove escritórios regionais em zonas de conflito, tais como Chocó, para melhor atender às necessidades da população afro-colombiana e de outros grupos vulneráveis.

A FUPAD estendeu seu financiamento ao Haiti, para programas de desenvolvimento agrícola e rural, geração de emprego, ajuda a vítimas de desastres naturais, reconstrução de infra-estrutura e fortalecimento de organizações comunitárias, bem como para o combate ao tráfico de pessoas. Foi iniciado um programa de manejo de lixo e limpeza de ruas, com o propósito de gerar emprego em diversos bairros em conflito em Port-au-Prince, em apoio ao processo eleitoral e de estabilização democrática assessorado pela OEA. Para essa atividade utilizaram-se recursos proporcionados pela USAID e trabalhou-se com a Fundação Yéle Haiti, criada pelo famoso cantor haitiano Wyclef Jean. Também se conseguiu uma nova doação para apoiar um modelo haitiano de *community-driven development* financiado pelo Banco Mundial.

Dentre outras iniciativas da FUPAD no Haiti destaca-se a promoção de vínculos de cooperação entre organizações não-governamentais na fronteira com a República Dominicana, como meio de reduzir conflitos, proteger os direitos humanos e promover o diálogo e a paz. O Diretor da FUPAD no Haiti apoiou o Secretário-General em temas de desenvolvimento na Reunião de Doadores Internacionais em Madri, Espanha. Ademais, o Secretário-Geral Adjunto visitou o programa da FUPAD na fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, a fim de analisar projetos.

Na Bolívia, com financiamento do Fundo Produtivo Social (FPS) do Governo e do Banco Mundial, a FUPAD garantiu financiamento a mais de 190 municípios rurais para projetos de desenvolvimento e fortalecimento institucional. Também foram ampliadas as atividades de desenvolvimento comunitário em zonas de conflito para fortalecer o processo democrático do país.

Em 2006 as doações da FUPAD chegaram a mais de US\$4,0 milhões em equipamentos médico-dentários e ferramentas para centros de capacitação técnica na Colômbia, Costa Rica, Peru, Uruguai e Venezuela, entre outros, que ajudaram organizações comunitárias a ampliar seus serviços aos beneficiários de baixa renda que não dispõem de acesso a serviços básicos. A Fundação continuou a intermediar novas doações de equipamentos médico-dentários, ferramentas para o desenvolvimento, ônibus escolares, carros de bombeiros, máquinas e equipamentos para diversos municípios da região.

A FUPAD recebeu US\$1.460.000 do Banco Mundial para a implementação de um projeto de gestão de emergências em situações de desastre, para beneficiar principalmente as vítimas das inundações de Gonaïves, Haiti. O projeto Aliança para a Gestão de Desastres, financiado pelo OFDA/USAID, foi ampliado e prorrogado, recebendo US\$440.000 a serem executados até janeiro de 2008, em El Salvador, Haiti, Honduras e República Dominicana. A Fundação mobilizou US\$85.711 para ajuda humanitária e reconstrução em virtude do impacto da atividade de ciclones e vulcões em países como a Bolívia, Equador, Guatemala e Suriname, com o apoio da OEA, da Rede Interamericana de Redução de Desastres Naturais e de doadores privados.

Em apoio à Carta Democrática Interamericana, a Fundação ampliou seus esforços por fortalecer entidades da sociedade civil em toda a região, criando vínculos com doadores privados e governamentais a fim de aprofundar os valores e práticas democráticas nas Américas. Cumpre salientar que a FUPAD obteve doações privadas para ONG na Argentina, Brasil, Honduras e Peru, entre outros países.

Também se ampliou a cooperação com grupos hispânicos e caribenhos residentes nos Estados Unidos para canalizar suas remessas comunitárias para projetos de desenvolvimento, especialmente em educação e agricultura. Com esse propósito, colaborou-se com 30 grupos latinos e caribenhos nos Estados Unidos, especialmente salvadorenhos e haitianos, obtendo-se aproximadamente US\$2,0 milhões de dólares em contribuições desses grupos e de outros doadores para projetos em seus países. Com base nos bem-sucedidos projetos *ALCANCE* e *Manos Unidas*, firmou-se uma aliança com o Banco Agrícola de El Salvador para ampliar projetos de desenvolvimento no país.

## Junta de Auditores Externos

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 (III-O/73) da Assembléia Geral, aprovada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é o órgão responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral.

A Junta realizou sua reunião anual de 27 a 31 de março de 2006, com a finalidade de preparar o relatório sobre a auditoria externa das contas e demonstrativos financeiros da OEA referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 10 de maio de 2006, a Junta apresentou suas observações no *Relatório ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos: auditoria de contas e demonstrativos financeiros em 31 de dezembro de 2005 e 2004* (OEA/Ser.S JAE/doc.36/06). O relatório foi dividido em cinco seções: a) Comentários e recomendações para o melhoramento dos procedimentos operacionais e controles contábeis internos; b) Demonstrativos financeiros da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos; c) Demonstrativos financeiros da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e da Fundação para as Américas; d) Demonstrativos financeiros de outras entidades e organismos relacionados com a Organização dos Estados Americanos; e) Demonstrativos financeiros do Fundo de Aposentadoria e Pensões (este último auditado pela empresa *Ernst and Young, LLP*).

Com base nos pareceres emitidos pela *SB and Company, LLC*, a empresa de auditores independentes, os demonstrativos financeiros correspondentes às entidades auditadas estão de acordo com os registros contábeis dos livros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

A Junta se reuniu com o Secretário-Geral a quem deu a conhecer os resultados da auditoria e suas recomendações, que deverão ser levados ao conhecimento da Assembléia Geral e do Conselho Permanente.

As recomendações mais significativas são descritas abaixo.

Ao Conselho Permanente:

- Conferir alta prioridade à arrecadação de cotas e definir métodos mais efetivos de incentivo ao pagamento oportuno de cotas atrasadas, de modo a reduzir o nível desses atrasos, e considerar possíveis mudanças nas exigências a serem cumpridas pelos Estados membros para o pagamento de suas cotas no início do exercício financeiro.
- Reafirmar a recomendação de que seja implementado um processo de planejamento que defina os objetivos e prioridades da OEA, de maneira a possibilitar a destinação de recursos orçamentários para o cumprimento das prioridades mais relevantes.
- Como iniciativa orçamentária estabelecer um mecanismo visível e sistemático que leve à economia de recursos.

- Considerar o uso de outras fontes de receita, inclusive a decisão de maximizar o potencial da propriedade da Junta Interamericana de Defesa, localizada na 16<sup>th</sup> Street N.W., em Washington, D.C.

À Secretaria-Geral:

- Realizar uma análise das despesas gerais, que identifique todos os custos administrativos e de supervisão incorridos para a execução de fundos específicos. O mecanismo dela decorrente deverá ser coerente no cálculo do custo correlato de cada proposta para fundos específicos.
- Proporcionar financiamento que assegure a capacitação adequada do pessoal fora da sede. Elaborar uma metodologia apropriada ao monitoramento e melhoramento dos controles internos dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.
- Assegurar que as políticas e procedimentos de controle interno referentes ao uso das bolsas de estudo sejam os mais adequados. Além disso, a OEA deverá desenvolver e colocar em prática um procedimento que assegure o cumprimento estrito de todas as políticas internas vinculadas ao processo de seleção e aprovação das bolsas e que seja devidamente documentado.

Após o resumo da situação financeira do Fundo Ordinário, dos fundos específicos e das contribuições especiais a ela destinadas, a OEA levou em conta as iniciativas da administração da Secretaria-Geral para colocar em prática as recomendações constantes do relatório da Junta do ano anterior, bem como outros pontos de interesse da Junta.

A Junta ressaltou que a empresa de auditores independentes emitiu pareceres sem ressalvas (“pareceres limpos”), que constituem o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2005:

- Fundo Ordinário da OEA e fundos específicos
- Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento
- Fundação para as Américas
- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
- Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
- Escritório para a Promoção da Democracia
- Junta Interamericana de Defesa
- Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
- Fundo de Aposentadoria e Pensões



## **Junta Interamericana de Defesa**

A Junta Interamericana de Defesa (JID) foi instituída em 1942 para analisar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério. É a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Em 15 de março de 2006, no decorrer do Trigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, foi aprovado o novo Estatuto da JID. Nele se dispõe que a Junta é uma entidade da OEA que presta assessoramento a seus programas, promove a paz e a segurança do Hemisfério, bem como a confiança entre as partes mediante vínculos de cooperação militar, além de fortalecer as relações entre civis e militares. Também supervisiona o programa acadêmico de nível superior em estudos de segurança e defesa do Colégio Interamericano de Defesa.

### **Conselho de Delegados da JID**

Conforme o disposto no novo Estatuto, o Conselho de Delegados aprovou as regras de transição e o novo Regulamento da JID. Também foram realizadas as eleições para os cargos de Presidente (Brasil), Vice-Presidente (Guatemala), Diretor-Geral (Trinidad e Tobago), Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa (Equador) e Diretor da Subsecretaria de Serviços de Assessoramento (Chile).

Em 14 de setembro, a República do Haiti reativou sua delegação junto à JID. Nos meses de agosto e setembro, respectivamente, o Reino da Espanha e a República Popular da China formalizaram seu ingresso na Junta como Observadores Permanentes.

A JID foi representada por seu Presidente na Sétima Conferência de Ministros da Defesa das Américas, em Manágua, Nicarágua. Nessa oportunidade mantiveram-se conversações com os Ministros da Defesa, informando-lhes sobre a modernização da Junta e sua disposição de cooperar com os Estados membros e com a OEA, no âmbito do novo Estatuto. Na mesma ocasião foi aprovada uma proposta de análise da criação de um órgão permanente de acompanhamento das iniciativas da Conferência e uma moção de reconhecimento à OEA e à JID pelo excelente trabalho que realizam na área de remoção humanitária de minas.

Na sessão de 16 de outubro, a convite da Comissão de Segurança Hemisférica, o Presidente apresentou o primeiro relatório relativo ao processo de transição da Junta (CP/CSH/INF.50/06), salientando as realizações da JID e o progresso por ela alcançado (CP/CSH/SA.112/06).

### **Subsecretaria de Serviços de Assessoramento**

Em 1º de março de 2006 foi organizado e constituído na Colômbia o Grupo de Monitores Interamericanos com a missão de apoiar o programa AICMA/OEA. O Grupo já certificou a limpeza de dois campos minados, de acordo com a resolução AG/RES. 2180 (XXXVI-O/06).

Prossegue o apoio à Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA). Após a certificação da Costa Rica, Honduras e Guatemala como países livres de

minas terrestres, o programa continua na Nicarágua em 2007, em cumprimento à resolução AG/RES. 2180 (XXXVI-O/06).

Mantém-se o apoio à remoção humanitária de minas no Equador e Peru com a Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS), com sede em Quito. Também se dá cumprimento ao treinamento e monitoramento das operações de limpeza na Cordilheira do Condor, conforme a resolução AG/RES. 2181 (XXXVI-O/06).

Essas missões de treinamento e monitoramento organizadas pela JID para apoiar o Programa de Remoção Humanitária de Minas da OEA são constituídas por 30 oficiais e suboficiais peritos em engenharia ou explosivos e são uma contribuição voluntária das Forças Armadas do Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Venezuela.

Segundo o disposto na resolução AG/RES. 2246 (XXXVI-O/06), no Segundo Fórum de MFCS apresentou-se à Secretaria-Geral da OEA (JID S-2903) a atualização da relação das MFCS aplicadas em 2005, relacionadas com o Hemisfério e outras regiões do mundo. Também se apresentou um estudo comparativo das MFCS dispostas nas Declarações de Santiago, San Salvador e Consenso de Miami, a fim de propor à OEA a unificação e simplificação das MFCS (JID S-2908).

A JID esteve presente na Reunião dos Estados Partes na Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, realizada em 30 de novembro de 2006 em preparação para a Conferência dos Estados Partes que acontecerá em 2009, de acordo com o disposto na resolução CP/RES. 904 (1550/06).

A Junta também participou da Reunião sobre a Limitação de Gastos Militares e a Promoção de Maior Transparência na Aquisição de Armamentos, realizada em 1º de dezembro de 2006, de acordo com as resoluções AG/RES. 2188 (XXXVI-O/06) e CP/RES. 905 (1550/06). Na ocasião foi apresentado o estudo “A limitação dos gastos militares e a promoção de maior transparência nas aquisições de armas convencionais – síntese dos documentos existentes na OEA, ONU e outras organizações, sugestões”, encaminhado à Secretaria-Geral da OEA (JID S-2911).

Quanto à destruição de armas de fogo, munições e explosivos, a JID participou da reunião OEA/UN-LiREC para coordenar o programa no âmbito hemisférico. Solicitou-se às delegações da JID que manifestassem seu interesse em receber assistência da OEA nos processos de destruição e sua disposição de colaborar efetivamente com o programa, com apoio financeiro ou de meios. Acha-se em desenvolvimento o plano piloto do programa, cuja primeira etapa será executada na Nicarágua, conforme o disposto na resolução AG/RES. 2179 (XXXVI-O/06).

No que se refere aos Sistemas Portáteis de Defesa Aérea (MANPADS), de acordo com a resolução AG/RES. 2246 (XXXVI-O/06) fez-se uma exposição ao Conselho de Delegados sobre a ameaça que representam. Continua-se a apoiar a CSH na consideração do tema “Estratégias eficazes para reduzir a ameaça representada pelo uso de Sistemas Portáteis de Defesa Aérea (MANPADS) por atores não estatais”, na próxima reunião, a ser realizada em março de 2007.

Participou-se como expositor do “Seminário sobre o manejo de armas em custódia e destruição de arsenais”, organizado pela OEA e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, em Santiago, Chile, com o tema “Processo de armazenamento de armas e destruição de arsenais: contribuição da JID”, de acordo com a resolução AG/RES. 2179 (XXXVI-O/06).

A JID fez parte da Missão da OEA à Colômbia para apoiar a ação da MAPP e planejar a destruição de 18.000 armas de guerra e 2.500.000 munições, no âmbito do processo de paz que o governo conduz com os grupos de autodefesa que entregaram esse armamento, conforme a resolução AG/RES. 2179 (XXXVI-O/06).

Participou-se como relator do painel “Preparação, plano de contingência e assistência humanitária”, na reunião da Rede Interamericana de Redução de Desastres, na Bolívia. Foi sugerida no referido painel a participação da JID nessa organização, levando em conta sua capacidade de coordenação com as Forças Armadas dos países, em cumprimento ao disposto nas resoluções AG/RES. 2184 (XXXVI-O/06) e AG/RES. 2187 (XXXVI-O/06).

### **Colégio Interamericano de Defesa**

O CID realizou o Décimo Quinto Curso de Altos Estudos de Defesa e Segurança Hemisférica para funcionários civis, altos oficiais militares e de segurança. Trata-se de um curso de altíssimo nível político-estratégico, não operacional, que proporciona conhecimentos sobre relações internacionais, o Sistema Interamericano, instrumentos internacionais e liderança institucional, relações cívico-militares, os meios de comunicação e as Forças Armadas, avaliação da situação mundial e hemisférica, operações de paz, desastres e emergências complexas, a arte da negociação, manejo de crises e solução de conflitos, transformação do setor de defesa, políticas de defesa e segurança, técnicas de pesquisa científica, informação estratégica e ameaças, preocupações e desafios relacionados com a segurança do Hemisfério.

Ao encerrar-se o período a que se refere este relatório haviam ingressado no Colégio 2.174 alunos de 23 países, dos quais mais de 500 alcançaram os mais altos postos militares, inclusive o cargo de Ministro da Defesa. No caso dos civis, graduados do Colégio chegaram a ocupar altos cargos de governo, inclusive a Presidência da República nos casos do Equador e do Chile.

Como aspecto relevante ressaltou-se o aumento da participação de alunos nos programas opcionais de mestrado. Até esta data 20 graduados obtiveram o grau de Mestre em Serviço Internacional da *American University* e 57, o de Mestre em Defesa e Segurança Hemisférica da *Universidad del Salvador*, Argentina.

A evolução do Plano de Estudos do CID foi recebida com satisfação pelas missões diplomáticas de vários países junto à OEA. Apresentou-se a oportunidade de planejar um curso especial de dois dias sobre o Sistema Interamericano, destinado aos diplomatas da Missão Permanente de El Salvador junto à OEA. Esse curso, no formato de projeto piloto, reflete a disposição do CID de responder de maneira proativa às solicitações de apoio dos Estados membros e outras entidades da OEA na área de educação, de acordo com a missão e as funções jurídicas da Junta Interamericana de Defesa.

O Plano de Estudos do CID considera as ameaças, preocupações e desafios relacionados com a segurança do Hemisfério, definidos pela Conferência Especial sobre Segurança, realizada no México, em 2003, e parte do geral para o particular, examinando inicialmente a situação mundial e em seguida a situação hemisférica. Ademais, concentrou-se informação antes dispersa em quatro seminários destinados a países que não podem enviar alunos ao curso anual, bem como em seminários sobre temas específicos durante as viagens de estudo.

Conta-se também com uma participação maior de civis e funcionários de segurança. A turma 46 é constituída por 53 alunos de 17 países, dos quais 12 são civis, quatro são oficiais superiores de polícias nacionais e 37, militares.

O CID renovou a certificação do plano de estudos junto ao *American Council on Education*, organização que analisa institutos de altos estudos dos Estados Unidos, o que possibilita que os que se formam sejam reconhecidos no nível de pós-graduação, 12 horas por semestre em Relações Internacionais, Política Comparativa, Comunicação Intercultural/Negociação e Estudos de Liderança, respectivamente.

Quanto à educação à distância, foram implementados dois novos cursos sobre processos interinstitucionais e sobre estratégia de segurança nacional, que se somam aos cursos em andamento sobre o Sistema Interamericano e sobre gestão de crises e solução de conflitos.

## Corte Interamericana de Direitos Humanos

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma instituição judicial autônoma da OEA que tem por objetivo a aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência contenciosa e consultiva e é constituída por sete juizes eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral.

No período a que se refere este relatório a Corte foi constituída, em ordem de precedência, pelos seguintes juizes: Sergio García Ramírez (México), Presidente; Alirio Abreu Burelli (Venezuela), Vice-Presidente; Oliver Jackman (Barbados); Antonio A. Cançado Trindade (Brasil); Cecilia Medina Quiroga (Chile); Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica); e Diego García Sayán (Peru). O Secretário da Corte é Pablo Saavedra Alessandri (Chile) e a Secretária Adjunta, Emilia Segares Rodríguez (Costa Rica).

### Atividades da Corte

- Casos contenciosos e medidas provisórias submetidos à consideração da Corte

No decorrer de 2006, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu 14 casos contenciosos e 13 solicitações de medidas provisórias à consideração da Corte.

- Períodos de sessões

A Corte proferiu seis sentenças no Septuagésimo Período Ordinário de Sessões, realizado de 30 de janeiro a 9 de fevereiro de 2006: *Caso do Massacre de Pueblo Bello* contra a Colômbia (mérito, reparações e custas), *Caso López Álvarez* contra Honduras (mérito, reparações e custas), *Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa* contra o Paraguai (interpretação de sentença), *Caso Raxcacó Reyes* contra a Guatemala (interpretação de sentença), *Caso Acevedo Jaramillo e outros* (exceções preliminares, mérito, reparações e custas) e *Caso da Comunidade Moiwana* (interpretação de sentença). Também foram emitidas sete resoluções sobre medidas provisórias nos casos: *Comunidade de Paz de San José de Apartadó* com relação à Colômbia, *Haitianos e dominicanos de origem haitiana na República Dominicana* com relação à República Dominicana, *García Uribe* com relação ao México, *Comunidades do Jiguamiandó e do Curbaradó* com relação à Colômbia, *Juan Humberto Sánchez* com relação a Honduras, *Ramírez Hinestroza* com relação ao Peru e *Internado Judicial de Monagas (“La Pica”)* com relação à Venezuela. A Corte realizou ainda duas audiências públicas nos seguintes casos: *Nogueira de Carvalho* contra o Brasil (exceções preliminares, mérito, reparações e custas) e *Internado Judicial de Monagas (“La Pica”)* com relação à Venezuela (medidas provisórias). Finalmente, emitiram-se três resoluções de cumprimento de sentença nos seguintes casos: *Tribunal Constitucional* (Peru), *19 Comerciantes* (Colômbia) e *Ricardo Canese* (Paraguai).

No Vigésimo Sétimo Período Extraordinário de Sessões, realizado de 28 a 31 de março de 2006 em Brasília, Brasil, a Corte emitiu sentença no *Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa* contra o Paraguai. Foram emitidas ainda duas resoluções sobre medidas provisórias nos casos *Penitenciárias de Mendoza* com relação à Argentina e *Centro Penitenciário Região Capital Yare*

*I e Yare II (Penitenciária de Yare)* com relação à Venezuela. A Corte realizou três audiências públicas nos seguintes casos: *Almonacid Arellano* contra o Chile (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), *Vargas Areco* contra o Paraguai (mérito, reparações e custas) e *Penitenciárias de Mendoza* com relação à Argentina (medidas provisórias).

No Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões, realizado de 3 a 6 de abril de 2006 em Buenos Aires, Argentina, a Corte emitiu sentença no *Caso Baldeón García* contra o Peru e uma resolução sobre medidas provisórias no *Caso das Irmãs Serrano Cruz* com relação a El Salvador. A Corte realizou duas audiências públicas nos seguintes casos: *Claude Reyes e outros* contra o Chile (mérito, reparações e custas) e *Montero Aranguren e outros* contra a Venezuela (exceções preliminares, mérito, reparações e custas).

No Vigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões, realizado de 26 a 28 de junho de 2006 em San Salvador, El Salvador, a Corte realizou duas audiências públicas nos seguintes casos: *Penal Miguel Castro Castro* contra o Peru (mérito, reparações e custas) e *Trabalhadores demitidos do Congresso* contra o Peru (exceções preliminares, mérito, reparações e custas).

No Septuagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 29 de junho a 6 de julho de 2006, a Corte proferiu três sentenças: *Caso do Massacre de Ituango* contra a Colômbia (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), *Caso Ximenes Lopes contra o Brasil* (mérito, reparações e custas) e *Caso Montero Aranguren e outros* contra a Venezuela. Emitiram-se, ademais, dez resoluções sobre medidas provisórias nos casos: *Raxcacó Reyes* com relação à Guatemala, *Guerrero Gallucci e Martínez Barrios* com relação à Venezuela, *Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé” da FEBEM* com relação ao Brasil, *19 Comerciantes (Sandra Belinda Montero Fuentes e familiares, Salomón Flórez e familiares, Luis José Pundor Quintero e familiares, Ana Diva Quintero Quintero de Pundor e familiares)* com relação à Colômbia, *Ramírez Hinostroza e outros* com relação ao Peru, *Marta Colomina e Liliana Velásquez* com relação à Venezuela, *Caballero Delgado e Santana* com relação à Colômbia, *Fundação de Antropologia Forense da Guatemala* com relação à Guatemala, *Mery Naranjo e outros* com relação à Colômbia e *María Leontina Millacura Llaipén e outros* com relação à Argentina. A Corte também realizou uma audiência pública no caso *María Leontina Millacura Llaipén e outros* com relação à Argentina (medidas provisórias). Finalmente, emitiram-se quatro resoluções de cumprimento de sentença nos seguintes casos: *El Amparo* (Venezuela), *Bámaca Velásquez* (Guatemala), *“Instituto de Reeducação do Menor”* (Paraguai) e *“Cinco Pensionistas”* (Peru).

No Septuagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, realizado de 18 a 30 de setembro de 2006, a Corte emitiu cinco sentenças: *Caso Claude Reyes* contra o Chile (mérito, reparações e custas), *Caso Servellón García* contra Honduras (mérito, reparações e custas), *Caso Goiburú e outros* contra o Paraguai (mérito, reparações e custas), *Caso Vargas Areco* contra o Paraguai (mérito, reparações e custas) e *Caso Almonacid Arellano* contra o Chile (exceções preliminares, mérito, reparações e custas). Emitiram-se, ademais, três resoluções sobre medidas provisórias nos casos: *Mery Naranjo* com relação à Colômbia, *Gloria Giralte de García Prieto* com relação a El Salvador, *Pessoas privadas de liberdade na Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira”*, em Araraquara, São Paulo, com relação ao Brasil, *Penitenciária Urso Branco* com relação ao Brasil, *Ramírez Hinostroza e outros* com relação ao Peru e *Eloisa Barrios e outros* com relação à

Venezuela. A Corte realizou duas audiências públicas nos casos *Pessoas privadas de liberdade na Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira”*, em Araraquara, São Paulo, com relação ao Brasil (medidas provisórias) e *La Cantuta* contra o Peru (mérito, reparações e custas). Finalmente, por ocasião desse período ordinário de sessões a Corte emitiu dez resoluções sobre cumprimento de sentença nos seguintes casos: *Herrera Ulloa* (Costa Rica), *Lori Berenson Mejía* (Peru), *Huilca Tecse* (Peru), *Irmãos Gómez Paquiyauri* (Peru), *Ricardo Canese* (Paraguai), *Cesti Hurtado* (Peru), *Loayza Tamayo* (Peru), *Irmãos Serrano Cruz* (El Salvador), *Tibi* (Equador) e *Fermín Ramírez* (Guatemala), bem como duas resoluções sobre implementação de medidas provisórias nos seguintes casos: *Irmãos Gómez Paquiyauri* (Peru) e *Carlos Nieto Palma e outros* (Venezuela).

No Septuagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 20 de novembro a 1º de dezembro de 2006, a Corte proferiu sete sentenças: *Caso da Prisão Miguel Castro Castro* contra o Peru (mérito, reparações e custas), *Caso dos trabalhadores demitidos do Congresso* contra o Peru (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), *Caso Acevedo Jaramillo e outros* contra o Peru (interpretação de sentença), *Caso do Massacre de Pueblo Bello* contra a Colômbia (interpretação de sentença), *Caso das meninas Yean e Bosico* contra a República Dominicana (interpretação de sentença), *Caso Nogueira Carvalho* contra o Brasil (exceções preliminares, mérito, reparações e custas) e *Caso La Cantuta* contra o Peru (mérito, reparações e custas). Também foram emitidas duas resoluções sobre medidas provisórias nos casos *Giraldo Cardona* com relação à Colômbia e *Integrantes da Equipe de Estudos Comunitários e Ação Psicossocial (ECAP) (Caso do Massacre Plan de Sánchez)* com relação à Guatemala.

No período a que se refere este relatório, a Corte aprovou decisões que continuam a contribuir para a formação e consolidação da jurisprudência interamericana em matéria de direitos humanos. Entre os pontos mais destacados da doutrina jurisprudencial deste Tribunal durante o ano de 2006 cumpre salientar, entre outros: direito à vida, integridade pessoal, liberdade pessoal, vida digna, garantias judiciais, proteção judicial, liberdade de pensamento e expressão, igualdade perante a lei, obrigação de reparar, dever de adotar disposições de direito interno, propriedade privada, reconhecimento da personalidade jurídica, direito da criança, direito de circulação e residência, proibição da escravidão e servidão, proteção da honra e da dignidade, detenções e desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, situações e condições carcerárias, condições de detenção, direitos indígenas, terras ancestrais de comunidades indígenas, tortura e tratamento cruel, desumano e degradante, investigação da tortura, responsabilidade do Estado por atos de terceiros, deslocamento forçado de pessoas, condições de hospitalização, dever de investigar e punir os responsáveis, denegação de justiça, acesso à informação pública, impunidade, adequação da legislação interna, leis de anistia e direitos da mulher.

Nos sete períodos de sessões mencionados, foram considerados, ademais, diversos trâmites nos assuntos pendentes perante a Corte e analisados os diferentes relatórios apresentados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pelos beneficiários ou seus representantes e pelos Estados envolvidos nos assuntos em que se tenham adotado medidas provisórias. O Tribunal também analisou os diferentes relatórios apresentados pelos Estados envolvidos e as observações apresentadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelas vítimas ou seus representantes nos casos que se encontram na etapa de supervisão de cumprimento de sentença. A Corte considerou ainda diversos assuntos de natureza administrativa.

## **Escritório do Inspetor-Geral**

As atividades do Escritório do Inspetor General (OIG) regem-se pelo disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral (SG), pelas Normas Orçamentárias e Financeiras – Capítulo IX – Assessoramento, auditoria e fiscalização financeira – e pela Ordem Executiva 95-05. Essas disposições estabelecem a função de auditoria interna, que apóia o Secretário-Geral e os órgãos dirigentes, com vistas ao controle do cumprimento das responsabilidades dos diferentes níveis de administração, com relação aos programas e recursos da Secretaria-Geral. O objetivo do OIG é garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e transações financeiras tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria- Geral nos Estados membros. O Escritório do Inspetor-Geral também se encarrega de assegurar que as políticas, regulamentos e práticas estabelecidas sejam contemplados e acatados de maneira correta, eficaz e econômica.

### **Auditorias**

No período de 1º de março a 31 de dezembro de 2006, o Escritório do Inspetor- Geral realizou cinco auditorias de unidades e programas, além de quatorze projetos, uma avaliação e uma investigação para avaliar as operações, assegurar o cumprimento das diretrizes e procedimentos da OEA e para realizar uma revisão sistemática da contabilidade interna e dos sistemas administrativos. Na execução de suas tarefas, o Escritório concentrou-se principalmente em operações de alto risco e naquelas de maior potencial para aumentar a eficiência, eficácia e economia na Secretaria-Geral. O Escritório do Inspetor-Geral atuou com ampla liberdade e independência na execução de seu trabalho e com absoluto acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

Realizaram-se nesse período as atividades operacionais das auditorias na sede para avaliar os controles internos e administrativos e assegurar o cumprimento das diretrizes e dos procedimentos da OEA. O OIG analisou o Portal de Educação das Américas, a avaliação estratégica do risco do Portal de Educação das Américas e o subsídio de educação para filhos dependentes de membros do pessoal. Também foram analisadas as atividades dos Escritórios da Secretaria-Geral em Barbados e em Antígua e Barbuda para determinar se suas atividades foram executadas em conformidade com os regulamentos e procedimentos da OEA. O OIG realizou, além disso, uma avaliação com a finalidade de revisar as necessidades de pessoal do Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe e uma investigação das despesas relacionadas com o Programa de Bolsas de Estudo em 2005.

O Escritório do Inspetor-Geral avaliou quatorze projetos executados tanto na sede como nos Estados membros, a fim de assegurar a coerência com os acordos e determinar se os objetivos foram cumpridos. Os projetos auditados foram os seguintes: 1) Projeto de Comércio CARANA/ USAID; 2) Sistema de Informação de Comércio Exterior (SICE); 3) Tratado de Livre Comércio das Américas - ALCA; 4) Contribuições para a Administração e Supervisão de Projetos do Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade; 5) Projeto de Conservação da Costa em



Antígua e Barbuda; 6) Promoção do Comércio para Cultivos e Gado Seleccionados; 7) Vinculações da Agricultura, do Turismo e do Agroturismo; 8) Participação da Mulher na Política; 9) Programa de Conscientização sobre Dislexia; 10) Fortalecimento do Setor de Turismo por meio do Estabelecimento de Vínculos com o Setor Agrícola do Caribe; 11) Plano de Administração de Praias de Barbados; 12) Intrusão de Água Salgada em Aquíferos Costeiros; 13) CDERA - Programa para a Redução do Risco de Desastres no Caribe; e 14) UWI - Programa de Mestrado em Políticas de Comércio Internacional.

### **Outras atividades**

O Escritório do Inspetor-Geral continuou a avaliar respostas e a dar seguimento a ações corretivas com vistas a assegurar que as recomendações emitidas pelo OIG fossem efetivamente implementadas. O Escritório continuou a prestar assessoramento e assistência, por meio de análises, avaliações, investigações e recomendações, e participou como observador de várias comissões da Secretaria-Geral.

## **Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano**

A Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano foi criada pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituída por uma secretaria em nível de departamento e tem como responsabilidade a administração do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, do Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe e do Portal de Educação das Américas.

### **Programa de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Técnicos**

Em 2006 a Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Humano, atendeu ao mandato da Assembléia Geral de reformular o Programa de Bolsas de Estudo da OEA. Grande parte do ano foi dedicado, por conseguinte, a analisar esses procedimentos a fim de propor terminologias e garantias diferentes para o Manual de Procedimentos do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, um valioso instrumento para alcançar os objetivos do Programa. Essa análise gerou outras inovações: 1) a reorganização da estrutura do Departamento para melhor administrar as mudanças previstas no Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento; 2) uma profunda revisão financeira para determinar a situação das contas e propor normas e procedimentos para centralizar a responsabilidade do controle financeiro; e 3) o desenvolvimento de um sistema automático de controle financeiro para melhorar o monitoramento das contas e a preparação de relatórios.

Como primeiro passo no processo de desenvolvimento de um sistema completamente automatizado de informação do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, o Departamento de Desenvolvimento Humano, com o apoio do Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia, desenvolveu e implementou o Sistema de Informação e Banco de Dados de Gestão de Bolsas. Esse sistema permite o controle da situação financeira, a conciliação de contas e o monitoramento da execução orçamentária do Programa de Bolsas. Permite também o acompanhamento e a administração dos custos por bolsista e por programa e confere ao Departamento a capacidade de monitorar, atualizar e ajustar os custos estimados, comparando-os com estimativas de terceiros, e conciliar estimativas com gastos.

O Programa de Bolsas deu continuidade à administração dos bolsistas ativos provenientes de anos anteriores, inclusive os estudantes com bolsas concedidas em 2005, num total de US\$3.409.175 executados no ano fiscal orçado de 2006 para bolsistas dos programas de graduação e pós-graduação.

### **Programa de Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional**

O programa de Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional oferece oportunidades de bolsa a cidadãos dos Estados membros da OEA para expandir ou atualizar seus conhecimentos nos campos de especialização relacionados com as áreas prioritárias fixadas no Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2006-2009 do CIDI. Em 2006 foram concedidas 771 bolsas de desenvolvimento profissional oferecidas pela Argentina, Barbados, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, México, Peru, Trinidad e Tobago, Venezuela, Espanha, Coréia e China. Além das bolsas acima mencionadas, a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), o

Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade, o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Jurídica Interamericana, em cooperação com o Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais da OEA, ofereceram cursos de desenvolvimento profissional em telecomunicações, comércio, combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional, jornalismo, direitos humanos e Direito Internacional, respectivamente.

### **Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe**

O Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe é um fundo rotativo de empréstimos a estudantes, único entre organizações internacionais. O propósito principal do Fundo é ajudar estudantes de países latino-americanos e do Caribe, membros da OEA, interessados em realizar estudos nos Estados Unidos, bem como o pessoal da SG/OEA. É administrado por uma Comissão constituída pelo Secretário-Geral e representantes de quatro Estados membros. O Departamento de Desenvolvimento Humano da SG/OEA atua como Secretaria Técnica do Fundo.

Do momento em que o Fundo foi estabelecido em 1948 até 31 de dezembro de 2006 foram concedidos 6.060 empréstimos, no total de US\$13,2 milhões, a cidadãos de países latino-americanos e do Caribe. O Fundo concedeu ainda 1.426 empréstimos, no total de US\$3,6 milhões, para estudos de membros do pessoal e seus dependentes ou para emergências. Mediante um investimento prudente numa carteira de fundos mútuos (selecionada pela Comissão por recomendação de uma firma consultora de investimentos, que por sua vez monitora esses fundos), o Fundo Rowe passou da contribuição inicial de US\$623.605 recebidos em maio de 1952 para US\$13,8 milhões de ativos líquidos em fins de dezembro de 2006, com uma carteira de US\$1.679.318.

A Secretaria Técnica realizou as seguintes atividades em 2006.

- Campanha promocional de massa para aumentar o número de solicitações de empréstimo recebidas.
- Implementação de um plano estratégico para o Fundo Rowe no novo Departamento de Desenvolvimento Humano.
- Divulgação de informações do Fundo a instituições de empréstimos para estudantes, universidades e instituições acadêmicas da região e contatos com vários sócios da APICE e NAFSA.

A viabilidade financeira do programa do Fundo Rowe depende principalmente do retorno de seus investimentos financeiros e do êxito obtido no pagamento dos empréstimos concedidos. Uma área que continua a melhorar é a da redução da taxa de morosidade e dos empréstimos incobráveis. O investimento financeiro do Fundo Rowe teve anos bons e ruins, em consequência de flutuações da bolsa, mas cresceu em termos líquidos e espera-se que se possa continuar a expandir o programa de empréstimos para estudos.

## **Portal de Educação das Américas**

O objetivo principal do Portal de Educação das Américas é promover a formação e a capacitação de recursos humanos nas Américas mediante a aplicação de novas tecnologias da informação e das comunicações. O uso das tecnologias da informação para oferecer capacitação contribui para reduzir amplamente os custos, bem como para eliminar as barreiras do tempo e do espaço.

Em 2006, o Portal desenvolveu atividades por intermédio da Aula Virtual, sua plataforma técnica educativa, oferecendo oportunidades de desenvolvimento profissional individualizadas, interativas, de alta qualidade e baixo custo. Esse ambiente de aprendizagem contribuiu para que fossem capacitados mais de 1.600 profissionais da região no decorrer de um ano.

Nesse período, as principais atividades foram: i) oferta de 19 cursos à distância por meio da Aula Virtual em inglês, espanhol e português, abrangendo temas como educação básica, governo eletrônico, ciência e tecnologia, ética e estratégias para o ensino da matemática; ii) preparação e desenvolvimento de quatro novos cursos à distância sobre temas tais como energia solar, qualidade nas pequenas e médias empresas, escassez de água segura e metrologia; iii) alianças com instituições governamentais, universidades, centros de excelência e unidades especializadas da OEA para oferecer programas de formação a distância; iv) divulgação de informações sobre 4.500 programas e cursos de aproximadamente 1.500 universidades credenciadas de toda a região por intermédio de um banco de dados que permite a busca de informações; v) distribuição, por meio da biblioteca virtual, de quase 100 revistas e monografias gratuitas, entre elas a *Educación*, a coleção INTERAMER, a *Revista Interamericana de Bibliografía* (RIB) e a série “Tendências para um futuro comum”; vi) desenvolvimento e manutenção da infra-estrutura necessária para promover reuniões virtuais, salas de diálogo e fóruns; e vii) elaboração e divulgação de seções editoriais e de boletins mensais.

No âmbito dos mandatos definidos pelos órgãos dirigentes quanto à formação de recursos humanos por intermédio do Portal, os serviços são oferecidos mediante uma tarifa mínima destinada à recuperação parcial de gastos. Em 2006, o Portal contribuiu para a formação, atualização e capacitação de 1.662 profissionais da região (ver Anexo F, quadro 4). Por sua vez, desde seu lançamento, em setembro de 2001, o Portal recebeu 380 milhões de acessos provenientes de mais de 200 países. Em 2006, a média mensal foi de 3,3 milhões de acessos e 1.005 novos usuários registrados (Anexo F, quadro 5).

## **Comissão Interamericana de Telecomunicações**

A CITELE, criada pela Assembleia Geral em 1994, goza de autonomia técnica no desempenho de suas funções, nos limites estabelecidos na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em seu Estatuto e nos mandatos da Assembleia Geral. Sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério.

Numerosas mudanças ocorreram nos últimos anos no ambiente das telecomunicações e das tecnologias da informação e das comunicações (TIC), todas elas com intensas repercussões para os membros da CITELE. Podemos destacar, em especial, a convergência das telecomunicações; a Internet e os meios de divulgação de conteúdos audiovisuais; o contínuo crescimento do uso da Internet; o desenvolvimento acelerado das redes de comunicação sem fio, fixas e móveis; e a progressiva liberalização dos mercados, especialmente nos países em desenvolvimento, com a respectiva necessidade de políticas e regulamentação.

A Quarta Reunião Ordinária da Assembleia da CITELE, realizada em fevereiro de 2006 em San José, Costa Rica, possibilitou a revisão de sua estrutura, a fim de responder de maneira mais eficiente ao ambiente mutável do setor. A Assembleia também escolheu os presidentes das Comissões de Consulta Permanentes e os Estados membros que constituirão a Comissão Diretora Permanente. Mediante a elaboração de um plano estratégico dinâmico e eficaz prosseguirá o permanente intercâmbio de experiências, informações e conhecimentos entre os governos e o setor privado com vistas à obtenção de um desenvolvimento harmônico das telecomunicações na região.

Reconhecendo que as telecomunicações e em especial a conectividade desempenham um papel estratégico e essencial no desenvolvimento político, econômico, social e cultural da sociedade, e levando em conta a importância de se dispor anualmente de informações atualizadas sobre a situação das TIC, seu impacto e aspectos regulatórios, a CITELE preparou em 2006 um primeiro relatório sobre a situação da conectividade nas Américas. Esse relatório revelou o grande progresso alcançado nos últimos anos na redução do desnível existente entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento quanto ao acesso aos serviços básicos de telecomunicações e Internet. No entanto, também mostrou que outra lacuna vem-se abrindo, referente ao acesso a serviços avançados tais como Internet de alta velocidade e serviços móveis de terceira geração e posteriores, o que levou a que se conferisse prioridade aos trabalhos da segunda fase da Agenda de Conectividade para as Américas, mediante a elaboração de um plano detalhado que é alimentado pelo trabalho realizado no âmbito das Comissões Consultivas.

Dada a rápida inovação tecnológica, a CITELE enfrenta o desafio permanente da capacitação de pessoal em telecomunicações. Por esse motivo, em 2006 foram oferecidos 22 cursos (16 cursos à distância e seis cursos presenciais) sobre política, regulamentação, gestão e tecnologia de telecomunicações. Para esses cursos foram concedidas 265 bolsas de estudo a participantes de 28 países da região. A CITELE dispõe de 17 centros regionais de capacitação e coordena seus trabalhos com o Centro de Excelência para as Américas, da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

No âmbito das tecnologias de telecomunicações foram aprovadas recomendações sobre transceptores para linha de usuário digital de velocidade muito alta (VDSL2), sistemas de transmissão de segunda geração para os serviços interativos de televisão por cabo – modems de cabo para protocolo Internet e especificação da versão 6 do Protocolo Internet (IPv6). Acham-se em andamento, entre outros, estudos para a transição para as redes de próxima geração (RPG), o que inclui a análise das normas e das infra-estruturas de redes necessárias para oferecer suporte à prestação de serviços de voz, dados e multimeios aos usuários finais por meio de redes seguras e de alto rendimento, independentemente da hora e do lugar; desenvolvimento e implementação de serviços de IP; interoperabilidade de redes de telecomunicações tradicionais e em evolução; e modalidades de fraude e acessos não autorizados aos serviços.

No que diz respeito a considerações de política e regulamentação, foram iniciados diversos estudos dentre os quais destacam-se os seguintes: políticas governamentais e experiências na gestão dos ccTLD e de blocos de endereço IP; custos e tarifas do setor das telecomunicações; princípios regulatórios comuns de contabilidade aplicáveis aos serviços de telecomunicações (fixo e móvel); aspectos econômicos da utilização de redes elétricas (PLC) para a prestação de serviços de telecomunicações; prestação de serviços de telecomunicações a pessoas com capacidade limitada; estudo sobre SPAM, portabilidade de números; tecnologias de banda larga; modelos de custos dos serviços de telecomunicações; considerações de segurança relacionadas com o desenvolvimento de redes de comunicação para definir os assuntos e enfoques comuns; e estudo de modelos no âmbito regional para a dimensão das redes num ambiente de convergência.

Na esfera das radiocomunicações prosseguiram os trabalhos de definição da atual situação do uso de frequências radioelétricas com vistas a sua harmonização. Nesse contexto foram aprovadas em 2006 recomendações sobre: utilização da faixa de 4940-4990 MHz para a proteção pública e socorro em caso de desastres; uso de sistemas sem fio e suas faixas correlatas, em operação comercial, para acesso universal em zonas rurais e de baixa densidade populacional; uso alternativo da faixa 698-806 MHz nas Américas para sistemas sem fio avançados e aplicações de proteção pública e de ajuda em desastres; e tecnologia de identificação por frequências radioelétricas (RFID). Acham-se em andamento estudos sobre: medição da interferência do AM-IBOC no serviço analógico, rede radioelétrica de área local (RLAN) na faixa de 5 GHz a bordo de aeronaves; mudança da faixa de 700 MHz; sistemas de acesso sem fio de banda larga (BWA) e dispositivos de potência muito baixa.

Com o objetivo de facilitar a distribuição de serviços de satélite, foram aprovadas diretrizes gerais para a concessão de licenças de redes de sistemas móveis mundiais de comunicações pessoais (GMPCS), procedimentos a serem utilizados na autorização de estações terrestres a bordo de barcos (ESV) e métodos de localização de interferências prejudiciais de transmissões não autorizadas a redes de satélite.

Foi distribuído um CD com informações compiladas em vários organismos, administrações da região e outras regiões sobre aspectos técnicos e regulatórios relativos aos efeitos das emissões eletromagnéticas não ionizantes. Vem sendo preparado um DVD de que constarão informações atualizadas do *workshop* sobre esse tema, realizado no Peru em 19 de junho, bem como dos resultados do evento. Um segundo *workshop* está programado para 16 de abril de 2007 em El Salvador.

Foram atualizados: os portfólios técnicos sobre redes de próxima geração e aspectos econômicos do serviço universal; o Guia de Implementação da Televisão Terrestre Digital; o banco de dados sobre a situação regulatória atual dos sistemas de satélite da região e sobre o estágio de implementação da Agenda de Conectividade.

Uma das atividades essenciais da CITEI no período a que se refere este relatório foi a apresentação de 61 propostas comuns acordadas na Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (CMDT) (Catar, março de 2006) e na Conferência de Plenipotenciários da UIT (Turquia, novembro de 2006). A preparação dessas reuniões possibilitou que se fortalecesse a posição regional no contexto internacional e simultaneamente conseguiu que os interesses das Américas fossem considerados nos programas de desenvolvimento, estratégias de trabalho e futura gestão da UIT.

Acham-se em fase final de preparação os 30 temas da ordem do dia da Conferência Mundial de Radiocomunicações (CMR) de 2007, da UIT. Já foram aprovadas várias propostas interamericanas, número que será aumentado nas duas próximas reuniões da CCP.II. A CMR-07 considerará aspectos fundamentais de novas técnicas de modulação e de compartilhamento de espectro.

Fortaleceu-se em 2006 o permanente intercâmbio de experiências, melhores práticas e informações com a finalidade de contribuir para a consecução dos objetivos de acesso às telecomunicações. Cumpre salientar em especial os *workshops* sobre: interconexão e redes de próxima geração; políticas de atribuição de endereços IPv6 e aspectos técnicos e regulatórios relativos aos efeitos das emissões eletromagnéticas não ionizantes. Também prosseguiu a divulgação do boletim eletrônico mensal “info@CITEI”. Até dezembro de 2006 haviam sido publicados 241 artigos e 197 notícias dos países. Também a coordenação e a cooperação com outros organismos foram fortalecidas, mantendo-se 16 acordos de cooperação em temas de interesse comum para aumentar a eficiência das partes.

As grandes diferenças, nos Estados membros e entre eles, no que se refere tanto à distribuição das infra-estruturas de telecomunicações/TIC quanto à capacidade de usá-las no acesso à informação torna essencial que se dê rápido andamento aos trabalhos da Comissão.

## **Comissão Interamericana de Portos**

A Comissão Interamericana de Portos (CIP) tem por finalidade servir de foro interamericano permanente dos Estados membros da OEA para o fortalecimento da cooperação na área do desenvolvimento do setor portuário, com a efetiva participação e colaboração do setor privado. Seus principais objetivos são fortalecer o diálogo interamericano, capacitar e prestar cooperação técnica e divulgar e promover os portos do Hemisfério.

### **Fortalecimento do diálogo portuário interamericano**

A CIP constitui a única instância de diálogo entre as mais altas autoridades governamentais portuárias das Américas, o que é fundamental para o encaminhamento do cumprimento dos mandatos da Assembléia Geral, da Cúpula das Américas e de outros foros do setor no âmbito hemisférico. Para esse efeito a Secretaria organizou e promoveu a primeira Reunião Extraordinária da CIP (Algeciras, Espanha, maio de 2006), com o objetivo de colaborar no fortalecimento das relações portuárias e comerciais entre as Américas e a Espanha, promover o diálogo nesse setor e oferecer oportunidades para a exploração de negócios e investimentos no setor portuário dos países.

Foi realizada a Oitava Reunião do Comitê Executivo da CIP (CECIP) (Guayaquil, junho de 2006), no decorrer da qual se comemorou o quinquagésimo aniversário da participação da OEA em assuntos portuários do Hemisfério. Na mesma ocasião reuniram-se os quatro Comitês Técnicos Consultivos (CTC): Operações Portuárias, Segurança Portuária, Proteção Ambiental e Controle da Navegação.

A Primeira Reunião Extraordinária do CECIP, levada a efeito em Puerto La Cruz, em outubro de 2006, teve por objetivo principal avaliar o cumprimento dos planos de trabalho do ano em curso dos seguintes subcomitês: Política e Coordenação; Planejamento e Gestão Portuária; Estatística, Custos e Tarifas; Desenvolvimento de Portos para Cruzeiros de Turismo; Desenvolvimento de Portos Fluviais e Lacustres; Treinamento; Desenvolvimento Portuário Regional e Participação da Mulher nos Assuntos Portuários do Hemisfério.

Também em Puerto La Cruz foi realizada a Segunda Conferência Hemisférica sobre Proteção Portuária (outubro de 2006) com o propósito de intercambiar experiências sobre proteção portuária e incentivar planos de capacitação para a execução de programas nessa área.

### **Capacitação, assistência técnica e cooperação regional e internacional**

Foram desenvolvidas as seguintes atividades, destinadas a promover a modernização e o desenvolvimento dos portos do Hemisfério.

- Capacitação

É a atividade prioritária de cooperação da CIP. A Secretaria colaborou na organização e execução das seguintes atividades de formação: Seminário Internacional sobre Planejamento e



Desenvolvimento Portuário: Visão Européia (Guatemala, março de 2006); Seminário Ferroportuário: Portos e Estradas de Ferro (Cartagena, julho de 2006); Curso sobre Gestão de Portos para Cruzeiros (Barbados, setembro de 2006); Sétimo Curso Ibero-Americano sobre Tecnologia, Operações e Gestão Ambiental Portuária (Santander, setembro de 2006); Seminário sobre o Sistema Portuário e o Desenvolvimento Nacional (Lima, outubro de 2006); Décimo Primeiro Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária (Madri, outubro de 2006); Seminário sobre a Ampliação do Canal do Panamá: Impacto Econômico nos Países da Região (Santiago, novembro de 2006).

Foram oferecidas duas bolsas de estudo no Mestrado em Gestão Portuária e Transporte Intermodal 2006-2007, organizado pela Universidade Comillas de Madri e patrocinado pela Fundação Portuária de Valência, Espanha (Feports). Finalmente, concederam-se dez bolsas a portuários que pretendam obter o certificado do Programa de Gerência Portuária “PPM Latino”, organizado pela Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA). No período de que se trata, cerca de 500 funcionários e executivos portuários dos países membros foram capacitados nessas atividades promovidas pela Secretaria da CIP.

- Assistência técnica especializada

Prestou-se assistência técnica na execução do projeto sobre portos, alfândegas e comércio na República Dominicana. A CIP também assessorou a organização e participou de eventos portuários na Argentina, Guatemala, Peru e Venezuela.

- Cooperação para o desenvolvimento

Nessa área atuou-se em três dimensões: (i) promovendo o “Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas”, que a Secretaria continuou a divulgar e promover, e que, até esta data, foi assinado por 19 países membros e ratificado por quatro deles (Argentina, Equador, México e Peru); (ii) fortalecendo as relações e a cooperação bilaterais com outros organismos internacionais com relação à atividade portuária, a fim de conjugar esforços e iniciar atividades conjuntas, com menores custos e maior impacto. Nesse sentido, foram elaborados os programas de trabalho anuais com as organizações com as quais haviam sido assinados acordos e memorandos de entendimento, todos concluídos integralmente, especialmente com a Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA), a Associação de Navegação Internacional (PIANC), Seção dos Estados Unidos, e o Órgão Público de Portos do Estado da Espanha. Além disso, assinou-se o memorando de entendimento sobre cooperação com a Associação para a Colaboração entre Portos e Cidades (RETE), em Algeciras, em maio de 2006; e (iii) colaborando na execução de atividades e projetos de interesse recíproco com organizações portuárias e marítimas, nacionais e internacionais, a fim de ampliar a cobertura de ação na área portuária. Colaborou-se especialmente, entre outros, com a Associação Internacional de Cidades e Portos (AIVP), Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Comissão Centro-Americana de Transporte Marítimo (COCATRAM), Comunidade Andina de Nações (CAN), Instituto Ibero-Americano de Direito Marítimo (IIDM), Organização Marítima Internacional (OMI), Organização Mundial de Alfândegas (OMA) e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

## **Divulgação e promoção dos portos das Américas**

A Secretaria produziu e divulgou informações sobre os principais portos dos países membros e sobre as atividades da CIP da seguinte maneira: (i) publicou e distribuiu mundialmente três números da *Revista CIP*, como meio informativo e promocional dos portos do Hemisfério, de suas políticas e processos de desenvolvimento; (ii) divulgou e promoveu os portos do Hemisfério mediante o portal da CIP ([www.oas.org/cip](http://www.oas.org/cip)), boletins eletrônicos, periódicos e outros meios escritos (relatórios, estudos, documentos, folhetos, etc.); e (iii) finalmente, comemorou e divulgou o quinquagésimo aniversário da participação da OEA na área portuária nas Américas mediante a realização de atos festivos nos diversos eventos realizados no ano e da publicação de panfletos e concessões de reconhecimento.

## **VI. OBSERVADORES PERMANENTES**

## **OBSERVADORES PERMANENTES**

A condição de Observador Permanente na Organização dos Estados Americanos foi estabelecida pelo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizada em São José, Costa Rica, em 1971 [AG/RES. 50 (I-O/71)]. Os Observadores Permanentes participam das atividades da Organização e contribuem para seus programas.

O Departamento de Relações Externas (DRE) assessora as diversas instâncias da Secretaria-Geral e os órgãos políticos em todas as atividades vinculadas às relações da OEA com os Observadores Permanentes, inclusive a mobilização de recursos para programas e projetos prioritários da agenda interamericana.

Neste sentido, o Departamento promove a ativa participação e colaboração de 60 Observadores Permanentes, envolvendo-os na vida da Organização, mediante visitas a altas autoridades de governo nas capitais para negociar apoios a atividades específicas, reuniões informativas (entre as quais se destaca a Reunião entre os Representantes dos Países Observadores Permanentes na Assembléia Geral e os Chanceleres dos Estados Membros), e intercâmbio de documentos e informações e eventos especiais.

Em 2006, a Organização recebeu importantes contribuições em dinheiro e em bens dos países Observadores em cerca de US\$18 milhões. Igualmente, em 2006, foi instalado o Fundo Espanhol de Cooperação, mediante o qual a Espanha está canalizando suas contribuições para a Organização. A Espanha assinou também um Acordo de Cooperação com a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No período abrangido por este relatório, foram recebidas visitas de alto nível de Diretores para as Américas das Chancelarias e dos Ministérios de Cooperação e Desenvolvimento, bem como de outros representantes dos governos dos países Observadores, entre as quais se mencionam a visita do Ministro da Defesa da Espanha, José Antonio Alonso, acompanhado de uma delegação de distintos senadores espanhóis; a visita do Subsecretário das Relações Exteriores da Itália, Donato Di Santo; e as visitas de altos funcionários da Comissão Européia.

O Secretário-Geral, por sua vez, visitou a Alemanha, Espanha, Itália, Suécia e a União Européia, onde se reuniu com as mais altas autoridades de governo. O Secretário-Geral também recebeu na sede da Organização a Secretaria-Geral Adjunta do Conselho da Europa, Maud de Boer-Buquichio, que dirigiu a palavra à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos. Igualmente, o Secretário-Geral se reuniu com altas autoridades dos países Observadores Permanentes no âmbito da Assembléia Geral das Nações Unidas, entre as quais se menciona a Comissária para Relações Exteriores da União Européia, Benita Ferrero Waldner.

**VII. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL  
ADJUNTO FORA DA SEDE**

## Atividades do Secretário-Geral fora da Sede

### Março

- São Domingos, República Dominicana, 5-6
- Abertura da XXIII MOE; Reunião com Lic. Andrés Bautista, Presidente do Senado, e Lic. Alfredo Pacheco, Presidente da Câmara de Deputados.
  - Abertura do Fórum Centro-Americano de Partidos Políticos.
  - Participação na conferência magistral para o painel "OEA: Presente e Futuro do Hemisfério".
- Santiago, Chile, 11-12
- Posse presidencial no Chile.
- Bruxelas, Bélgica, 27-28
- Conferência: "Promoting Social Cohesion: the EU and Latin-American and Caribbean Experiences".

### Abril

- Belo Horizonte, Brasil, 2-3
- Reunião Anual de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Brasília, Brasil, 4
- Reunião com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Celso Amorim.
  - Reunião com a Ministra de Assuntos da Mulher e Presidente do Comitê Diretor da CIM, Senhora Nilcea Freire.
- São Paulo, Brasil, 5-6
- Foro Econômico Mundial sobre América Latina 2006.
- La Paz/Santa Cruz, Bolívia, 19-21
- Reunião com o Presidente Evo Morales. Ato de assinatura de acordo para a Assembléia Constituinte.

### Maiο

- São José, Costa Rica, 8
- Posse Presidencial da Costa Rica.
- Brasília, Brasil, 21-24
- Conferência Internacional dos Principais Doadores para o Desenvolvimento Econômico e Social do Haiti.

### Junho

- São Domingos, República Dominicana, 4-6
- Assembléia Geral da OEA.

Estocolmo, Suécia, 13

- Convite-Reunião com o Diretor Geral da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI).

Saint Kitts e Nevis, 20-22

- Visita a Saint Kitts e Nevis. Conferência do 25º Aniversário da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).

## **Julho**

Quito, Equador, 10-11

- Participação como conferencista no evento “Agenda Internacional da América Latina em 2020”, evento que se enquadra no processo de elaboração do Plano Nacional de Política Exterior impulsionado pelo Chanceler Francisco Carrión Mena.

Medellín, Colômbia, 12

- Visita Oficial à Prefeitura de Medellín – Reunião com Prefeito Sergio Fajardo Valderrama.
- Encontro com Programa Paz e Reconciliação.
- Reunião com representantes de diversos setores da cidade.

Bogotá, Colômbia, 13

- Visita Oficial, Reunião com a Missão de Apoio ao Programa de Paz, MAPP/OEA.

Cartagena, Colômbia, 14

- Seminário “Transparência contra a Corrupção”, organizado pela Controladoria Geral da República.
- Condecoração “Alberto Leras Camargo” à OEA.

Madri, Espanha, 16-17

- Participação no “Encontro Ibero-americano sobre Migração e Desenvolvimento”, organizado pela Secretaria-Geral Ibero-americana.
- Reunião com o Vice-Ministro das Relações Exteriores da Itália, Donato Di Santo.
- Visita ao Rei da Espanha.

Lima, Peru, 27-28

- Visita Oficial e Posse Presidencial do Peru

## **Agosto**

Buenos Aires, Argentina, 4

- Reunião do Mecanismo "2x7 Sobre Haiti".

Bogotá, Colômbia, 7-8

- Posse do Presidente Uribe.

Cidade do México, México, 28-29

- Abertura Modelo de ONU do Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAMMUN).
- Abertura e classe magistral em seminário “Multilateralismo: Desafios do México na ONU e a OEA”

### **Setembro**

Nova York, Estados Unidos de América, 20-22

- Assembléia Geral da ONU.

Manágua, Nicarágua, 29 set. - 1 out.

- VII Conferência de Ministros da Defesa das Américas.

### **Outubro**

Nova York, Estados Unidos da América, 16

- Palestra na Instituição Financeira Merrill Lynch.

Austin, Texas, Estados Unidos da América, 23

- Convite da Universidade de St. Edwards - Série de Conferências: “O Papel das Organizações Regionais com a ONU”.

Caracas, Venezuela, 24-26

- Missão Oficial Pré-eleitoral.

Michigan, Estados Unidos da América, 29

- Convite da Universidade de Michigan – Palestra “Os Desafios Reais da América Latina”.

Chicago, Estados Unidos da América, 30-31

- Convite ao “Sixth Annual Augustin S. Hart Lecture on Latin American Affairs” – The Chicago Council on Foreign Relations.

### **Novembro**

Montevideú, Uruguai, 3-5

- XVI Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado.

Santiago, Chile, 6-9

- Abertura Primeiro Encontro Ibero-americano de Ministros Públicos e Polícias - Uma aliança a Serviço da Justiça: Desafios Compartilhados.

San Salvador, El Salvador, 13

- Reunião da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

Cidade da Guatemala, Guatemala, 14-15

- XII Conferência Internacional sobre Anticorrupção e Transparência.



Madri, Espanha, 27-30

- Entrevista com o ministro da Defesa da Espanha, Senhor José Antonio Alonso.
- Conferência Internacional de Principais Doadores para o Desenvolvimento Econômico e Social do Haiti.

## **Dezembro**

Cidade do México, México, 1-3

- Posse Presidencial do México.

Miami, Flórida, Estados Unidos da América, 4

- XXX Conferência Anual de Miami sobre o Caribe e a América Central.

São Paulo, Brasil, 8

- XXII Período Ordinário de Sessões do Parlamento Latino-Americano.

Cochabamba, Bolívia, 9

- II Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações.

## Atividades do Secretário-Geral Adjunto fora da Sede

### Março

Bridgetown, Barbados, 2

- Visita oficial.

Isla Margarita, Venezuela 15

- Primeira Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas.

Brasília, Brasil, 19-22

- Grupo de Trabalho encarregado de elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
- Sétima Reunião de Negociações para a Busca de Consenso.

Nova York, Estados Unidos da América, 27

- Reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Haiti.

### Abril

Santa Lúcia, Trinidad y Tobago, Suriname, Guiana, 6-11

- Visita oficial.

### Junho

São Domingos, República Dominicana, 1-6

- Assembléia Geral da OEA.

Saint Kitts e Nevis, 20-22

- Visita a Saint Kitts e Nevis. Conferência 25º Aniversário da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).

Beijing, Shanghai & Chung Qing, China, 25

- Missão à China.

### Julho

Saint Kitts e Nevis, Suriname, 2

- Reunião da CARICOM, Saint Kitts e Nevis.
- Visita ao Suriname.

Port-au-Prince, Haiti, 12-13

- Foro de Reconexão da Diáspora Haitiana.

Port-au-Prince, Haiti, 25

- Conferência Internacional de Doadores para o Desenvolvimento Econômico e Social do Haiti.

### Agosto

Georgetown, Guiana, 2-8

- Missão de Observação Eleitoral na Guiana.

### Setembro

Belmopan, Belize, 19-22

- Celebração do 25º Aniversário da Independência.

Port-au-Prince, Haiti, 25-26

- Visita ao Haiti.

### **Outubro**

Nassau, Bahamas, 3-5

- Sexta Semana Caribenha de Agricultura, IICA.

Nova York, Estados Unidos da América 5-7

- Reunião em Nova York com Ângela Kaine.

Cidade do Panamá, Panamá, 18-23

- Preparação da Assembléia Geral da OEA e Referendo.

Paramaribo, Suriname, 24-30

- Visita oficial.

Antígua e Barbuda, 30

- Visita oficial e 25º Aniversário da Independência.

### **Novembro**

Kingston, Jamaica, 7-8

- Congresso Mundial de Cônsules, Fórum Mundial de Comércio – Desenvolvimento sustentável por meio do comércio.

Nova York, Estados Unidos da América, 10

- Grupo Internacional pelos Direitos das Minorias, Seminário - Direitos das minorias e prevenção de conflitos.

Montreal, Canadá, 13-15

- Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura.

Ottawa, Canadá, 15-18

- Visita oficial.

Port-au-Prince, Haiti, e São Domingos, República Dominicana, 19-21

- Visita do Grupo de Trabalho sobre o Haiti e visita a São Domingos.

Paramaribo, Suriname, 24-29

- Celebração da independência do Suriname.
- Abertura do Centro de Referência sobre Comércio.
- Abertura do Workshop de Capacitação Jovens e Democracia.

La Paz e Santa Cruz, Bolívia, 27 nov.- 1 dez.

- Visita oficial e reunião da CICAD.

### **Dezembro**

Miami, Flórida, Estados Unidos da América, 5-7

- Ação Centro-Americana Caribenha (CAA) Trigesima Conferência Anual de Miami sobre a Bacia do Caribe e Miami – Conferência sobre marketing e estratégias para turismo.

## **ANEXOS**

## **Anexo A: Conselhos, Comissões e Comitês Interamericanos**

### **CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CIDI)**

Presidente da Décima Primeira Reunião Ordinária: Embaixador Gordon V. Shirley (Jamaica)  
Vice-Presidente da Décima Primeira Reunião Ordinária: Margarita Riva-Geoghegan (Estados Unidos)

### **COMISSÃO EXECUTIVA PERMANENTE DO CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CEPCIDI)**

Presidente: Embaixador Ellsworth I.A. John (São Vicente e Granadinas)  
Vice-Presidente: Carmen Luisa Velásquez de Visbal (Venezuela)

### **COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA**

Jean-Paul Hubert – Presidente (Canadá)  
Jaime Aparicio Otero – Vice-Presidente (Bolívia)  
Mauricio Herdocia Sacasa – Nicarágua  
Eduardo Vío Grossi – Chile  
Galo Leoro Franco – Equador  
Antonio Fidel Pérez – Estados Unidos  
Ana Elizabeth Villalta Vizcarra – El Salvador  
Freddy Castillo Castellanos \* - Venezuela  
Hyacinth Evadne Lindsay – Jamaica  
Jorge Palacios Treviño – México  
Ricardo Antonio Silva Seitenfus – Brasil

### **CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

Presidente: Sergio García Ramírez (México)  
Vice-Presidente: Alirio Abreu Burelli (Venezuela)  
Oliver Jackman (Barbados)  
Antônio Augusto Cançado Trindade (Brasil)  
Cecilia Medina Quiroga (Chile)  
Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica)  
Diego García-Sayán (Peru)

### **COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

Evelio Fernández Arévalos (Paraguai)  
Paulo Sérgio Pinheiro (Brasil)  
Florentín Meléndez (El Salvador)  
Clare Kamau Roberts (Antígua e Barbuda)  
Freddy Gutiérrez Trejo (Venezuela)  
Paolo G. Carozza (Estados Unidos)  
Víctor E. Abramovich (Argentina)

### **TRIBUNAL ADMINISTRATIVO**

Presidente: Albert Matthew (Dominica)  
Vice-Presidente: Alma Montenegro de Fletcher (Panamá)

Lionel Alain Dupuis (Canadá)  
André Surena (Estados Unidos)  
Héctor Enrique Arce Zaconeta (Bolívia)  
Agustín Gordillo (Argentina)

### **COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES**

Presidente: Jacqui Quinn Leandro (Antígua e Barbuda)  
Vice-Presidente: Marta Lucia Vazquez Zawadzky (Colômbia)

Nilcéa Freire (Brasil)  
Maria Gabriela Núñez Pérez (Guatemala)  
Marie Laurence Jocelyn Lassegue (Haiti)  
Virginia Borra Toleda (Peru)  
Carmen Berramendi (Uruguai)

### **COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES**

Presidente da COM/CITEL: Pedro Pablo Quirós Cortés (Costa Rica)  
Presidente Suplente da COM/CITEL: Claudio Bermúdez Aquart (Costa Rica)  
Vice-Presidente da COM/CITEL: Carlos A. Merchán Escalante (México)  
Presidente da CCP.I: Carlos Lisandro Salas (Argentina)  
Presidente Suplente da CCP.I: Sergio Scarabino (Argentina)  
Presidente da CCP.II: Jesse Chacon (Venezuela)  
Presidente Suplente da CCP.II: Mikhail Marsiglia (Venezuela)

### **COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS**

Presidente: Embaixador Mauricio Dorfler Ocampo (Bolívia)  
Vice-Presidente: General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa (Brasil)

## **Anexo B: Conferências e Reuniões da Organização dos Estados Americanos**

**(No período de 1º de março de 2006 a 30 de dezembro de 2006)**

1º-3 março	Washington, D.C.	Quarta Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético (CICAD)
14-17 março	Isla Margarita, Venezuela	Combate ao Delito do Tráfico de Pessoas, especialmente de Mulheres, Adolescentes e Crianças
15 março	Washington, D.C.	Trigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral (OCR)
16-22 março	México, D.F., México	Quarto Fórum Mundial da Água (ODSMA)
17-26 março	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Peritos Governamentais do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM) - (CICAD)
20-31 março	Washington, D.C.	Sexagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana (DASJ)
21-25 março	Brasília, Brasil	Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Sétima Reunião de Negociação para a Busca de Consenso)
22-24 março	Washington, D.C.	Reunião dos Subgrupos de Análise da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
22-24 março	Bogotá, Colômbia	Sexto Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
27 março-1º abril	Washington, D.C.	Nona Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
28 março	Washington, D.C.	Reunião Extraordinária da Comissão Interamericana de Cultura (CIC)
30 março	Washington, D.C.	Reunião Ordinária da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD)
3-7 abril	Rio de Janeiro, Brasil	Reunião do Grupo de Peritos sobre o Narcotráfico Marítimo (CICAD)
4-7 abril	Cidade do Panamá, Panamá	Conferência Ministerial sobre Cooperação Internacional contra o Terrorismo e o Crime Organizado Transnacional (CICTE)
5-6 abril	Port-of-Spain, Trinidad e Tobago	Reunião do Grupo de Trabalho de Peritos em Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal (DAJI)

6 abril	Washington, D.C.	Sétima Reunião Ordinária da Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA)
17 abril	Washington, D.C.	Quadragésima Quarta Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
18-19 abril	Kingston, Jamaica	<i>Workshop</i> sobre Gestão do Risco de Desastres Naturais, relacionado com a Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável (DDS)
24-26 abril	São Domingos, República Dominicana	Sexta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas – REMJA-VI
24-26 abril	Buenos Aires, Argentina	Seminário sobre Indicadores Preventivos de Atividade Terrorista (CICTE)
24-28 abril	Miami, Flórida	<i>Workshop</i> sobre Segurança e Delito Cibernético (CICTE)
25-27 abril	São Domingos, República Dominicana	Seminário sobre a Participação da Mulher no Setor Portuário (SCIP)
27 abril-16 maio	Washington, D.C.	Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
2-3 maio	Washington, D.C.	Sessão Especial da Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA (CISC)
8-12 maio	Cartagena das Índias, Colômbia	Seminário para Promotores sobre Terrorismo e Direitos Humanos (CICTE)
15-16 maio	Washington, D.C.	Terceira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
15 maio	Washington, D.C.	Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)
17-19 maio	Puerto Bahía de Algeciras, Espanha	Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Interamericana de Portos (SCIP)
19-27 maio	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Peritos sobre o Controle da Lavagem de Dinheiro (CICAD)
23-26 maio	São Domingos, República Dominicana	Oitava Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEL)
4-6 junho	São Domingos, República Dominicana	Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (OCR)
5 junho	São Domingos, República Dominicana	Quadragésima Quinta Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)



12-16 junho	Washington, D.C.	Reunião do Projeto da Rede Interamericana de Biodiversidade (DDS)
12-16 junho	Guatemala	Seminário sobre segurança portuária e o setor privado com ênfase na experiência colombiana. Destinado a funcionários e representantes do setor privado da América Central. Organizado com a NAS Colômbia (CICAD)
19-23 junho	Montevideú, Uruguai	Seminário Regional CICAD/BASC sobre Segurança Portuária (CICAD)
20-23 junho	Lima, Peru	Sétima Reunião da Comissão de Consulta Permanente II: Radiocomunicações e Radiodifusão (CITEL)
26-27 junho (provisória)	Suíça, Genebra	Reunião Internacional dos Estados Partes na Convenção de Ottawa (OAHM)
26-28 junho	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho da CICAD sobre Avaliação de Projetos de Prevenção do Uso Indevido de Drogas (CICAD)
26-30 junho	Guayaquil, Equador	Oitava Reunião do Comitê Executivo da Comissão Interamericana de Portos (SCIP)
27 junho	Washington, D.C.	Reunião de Planejamento das Autoridades da Comissão Interamericana de Cultura (DECCT)
28-30 junho	Washington, D.C.	<i>Workshop</i> de Formulação de Projetos (DPCE)
10-12 julho	San José, Costa Rica	Décima Primeira Reunião da Comissão de Coordenação da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
10-12 julho	San José, Costa Rica	Décima Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado de Preparar Conferências (CITEL)
11-12 julho	Montego Bay, Jamaica	<i>Workshop</i> de Treinamento para as Entidades Nacionais de Coordenação (ENC) do Caribe sobre o Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM) – (CICAD)
17-19 julho	San Salvador, El Salvador	<i>Workshop</i> de Treinamento para as Entidades Nacionais de Coordenação (ENC) da América Central sobre o Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM) – (CICAD)
24-25 julho	Washington, D.C.	Reunião da Comissão de Peritas do MESECVI (CIM)
24-28 julho	Buenos Aires, Argentina	ERCAIAD - Curso sobre Controle de Produtos Químicos (CICAD)
26-28 julho	Cidade da Guatemala, Guatemala	Segundo Congresso Marítimo Portuário Regional (CIP)
26-28 julho	Washington, D.C.	<i>Workshop</i> de Formulação de Projetos (DPCE)
27-28 julho	Bogotá, Colômbia	<i>Workshop</i> de Treinamento para as Entidades Nacionais de Coordenação (ECN) da América do Sul sobre o

		Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM) - (CICAD)
2-4 agosto	Washington, D.C.	Quinquagésimo Quarto Período Ordinário de Sessões do Tribunal Administrativo (TRIBAD)
7-11 agosto	Nicarágua	Seminário sobre Investigação de Contêineres para Funcionários (CICAD)
14 agosto	A decidir	Quarto Instituto de Liderança para Programas Acadêmicos de Enfermagem e o Fenômeno das Drogas na América Latina (CICAD)
16 agosto	Washington, D.C.	Reunião de Planejamento das Autoridades da CIC (DECCT)
17-18 agosto	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Terceira Reunião Ministerial de Cultura (DECCT)
21-23 agosto	Buenos Aires, Argentina	Reunião do Grupo de Peritos sobre Substâncias Químicas (CICAD)
23-25 agosto	Buenos Aires, Argentina	Reunião do Grupo de Peritos em Produtos Farmacêuticos (CICAD)
12 setembro	Washington, D.C.	Quadragesima Sexta Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) – (DCA)
12-15 setembro	Buenos Aires, Argentina	Nona Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEL)
17-22 setembro	Antígua, Guatemala	Segundo Curso de Treinamento em Gênero, Conflito e Construção da Paz (CIM)
17 setembro- 13 outubro	Santander, Espanha	Curso Ibero-Americano sobre Tecnologia, Operações e Gestão Ambiental Portuária (CIP)
18-22 setembro	Genebra, Suíça	Sétima Reunião dos Estados Partes na Convenção de Ottawa (OAHM)
19 setembro	Washington, D.C.	<i>Workshop</i> sobre Incorporação da Perspectiva de Gênero (DPD)
22 setembro	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Segunda Reunião da Conferência dos Estados Partes no MESICIC
1º-28 outubro	Madri, Espanha	Décimo Primeiro Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária em Portos do Estado (CIP)
9-13 outubro	Cartagena das Índias, Colômbia	Reunião dos Observatórios Ibero-Americanos (CICAD)
11-12 outubro	Washington, D.C.	Segunda Reunião do Grupo de Peritos CIFTA-CICAD (DSP)
16 outubro	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Segunda Reunião da Conferência dos Estados Partes no MESICIC (DAJI)
16-27 outubro	Washington, D.C.	Centésimo Vigésimo Sexto Período Ordinário de

		Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
17-20 outubro	San Salvador, El Salvador	Oitava Reunião da Comissão de Consulta Permanente II: Radiocomunicações e Radiodifusão (CITEL)
20-23 outubro	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
23-24 outubro	Puerto la Cruz, Venezuela	Primeira Reunião Extraordinária do Comitê Executivo da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
23-27 outubro	Santiago, Chile	ERCAIAD - Curso Especializado em Inteligência Operacional (CICAD)
26-27 outubro	Washington, D.C.	Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Educação (CIE) – (DECCT)
25-27 outubro	Puerto la Cruz, Venezuela	Segunda Conferência Hemisférica sobre Segurança Portuária (CIP)
27 outubro	Washington, D.C.	Primeira Reunião Preparatória do Sétimo Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
5-24 novembro	Antalia, Turquia	Décima Segunda Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado de Preparar Conferências (GTPC) – (CITEL)
7-8 novembro	Montevideú, Uruguai	Octogésima Primeira Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN)
7-13 novembro	São Domingos, República Dominicana	Décimo Primeiro Congresso sobre Transporte Marítimo, Segurança, Portos e Arbitragem - Instituto Ibero-Americano de Direito Marítimo (CIP)
9 novembro	Washington, D.C.	Consulta com o Setor Privado no Processo Preparatório da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável (SEDI)
10 novembro	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do CIDI (DDS)
13-15 novembro	Montreal, Québec, Canadá	Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura no âmbito do CIDI - (DECCT)
13-15 novembro	San Salvador, El Salvador	Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
16 novembro	Washington, D.C.	Governabilidade Indígena e Conservação dos Bosques Úmidos Tropicais (SEDI/DDS)
20 novembro	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Primeira Reunião

		Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do CIDI (DDS)
20-21 novembro	Washington, D.C.	Segunda Reunião da Conferência dos Estados Partes no MESICIC (DAJI)
21 novembro	Washington, D.C.	Reunião Ordinária da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (SEDI)
29 novembro	Washington, D.C.	Segundo Fórum sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança (SCP)
29 novembro- 1º dezembro	Washington, D.C.	Sexagésimo Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
29 novembro- 2 dezembro	Washington, D.C.	Vigésima Quinta Assembléia Modelo da OEA para Estudantes (MOAS)
4-5 dezembro	Santa Cruz de la Sierra, Bolívia	Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do CIDI (DDS)
4-8 dezembro	Washington, D.C.	Conclave dos Povos Indígenas das Américas (SCP)
4-8 dezembro	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Oitava Reunião de Negociação para a Busca de Consenso) - (SCP)
5-8 dezembro	San José, Costa Rica	Décima Oitava Reunião da Comissão Diretora Permanente COM/CITEL (CITEL)
6-8 dezembro	Washington, D.C.	Reunião dos Subgrupos de Análise da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) – (DAJI)
11 dezembro	Washington, D.C.	Combate à Proliferação de Armas Nucleares, Químicas e Biológicas, seus Sistemas Vetores e Materiais Correlatos (SCP)
11-16 dezembro	Washington, D.C.	Décima Reunião de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) – (DAJI)
15 dezembro	Washington, D.C.	Segunda Reunião Preparatória do Sétimo Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)

## **Anexo C: Tratados e Convenções Interamericanas**

Em 21 de dezembro de 2006, o Equador depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior.

Em 14 de dezembro de 2006, o Brasil depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais.

Em 14 de dezembro de 2006, a Bolívia depositou o instrumento de adesão à Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 12 de dezembro de 2006, a Argentina assinou o Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte.

Em 12 de dezembro de 2006, a Argentina depositou o instrumento de adesão à Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 21 de novembro de 2006, a Bolívia depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

Em 21 de novembro de 2006, o Paraguai depositou o instrumento de adesão ao Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador.

Em 21 de novembro de 2006, o Paraguai depositou o instrumento de ratificação da Convenção sobre Defesa do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico das Nações Americanas (Pacto de San Salvador).

Em 21 de novembro de 2006, o Panamá assinou a reserva de ratificação do Protocolo de Modificações ao Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador.

Em 10 de novembro de 2006, Honduras depositou o instrumento de adesão ao Protocolo Facultativo Relativo à Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 10 de novembro de 2006, Honduras depositou o instrumento de adesão à Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 5 de outubro de 2006, a Bolívia depositou o instrumento de ratificação ao Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "Protocolo de San Salvador".

Em 28 de setembro de 2006, a Venezuela depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Em 26 de setembro de 2006, a Bolívia depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias.

Em 15 de setembro de 2006, a Costa Rica depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo com declarações interpretativas.

Em 7 de setembro de 2006, o México informou a mudança de endereço da autoridade central designada em conformidade com o artigo 3 da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 10 de agosto de 2006, a República Dominicana depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em 27 de julho de 2006, o Equador depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em 27 de julho de 2006, o Equador depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas.

Em 21 de junho de 2006, a Costa Rica designou a Procuradoria da Ética Pública como autoridade central, de acordo com o artigo XVIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção para os propósitos de assistência e cooperação internacional dispostos no Tratado.

Em 8 de junho de 2006, o Equador depositou o instrumento de ratificação da Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional.

Em 26 de maio de 2006, Grenada depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em 1º de março de 2006, a Guatemala depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo com declaração.

Em 1º de março de 2006, a Guatemala designou como autoridade central para a execução de ações e obrigações decorrentes da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior a Corte Suprema de Justiça da República da Guatemala.

Em 1º de março de 2006, a Guatemala depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior com declarações.

Em 21 de abril de 2006, o Brasil designou como autoridade central o Ministério da Justiça para a assistência e cooperação internacional nos termos do artigo XVIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em 28 de fevereiro de 2006, a Guiana assinou a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 27 de fevereiro de 2006, o Peru comunicou à Secretaria-Geral da OEA a retirada das reservas formuladas aos artigos V, XXXIII, XXXIV, XXXV e XLV do Tratado Americano de Soluções Pacíficas, “Pacto de Bogotá”.

Em 6 de fevereiro de 2006, a Nicarágua encaminhou à Secretaria-Geral nota mediante a qual reconhece a competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para receber e examinar as comunicações em que um Estado Parte alegue que outro Estado Parte incorreu em violações dos direitos humanos dispostos na Convenção.

Em 30 de janeiro de 2006, o Chile depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais.

## Anexo D: Recursos Humanos

Os quadros a seguir apresentam informações sobre o pessoal da Secretaria-Geral de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006. Os funcionários são classificados segundo o tipo de nomeação; o fundo que os financia; categoria e nacionalidade; tempo de serviço; o nível do cargo que ocupam; o sexo; o lugar de serviço; e conforme pertençam ou não ao serviço de carreira.

### QUADRO 1

#### DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO E FUNDO 1o DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (Inclui todas as fontes de financiamento)

	Serviço de carreira	Contrato contínuo	Longo prazo	Curto prazo	Outro tipo de nomeação	Total
Fundo Ordinário <sup>a/</sup>	139 <sup>a/</sup>	40 <sup>b/</sup>	213 <sup>c/</sup>	117	0	509
Outros	3	1	47	68	43	162
<b>TOTAL</b>	142	41	260	185	43*	671

a/ Inclui três pessoas em cargos de confiança, membros do serviço de carreira.

b/ Inclui uma pessoa em cargo de confiança.

c/ Inclui pessoas em cargo de confiança.

\* Inclui associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores especiais.

### QUADRO 2

#### VARIAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR FUNDO 31 DE DEZEMBRO DE 2005 A 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (Inclui todas as fontes de financiamento)

	Dezembro 2005	Dezembro 2006	Variação	
			Número	%
Fundo Ordinário	482	509	27	5.6
Outros	123	162	39	24.1
<b>TOTAL</b>	605	671*	66	10.9

\* Inclui associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores especiais.

**QUADRO 3**  
**VARIAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2005 A 31 DE DEZEMBRO DE 2006**  
(Inclui todas as fontes de financiamento)

Tipo de nomeação	Dezembro 2005	Dezembro 2006	Variação	
			Número	%
Serviço de carreira	169	139	30	-17.6
Serviço de carreira em cargos de confiança	5	3	- 2	- 40.0
Contrato contínuo	44	41	-3	-6.8
Pessoal de confiança não pertencente ao serviço de carreira	43	55	12	27.9
Longo prazo	220	205	- 15	- 6.8
Curto prazo	111	185	74	66.7
Outro tipo de nomeação*	13	43	30	230.8
<b>TOTAL</b>	<b>605</b>	<b>671</b>	<b>66</b>	<b>10.9</b>

\* Inclui associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores locais.



QUADRO 4

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE  
(Inclui todas as fontes de financiamento)

Países	31 de dezembro de 2005			31 de dezembro de 2006		
	Profissionais	Serviços gerais	Total	Profissionais	Serviços gerais	Total
Antígua e Barbuda	1	2	3	2	2	4
Argentina	29	5	34	37	9	46
Bahamas	-	1	1	-	2	2
Barbados	5	3	8	4	3	7
Belize	1	1	2	-	1	1
Bolívia	8	10	18	14	10	24
Brasil	15	6	21	15	6	21
Canadá	16	-	16	17	-	17
Chile	21	11	32	23	12	35
Colômbia	33	20	53	38	18	56
Costa Rica	5	3	8	3	4	7
Cuba	-	-	-	-	-	-
Dominica	1	3	4	1	2	3
El Salvador	3	15	18	4	14	18
Equador	4	11	15	8	11	19
Estados Unidos	92	43	135	94	49	143
Grenada	3	2	5	3	2	5
Guatemala	5	10	15	8	9	17
Guiana	1	1	2	2	1	3
Haiti	2	3	5	3	3	6
Honduras	2	1	3	2	2	4
Jamaica	4	3	7	4	3	7
México	13	3	16	16	5	21
Nicarágua	2	7	9	5	7	12
Panamá	6	2	8	6	1	7
Paraguai	5	1	6	6	1	7
Peru	22	27	49	28	28	56
República Dominicana	2	5	7	3	5	8
Saint Kitts e Nevis	3	2	5	3	2	5
Santa Lúcia	2	2	4	3	2	5
São Vicente e Granadinas	3	3	6	4	3	7
Suriname	4	2	6	4	2	6
Trinidad e Tobago	11	4	15	12	5	17
Uruguai	23	10	33	22	11	33
Venezuela	21	10	31	24	8	32
Países não-membros da OEA	3	-	3	10	-	10
<b>TOTAL</b>	<b>373</b>	<b>232</b>	<b>605</b>	<b>428</b>	<b>373</b>	<b>671*</b>

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

## QUADRO 5

### DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006 POR ANOS DE SERVIÇO (Inclui todas as fontes de financiamento)

Anos de serviço	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Porcentagem de pessoal do serviço de carreira
Menos de 3	0	228	228	0
3 até menos de 5	0	61	61	0
5 até menos de 10	0	133	133	0
10 até menos de 15	3	89	92	3
15 até menos de 25	68	18	86	79
25 e mais	71	-	71	100
<b>TOTAL</b>	142	529	671*	21

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

QUADRO 6

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL  
1o DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
POR NACIONALIDADE

(Pessoal do serviço de carreira versus pessoal não pertencente ao serviço de carreira)  
(Inclui todas as fontes de financiamento)

País	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Porcentagem do pessoal do serviço de carreira
Antígua e Barbuda	0	4	4	0
Argentina	6	40	46	13
Bahamas	0	2	2	0
Barbados	2	5	7	29
Belize	0	1	1	0
Bolívia	8	16	24	33
Brasil	5	16	21	24
Canadá	0	17	17	0
Chile	5	30	35	14
Colômbia	6	50	56	11
Costa Rica	1	6	7	14
Dominica	0	3	3	0
El Salvador	7	11	18	39
Equador	8	11	19	42
Estados Unidos	38	105	143	27
Grenada	0	5	5	0
Guatemala	6	11	17	35
Guiana	0	3	3	0
Haiti	1	5	6	17
Honduras	1	3	4	25
Jamaica	3	4	7	43
México	5	16	21	23
Nicarágua	3	9	12	25
Panamá	3	4	7	43
Paraguai	1	6	7	14
Peru	14	42	56	25
República Dominicana	2	6	8	25
Saint Kitts e Nevis	1	4	5	20
Santa Lúcia	1	4	5	20
São Vicente e Granadinas	1	6	7	14
Suriname	1	5	6	17
Trinidad e Tobago	1	16	17	6
Uruguai	11	22	33	33
Venezuela	1	31	32	3
Países não-membros da OEA	0	10	10	0
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>529</b>	<b>671*</b>	<b>21</b>

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

**QUADRO 7**

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL  
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
POR NÍVEL  
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

<b>Nível do funcionário</b>	<b>Pessoal do serviço de carreira</b>	<b>Pessoal não pertencente ao serviço de carreira</b>	<b>Total do pessoal</b>	<b>Porcentagem do pessoal do serviço de carreira</b>
Cargos não classificados*	0	2	2	0
D-1	0	14	14	0
P-5	25	57	82	30
P-4	15	62	77	19
P-3	15	74	89	17
P-2	16	78	94	17
P-1	2	58	60	3
G-7	2	5	7	29
G-6	32	50	82	39
G-5	19	52	71	27
G-4	7	36	43	16
G-3	8	24	32	25
G-2	1	3	4	25
G-1	0	2	2	0
<i>Outros cargos**</i>	0	12	12	0
<b>TOTAL</b>	142	529	671	21

\* *Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto.*

\*\* *Associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.*

### QUADRO 8

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL  
1o DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
(HOMENS-MULHERES)  
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

<b>Sexo</b>	<b>Pessoal do serviço de carreira</b>	<b>Pessoal não pertencente ao serviço de carreira</b>	<b>Total do pessoal</b>	<b>Porcentagem do pessoal do serviço de carreira</b>
Mulheres	79	282	361	22
Homens	63	247	310	20
<b>TOTAL</b>	142	529	671*	21

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

### QUADRO 9

**COMPOSIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL  
1o DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
POR LUGAR DE DESTINO  
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

<b>Lugar de destino</b>	<b>Pessoal do serviço de carreira</b>	<b>Pessoal não pertencente ao serviço de carreira</b>	<b>Total do pessoal</b>	<b>Porcentagem do pessoal do serviço de carreira</b>
Sede	120	421	541	22
Fora da sede	22	108	130	17
<b>Total</b>	142	529	671*	21

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

**QUADRO 10**

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE**  
(Inclui todas as fontes de financiamento)

País	Dezembro 2005			Dezembro 2006		
	Serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total	serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total
Antígua e Barbuda	0	3	3	0	4	4
Argentina	10	24	34	6	40	46
Bahamas	0	1	1	0	2	2
Barbados	2	6	8	2	5	7
Belize	0	2	2	0	1	1
Bolívia	9	9	18	8	16	24
Brasil	6	15	21	5	16	21
Canadá	0	16	16	0	17	17
Chile	7	25	32	5	30	35
Colômbia	10	43	53	6	50	56
Costa Rica	2	6	8	1	6	7
Dominica	0	4	4	0	3	3
El Salvador	8	10	18	7	11	18
Equador	9	6	15	8	11	19
Estados Unidos	39	97	136	38	105	143
Grenada	0	5	5	0	5	5
Guatemala	7	8	15	6	11	17
Guiana	0	2	2	0	3	3
Haiti	1	4	5	1	5	6
Honduras	1	2	3	1	3	4
Jamaica	3	4	7	3	4	7
México	5	11	16	5	16	21
Nicarágua	4	5	9	3	9	12
Panamá	3	6	9	3	4	7
Paraguai	1	5	6	1	6	7
Peru	15	34	49	14	42	56
República Dominicana	3	4	7	2	6	8
Saint Kitts e Nevis	1	4	5	1	4	5
Santa Lúcia	1	3	4	1	4	5
São Vicente e Granadinas	1	5	6	1	6	7
Suriname	1	5	6	1	5	6
Trinidad e Tobago	1	14	15	1	16	17
Uruguai	16	17	33	11	22	33
Venezuela	3	28	31	1	31	32
Países não-membros da OEA	0	3	3	0	10	10
<b>TOTAL</b>	<b>165</b>	<b>440</b>	<b>605*</b>	<b>142</b>	<b>529</b>	<b>671*</b>

Categoria	Dezembro 2004	Dezembro 2005	Variação	
			Absoluta	%
Profissionais	373	428	55	15
Serviços gerais	232	243	11	5
<b>TOTAL</b>	605	671*	66	11

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

## Anexo E: Demonstrativo Financeiro da OEA

### QUADRO 1 DEMONSTRATIVO COMBINADO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS Em 31 de dezembro de 2006 (US\$1.000)

	Fundo Regular	FEMCIDI	Fundos Específicos	Fundo de Serviços	Combinado 2006	Combinado 2005
<b>Ativos</b>						
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da OEA	\$ 16.706	\$ 11.328	\$ 80.275	\$ 11.580	\$ 119.889	\$ 104.249
Valor atual de anuidades da OEA	6.893	-	-	-	6.93	7.201
Adiantamentos a funcionários e contas a receber	468	28	268	17	781	4.970
Investimento em fundo de ativos fixos	57.816	-	-	12	57.828	59.282
<b>Total de ativos</b>	<u>\$ 81.883</u>	<u>\$ 11.356</u>	<u>\$ 80.543</u>	<u>\$ 11.609</u>	<u>\$ 185.391</u>	<u>\$ 175.702</u>
<b>Passivos e saldos de fundos</b>						
Obrigações a liquidar	\$ 1.792	\$ 17	\$ 11.199	\$ 4.189	\$ 17.197	\$ 19.385
Cotas / oferecimentos arrecadados antecipadamente	-	246	-	-	246	120
Dotações a debitar em anos futuros	6.893	-	-	-	6.893	7.201
Reembolso de impostos a pagar em anos futuros	1.566	78	3.906	1.217	6.768	8.992
Contas a pagar e outros passivos	-	-	-	2.810	2.810	-
Dívida hipotecária	23.890	-	-	-	23.890	24.235
<b>Total de passivos</b>	<u>34.141</u>	<u>341</u>	<u>15.105</u>	<u>8.216</u>	<u>57.803</u>	<u>59.933</u>
<b>Saldos de fundos</b>						
Reserva para bolsas de estudo	3.000	-	-	-	3.000	1.552
Subfundo de reserva	10.816	236	-	-	11.052	8.646
Saldo do fundo	-	-	65.438	3.300	68.738	51.653
Fundo de reembolso de impostos	-	-	-	-	-	(4.353)
Fundo de operações não destinado	-	10.779	-	93	10.872	23.236
<b>Total de saldos de fundos</b>	<u>13.816</u>	<u>11.015</u>	<u>65.438</u>	<u>3.393</u>	<u>93.662</u>	<u>80.734</u>
Patrimônio em ativos fixos	33.926	-	-	-	33.926	35.035
<b>Total passivos e saldos de fundos</b>	<u>\$ 81.883</u>	<u>\$ 11.356</u>	<u>\$ 80.43</u>	<u>\$ 11.609</u>	<u>\$ 185.391</u>	<u>\$ 175.702</u>



## QUADRO 2

### DEMONSTRATIVO COMBINADO DE VARIAÇÃO NOS SALDOS DE FUNDOS Referente ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2006 (US\$1.000)

	Fundo Regular	FEMCIDI	Fundos Específicos	Fundos de Serviços	Combinado 2006	Combinado 2005
<b>Aumentos</b>						
Arrecadação de cotas/oferecimentos	\$ 79.855	\$ 1.121	\$ -	\$ -	\$80.976	\$ 77.548
Menos crédito por pagamento imediato	(226)	-	-	-	(226)	(309)
Contribuições	-	-	65.246	1.750	66.468 <sup>(D)</sup>	65.770
Contribuições para reembolso de impostos	-	-	-	11.295	11.295	9.205
Transferências	-	5.007	-	5.917	741 <sup>(D)</sup>	1.322
Juros	522	337	1.450	1.428	3.737	3.447
Contribuições para apoio administrativo e técnico	214	-	-	-	- <sup>(D)</sup>	-
Apoio administrativo fundos específicos	700	-	-	-	- <sup>(D)</sup>	-
Aluguéis	500	-	-	-	500	500
Assinaturas Revista América	279	-	-	-	279	300
Outras receitas e reembolsos	2.131	226	604	3.696	6.657	9.380
<b>Total de aumentos</b>	<u>\$ 83.975</u>	<u>\$ 6.691</u>	<u>\$ 67.300</u>	<u>\$ 24.086</u>	<u>\$ 170.427</u>	<u>\$ 167.163</u>
<b>Reduções</b>						
Despesas e Obrigações	\$ 78.417	\$ 3.415	\$ 57.727	\$ 12.611	\$ 146.349 <sup>(D)</sup>	\$ 162.134
Gastos y Obligaciones Reembolso de Impuestos	-	-	-	6.960	6.960	7.265
Transferências e reembolso a doadores	1.494	446	8.047	59	4.242 <sup>(D)</sup>	5.207
Dotação suplementar	59	-	-	-	59	1.692
Revista <i>América</i>	349	-	-	-	349	332
Apoio administrativo e técnico à SG/OEA	-	248	-	-	248	1.206
<b>Total de reduções</b>	<u>\$ 80.319 <sup>(A)</sup></u>	<u>\$ 4.109</u>	<u>\$ 65.774</u>	<u>\$ 19.630</u>	<u>\$ 158.207</u>	<u>\$ 177.836</u>
<b>Aumento (redução) líquido durante o ano</b>	3.656	2.582	1.526	4.456	12.220	(10.673)
<b>Saldo do fundo no início do ano</b>	10.160	8.433 <sup>(B)</sup>	63.912	(1.063) <sup>(C)</sup>	81.442	91.407
<b>Saldo do fundo ao final do ano</b>	<u>\$ 13.816</u>	<u>\$ 11.015</u>	<u>\$ 65.438</u>	<u>\$ 3.393</u>	<u>\$ 93.662</u>	<u>\$ 80.734</u>

<sup>(A)</sup> Ver especificação representada por capítulo no quadro do Anexo III

<sup>(B)</sup> O saldo reflete os demonstrativos modificados de 2005 (o saldo anterior era \$7.56)

<sup>(C)</sup> O saldo reflete os demonstrativos modificados de 2005 (o saldo anterior era \$118).

<sup>(D)</sup> O total combinado exclui transações internas entre fundos.

### QUADRO 3

#### DETALHAMENTO DE DESPESAS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO ORDINÁRIO POR CAPÍTULO

Referente ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2006  
(US\$1.000)

	2006	2005
Secretário-Geral	7.521	6.441
Secretário-Geral Adjunto	18.664	19.315
Organismos autônomos ou descentralizados	13.042	15.124
Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais	2.124	2.306
Subsecretaria de Segurança Multidimensional	2.536	2.225
Subsecretaria de Assuntos Políticos	3.691	2.719
Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral	7.543	9.284
Subsecretaria de Administração e Finanças	10.237	11.485
Infra-estrutura básica e despesas comuns	13.467	8.297
Atividades extraordinárias (bolsas de estudo)	1.494	-
	<hr/> 80.319 <hr/>	<hr/> 77.196 <hr/>

**Anexo F: Seleção de Bolsistas**

País	Quadro 1: Bolsas de atualização profissional concedidas em 2006						Número total de bolsas
	Programa com Países Observadores		Programa com Estados membros		Financiamento de outras áreas da SG/OEA		
	Presencial	E-bolsas	Presencial	E-bolsas	Presencial	E-bolsas	
<b>Antígua e Barbuda</b>	1	-	1	-	1	1	<b>4</b>
<b>Argentina</b>	5	-	3	-	3	8	<b>19</b>
<b>Bahamas</b>	2	-	1	-	-	-	<b>3</b>
<b>Barbados</b>	1	-	1	-	2	3	<b>7</b>
<b>Belize</b>	2	-	-	-	2	-	<b>4</b>
<b>Bolívia</b>	7	4	2	-	2	5	<b>20</b>
<b>Brasil</b>	-	1	1	-	2	-	<b>4</b>
<b>Canadá</b>	-	-	-	-	2	-	<b>2</b>
<b>Chile</b>	5	4	3	-	2	2	<b>16</b>
<b>Colômbia</b>	7	7	4	-	2	5	<b>25</b>
<b>Costa Rica</b>	7	1	1	-	3	5	<b>17</b>
<b>Dominica</b>	2	-	1	-	-	-	<b>3</b>
<b>El Salvador</b>	7	9	3	-	3	4	<b>26</b>
<b>Equador</b>	9	6	5	-	1	6	<b>27</b>
<b>Estados Unidos</b>	3	-	1	-	-	-	<b>4</b>
<b>Grenada</b>	3	-	1	-	1	-	<b>5</b>
<b>Guatemala</b>	5	7	1	-	1	3	<b>17</b>
<b>Guiana</b>	1	-	-	-	1	1	<b>3</b>
<b>Haiti</b>	2	4	3	-	1	1	<b>11</b>
<b>Honduras</b>	14	8	5	-	5	8	<b>40</b>
<b>Jamaica</b>	4	-	1	-	4	1	<b>10</b>
<b>México</b>	5	-	4	-	3	3	<b>15</b>
<b>Nicarágua</b>	5	8	4	-	4	14	<b>35</b>
<b>Panamá</b>	5	5	6	-	-	6	<b>22</b>
<b>Paraguai</b>	4	7	4	-	4	10	<b>29</b>
<b>Peru</b>	6	7	5	-	1	8	<b>27</b>
<b>República Dominicana</b>	2	-	4	-	-	10	<b>16</b>
<b>Saint Kitts e Nevis</b>	1	-	-	-	1	-	<b>2</b>
<b>Santa Lúcia</b>	1	-	1	-	1	1	<b>4</b>
<b>São Vicente e Granadinas</b>	1	-	1	-	1	1	<b>4</b>
<b>Suriname</b>	-	-	1	-	1	1	<b>3</b>
<b>Trinidad e Tobago</b>	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
<b>Uruguai</b>	8	5	2	-	2	3	<b>20</b>
<b>Venezuela</b>	3	5	4	-	2	4	<b>18</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>129</b>	<b>88</b>	<b>74</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>114</b>	<b>463</b>

**Quadro 2: Cursos *on-line* do Portal de Educação das Américas  
Participantes capacitados em 2006  
(De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006)**

<b>País</b>	<b>Participantes capacitados</b>
Antígua e Barbuda	0
Argentina	116
Bahamas	0
Barbados	0
Belize	0
Bolívia	32
Brasil	364
Canadá	0
Chile	58
Colômbia	74
Costa Rica	105
Cuba (*)	0
Dominica	1
El Salvador	21
Equador	76
Estados Unidos	7
Grenada	0
Guatemala	22
Guiana	0
Haiti	1
Honduras	28
Jamaica	0
México	171
Nicarágua	2
Panamá	20
Paraguai	9
Peru	158
República Dominicana	300
Santa Lúcia	0
São Vicente	0
Saint Kitts e Nevis	0
Suriname	0
Trinidad e Tobago	0
Uruguai	17
Venezuela	77
Outros	3
<b>TOTAL</b>	<b>1662</b>

**Quadro 3. Portal de Educação das Américas  
Estatísticas da página na Web  
(Janeiro-dezembro 2006)**

**Resumo**

- 39,5 milhões de acessos por ano. Média de 3.3 milhões por mês
- 1,9 milhão de visitas por ano. Média de 158.000 por mês
- 12.065 usuários registrados. Média de 1.005 por mês

**1. Resumo do tráfego**

<b>Mês</b>	<b>Acessos</b>	<b>Visitas</b>	<b>Páginas vistas</b>
<b>Janeiro-06</b>	2.680.273	126.913	698.825
<b>Fevereiro-06</b>	2.551.980	132.595	635.643
<b>Março-06</b>	4.141.148	202.104	991.145
<b>Abril-06</b>	3.784.920	163.897	869.329
<b>Mai-06</b>	4.446.783	189.133	1.003.072
<b>Junho-06</b>	3.495.968	169.982	867.871
<b>Julho-06</b>	3.168.855	150.917	717.022
<b>Agosto-06</b>	3.266.101	133.967	676.581
<b>Setembro-06</b>	2.941.844	142.336	661.028
<b>Outubro-06</b>	2.397.882	156.241	544.216
<b>Novembro-06</b>	4.040.561	176.159	763.188
<b>Dezembro-06</b>	2.539.547	149.063	600.950
<b>TOTAL</b>	<b>39.455.862</b>	<b>1.893.307</b>	<b>9.028.870</b>

Fonte: Sistema de Estatística do OSIT/OEA

## 2. Usuários registrados (Média de 1.005 por mês)

<b>Mês</b>	<b>Usuários registrados</b>
<b>Janeiro-06</b>	1.091
<b>Fevereiro-06</b>	1.217
<b>Março-06</b>	1.654
<b>Abril-06</b>	981
<b>Mai-06</b>	1.026
<b>Junho-06</b>	790
<b>Julho-06</b>	794
<b>Agosto-06</b>	1.052
<b>Setembro-06</b>	1.125
<b>Outubro-06</b>	1.065
<b>Novembro-06</b>	662
<b>Dezembro-06</b>	608
<b>TOTAL</b>	<b>12.065</b>

Fonte: Portal de Educação das Américas / Sistema de Estatísticas

**Anexo G: Contribuições dos Observadores Permanentes em 2006  
(EM DINHEIRO)**

<b>PAÍS</b>	<b>ÁREA BENEFICIADA/PROJETO</b>	<b>US\$</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SUÉCIA</b>	AP – MAPP Colômbia	1.243.556	<b>US\$6.766.383</b>
	AP – Promoção da Democracia Honduras	767.998	
	AP – Promoção da Democracia Guatemala	536.317	
	AP – Promoção da Democracia Guatemala	668.470	
	AP – Promoção da Democracia Guatemala	394.229	
	AP – Promoção da Democracia Nicarágua	1.240.189	
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Nicarágua	410.773	
	CIDH – Apoio às atividades de direitos humanos relacionadas com a MAPP	198.483	
	SM – Departamento de Prevenção de Ameaças contra a Segurança Pública. Programas de remoção de minas	1.306.368	
	<b>NORUEGA</b>	AP – MAPP Colômbia	
AP – Prevenção de Crises e Missões Especiais		267.320	
AP – Promoção da Democracia Guatemala		504.771	
AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Nicarágua		30.460	
AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Peru		18.602	
AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Regional Peru		3.398	
SM – Departamento de Prevenção de Ameaças contra a Segurança Pública. Programas de remoção de minas		638.898	
<b>PAÍSES BAIXOS</b>	SEDI – Apoio à Reunião Ministerial de Desenvolvimento Sustentável	150.511	<b>US\$318.577</b>
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Nicarágua	98.066	
	CIM – Participação e igualdade de gênero na Nicarágua	70.000	
<b>UNIÃO EUROPÉIA</b>	SM – Departamento de Prevenção de Ameaças contra a Segurança Pública. Programas de remoção de minas	942.400	<b>US\$1.003.730</b>
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 República Dominicana	61.330	
<b>ESPANHA</b>	SM – CICAD Descentralização de políticas de drogas	256.340	<b>US\$7.264.076</b>
	SM – Departamento de Prevenção de Ameaças contra a Segurança Pública. Programas de remoção de minas	750.220	
	SM – CICTE	89.418	
	AP – MAPP Colômbia	2.399.608	
	AP – Promoção da Democracia	361.830	

	AP – MOE 2006 Venezuela	127.180	
	PA – Identidade, registro e participação do cidadão	542.700	
	AP – Programa de fortalecimento institucional em assuntos eleitorais	453.960	
	AP – Situação da democracia na América Latina e propostas para uma democracia universal	50.000	
	AP – Implementação de um plano metodológico para analisar diferentes cenários políticos	294.687	
	CIDH – Fortalecimento da capacidade de proteção e promoção da CIDH	733.900	
	CIDH – Fortalecimento da ação jurisdicional da CIDH	300.000	
	CIDH – Corte Itinerante	190.000	
	OSG – OEA Grupo de Trabalho – Promoção da participação e direitos humanos dos indígenas	472.956	
	OSG – Consolidação da rede de intercâmbio para o fortalecimento do acesso à justiça e sua efetividade	100.000	
	Fundos por programar	141.277	
<b>REINO UNIDO</b>	AP – Prevenção de Crises e Missões Especiais Belize – Guatemala	137.800	<b>US\$241.900</b>
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Guiana	94.600	
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Santa Lúcia	9.500	
<b>ITÁLIA</b>	SM – Programas de remoção de minas	293.735	<b>US\$432.707</b>
	CIDH – Promoção dos direitos humanos na Região Andina e na América Central	86.388	
	SPC – Elaboração da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas	52.584	
<b>TAILÂNDIA</b>	AP – MAPP Colômbia	10.000	<b>US\$10.000</b>
<b>CHINA</b>	SEDI – Promoção do comércio e da competitividade	40.000	<b>US\$200.000</b>
	SEDI – Redução dos desastres naturais	40.000	
	CIM – Curso de Treinamento em Gênero, Conflito e Construção da Paz	20.000	
	AP – Referendo do Canal de Panamá MOE	20.000	
	SM – Redução da violência: definição e classificação de quadrilhas	30.000	
	DRE – Segunda Reunião de Porta-Vozes dos Governos	50.000	
<b>DINAMARCA</b>	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Nicarágua	50.000	<b>US\$50.000</b>
<b>CORÉIA</b>	AP – Foro Interamericano de Partidos Políticos	50.000	<b>US\$130.000</b>
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Peru Presidencial	11.513	
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Peru Regional	28.487	
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Equador	20.000	
	AP – Referendo do Canal do Panamá MOE	20.000	



<b>FRANÇA</b>	CIDH – Apoio às atividades de direitos humanos no Haiti	171.304	<b>US\$275.538</b>
	DRE – Cátedra das Américas	11.994	
	SPC – Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas	20.000	
	SM – CICAD	52.240	
	AP – Departamento de Prevenção de Crises. Seminário para peritos	10.000	
	AP – Departamento de Prevenção de Crises. Fundo geral	10.000	
<b>GRÉCIA</b>	MS – <i>Study of gangs involved in human trafficking</i>	10.000	<b>US\$20.000</b>
	DRE – Cátedra das Américas	10.000	
<b>TURQUIA</b>	SM – CICTE	4.000	<b>US\$16.000</b>
	SM – CICAD	4.000	
	Museu de Arte das Américas	4.000	
	Revista <i>Américas</i>	4.000	
<b>CATAR</b>	DRE – Cátedra das Américas.	10.000	<b>US\$10.000</b>
<b>JAPÃO</b>	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Nicarágua	100.000	<b>US\$212.250</b>
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Peru	92.250	
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Equador	20.000	
<b>FINLÂNDIA</b>	CIDH – Apoio à Relatoria Especial sobre os Direitos da Mulher	282.337	<b>US\$332.337</b>
	AP – Promoção da Democracia MOE 2006 Venezuela	50.000	
<b>ALEMANHA</b>	SEDI – Projeto de gestão da prevenção de desastres	31.880	<b>US\$31.880</b>
<b>TOTAL:</b>			<b>US\$19.080.470</b>

CIDH: Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
 AP: Assuntos Políticos  
 SM: Segurança Multidimensional  
 SPC: Acompanhamento do Processo de Cúpulas  
 SEDI: Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral  
 OEST: Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia  
 DRE: Departamento de Relações Externas  
 CIM: Comissão Interamericana de Mulheres  
 MAPP: Missão de Apoio ao Processo de Paz  
 OSG: Escritório do Secretário-Geral

**Contribuições dos Observadores Permanentes em 2006**  
(Em espécie)

<b>PAÍS</b>	<b>ÁREA BENEFICIADA/PROJETO</b>	<b>MONTANTE EQUIVALENTE EM US\$</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ESPAÑA</b>	Oito cursos de treinamento de curta duração	US\$485.171	<b>US\$485.171</b>
<b>CORÉIA</b>	Computadores para colégios no Panamá e Nicarágua, por meio do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente	US\$100.000	<b>US\$150.000</b>
	Comércio eletrônico e promoção de exportações para os países membros da OEA	US\$50.000	
<b>ISRAEL</b>	<i>Workshops</i> de treinamento com o YABT	US\$100.000	<b>US\$100.000</b>
<b>FRANÇA</b>	Curso de Direito Internacional, Rio, Brasil	US\$3.000	<b>US\$3.000</b>
<b>CHINA</b>	Linguagem e cultura (Ministério da Educação da República Popular da China)	US\$5.460	<b>US\$5.460</b>
<b>TOTAL:</b>			<b>US\$743.631</b>

## Anexo H: Orçamento-Programa: Níveis de Execução

